

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

ISABELA RAMOS RIBEIRO

**BURGUESIA DEPENDENTE, BLOCO NO PODER E A CONFORMAÇÃO DA
HEGEMONIA NO BRASIL ENTRE 2003 E 2018**

Brasília, junho de 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

ISABELA RAMOS RIBEIRO

**BURGUESIA DEPENDENTE, BLOCO NO PODER E A CONFORMAÇÃO DA
HEGEMONIA NO BRASIL ENTRE 2003 E 2018**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Política Social

Orientador: Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador

Brasília, junho de 2020.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rb Ribeiro, Isabela Ramos
 Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da
 hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018 / Isabela Ramos
 Ribeiro; orientador Evilasio da Silva Salvador. -- Brasília,
 2020.
 254 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
 Universidade de Brasília, 2020.

 1. Hegemonia. 2. Bloco no poder. 3. Dependência. 4.
 Frações burguesas. 5. Partido dos Trabalhadores. I.
 Salvador, Evilasio da Silva, orient. II. Título.

**BURGUESIA DEPENDENTE, BLOCO NO PODER E A CONFORMAÇÃO DA
HEGEMONIA NO BRASIL ENTRE 2003 E 2018**

Isabela Ramos Ribeiro

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de “Doutora em Política Social”, e aprovada em sua forma final pela banca examinadora abaixo identificada.

Brasília, 25 de junho de 2020.

Prof. Dr. Evilasio da Silva Salvador

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Presidente da banca

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Membro titular interno

Prof.^a Dr.^a Elaine Rossetti Behring

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Membro titular externa

Prof.^a Dr.^a Ivete Simionatto

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro titular externa

Prof.^a Dr.^a Sandra Oliveira Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Membro suplente

*Dedico este trabalho a Miro, Lourdes, José Galvão e Perciliana,
raízes que se estendem pela eternidade.*

AGRADECIMENTOS

Depois de tanto escrever, não parece necessário economizar palavras para agradecer a todos que fizeram parte da caminhada e me ouviram falar sobre “a odisseia da tese”.

À minha família, espalhada pelo Brasil, para quem é sempre bom voltar.

Ao meu pai e maior amigo, Silvio, por estar sempre presente. Agradeço pelos encontros que me fazem sentir aninhada, por escutar, por dividir comigo os pensamentos sobre o mundo, sobre música, sobre nossas teses (dotô!) e sobre a vida.

À minha mãe, Joseli, com quem inclusive vivi novamente por um semestre durante o doutorado, pelo colo e pela companhia, por me fazer rir e até pelas brigas! Agradeço por suas orações e, não menos importante, por me “emprestar” Belinha, minha companheirinha de tese.

Ao “rimão”, Yuri, pela cumplicidade de sempre, pelas melhores indicações de séries, e por mesmo já adultos, trabalhadores e casados, sempre me fazer voltar à infância!

À tia Pique, minha primeira inspiração, por preencher minha adolescência com filmes, peças, livros e referências que guardo até hoje. Quando assisti sua defesa em 2002, soube que queria, algum dia, chegar perto do que você é pra mim.

À Vitória, por todas as lembranças, conversas e carinhos. Ao Tio Tuco, pelo amor contagiante pela ciência, e à Lê, pelo acolhimento sempre divertido!

À Beth, maravilhosa, pela presença amorosa, pelas conversas curiosas e cheias de risadas, e por nos receber sempre com tanto carinho. Ao Caio, pelas perspectivas inusitadas!

Àquela família escolhida: Cata, Nathy, Bruno, Thi e Paulinha, por dançarem a vida comigo. Ao longo desse tempo de doutorado, com certeza as visitas santistas foram capazes de recompor as energias. Ao Maicon, pelas boas conversas, à Hanaí, pelos áudios repentinos e gostosos, e à Maíra, pelas visitas acalentadoras e combativas!

À Nana, amora, por todo o apoio, reflexões e carinhos, por me incentivar com sua coragem e por segurar as maiores ondas.

Aos amigos de Floripa, que continuam a ser meus grandes interlocutores: Arland e Viet, que juntamente com Tomás, conformam um grupo onde posso debater livremente, com quem aprendo desde os tempos do movimento estudantil e que seguem atentos aos problemas certos. Agradeço ao Viet pela ajuda no texto de qualificação e pela amizade de sempre. Ao Arland pela leitura do trabalho na etapa final, bem como pelos valiosos palpites e cervejas em terras

manezinhas. Ao Dió, pelo carinho de tanto tempo e pela ajuda com os dados sobre investimento. À Mirella, minha veterana no curso de Serviço Social da UFSC, por me inspirar com seu olhar latino-americano desde 2008. Desde então, e em meio a um tanto de coisas dessa vida, você é minha bússola para o sul! Obrigada pelas conversas sobre a tese e por todas as outras também. À Gy, pelo jeito único que me traz tantas perspectivas interessantes sobre o mundo, e por compartilhar comigo o gosto por comer (muito!). Às gurias, Pam, Indi, Manu, Morgana, e ao nosso guri, Jen, porque é gostoso estar com vocês até mesmo na tela do celular!

Agradeço, ainda, à família catarinense em Brasília, Josué, Guilherme e Jacque, pela presença constante e apoio determinante, mas também pela paciência em ouvir as lamentações desse período de escrita. Que coisa linda é ter vocês por perto.

À Nina e ao Paulo, pelo sotaque arretado de Nina que nos trouxe ao planalto central, pela amizade que nos acalentou e pelas festas juninas cheias de comilança!

À Carmen Célia, Alzi e povo do “Cantinho da esquerda”, pelo apoio e alento que foram importantes desde a seleção para o doutorado. Também pelos Paulicéias, debates políticos e tantos outros bons momentos.

À Bia, meu presente de Brasília, pelo companheirismo nas aulas e na empreitada da tese, pelas conversas gostosas e pelas discussões acaloradas, pelos tantos vinhos e cafés. Por me deixar fazer parte da sua família linda!

À Nath, parceira de doutorado e de CRESS, com quem é sempre bom trocar. Agradeço a leveza e carinho mesmo nos momentos mais difíceis! E, ainda, pela indicação de Silvia, profissional incrível e que foi crucial nesse percurso, por vezes bastante dolorido e complexo.

Aproveito para agradecer às companheiras da gestão do CRESS/DF – Florescer na Luta, em especial Rafa, Marina, Fabi e Thaís, por passarmos juntas por esse enorme desafio, e por cobrirem minhas ausências nos momentos de afastamento em razão da tese.

Agradeço aos professores/as e servidores/as técnico-administrativos do Departamento de Serviço Social da UnB, em especial à Domingas pela atenção carinhosa, à Mariléia pelas trocas e momentos divertidos, e à Lucélia, com quem pude compartilhar as angústias e felicidades da docência, além das muitas cervejas!

Também aos membros do GESST, estudantes e docentes, com quem foi possível travar excelentes debates e boas prosas. Agradeço em especial às professoras Sandra e Ivanete, cujas contribuições foram além das disciplinas cursadas no doutorado: Sandra pelo carinho e pela

disposição em compor a banca de defesa como membro suplente, e Ivanete, pelas indicações deveras importantes que fez na etapa da qualificação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa: Newton Gomes, pelos comentários cuidadosos e precisos; Elaine Behring, pelas inúmeras contribuições desde o período em que me orientou na UERJ, em 2017, quando estive no Rio em função da mobilidade proporcionada pelo Procad/Capes; e Ivete Simionatto, minha eterna orientadora, que me acompanha desde a graduação e continua sendo fundamental no meu processo de aprendizagem e tentativas de construção do conhecimento crítico.

Ao Evilasio, orientador deste trabalho, por me acompanhar nesse longo caminho. Agradeço a liberdade e a confiança, ao mesmo tempo em que amparou as dúvidas e questionamentos, por me deixar tranquila frente a ansiedade dos tempos de tese, e por estar sempre animado e empenhado em compartilhar seu vasto conhecimento.

Às turmas do curso de Serviço Social da Unip e da UnB dos idos de 2015, que acompanharam a elaboração do pré-projeto e celebraram comigo a entrada no doutorado.

Às estudantes do curso de Serviço Social da UnB, a quem agradeço nas figuras de Larissa e Stephany, tão incríveis em todo esse processo. A paixão pela sala de aula, como diz bell hooks, é nossa força motivadora.

Ao Tomás, amor da minha vida. Nesses dez anos, passamos juntos por uma infinidade de acontecimentos, dentre eles TCC's, dissertações e finalmente a tese... Devo lhe agradecer em duas dimensões: a primeira, mais objetiva, por me manter alimentada, por discutir comigo as minúcias de cada capítulo e compartilhar epifanias, por me ajudar com os dados e elaborações de gráficos, por ler o trabalho todo, inclusive em mais de uma versão, e por não me deixar desistir, desde a elaboração do pré-projeto até a versão final. A outra dimensão é aquela em que as palavras parecem não ser suficientes. Obrigada por me cuidar nos momentos de desespero, por colorir meus dias e torná-los leves em tempos tão difíceis, por ter paciência com as loucuras e por todas as conversas “filosóficas, políticas, culinárias e tantas outras”. E ainda que faltem as palavras, continuarei deixando que os olhares e delícias do cotidiano expressem minha gratidão e admiração por ti.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida nos anos de 2016 e 2017.

“Nesse nosso mundo, mundo de centros poderosos e subúrbios submetidos, não há riqueza
que não seja, no mínimo, suspeita”

As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano

RESUMO

Este trabalho tem como tema geral a constituição da hegemonia no capitalismo dependente brasileiro. Com o intuito de manter-se como classe dominante, a burguesia deve ter capacidade de aglutinar e conduzir grupos sociais em torno de um projeto que abarque as dimensões política, econômica, social e cultural. Para tal, se utiliza de inúmeros mecanismos a partir de sua organização no âmbito da sociedade civil, expressando-se na composição do bloco no poder e na conformação da hegemonia. Isso quer dizer que a posição de determinadas frações no bloco no poder delinea como irão apropriar-se de parcelas do fundo público por meio das políticas econômicas e sociais. No capitalismo dependente, esse processo é determinado pela subordinação da classe burguesa local ao imperialismo, o que traz consequências para o próprio desenvolvimento capitalista e reduz o volume de recursos do fundo público disponível para a reprodução da classe trabalhadora. Nesse escopo, a presente tese de doutoramento tem por objetivo identificar as recomposições no bloco no poder entre 2003 e 2018 no Brasil, e como tais ajustes intraburgueses se expressam em alterações nas políticas econômicas e sociais, a partir da apropriação do fundo público pelas distintas frações da burguesia. Para a efetivação desta tarefa, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com análise dos documentos das entidades da classe burguesa que representam suas frações industrial (CNI), agrária (CNA), comercial (CNC) e bancário-financeira (Febraban), explicitando a absorção de suas demandas por parte do Estado. A pesquisa permitiu visualizar as condições para o ascenso do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, as mudanças no interior do bloco no poder a partir do projeto de conciliação de classes e da conjuntura econômica internacional e, por fim, a crise de hegemonia que se desenhou a partir de 2013 e cuja tentativa de resolução por parte das distintas frações burguesas se deu com o golpe sobre o governo, com a perpetuação da dependência e fortes efeitos sobre o fundo público e as políticas econômicas e sociais.

Palavras-chave: Hegemonia. Bloco no poder. Dependência. Fundo público. Frações burguesas. Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

This thesis has as its general theme the constitution of hegemony in Brazilian dependent capitalism. In order to maintain itself as a ruling class, the bourgeoisie must be able to bring together and lead social groups around a project that involves the political, economic, social and cultural dimensions. To aim this, it uses numerous mechanisms from its organization within the scope of civil society, expressing itself in the composition of the bloc in power and in the conformation of hegemony. This means that the position of certain fractions in the bloc in power outlines how they will appropriate portions of the public fund through economic and social policies. In dependent capitalism, this process is determined by the subordination of the local bourgeois class to imperialism, which has consequences for capitalist development itself and reduces the volume of public fund resources available for the reproduction of the working class. Within this scope, the present doctoral thesis aims to identify the recompositions in the bloc in power between 2003 and 2018 in Brazil, and how such intra-bourgeois adjustments are expressed in changes in economic and social policies, from the appropriation of the public fund by the different fractions of the bourgeoisie. To carry out this task, bibliographical and documentary research was carried out, with analysis of the documents of the entities of the bourgeois class representing their industrial (CNI), agrarian (CNA), commercial (CNC) and banking (Febraban) fractions, explaining the absorption of their demands by the State. The research made it possible to visualize the conditions for the rise of the Workers Party (in portuguese, Partido dos Trabalhadores - PT) to the federal government, the changes within the bloc in power from the project of class conciliation and the international economic situation and, finally, the crisis of hegemony which was drawn up in 2013 and whose attempted resolution by the different bourgeois fractions occurred with the coup on the government, with the perpetuation of dependence and strong effects on the public fund and economic and social policies.

Keywords: Hegemony. Bloc in power. Dependency. Public fund. Bourgeois fractions. Workers Party (in portuguese, Partido dos Trabalhadores).

RESUMEN

Este trabajo tiene como tema general la constitución de la hegemonía en el capitalismo dependiente brasileño. Para mantenerse como una clase dominante, la burguesía debe ser capaz de reunir y liderar grupos sociales en torno a un proyecto que abarca las dimensiones políticas, económicas, sociales y culturales. Para este fin, utiliza numerosos mecanismos de su organización dentro del alcance de la sociedad civil, expresándose en la composición del bloque en el poder y en la conformación de la hegemonía. Esto significa que la posición de ciertas fracciones en el bloque en el poder describe cómo se apropiarán porciones del fondo público a través de políticas económicas y sociales. En el capitalismo dependiente, este proceso está determinado por la subordinación de la clase burguesa local al imperialismo, lo que tiene consecuencias para el desarrollo capitalista y reduce el volumen de recursos de fondos públicos disponibles para la reproducción de la clase trabajadora. Dentro de este alcance, la presente tesis doctoral tiene como objetivo identificar las recomposiciones en el bloque en el poder entre 2003 y 2018 en Brasil, y cómo dichos ajustes intra burgueses se expresan en cambios en las políticas económicas y sociales, a partir de la apropiación del fondo público por las diferentes fracciones de la burguesía. Para llevar a cabo esta tarea, se realizó una investigación bibliográfica y documental, con análisis de los documentos de las entidades de la clase burguesa que representan sus fracciones industriales (CNI), agrarias (CNA), comerciales (CNC) y bancarias (Febraban), explicando la absorción de sus demandas por parte del Estado. La investigación permitió visualizar las condiciones para el ascenso del Partido de los Trabajadores (en portugués: Partido dos Trabalhadores - PT) al gobierno federal, los cambios dentro del bloque en el poder del proyecto de conciliación de clases y la situación económica internacional y, finalmente, la crisis de la hegemonía que se elaboró en 2013 y cuyo intento de resolución por parte de las diferentes fracciones burguesas se produjo con el golpe de Estado, con la perpetuación de la dependencia y los fuertes efectos sobre el fondo público y las políticas económicas y sociales.

Palabras clave: hegemonía. Bloque de poder. Dependencia. Fondo público. Fracciones burguesas. Partido de los Trabajadores.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 - Transações Correntes, Balança Comercial, Serviços e Rendas, em US\$ bilhões..	67
Gráfico 2 - Investimento Direto no País entre 1995 e 2017, em bilhões de dólares	101
Gráfico 3 - Remessa de lucro e dividendo dos Investimentos Diretos e em Carteira (milhões de US\$) e participação (em %) das remessas no PIB (direita) - Brasil, 1995-2015.....	102
Gráfico 4 - Índice de preços de exportação e importação no Brasil entre 1998 e 2019.....	116
Gráfico 5 - Variação do PIB real no Brasil entre 2003 e 2019.....	116
Gráfico 6 - Crescimento real ⁽¹⁾ das desonerações e arrecadação entre 2003 e 2018, em %..	212
Gráfico 7 – Participação nos gastos tributários em anos selecionados, por função orçamentária	213
Tabela 1 - Massa de mais-valia 2002-2017	131
Quadro 1 - Documentos selecionados para análise	156

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Abdib - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ACL - Ambiente de Contratação Livre
ACR - Ambiente de Contratação Regulada
Alca - Aliança de Livre Comércio das Américas
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF - Constituição Federal
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DF - Distrito Federal
DRU - Desvinculação das Receitas da União
EAD - Ensino à Distância
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC - Emenda Constitucional
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Febraban - Federação Brasileira de Bancos
FGE - Fundo de Garantia à Exportação
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Fies - Fundo de Financiamento Estudantil
Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICH - Instituto de Ciências Humanas
ICT - Instituições Científicas e Tecnológicas
Iedi - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
Iela - Instituto de Estudos Latino-Americanos
IFF - Índice de Felicidade Futura
Infi - Instituto Febraban de Educação
Inpi - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISA - Instituto Socioambiental
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Loas - Lei Orgânica de Assistência Social
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MBL - Movimento Brasil Livre
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MP - Medida Provisória
MPL - Movimento Passe Livre
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
Nespp - Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
Nessop - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
NR - Norma Regulamentadora
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBF - Programa Bolsa-Família
PDRE - Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB - Produto Interno Bruto
PIL - Plano para infraestrutura, com lançamento do Programa de Investimentos em Logística
PL - Partido Liberal
PLS - Projeto de Lei do Senado
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNE - Plano Nacional de Educação
PPGPS - Programa de Pós-Graduação em Política Social
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPI - Programa de Parcerias de Investimentos
PPSA - Petrobras e com a Pré-Sal Petróleo S.A.
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
Prouni - Programa Universidade para Todos
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
Reuni - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural
SER - Departamento de Serviço Social
SNIPC - Sistema Nacional de Informações Patrimoniais dos Contribuintes
SUS - Sistema Único de Saúde
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
TMD - Teoria Marxista da Dependência
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNE - União Nacional dos Estudantes
Unica - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. HEGEMONIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE	30
1.1 Estado, hegemonia e bloco no poder	30
1.1.1 A dependência e suas dimensões histórico-concretas no Brasil.....	41
1.2 Fundo público e política social: elementos constitutivos da hegemonia burguesa....	53
1.2.1 A política social no capitalismo e seus traços gerais na economia dependente .	53
1.2.2 Fundo público, transferência de valor e financeirização	65
2. HEGEMONIA EM PROCESSO: OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) E O GOLPE.....	77
2.1 Ascensão do PT: a construção do muro de contenção da hegemonia	77
2.1.1 Antecedentes: organização burguesa e a reconfiguração do bloco no poder em resposta à crise de hegemonia política dos anos 1990.....	77
2.1.2 Os governos petistas e o bloco no poder	85
2.2 A queda (ou o desabamento do muro de contenção).....	113
2.2.1 Reconfiguração do bloco no poder em resposta à crise de hegemonia pós-2013 .	113
2.2.2 O golpe e governo Temer	141
3. BASES DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA: AS DEMANDAS DAS FRAÇÕES BURGUESAS PARA AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	154
3.1 Apontamentos gerais sobre as entidades e documentos	154
3.1.1 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).....	163
3.1.2 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).....	176
3.1.3 Federação Brasileira de Bancos (Febraban).....	184
3.1.4 Confederação Nacional da Indústria (CNI).....	190
3.2 As frações burguesas e o Estado.....	204
3.2.1 A política econômica sob os trilhos do Plano Real	206
3.2.2 A política social desejada pela burguesia: mote de resolução da crise	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	234

INTRODUÇÃO

A presente tese se justifica, primeiramente, pela necessidade de compreensão da realidade brasileira, para que assim seja possível uma intervenção qualificada tanto nas atuações profissionais como na luta dos movimentos contra hegemônicos pela superação do capitalismo e suas inerentes contradições sociais. Como consequência de tal postura, vislumbra-se conhecer profundamente o inimigo, bem como “o terreno onde a batalha é travada” (GRAMSCI, 2004, p. 232). Para isso, faz-se necessária a apreensão das formas de organização do capital, e como este e suas frações têm seus interesses representados no Estado.

Ao buscar compor uma agenda de pesquisa mais ampla, contribuindo para a investigação acerca da consolidação da hegemonia no Brasil, esta pesquisa segue na seguinte direção: como os dominantes dominam¹ a partir de sua organização no Estado e dos elementos constitutivos da hegemonia, materializados com o fundo público e as políticas econômicas e sociais, com suas particularidades devido à transferência de valor dos países dependentes aos imperialistas. Ressalta-se, então, a hegemonia como a categoria central deste estudo, na medida em que ela, para Gramsci, caracteriza-se como a capacidade dirigente de aglutinar e conduzir grupos sociais em torno de um projeto que abarque as múltiplas dimensões de reprodução da vida. No capitalismo, o projeto societário dominante é conduzido pela burguesia, a qual, para sustentar-se como classe hegemônica, se utiliza de inúmeros mecanismos a partir de sua organização no âmbito da sociedade civil, culminando na condensação de seus interesses na esfera estatal. Por isso, o objeto da tese centra-se na organização da burguesia dependente brasileira.

Com o esforço de desenvolvimento da tese de doutorado, pretendi dar continuidade aos estudos sobre a política social no Brasil, buscando ampliar o conhecimento na área e auxiliar na produção de pesquisas críticas e capazes de dar suporte à luta pelos direitos sociais, sob o horizonte da superação da apropriação privada da riqueza social. Durante minha trajetória no Serviço Social, ainda no âmbito da graduação realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a participação em núcleos de extensão e pesquisa – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop) e Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (Nespp) – bem como a aproximação, em função da militância, com o Instituto de Estudos Latino-Americanos (Iela), despertaram o interesse por questões de pesquisa referentes ao Estado, à hegemonia, à dependência, às lutas

¹ A expressão “como os dominantes dominam” foi cunhada no texto de Costa e Simionatto (2012).

sociais e às políticas sociais, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período, com a inserção no movimento estudantil, no movimento popular e em organizações com horizonte socialista, foi um caminho quase automático o estudo acerca dos interesses e formas de luta da classe trabalhadora, sem o respectivo aprofundamento em relação às demandas específicas da burguesia e suas frações de classe.

No trabalho de conclusão de curso em Serviço Social na UFSC, a pesquisa esteve voltada à política urbana e às disputas políticas e ideológicas pela apropriação dos espaços públicos urbanos em Florianópolis, e suscitou questões que viriam a ser trabalhadas no projeto para o mestrado. Tais questões relacionavam-se às correlações de forças presentes na definição da política urbana em âmbito federal. Com isso, já na dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, optei por investigar os interesses do setor da construção civil no Brasil, representados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e como influenciaram no surgimento de programas vinculados às políticas econômica, social e urbana, consolidando o protagonismo do setor na recomposição da hegemonia burguesa nos governos do PT.

Assim, novamente a partir da necessidade de ampliar o tema de estudo, foi proposta para o doutorado na UnB, a investigação sobre quais frações e setores, para além da construção civil, foram beneficiados pelo Estado para a reprodução do capital no Brasil nos últimos anos e como esse processo orientou a construção da hegemonia. Por considerar que “o fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital” (SALVADOR, 2010, p. 79), destaca-se sua importância para a compreensão da hegemonia no cenário brasileiro, no âmbito nacional.

A política social e suas determinações vinculam-se necessariamente à política econômica, e por isso o olhar esteve voltado para ambas. Osorio (2012, p. 72) traz contribuições fundamentais para a compreensão da política econômica quando afirma que “por meio dos instrumentos de política econômica é possível ajudar o capital para que seu trânsito pelo ciclo seja mais fluido e favorável às suas necessidades”. O autor faz uma ressalva e expõe que embora se fale de capital em geral, “no nível de análise de um padrão de reprodução, é necessário distinguir frações do capital e setores. [...] Tais diferenciações são importantes porque a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas as frações e setores”. Isso significa, de acordo com Osorio (2012, p. 72), que “no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução

particular”. Para o autor, aí se manifesta a imbricação do econômico e do político na política econômica.

Tais mudanças econômicas supõem fortes enfrentamentos sociais no plano político, já que tanto a mudança de padrão como a mudança de políticas econômicas implicam para certos agrupamentos humanos (classes, frações, setores, grupos) a perda de posições, quando não sua liquidação, e o avanço de outros. Isso, mais cedo do que tarde, deverá expressar-se em mudança de forças no âmbito do Estado, o centro ou ponto fundamental de condensação do poder político e do exercício da hegemonia (OSORIO, 2012, p. 72-73).

Torna-se, então, imprescindível a análise sobre as frações da classe dominante que exercem o poder e constituem a hegemonia burguesa, com objetivo da incorporação de seus interesses no Estado. Tais interesses privados, ao serem apresentados como interesses gerais no âmbito do Estado, contribuem para o estabelecimento do consenso em torno da ordem social e, portanto, para a perpetuação da hegemonia. A burguesia, por sua vez, não é homogênea e embora estabeleça acordos imprescindíveis para o desenvolvimento do capital em determinados momentos, possui disputas internas. Esse aspecto deve ser ressaltado pois é importante para a compreensão da realidade em momentos históricos específicos com suas condições concretas de articulação da hegemonia.

Nessa direção, e em níveis de análise mais concretos, cabe a questão sobre quem exerce o poder e como o exerce.

A reprodução do capital e suas tendências têm um papel fundamental na definição dos rumos dos processos econômicos e do espaço que define quais setores do capital podem hegemonizá-los, porque esses processos exigem, por exemplo, determinados montantes de capital, particulares alianças com o capital internacional (OSORIO, 2014, p. 62).

No caso do desenvolvimento capitalista no Brasil, a burguesia nasce atrelada a setores e interesses externos, e com a necessidade de se articular ao capital internacional no processo de industrialização (MARINI, 2012a). Nesse sentido, conforma-se a questão sobre a natureza da burguesia brasileira, e o papel que cumpre na articulação da hegemonia considerando suas diversas frações. Ao considerar, ainda, a realidade dos países dependentes, é importante apontar por quais mecanismos estrutura-se a dependência e a transferência de valor da periferia para o centro, e em que medida o Estado atua na manutenção desse processo favorecendo determinadas frações burguesas.

Em acordo com Marx e Engels (2001), a história de toda a sociedade é a história da luta de classes, e por isso cabe buscar as particularidades com que se expressa na realidade em cada momento histórico. É possível afirmar que, durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma

(2011-2016), houve alterações na correlação de forças entre as frações burguesas e delas com parte da classe trabalhadora. Não há intenção, aqui, de legitimar o projeto de conciliação de classes enquanto estratégia para mudança da realidade, mas procurar apreender as mudanças no interior do bloco no poder que possuem estreita vinculação com as políticas econômicas e sociais. Em total acordo com as medidas político-econômicas sugeridas pelos organismos internacionais, os governos petistas abriram espaço para o crescimento de setores da burguesia brasileira que, embora sob hegemonia do capital financeiro², cumpriram importante papel de legitimação e apoio ao governo, a exemplo dos setores da construção e da indústria alimentícia associada ao agronegócio.

Se aconteceu a possibilidade de travar governos de conciliação durante a primeira década dos anos 2000, especialmente por conta da elevação dos preços das *commodities*, quando esse ciclo econômico se esgota temos um esfacelamento da parca ampliação de gastos orçamentários para as políticas sociais e trabalhistas, ainda que tais recursos tenham se dado para políticas focalizadas e que priorizavam o acesso ao crédito e ao consumo como meio de garantir determinados direitos sociais (MOTA, 2012).

Por essas razões, foi estabelecido como período para a pesquisa o equivalente aos governos do PT. Inicialmente, pretendia-se seguir a análise até o que seria a finalização do segundo mandato de Dilma Rousseff, no ano de 2018, para abarcar o período integral dos governos petistas. No pré-projeto elaborado em 2015 para o ingresso no doutorado era ressaltado “que os próximos anos, os quais compreendem o restante do governo Dilma, desenham possíveis alterações significativas no bloco no poder”. Naquele momento, contudo, não se esperava que as modificações no bloco no poder aconteceriam com tamanha radicalidade em sua forma, com o golpe sobre o governo (DEMIER, 2017). Embora a realidade tenha se alterado de tal maneira a impedir o desenvolvimento da análise nos termos originalmente propostos, foi mantido o período analisado entre 2003-2018 – em acordo com as recomendações da banca de qualificação –, buscando compreender a crise de hegemonia e as bases para as alterações no bloco no poder que culminaram no golpe parlamentar encabeçado por Michel

² É importante demarcar a compreensão de capital financeiro aqui utilizada. Marx (2008), no livro III d’O Capital trata do capital portador de juros (ou capital a juros, em algumas traduções), capital monetário e capital prestamista remetendo-se ao mesmo significado: aquela forma do capital que vive dos juros. O capital fictício, por sua vez, é uma forma autonomizada do capital portador de juros. O que denomino ao longo do trabalho como capital financeiro é a junção dos dois, capital portador de juros e capital fictício, que juntos são protagonistas do processo de financeirização da economia capitalista monopolista. Esse tema é melhor trabalhado na seção 1.2.2, *Fundo público, transferência de valor e financeirização*.

Temer. Dessa forma, o período engloba os três mandatos dos governos petistas e o quarto mandato interrompido pelo golpe e finalizado em 2018.

Com a recomposição da hegemonia burguesa e do bloco no poder, algumas frações das classes dominantes foram mais privilegiadas. Ressalta-se que não foram abordados privilégios extralegais, tais quais as inúmeras formas de corrupção, por não se tratar do objeto deste trabalho. O que se busca compreender são os mecanismos próprios do Estado capitalista que impulsionam e favorecem a reprodução do capital, dentre os quais destacam-se a política econômica e a política social. É importante destacar que a busca pela identificação das frações da burguesia que mais se beneficiaram das políticas estatais no período selecionado não tem por objetivo mapear os possíveis aliados, mas ao contrário, armar a luta com conhecimento qualificado sobre quais medidas devem ser combatidas e em que direção se pode pensar projetos alternativos.

Nesse escopo, a tese tem como **objetivo geral** apreender como a burguesia se movimenta e constrói sua hegemonia no Brasil, entre 2003 e 2018. Tal objetivo se desdobra nos seguintes **objetivos específicos**: i) verificar as principais demandas das frações burguesas que compõem o bloco no poder, bem como suas transformações no decorrer do período; ii) identificar quais frações e setores do capital foram beneficiados por meio do fundo público; e iii) evidenciar como o atendimento a esses interesses influenciou a configuração das políticas econômicas e sociais no Brasil.

Os objetivos foram efetivados por meio de pesquisa exploratória, de análise documental e bibliográfica, na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. A produção de conhecimento teórico exige a reconstrução da realidade no plano das ideias, e conforme exposto por Marx (2009, p. 123), a abstração do movimento real “consiste em se pôr, se opor, se compor, formular-se como tese, antítese, síntese ou, ainda, afirmar-se, negar-se, negar sua negação”. É possível observar, na obra de Marx, o ponto de partida concreto, passando ao abstrato e retornando ao concreto; isto é, a partir de um “todo caótico”, o movimento da abstração permite buscar as determinações mais essenciais do objeto para depois retornar ao concreto pensado não mais caótico, mas sistematizado através de categorias próprias, constituintes da existência. Por isso, a partir da realidade concreta – as reconfigurações no bloco no poder e as políticas sociais desenvolvidas nesse escopo –, procuram-se as determinações mais simples ou celulares, para então retornar à realidade concreta e sistematizá-la, a partir de categorias existentes, mas também de novas categorias apreendidas no próprio processo da pesquisa.

Para o desvendamento do objeto, então, buscou-se apreender a sua integralidade a partir de aproximações sucessivas. Isso implica, necessariamente a perspectiva da totalidade.

Totalidade [...] como princípio metodológico, significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade. Trata-se, pois, de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob a regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro (TONET, 2013, p. 116).

Por meio dessas indicações, torna-se possível investigar a recomposição da hegemonia burguesa a partir da articulação entre os diversos elementos que caracterizam, em seu conjunto, um todo orgânico em cooperação. Tais elementos, elencados aqui de forma preliminar, referem-se às demandas das frações burguesas com relação à apropriação do fundo público e suas consequências para o desenvolvimento das políticas estatais. Por considerar a contradição entre capital e trabalho como aspecto fundamental das relações sociais no capitalismo, a luta entre as classes sociais e as reconfigurações intraclasses se constituem como elemento central para apreender as transformações na realidade, bem como “*a passagem de um momento a outro*” (TONET, 2013).

Importante destacar que houve uma tentativa de caminhar por fora do eurocentrismo. Contudo, desde a partida, já expressei a consciência de que não fui capaz de romper completamente com este modo de pensar eurocentrado, tão introjetado em nossas mentes latino-americanas. Ainda assim, por sua importância na construção de uma saída revolucionária para a América Latina, o que exige também a construção de pensamento crítico e autônomo desde a nossa realidade, a tentativa merece ser exercitada por toda a vida. Com relação aos cuidados na elaboração desta tese, as indicações de Rocha (2017) foram alertas presentes. Segundo a autora,

o Eurocentrismo [é] uma construção ideológica referida a ideia de uma História Universal que se confunde com a trajetória do capitalismo na Europa. Assim, o eurocentrismo se apresenta em três momentos principais, cada um deles com uma força ideológica predominante: Inicialmente subalternizando o mundo colonizado como condição necessária ao capitalismo nascente por meio da ideologia da superioridade da raça e do caráter civilizatório da missão colonizadora; na sequência, a partir da configuração do imperialismo-dependência por meio da ideia do desenvolvimento, como sinônimo do moderno capitalismo, como se a experiência europeia fosse generalizável para o mundo e não tivesse se desenvolvido no binômio antagonismo x complementaridade; e, finalmente, a partir dos anos 1970/1980 com a

necessária reconfiguração do projeto burguês por meio da ideologia da democracia (ROCHA, 2017, p. 259).

O projeto da modernidade foi um projeto burguês europeu, num momento em que a burguesia se apresentava como classe revolucionária contra a ordem feudal. Esse projeto possibilitou a ruptura com a ordem anterior e com a irracionalidade e conformou a dimensão emancipatória da razão, a partir do que Coutinho (2010a) descreve como os três núcleos fundamentais da razão moderna: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética. No entanto, a burguesia abandona sua dimensão emancipatória quando passa à condição de classe dominante, sendo necessário mistificar a realidade para a perpetuação da dominação. Adere, então, à razão formal-abstrata e, posteriormente, à irracionalidade pós-moderna.

Esse breve histórico é importante para demarcar que negar o projeto moderno é negar o projeto burguês, e isso não implica uma adesão à ideia de pós-modernidade, a qual é também parte do projeto de sustentação da burguesia. Embora seja necessário reivindicar a razão dialética como forma de compreender o mundo com vistas a transformá-lo, é igualmente necessário cuidado para não incorporar os aspectos opressivos da razão burguesa, dentre os quais o eurocentrismo instituído com a colonização e com “o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico” (DUSSEL, 2005, p. 31). Dussel (2005, p. 30), em uma reflexão deveras interessante, afirma que

Se a Modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência (DUSSEL, 2005, p. 30).

O caminho da modernidade, portanto, foi imposto como um projeto burguês e colonizador, cabendo às classes subalternas dos países subordinados romper com esse projeto, inclusive na construção do conhecimento. Nessa direção, Samir Amin (1989, p. 182, tradução nossa) reforça que, com relação à articulação entre nação, Estado e classes, o eurocentrismo vê “o caminho europeu particular [...] como um modelo revelador da especificidade do gênio europeu (e, por isso, um modelo a ser seguido pelos outros, se é que podem fazê-lo) ou a expressão de uma lei geral que se reproduzirá fatalmente em outra parte, mesmo que seja com atraso”. No entanto, a partir da ideia de que o desenvolvimento capitalista se apoia no subdesenvolvimento, as tentativas de ruptura com a dependência sob as bases capitalistas estarão sempre fadadas ao fracasso.

Feita a ressalva, os procedimentos metodológicos respondem aos questionamentos propostos por meio de rigorosa pesquisa e sistematização dos dados. No que se refere à *pesquisa bibliográfica*, foi realizada no primeiro momento uma revisão da literatura acadêmica com os seguintes descritores: bloco no poder, empresariado, fundo público, Partido dos Trabalhadores. Tomada como ponto de partida, a revisão da literatura possibilita visualizar e sistematizar as principais concepções atuais acerca dos temas da pesquisa, por meio do levantamento e seleção de bibliografia acadêmica (artigos científicos), permitindo a observação e análise do que vem sendo produzido, ao passo em que indica os/as principais autores/as, documentos e materiais relevantes para a área. Para a manutenção do rigor quanto à seleção dos trabalhos acadêmicos, foram consultados o portal de periódicos da Capes e portal de periódicos *Scielo*, nos quais os descritores se inseriram de forma unitária ou combinadamente com a primeira aproximação por títulos, seguida de palavras-chaves e posteriormente resumos, sempre utilizando termos exatos. Os critérios para a seleção dos artigos foram: discussão em âmbito nacional; período analisado entre 2003 e 2018, correspondente aos governos petistas em âmbito federal. Após a leitura dos 38 (trinta e oito) artigos selecionados, procurou-se sistematizá-los conforme as concepções apresentadas, situadas em blocos temáticos.

Nessa etapa de revisão da literatura acadêmica, foi possível observar que algumas discussões se repetiram na maior parte dos artigos analisados, e por isso mereceram aprofundamento. A suposta oposição entre neoliberalismo e desenvolvimentismo (DINIZ, 2010; TEIXEIRA; PINTO, 2012; BRESSER-PEREIRA, 2013; FORTES; FRENCH, 2012; SALLUM; GOULART, 2015; DOMINGUES, 2017), bem como entre capital produtivo e rentismo (DINIZ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013) são recorrentes. A retomada histórica acerca da industrialização no Brasil esteve, na maior parte dos trabalhos, associada à possibilidade de aliança com a burguesia industrial (DINIZ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; COSTA, 2012; ROCHA, 2014; SANTOS et al, 2015; TEIXEIRA; PINTO, 2012; NOVELLI, 2010; SALLUM; GOULART, 2015). O tema da democracia e da participação esteve presente em diversos trabalhos, seja com relação à burguesia, seja em referência a incorporação da classe trabalhadora nos mecanismos institucionais participativos (DINIZ, 2010; COSTA, 2012; BOITO JR; BERRINGER, 2013; SINGER, 2010, 2013; FORTES; FRENCH, 2012; REIS, 2010; POLESE, 2017). Outro ponto bastante discutido foram as alterações no bloco no poder e os pontos de continuidade entre os governos FHC e Lula, e em alguns textos estendendo-se ao governo Dilma. O delineamento de uma coalizão (DINIZ, 2010; NOVELLI, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; SALLUM; GOULART, 2015; DOMINGUES, 2017), frente (BOITO JR;

BERRINGER, 2013) ou pacto (SINGER, 2010; POLESE, 2017) surgiu em diversos trabalhos, embora nem todos com o mesmo direcionamento teórico-político. A atuação do BNDES esteve presente em algumas análises (DINIZ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; ROCHA, 2014; COSTA, 2012; TEIXEIRA; PINTO, 2012; SALLUM; GOULART, 2015; BOITO JR; BERRINGER, 2013; SOUZA, 2015), e muitas delas trataram também da política externa nos governos do PT. Os trabalhos dedicados à organização da burguesia no Brasil trataram apenas da representação da indústria (DINIZ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013; ROCHA, 2014; SANTOS et al, 2015; MELO, 2012; MELO et al, 2014; COLBARI, 2012; MANCEBO; VALE, 2013), com destaque para a CNI. Diversos textos explicitaram, ainda, o processo de financeirização ou a centralidade do capital financeiro no bloco no poder (NOVELLI, 2010; GONÇALVES, 2014; BOITO JR; BERRINGER, 2013; SOUZA, 2015; DOMINGUES, 2017, POLESE, 2017). Com relação ao fundo público, os trabalhos apresentaram maior coerência entre si, em especial aqueles que tratam da política social de forma ampla, com uma postura mais crítica em relação aos governos e ao capitalismo.

Posteriormente, buscou-se adensar o referencial teórico a partir do levantamento de bibliografias sobre os seguintes temas: Estado, hegemonia, bloco no poder, empresariado, golpe, dependência, transferência de valor, fundo público, políticas econômicas e políticas sociais. A pesquisa desenvolvida a partir das referências bibliográficas procura estabelecer os nexos entre os governos Lula, o governo Dilma e as alterações no bloco no poder que levaram à ruptura com o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrando seus desdobramentos para as políticas econômicas e sociais entre 2003 e 2018. Tais mudanças passam a se expressar mais nitidamente a partir das manifestações de junho de 2013, embora seja necessário compreender seus antecedentes desde a entrada do PT no governo federal.

Quanto à *base empírica*, foi realizada análise documental referente ao período 2010-2018³, capaz de: i) realizar um levantamento dos principais documentos que demonstram as demandas das frações da burguesia para a política econômica e social, tornando possível observar em que medida tais interesses foram incorporados no âmbito do Estado. Nesse viés, foram tomadas como base as representações das entidades de classe vinculadas à burguesia, tais como Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban); ii) levantar principais medidas econômico-sociais advindas do Estado entre 2003 e

³ A periodização justifica-se pelo fato de o período anterior a 2010 ser bastante trabalhado em produções já consolidadas acerca dos governos Lula, que constam como referências bibliográficas neste trabalho. A pesquisa empírica parte, então, do acúmulo da área sobre os temas estudados.

2018 que viabilizaram a mobilidade das frações burguesas no interior do bloco no poder; e iii) apontar as principais legislações alteradas ou criadas, que permitem identificar a influência das frações burguesas sobre o Estado.

Por considerar que “a estrutura e dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” (NETTO, 2011a, p. 53), os procedimentos metodológicos foram repensados e reformulados no decorrer da pesquisa. Após o golpe, a própria realidade foi se modificando e impondo novas determinações ao objeto da tese, muitas das quais ainda no processo de apreensão e maturação. O fechamento temporal deste ciclo foi demarcado com as eleições presidenciais de outubro de 2018, com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro. O ano de 2019 e o governo de Bolsonaro não entram no escopo da análise, embora tenha sido repleto de mudanças e medidas ainda piores no que se refere à regressão de padrões civilizatórios mínimos.

Em uma tentativa de construção da hipótese da tese, é possível afirmar que enfrentamos no Brasil uma crise de hegemonia que passou a se expressar nas manifestações de junho de 2013, e que combinada à crise econômica e às expropriações⁴ cada vez mais agudas leva a uma crise orgânica, nos termos de Gramsci (2019). A classe dominante deixa de ser classe dirigente, e as massas já não encontram identificação com aqueles que exercem o poder. Tampouco a classe trabalhadora conta com um partido forte, com capacidade de dar direção consciente ao espontaneísmo⁵, ou articular as lutas em uma síntese capaz de orientá-las à universalidade.

Desde a instituição do Plano Real os interesses foram acomodados em torno do projeto neoliberal e da hegemonia da fração bancário-financeira da burguesia. Ainda que a década de 2000 tenha apresentado rearranjos no bloco no poder e ajustes no discurso, com a disseminação de ideias como o social-liberalismo ou o neodesenvolvimentismo, a *hegemonia social*⁶ em sentido amplo não foi abalada. Na transição do governo FHC para o governo Lula, desenhou-se uma crise de hegemonia interna no bloco no poder, com a insatisfação de algumas frações que conseguiram ampliar seu espaço após a vitória eleitoral do PT. Todavia, o pacto de classes do Plano Real (OURIQUES, 2014a, 2014b; AZEVEDO, 2014; ROCHA, 2019) não foi alterado, posto que a “a classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas” (GRAMSCI, 2019, p. 61).

⁴ Sobre expropriações vide Fontes (2010) e Boschetti (2016).

⁵ No texto “Espontaneidade e direção consciente”, de 1931, Gramsci (2013) afirma que “descuidar – e mais ainda, depreciar – os movimentos chamados espontâneos, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior inserindo-os na política, pode ter conseqüências graves”.

⁶ Tal como expressa Osorio (2014, p. 48).

Em um contexto econômico favorável e com grande legitimação social, o PT foi o muro de contenção política da crise orgânica, e estamos agora frente ao desmoronamento do terreno político estabelecido desde 1994. Em uma referência analógica, quase lúdica, “muro de arrimo é uma estrutura de segurança que se faz para conter deslizamentos em terrenos muito inclinados. Ele tem a tarefa de segurar a terra de cortes e encostas de morros, dando estabilidade ao lote”⁷. Como uma forma de manter o pacto de classes e dar estabilidade à acumulação, a burguesia se vincula à candidatura de Lula em 2002, já redirecionada ao atendimento dos interesses do grande capital. Assim, esta construção provisória evita temporariamente os desmoronamentos, mas com chuvas torrenciais e o desgaste cíclico – leia-se, tendência à queda da taxa de lucro e crise – pode voltar a ceder. O “muro” pode conter o pacto de classes por um período maior, mas quando ocorre o desmoronamento, todo o terreno é soterrado. A hegemonia é, então, ameaçada, na medida em que imbrica economia e política.

O elemento econômico imediato (crises etc.) é considerado como a artilharia de campo que, na guerra, abria a brecha na defesa inimiga, brecha suficiente para que as tropas próprias irrompessem e obtivessem um sucesso definitivo (estratégico) ou, pelo menos, um sucesso importante na diretriz da linha estratégica. (GRAMSCI, 2019, p.71).

Entretanto, após plena correspondência com o petismo, o que coloca para a burguesia brasileira a necessidade de uma ruptura em tal proporção, a do golpe?

Mesmo a ampliação das políticas sociais, salvo exceções, foram medidas em resposta às demandas de frações burguesas. Mira-se o exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, reivindicação explícita da grande burguesia interna para o benefício das grandes construtoras. Ou, ainda, o acesso facilitado ao crédito, que beneficiou a fração bancário-financeira do capital. Então, por que tamanha ruptura? Se alguns apostam no caráter conservador da burguesia brasileira e no ódio de classe, aqui nos parece apenas uma das determinações. A dimensão econômica do esgotamento desse ciclo e da queda do petismo deve ser investigada com profundidade, e para isso é necessário recorrer às categorias hegemonia, dependência e fundo público. Por essas razões, a redação da tese foi permeada por tais categorias. Houve uma preocupação com o método de exposição, para que o texto final se apresente de maneira compreensível, não espelhando necessariamente o método de pesquisa uma vez que este não foi linear e, embora tenha estabelecido uma série de elaborações importantes para o desvendamento do objeto no momento da pesquisa, não são adequadas à forma de exposição.

⁷ Disponível em: <http://100pepinos.com.br/muro-de-arrimo/>.

A tese está organizada, então, da seguinte maneira: o primeiro capítulo, *Hegemonia no capitalismo dependente*, visa apresentar os fundamentos teóricos do trabalho, ao debater as determinações gerais do Estado no capitalismo, bem como suas características no Brasil, a movimentação das classes dominantes no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, ainda, as políticas sociais e o fundo público como elementos constitutivos da hegemonia burguesa, ressaltando suas particularidades sob a dependência. O capítulo 2, *Hegemonia em processo: os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e o golpe*, busca discutir como se conformou a hegemonia no período de ascensão do PT ao governo federal até sua queda, em 2016, seguido pelo governo de Michel Temer, a partir da organização da burguesia brasileira e suas disputas. Este capítulo debate as recomposições do bloco no poder, especialmente nos contextos de crise de hegemonia, evidenciando como as frações burguesas se articulam para responder à crise econômica e política. O terceiro capítulo, *Bases de construção da hegemonia: as demandas das frações burguesas para as políticas econômicas e sociais*, tem como intuito evidenciar e sistematizar as demandas das entidades que representam as frações burguesas, verificando sua relevância para o desenvolvimento das políticas econômicas e sociais, e como contribuíram para sustentar e reestabelecer a hegemonia entre 2010 e 2018.

1. HEGEMONIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

1.1 Estado, hegemonia e bloco no poder

Para identificar as recomposições no bloco no poder, é necessário ter em conta o ambiente em que se desenvolvem as disputas entre as frações da burguesia, e as formas de dominação que impõem sobre o conjunto da sociedade. Esse ambiente é o Estado em sentido integral, onde é garantida a unidade política das diversas frações que compõem o bloco no poder, bem como a organização hegemônica dos interesses da fração dominante (GRAMSCI, 2019; POULANTZAS, 1971).

Se o Estado é o lócus do poder político no capitalismo, ele é também uma relação social. Por isso, ao buscar compreendê-lo, é necessário alcançar sua dimensão visível, expressa pelo aparelho estatal e coercitivo – como é exercido o poder –, e sua dimensão não imediatamente perceptível, por meio do desvelamento dos componentes da relação social condensada no Estado. Isto é, as relações entre as classes, o questionamento sobre quem exerce o poder e as formas da dominação para a manutenção da exploração capitalista (POULANTZAS, 2015; OSORIO, 2014).

Nesse sentido, ganha destaque o debate sobre hegemonia, justamente como a organização e as formas da dominação burguesa que variam de acordo com cada formação social e conjuntura. Ressalta-se que a classe dominante deve ser também dirigente e, portanto, ter capacidade de construir relações pedagógicas para “educar” e dirigir a sociedade de acordo com seu projeto de classe. Por isso, toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, em uma unidade econômica e política, mas também intelectual e moral. Assim, a hegemonia se consolida em um nível universal, na medida em que busca dar caráter de universalidade aos interesses de determinados grupos.

A sociedade civil é espaço da luta de classes, onde se expressam conflitos e confluências de interesses entre burguesia e classes subalternas. O Estado capitalista se apresenta, então, como condensação da luta de classes, expressão da hegemonia da classe dominante, e é a sociedade civil o espaço privilegiado de construção de hegemonia, conforme o nível de organização das classes e frações de classes. Embora seja possível afirmar que tais relações se condensam no Estado, isso não ocorre em uma projeção espelhada ou copiada para o aparelho estatal. A passagem de um momento a outro abre brechas e permite alterações que desembocam em novas relações e, portanto, as flutuações da política não são expressões *immediatas* da

estrutura econômica (GRAMSCI, 2013). Destaca-se que a superestrutura⁸ não se desloca completamente da produção. Ao contrário, a estrutura é o ponto de referência que impulsiona as superestruturas, em uma cadência de reciprocidade, sendo importante ressaltar seu caráter dialético e não linear.

Sobre a *Unidade nos elementos constitutivos do marxismo*, Gramsci afirma que

A unidade é dada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza – forças materiais de produção). Na economia, o centro unitário é o valor, ou seja, a relação entre trabalhador e as forças industriais de produção (os que negam a teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si – como capital constante e técnico – como produtoras de valor, independentemente do homem que as manipula). Na filosofia, [o centro unitário] é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral. (GRAMSCI, 2013, p. 236).

O alargamento acerca da teoria marxista do Estado aparece na obra de Gramsci em duas direções: relação entre economia e política e entre Estado e sociedade civil. Nesse escopo, sociedade civil corresponde à “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2019, p. 228), que se materializa no conjunto das organizações assim chamadas privadas. Já a sociedade política está relacionada ao aparato governamental e aparato coercitivo. A hegemonia se agrega ao aparato coercitivo, alargando o Estado, o qual “tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através [...] dos organismos privados” (GRAMSCI, 2019, p. 121). Mas como explicitado pelo autor, essa “distinção entre forma e conteúdo [é] puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2013, p. 238).

Em síntese, o “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2019, p. 335). Dessa forma, o domínio é garantido com coerção, ao passo em que a direção é assegurada com construção de hegemonia, justificando a relação de unidade e distinção entre Estado e sociedade civil. Não se pode esquecer sua organicidade, posto que as relações econômicas são perpassadas pela regulação de caráter estatal e a economia

⁸ O debate sobre estrutura e superestrutura é extenso no âmbito do marxismo, cujo ponto de partida é a conhecida afirmação de Marx no prefácio à *Crítica da Economia Política* (2008, p. 47), na qual explicita-se que o conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”.

capitalista não está excluída da sociedade civil: as empresas e seus intelectuais estão nela incluídos. Segundo o autor, “todo o grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade [...] não apenas no campo econômico, mas também social e político” (GRAMSCI, 2000, p. 15). Daí surge o conceito de Estado integral, no sentido de sua ampliação, no qual os intelectuais orgânicos da burguesia atuam ativamente para o convencimento do conjunto da população sobre os “benefícios” gerados a partir da implementação de suas demandas. Isso é perceptível quando as confederações e organizações patronais colocam suas demandas para o desenvolvimento do país, como será trabalhado no capítulo terceiro do presente trabalho. Nos termos de Simionatto (2004, p. 80),

A classe dominante consegue impor a sua ideologia porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos [...]; e, em segundo, possui o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as ideias.

Uma das funções mais importantes do Estado é “elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 2019, p. 288). Contudo, conforme destacado por Guido Liguori no verbete sobre Estado do Dicionário Gramsciano (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 263), “os processos não são unívocos, o Estado constitui também o terreno do conflito de classe, é, ao mesmo tempo, instrumento (de uma classe), mas também lugar (de luta hegemônica) e processo (de unificação das classes dirigentes)”.

Assim, o Estado integral ou ampliado também é disputado pelas classes subalternas na construção de uma nova hegemonia⁹ e, de acordo Gramsci (2019, p. 42), “a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”. Para o autor, estes interesses “implicam-se reciprocamente [...] segundo as atividades econômico-sociais e segundo os territórios”. Todavia, ressalta que o processo de incorporação das demandas das classes subalternas pode acontecer contanto que não toque no que é essencial¹⁰ para a acumulação de capital.

⁹ Embora esse não seja o objeto deste trabalho. A dimensão que se procura aprofundar aqui é do Estado como espaço de luta hegemônica e unificação da classe dirigente.

¹⁰ Acrescenta-se, ainda, que o que é essencial pode mudar de acordo com cada formação social e conjuntura. Por isso, mais adiante procura-se reduzir o nível de abstração e buscar as particularidades do Estado nas condições concretas de cada território, no caso aqui analisado, do Brasil.

Os equilíbrios instáveis aos quais se refere Gramsci podem, em determinados momentos, tornar-se insustentáveis em razão de uma crise de hegemonia. Isso ocorre pois

em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe (GRAMSCI, 2019, p. 60).

Remetendo-se ao mesmo processo, Gramsci (2019, p. 61) fala em “crise do Estado em seu conjunto”, posto que as instituições e organizações da classe dirigente como um todo perdem capacidade de construir e educar o consenso. Esse fato associado à crise econômica pode culminar em uma crise orgânica, ou seja, quando “a crise de hegemonia, aquilo que chamamos de crise de representação, coincide com uma crise econômica que mina a capacidade material de conformação de uma nova hegemonia” (BIANCHI, 2017, p. 35). Não há uma definição sobre o que causaria primariamente uma crise orgânica. Uma aguda crise nas relações de produção pode coincidir ou mesmo estimular uma crise política, mas esse processo não é automático. E, de forma recíproca, uma crise de representação pode ocorrer sem necessariamente uma situação econômica regressiva. Nos termos de Gramsci (2019, p. 44), “pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam efeitos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal”. Assim, reforça uma vez mais a relação de unidade e distinção entre economia e política, estrutura e superestrutura.

Portanto, não há liberdade do Estado em relação à sociedade civil, conforme explicitado por Marx (2001) na Crítica ao Programa de Gotha. No modo de produção capitalista, o Estado tem como principal função garantir as condições para a reprodução do capital, mesmo sob a necessidade de justificar seu domínio e assegurar a hegemonia. Ou, na interpretação de Codato (2011, p. 119) do último Poulantzas¹¹, “o papel econômico do Estado infla, supera e submete à sua lógica as outras funções estatais [repressiva e ideológica]”.

¹¹ Codato (2011, p. 115-116, grifos do autor) faz uma análise da obra de Poulantzas, distinguindo-a em três fases: “Se no primeiro Poulantzas tínhamos uma *definição estrutural* (o Estado é uma estrutura invariante que produz, através do direito e do burocratismo burguês, efeitos ideológicos funcionais para a reprodução do sistema social), e no segundo uma *definição funcional* (tudo aquilo que participa da função do Estado é, para todos os efeitos, Estado, sendo seu desempenho apreensível através do jogo social entre Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos Repressivos de Estado), agora temos uma *definição relacional*. O Estado capitalista é a ‘condensação material’ da relação de forças entre as classes e frações numa dada sociedade”. De acordo com Codato (2011), tal transformação do conceito de Estado remete à crescente influência de Gramsci nas obras posteriores de Poulantzas.

Mandel (1985), debruçando-se sobre essa questão das principais funções do Estado no capitalismo, afirma que as funções repressivas e integradora se diferenciam da função de providenciar as condições gerais de produção, pois esta se relaciona diretamente à esfera da produção¹². No entanto, tais funções não são admitidas de forma explícita, pois é importante para a classe dominante que o Estado mantenha a aparência da neutralidade na mediação entre os interesses das classes sociais, ao passo em que se coloca como “capitalista total ideal”, representante da síntese dos interesses dos capitalistas em concorrência (MANDEL, 1985).

Na mesma direção, Ianni (1989, p. 117) afirma que, como unificação da classe dirigente,

[...] o Estado assume o ponto de vista da economia em geral (a produção de mais-valia), a curto, médio e longo prazos, ao passo que a burguesia, em muitos momentos, assume o ponto de vista do setor ou da empresa, a curto, médio ou longo prazos. Nem sempre um e outro se encadeiam [...]. A situação do empresário, por mais rica que seja, nem sempre lhe abre toda a perspectiva possível à classe. Além do mais, na especialização progressiva das tarefas, de conformidade com as determinações da racionalidade possível no sistema, o técnico surge como o intelectual da classe, formulando as ações desta. Por isso é que nasce a teoria do Estado como instituição superior, autônoma, neutra.

É nesse contexto que se materializam as organizações de classe do capital. Com objetivo de representar os interesses da burguesia e suas frações de classe e sustentar sua dominação política e econômica, as entidades da classe dominante – aparelhos privados de hegemonia – criam uma relação direta e orgânica com o Estado, podendo variar de acordo com a correlação de forças interna no bloco no poder, mas também com as relações com os movimentos dos trabalhadores e as lutas de classes em geral.

De acordo com Gramsci (2000, p. 15),

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita da sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc.). Senão todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade

¹² “Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos *gerais e técnicos* do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos *gerais e sociais* do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica, embora elas mesmas não façam parte do processo de trabalho imediato (o desenvolvimento da astronomia, da geometria, da hidráulica e de outras ciências naturais aplicadas no modo de produção asiático e, em certa medida, na Antiguidade; a manutenção de um sistema educacional adequado às necessidades de expansão econômica do modo de produção capitalista etc.)”. (MANDEL, 1985, p. 334, grifos do autor).

de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa.

Fontes (2010, p. 139) nos auxilia nessa direção ao afirmar que as análises de Gramsci permitem a reflexão sobre os embates entre as classes, mas também sobre as modalidades interburguesas de associatividade e de organização que, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, expressam conflitos no interior da classe dominante, e por isso “precisam espriar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses”.

As frações e setores da burguesia têm seus interesses acomodados no Estado e por ele unificados, e podem alternar-se na ocupação de determinados espaços de decisão e definição das políticas econômicas e sociais, conforme a correlação de forças internas à própria burguesia, no que Poulantzas (1971, p. 69) caracteriza como *bloco no poder*¹³.

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política.

Para Poulantzas (1971; 2008), a separação formal entre o econômico e o político no capitalismo é ponto de partida para a autonomia relativa do Estado em relação às classes sociais, uma vez que é possível a satisfação de alguns interesses econômicos das classes dominadas contanto que o poder político e o aparelho de Estado permaneçam intactos. O grau, extensão e formas da autonomia relativa só pode ser examinado em referência a um dado Estado concreto e à conjuntura da luta de classes. Para o autor, três aspectos devem ser considerados: a configuração específica do bloco no poder, o grau de hegemonia no interior do bloco e as relações entre, por um lado, burguesia e suas diferentes frações e, por outro, classe trabalhadora e as classes apoio.

Por considerar que “a classe burguesa apresenta-se, no modo de produção capitalista, constitutivamente dividida em frações de classe” (POULANTZAS, 1971, p. 61), é crucial compreender as formas com que exercem sua prática política e como buscam a hegemonia. As

¹³ Embora Poulantzas (1971), em “Poder político e classes sociais”, apresente críticas e discordâncias com algumas das concepções gramscianas acerca da [nova] hegemonia como estratégia das classes subalternas, não é objetivo deste trabalho tratar de tais questões, mas sim encontrar os pontos de confluência e ressaltar as análises que ajudam a compreender o Estado e o bloco no poder.

frações de classe são determinadas pelas formas de existência do capital que representam – lugar na produção – mas também pelas práticas políticas que desenvolvem nas relações sociais, englobando o conjunto das instâncias política, econômica e ideológica. Assim, o bloco no poder indica “a unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica” (POULANTZAS, 1971, p. 68).

Conforme Farias (2009, p. 84), Poulantzas “refere-se a vários sistemas de fracionamento – burguesia industrial, comercial, financeira; burguesia compradora, interna, nacional; burguesia monopolista, não-monopolista [...]”, e as formas de articulação e entrecruzamento desses sistemas de fracionamento podem se alterar em cada conjuntura. Dessa forma, o nível de complexidade é bastante alto ao buscar apreender as frações de classe na sua inserção econômica, mas também político-ideológica, posto que os interesses de determinadas frações podem mudar de acordo com a conjuntura e com as políticas econômicas demandadas.

Em termos gerais, o que se desprende dos conceitos de burguesias compradora, interna, nacional é que a explicação das desigualdades entre os países ou entre as regiões de um mesmo país deve ser buscada na articulação de fatores internos (as condições históricas do desenvolvimento das forças produtivas do país ou região) e externos (a dominação e exploração imperialista), bem como na correspondência dos elementos econômicos e políticos. Esse ponto de vista evita a falsa prevalência teórica de um conjunto de fatores sobre os outros, já que há uma interdependência das séries de elementos (FARIAS, 2009, p. 91)

Neste trabalho, quando associadas às entidades representativas que congregam determinado ramo de atividade da burguesia e suas práticas políticas, podemos falar em frações (industrial, agrária, comercial e bancário-financeira), que terão maior destaque no capítulo 3. Em geral, quando se trata de um ramo de atividade do capital como forma de existência, não necessariamente organizado como fração de classe, referimo-nos ao setor, como por exemplo setor da construção civil, tratando-se apenas dessa forma de existência do capital setorizado e sem prática política comum. Também aparece a menção à burguesia interna, já ligada a outro sistema de fracionamento pensado por Poulantzas e que se entrecruza com as demais, a depender de como se comportam as alianças e interesses das formas do capital. Na síntese de Farias (2009, p. 88), “a burguesia interna se define pelo comportamento ambíguo diante do capital estrangeiro: ora se opõe a ele, ora o apoia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo”, diferente da burguesia nacional anti-imperialista ou da burguesia associada totalmente integrada ao capital estrangeiro.

Poulantzas (1971), ao discorrer sobre os desdobramentos das relações entre as frações de classe e a hegemonia, afirma que a hegemonia de uma fração dentro do bloco no poder depende de sua força no processo de produção, ao passo em que a construção de hegemonia perante às classes dominadas depende da capacidade de conformar ideologias que sustentem seu lugar de dominação. Nas palavras do autor,

O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere, consoante essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder –, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive, portanto, sobre as classes dominadas. Esta diferença intercepta a linha de demarcação dos lugares de dominação e subordinação que ocupam as classes sociais numa formação. O interesse geral, que a fração hegemônica representa em relação às classes dominadas, repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. O interesse geral que esta fração representa em relação ao conjunto da sociedade, em relação, portanto, às classes dominadas, depende da função ideológica da fração hegemônica. Podemos, contudo, constatar que a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia relativamente às classes dominadas *se concentram, regra geral, numa mesma classe ou fração* (POULANTZAS, 1971, p. 70, grifo do autor).

A constituição do bloco no poder não significa uma aliança de longo prazo entre as frações burguesas, tampouco uma repartição do poder em partes iguais. A fração hegemônica deve ter capacidade de sustentar sua hegemonia mediando as relações de forças entre as demais frações que participam do bloco. Para isso, conta com o Estado como “fator de organização hegemônica dessa classe ou fração de forma a que os seus interesses específicos possam polarizar os das outras classes e frações do bloco no poder” (POULANTZAS, 1971, p. 143).

É importante demarcar, ainda, que o bloco no poder difere da cena política, a qual se circunscreve no campo de ação dos partidos políticos. De acordo com Poulantzas (1971, p. 78, grifos do autor), “a presença ao nível das práticas políticas distingue-se da presença na cena política: esta última supõe a *organização de poder* de uma classe, distinta da sua prática política”. Assim, as relações de classe não podem ser reduzidas às relações partidárias, e por isso não se deve ater apenas à cena política para compreender como as classes se movimentam, remetendo à necessidade de reforçar a apreensão sobre o bloco no poder. Inclusive, ressalta o autor (POULANTZAS, 1971, p. 80), a “ausência de uma classe ou fração da cena política não significa diretamente a sua exclusão do bloco no poder”¹⁴.

Uma determinada forma de dominação baseia-se também nas classes apoios, cujo apoio “não é em geral fundado em qualquer sacrifício político real dos interesses do bloco no poder

¹⁴ Esse aspecto é especialmente pertinente para pensar sobre o papel do Partido dos Trabalhadores no governo federal, como trabalhado no capítulo 2 desta tese.

e das classes aliadas [...] é, em primeiro lugar, fundado num processo de ilusões ideológicas” (POULANTZAS, 1971, p. 74). Como exemplo, Poulantzas (1971, p. 75) se utiliza da análise de Marx n’O 18 Brumário de Luís Bonaparte, acerca do Estado bonapartista que, “ao apoiar-se nos camponeses, não toma de fato qualquer medida politicamente apreciável em favor de seus interesses próprios”.

Boito Jr. (2018), também apoiado no referido texto clássico de Marx, afirma que o populismo e o bonapartismo, embora fenômenos distintos, possuem como elemento comum o “fetiche do Estado”, comparando-os com o que se verifica com o fetiche da mercadoria. Segundo este autor, “assim como o produtor atribui à mercadoria qualidades que resultam da sua própria atividade laborativa, o camponês atribui ao Estado a força que, na verdade, provém da participação política do próprio camponês” (BOITO JR., 2018, p. 126). Por conseguinte, a busca por lideranças baseada na ilusão da neutralidade do Estado faz com que as massas trabalhadoras permaneçam politicamente desorganizadas, do ponto de vista da organização político-partidária e para além dos períodos eleitorais. O que diferencia populismo e bonapartismo é que o primeiro concebe o Estado como protetor, enquanto o segundo o concebe como autoritário e garantidor da ordem. De acordo com esse referencial, “os trabalhadores que servem de base social para uma relação populista esperam que o Estado, essa entidade supostamente universalista, livre e soberana, tome a iniciativa de protegê-los econômica e socialmente”, enquanto os trabalhadores que se encontram na base de uma relação bonapartista esperam que esse mesmo Estado, “que também consideram universalista, livre e soberano, tome a iniciativa de impor a ordem social, ameaçada por forças desagregadoras e subversivas” (BOITO JR., 2018, p. 127). Assim, infere-se que aquilo mencionado por Poulantzas acerca da ausência de medidas concretas no sentido de favorecer as classes-apoio é característica do bonapartismo, mas não do populismo, visto que “um governo populista caracteriza-se, necessariamente, por atender minimamente a reivindicações populares” (BOITO JR., 2018, p. 130).

Tais elaborações são fundamentais para compreender a complexidade do aparelho estatal, bem como a autonomia relativa do Estado, na medida em que poder de classe e poder de Estado se relacionam, mas não são a mesma coisa. Nesse escopo, Codato e Perissinotto (2011, p. 45), em contato com as obras de Marx, Gramsci e Poulantzas, afirmam que o poder estatal “não é a simples tradução institucional do poder social”. Sendo o Estado centro do poder político e dotado de recursos próprios, as classes se organizam nas diversas instituições que o compõem para exercer o poder. Segundo os autores, é essa “dimensão institucional do Estado,

enxergada pelos grupos e classes sociais que motiva esses mesmos grupos e classes sociais a conquistarem um espaço privilegiado em seu interior” (CODATO; PERISSINOTTO, 2011, p. 53-54). Cabe, portanto, reconhecer a dimensão institucional e ultrapassá-la, posto que o Estado é aparelho estatal, mas também condensação material das relações de classes que se efetiva por meio da hegemonia e dos aparelhos privados.

Num paralelo retrospecto, ao dialogar criticamente com Hegel, Marx inverte a lógica de universalidade entre Estado e sociedade civil. Como notado por Rubens Enderle (2013) na apresentação da obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, a princípio Marx é pautado pelo pensamento hegeliano, ainda que a partir de sua negatividade. No entanto, não se trata apenas de uma inversão de lógica ou da apresentação de suas insuficiências, e sim de uma subversão do objeto, ao compreender que as contradições fundamentais do capitalismo não estavam na forma do direito e da política, mas na luta de classes. Por isso, nas obras posteriores Marx passa a buscar apreender a anatomia da sociedade civil, nela encontrando as relações de produção e realizando a crítica da economia política. É possível traçar uma linha argumentativa similar ao notar que o poder do Estado não trata do Estado em si, mas do poder de classe que resulta das relações de forças entre as classes. Nos termos de Poulantzas (2015, p. 25), “as relações de produção e as ligações que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob a forma de poderes de classe que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam”. Destarte, mais que ressaltar a centralidade do poder político no Estado – com o que há pleno acordo – procura-se explicitar as relações entre as classes que perpassam e materializam o poder¹⁵.

Destaca-se que tais relações entre as classes se dão num espaço específico e num período determinado, em constante movimento. Poulantzas (2015, p. 23) observa essa questão ao afirmar que “a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição e de sua reprodução”. Assim, é imprescindível que as formações sociais não sejam tomadas como simples concretização de um modelo já previamente estabelecido de Estado capitalista

¹⁵ Porém, conforme assinalado por Poulantzas (2015, p. 41), “as relações de poder não englobam completamente as relações de classe e podem ultrapassar as próprias relações de classe. Isso evidentemente não quer dizer que não tenham nesse caso pertinência de classe, que não se situem no terreno do domínio político ou que não sejam um início, mas que não provêm do mesmo fundamento da divisão do trabalho em classes, que não são homólogas nem isomorfas. Esse é especialmente o caso das relações homem-mulher. [...] Ora, embora as relações de poder ultrapassem as relações de classe, tanto como não podem dispensar os aparelhos e instituições específicas que as materializam e reproduzem (o casal, a família), os aparelhos de Estado delas não se afastam. O Estado interfere com sua ação e consequências em todas as relações de poder a fim de lhes consignar uma pertinência de classe e inseri-las na trama dos poderes de classe”.

enquanto objeto abstrato-formal, posto que as “formações sociais são o lugar real de existência e de reprodução, portanto do Estado em suas formas diversas” (POULANTZAS, 2015, p. 24).

Nesse aspecto, é especialmente relevante a proposta de Osorio (2012) acerca dos quatro níveis de análise, mais concretos ou mais abstratos, na compreensão da realidade. São eles: i) modo de produção, o qual dá conta da ação humana historicamente situada para prover seus meios de vida e reproduzir-se socialmente; ii) sistema mundial, que trata da integração entre as diferentes regiões do globo com distintos graus de intensidade, e onde se inserem “problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso” (OSORIO, 2012, p. 39); iii) formação econômico-social, a qual compreende a constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais delimitadas, ou a conformação e reprodução dos Estados nacionais com suas particularidades; e iv) conjuntura, que implica as temporalidades em que os processos se desencadeiam, produzindo alterações nas correlações de forças entre as classes. Para Osorio (2012, p. 40), “enquanto unidade mais concreta, constitui a síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas”. Por fim, Osorio (2012, p. 40-41) propõe a noção de padrão de reprodução do capital, que “surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados [...]”, estabelecendo “mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”.

Embora situados sob o modo de produção capitalista e em condições determinadas pela dependência no sistema mundial, os níveis de análise mais oportunos neste trabalho são os mais concretos. Por conseguinte, as elaborações aqui propostas remetem à formação econômico-social brasileira e seu Estado, para situar em que condições se reproduz e se sustenta a hegemonia, perpassando diferentes conjunturas. Nesse sentido, são realizadas breves considerações acerca do Estado dependente, para então adentrar às suas dimensões mais concretas.

1.1.1 A dependência e suas dimensões histórico-concretas no Brasil

Segundo Osorio (2014), dois processos particularizam o Estado no capitalismo dependente: a dependência em si e a superexploração da força de trabalho. O autor se associa à tradição da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a qual registra suas elaborações pioneiras nas décadas de 1960 e 1970¹⁶, tendo sido retomada por diversas vias a partir dos anos 2000. Embora não se detenha ao Estado em específico – tarefa a que se propõe Osorio (2014) – a TMD trata das formações sociais dependentes, em especial na América Latina, procurando entender as determinações que permitem a reprodução do capital desde seus processos históricos particulares e dos fundamentos da economia política. Como será possível observar mais adiante, os aspectos políticos e sociais não passam tangencialmente por tais elaborações; ainda assim, não se pode afirmar que há uma teoria robusta do Estado dependente posta nos clássicos da TMD, conforme destacado por Bichir (2017).

A unidade dialética entre o geral e o particular permite uma análise coerente da inserção do Brasil no âmbito da acumulação de capital em escala mundial. Esta realidade conflui com o que Trotsky (1978) denominou desenvolvimento desigual e combinado, no qual desenvolvimento e subdesenvolvimento, riqueza e pobreza, compõem duas faces de uma mesma moeda, condições necessárias à manutenção da acumulação mundialmente.

Gunder Frank (1978), em seu texto “Lumpenburguesía: lumpendesarollo”, trabalha as classes sociais na relação entre imperialismo e dependência. Para o autor, a dependência não é só externa; é também condição interna que determina e satisfaz a burguesia dependente, a qual cria políticas de desenvolvimento do subdesenvolvimento, sendo caracterizada como lumpenburguesia. Assim, a lumpenburguesia para Frank (1978) é a própria caracterização da burguesia dependente, uma burguesia que em sua concepção e estrutura precisa manter o subdesenvolvimento para sobreviver enquanto classe dominante.

De acordo com Frank (1978), a relação colonial condicionou as estruturas de classes nos países latino-americanos, e quanto maior a riqueza disponível para ser explorada, mais pobre e subdesenvolvida se tornava a região. Portanto, o desenvolvimento só foi possível onde não havia condições – geológicas, climáticas e de população indígena como força de trabalho – para instaurar a estrutura do subdesenvolvimento. Nesse sentido, dada a dinâmica do mercado mundial e seu interesse no açúcar como mercadoria ao longo do século XVII, as regiões com

¹⁶ Embora tenha outros representantes de nacionalidades diversas, destacam-se aqui Ruy Mauro Marini (2012), Vania Bambirra (2012), Theotonio dos Santos (2018) e André Gunder Frank (1978).

potencial para produção açucareira requeriam amplas extensões de terra e uma grande oferta de força de trabalho, possibilitadas com o sistema holandês de créditos a longo prazo. A partir dessa demanda, as colônias que antes se organizavam em pequenas propriedades passam a dispor de latifúndios, determinando a organização do território – esse era o caso do Brasil. As classes dominantes que se conformavam eram dirigidas por latifundiários e exportadores, sem qualquer interesse no desenvolvimento interno. As independências formais continuaram a atender os interesses externos, e o imperialismo exigiu mudanças internas que uma vez mais condicionaram a estrutura econômica e de classes. Nesse projeto imperialista, a lumpenburguesia é a sócia menor do capital estrangeiro, que para atender ao seu senhor cria políticas, por meio do Estado, que sustentam as economias no lugar do subdesenvolvimento. Isso é condição de existência para a burguesia dependente, incluída aí a burguesia brasileira.

Nesse sentido, a caracterização do Brasil enquanto país dependente no sistema capitalista mundial se deve ao processo histórico específico que constituiu o povo e a nação brasileiros, que desde sua conformação estiveram subordinados aos interesses estrangeiros, e que continua a se reproduzir sob novas formas.

Fernandes (1975, p. 13) afirma que “o tipo legal e político de dominação colonial [na América Latina] adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores”. O autor faz um resgate, definindo fatores estruturais ou históricos que explicam este processo, dando ênfase a quatro tipos de dominação externa: i) as economias portuguesa e espanhola não tinham força suficiente para manter o financiamento das atividades referentes à colonização, cumprindo papéis intermediários subordinados à outros países, como Holanda, França e Inglaterra. “No caso do açúcar brasileiro, por exemplo, o ‘produtor’ colonial retinha um lucro bruto que variava de 12 a 18%; a Coroa absorvia aproximadamente de 25 a 30%; os mercadores holandeses recebiam o saldo e outras vantagens, economicamente mais importantes” (FERNANDES, 1975, p. 14). Ou, nas palavras precisas de Galeano (2002, p. 35) ao comentar a exploração da prata especialmente na Bolívia colonizada, “os espanhóis tinham a vaca, mas eram outros os que bebiam o leite”¹⁷; ii) as nações europeias, em especial a Inglaterra, que conquistaram controle de exportação e importação na América Latina se interessavam mais no comércio que

¹⁷ De acordo com Galeano (2002, p. 36, grifos do autor), “havia uma intensa luta europeia pela conquista do mercado espanhol que oferecia, além disso, o mercado e a prata da América. Um memorial francês do fim do século XVII nos permite saber que a Espanha só dominava, por esta época, 5% do comércio com ‘suas’ possessões coloniais, apesar do ilusionismo jurídico do monopólio: cerca de uma terça parte do total estava em mãos holandesas e flamengas, uma quarta parte pertencia aos franceses, os genoveses controlavam mais de 20%, os ingleses 10% e os alemães um pouco menos. *A América era um negócio europeu*”.

na produção local. Neste período, a dominação externa tornou-se indireta, pois as ex-colônias agora produziam bens primários e “recebiam o primeiro impulso para a internacionalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente” (FERNANDES, 1975, p. 15); iii) a reorganização da economia mundial, a partir da revolução industrial na Europa, revelou o terceiro tipo de dominação externa com a criação de novas formas de articulação entre as economias periféricas e sua relação com as economias centrais, estendendo-se a todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura. Assim, conforme Fernandes (1975, p. 16), “a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”.

O lado negativo desse padrão de dominação imperialista aparece claramente em dois níveis diferentes. Primeiro, no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários. Segundo, no malogro do “modelo” de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações européias hegemônicas. [...] Tanto para o “moderno” como para o “antigo” colonialismo (em termos dos dois padrões de dominação imperialista), a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada. Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos (FERNANDES, 1975, p. 17).

Marini (2011), ao discorrer sobre a integração da América Latina ao mercado mundial, explicita que este processo cria as bases para o desenvolvimento capitalista central, e com base nas elaborações marxianas, ressalta que a colonização permite o desenvolvimento do capital comercial e do capital bancário na Europa, os quais possibilitaram o surgimento da grande indústria. Com a revolução industrial e as independências formais das colônias latino-americanas, as economias destes países passam a gravitar em torno da Inglaterra, por meio da exportação de bens primários. Assim, a partir da inserção subordinada dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, configura-se a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134).

A posição ocupada pelas sociedades latino-americanas no plano internacional, tanto do ponto de vista econômico quanto político, militar e tecnológico, imprime a esses Estados a característica de subsoberania que, de acordo com Osorio (2014), expressa a incapacidade das classes dirigentes de lutarem por seus interesses em razão das limitações impostas pelas “situações de dependência” e o sistema interestatal. O fato de que sejam sócias das burguesias

estrangeiras obriga a dividirem com essas não apenas os lucros econômicos, mas também o poder político. Esta característica das burguesias dependentes exige que elas se apoiem em um Estado forte e autoritário para fazer frente a todos os demais atores com quem precisam lidar no exercício de sua dominação: burguesias estrangeiras, Estados imperialistas e classes subalternas.

Na mesma direção, destaca-se que a autocracia, enquanto forma de poder do Estado, é fruto das características da própria burguesia dependente subordinada ao imperialismo, sem projeto autônomo nacional e em permanente autodefesa. Assim, o que Fernandes (2005; 2019) denomina Estado autocrático burguês estabelece formas de violência institucionalizadas a partir das estruturas de poder do aparato estatal, mesmo sob as aparências de um regime democrático. Para o autor, o poder é exercido por “um grupo reduzido de pessoas ou grupos de pessoas, civis e militares, que ocupam posições estratégicas de mando, tomam decisões sem recorrer ao consentimento expresso de maiorias ou que dependem do consentimento tácito de pequenos setores dominantes” (FERNANDES, 2019, p. 87). Isso não significa que o caráter autocrático do Estado prescinde da hegemonia, mas que a partir dessa característica as classes dominantes precisam desenvolver mecanismos distintos daqueles estabelecidos nos países centrais para garantir a dominação e a exploração. Se, nos termos de Gramsci, hegemonia quer dizer a capacidade de fazer o projeto particular de uma classe ou fração aparecer como projeto de toda a sociedade, essa universalização pode ocorrer com a direção intelectual e moral, mas também com coerção. O que acontece sob a dependência é uma maior incidência estrutural da dimensão coercitiva, posto que a implementação do projeto da burguesia dependente tem espaço menor para conquistas das classes subalternas. Ainda assim, busca-se a capacidade de direção e o convencimento por meio dos aparelhos privados de hegemonia.

Marques (2015, p. 40), em constante diálogo com a obra de Fernandes, afirma que a nação brasileira em sua configuração de unidade territorial e de poder, “apenas se constitui a partir de um viés autocrático”, consolidando uma cultura autocrática que baliza as relações sociais no país. Nesse escopo,

a oligarquia “tradicional” (ou agrária) e a “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais, financeiros e industriais) se constituíram em uma classe burguesa de perfil aristocrático, tendo no Estado seu ponto de centralidade e unificação de interesses. Assim, essa burguesia, ao herdar o caráter autocrático de sua origem oligárquica, modernizou-se dentro e a partir do seu prévio vínculo estatal, realizando sua unificação no plano político, antes mesmo de convertê-la em unidade econômica (MARQUES 2015, p. 46).

É nesse viés que se constitui a *hegemonia comprometida* mencionada por Vânia Bambirra (2012). O desenvolvimento industrial de parte da América Latina, embora voltado aos interesses dos países imperialistas e dos setores oligárquicos minerador, latifundiário e comercial exportador, contava com uma estrutura interna com dinâmica relativa própria. As condições internacionais como as grandes guerras e a crise econômica mundial de 1929 estimulam o processo de substituição de importações nos países dependentes, que puderam aproveitar essas oportunidades quando tinham um mercado nacional já estruturado, bem como um processo produtivo baseado majoritariamente em relações capitalistas. Para a autora, “é no seio desse sistema de dominação oligárquico – como parte do contexto do capitalismo mundial – que surgirá e se desenvolverá uma burguesia vinculada à indústria” (BAMBIRRA, 2012, p. 76). A indústria surge impulsionada pelas necessidades do setor exportador, mas desenvolve sua própria dinâmica e uma independência relativa deste setor, pois precisa dele para sua sobrevivência e expansão. Nesse sentido, as duas frações da classe dominante coexistem¹⁸, sem que haja um processo revolucionário com transformação radical das relações de produção, tal qual realizado por parte da burguesia europeia. Por isso, não se pode dizer que este processo seja uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo, mas certamente expressa o compromisso entre as frações de classe no bloco no poder, com hegemonia da fração industrial. Os governos de Vargas no Brasil foram expressão dessa consolidação dos interesses da burguesia industrial, por meio da *hegemonia comprometida*.

Bambirra (2012, p. 92) afirma que “é esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites”. Tais limites referem-se, por exemplo, à ausência de reforma agrária, o que ampliaria o mercado interno e, portanto, beneficiaria a indústria nacional. Além disso, a autora destaca a intervenção do Estado em especial nos períodos de crise do setor exportador, por meio de uma série de medidas em favor das oligarquias, ainda que isso tenha ocorrido para proteger os interesses do sistema em seu conjunto, posto que a indústria só se desenvolve a partir dessa base. Marini (2012a), tratando do mesmo processo, afirma que o Estado que se estabelece é um *Estado de compromisso*, ou o *compromisso de 1937* selado com o Estado Novo, reflexo da complementaridade que cimentava as relações entre burguesia agrário-mercantil e burguesia industrial ascendente.

¹⁸ “Tal interdependência se reflete de forma muito nítida na medida em que os capitais gerados no setor exportador são transferidos ao setor industrial (direta ou indiretamente, como, por exemplo, através do sistema bancário ou mediante subsídios estatais) e possibilitam sua expansão” (BAMBIRRA, 2012, p. 79).

Ressalta-se que a situação de compromisso não se dá da mesma maneira com relação às classes dominadas, pois as concessões à classe operária e às classes médias não afetavam os interesses da burguesia. Conforme Bambilra (2012, p. 94-95), as conquistas da classe trabalhadora, como legislação trabalhista e sindical e a criação de cargos públicos no aparelho estatal, foram “condições necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer” e não foram “penosas para as classes dominantes”. Segunda a autora, a forma assumida pela situação de compromisso no plano político foi o populismo¹⁹, perceptível no Brasil com o “varguismo”. Nesse período o Estado, para além do papel de “regulador da vida social”, foi levado a atuar como “Estado empresário” ou “Estado investidor”, por meio da promoção direta de obras de infraestrutura e criação de empresas nacionais (BAMBIRRA, 2012; IANNI, 1986; OSORIO, 2014).

Todavia, Marini (2012a, p. 140) destaca a ruptura da complementaridade entre burguesia agrária e industrial:

Graças à acumulação de estoques invendáveis que, devendo ser financiados pelo governo, representavam uma imobilização de recursos subtraídos à atividade industrial, a agricultura já não oferece à indústria o montante de divisas que esta necessita, em escala crescente, para importar equipamentos e bens intermediários, seja para manter o parque industrial existente em atividade, seja, principalmente, para propiciar a implantação de uma indústria pesada.

Além disso, a dificuldade de abastecimento do mercado interno e a alta de preços agrícolas, bem como a ausência de força de trabalho qualificada exigida pela modernização tecnológica, fazem com que a burguesia industrial procure rever o compromisso de 1937. Externamente, no entanto, os interesses de expansão dos capitais das economias desenvolvidas no pós-guerra pautam a intervenção imperialista nos países da América Latina.

No período pós Segunda Guerra, os Estados Unidos conseguiram tirar proveito da situação mundial em razão de sua participação vitoriosa na guerra, do bloqueio do campo socialista e do Plano Marshall de reconstrução da Europa, afirmando-se como centro hegemônico imperialista. Esse elemento muda as relações com os países latino-americanos, em especial com aqueles que já tinham consolidado uma base de industrialização, pois tornam-se terreno para a expansão das grandes empresas multinacionais. No caso do Brasil, “tratava-se de impossibilitar o acesso da burguesia brasileira a recursos que lhe permitissem superar com

¹⁹ Bambilra (2012, p. 95) define o populismo historicamente situado como “a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes”.

relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçá-la a aceitar a participação direta dos capitais privados estadunidenses” (MARINI, 2012a, p. 145). Assim, de acordo com Bamberger (2012, p. 98-99) a desnacionalização dos meios de produção trouxe consigo a desnacionalização da própria burguesia, e “a nova expansão do imperialismo conseguiu frustrar de modo definitivo essa hegemonia historicamente efêmera”.

Este momento histórico é definido por Fernandes (1975, p. 18) como o quarto tipo de dominação externa, a partir da expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos (esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada), caracterizando o capitalismo monopolista e trazendo novos mecanismos de “controle interno das economias dependentes pelos interesses externos”.

Nesta fase de integração monopólica, Bamberger (2012) explicita os novos mecanismos de subordinação das burguesias latino-americanas ao capital estrangeiro, posto que este conduz a industrialização e orienta o mercado de consumo com a mediação dos Estados nacionais. A autora afirma que, a partir do final dos anos 1940, o imperialismo²⁰ “em sua corrida expansionista e integradora, [...] pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos que passam a ser mais vantajosos na atual fase: os investimentos no setor manufatureiro” (BAMBERGER, 2012, p. 125). Deste modo, “o imperialismo era um elemento constitutivo interno do sistema de dominação” (BAMBERGER, 1977, p. 8) e sua contraface, a dependência²¹, condiciona as estruturas internas dos países dependentes, possibilitando a perpetuação das condições de domínio e subordinação.

A expansão capitalista apoiada cada vez mais no capital internacional agrava as contradições deste período até que, diante das limitações impostas pela dependência, a classe dominante lança mão do autoritarismo para reconfigurar o bloco no poder, desfazendo a institucionalidade anterior e criando o “Estado de Contrainsurgência” (MARINI, 2018). Esta mudança não ocorre sem a resistência dos trabalhadores, tolhidos com a dimensão coercitiva do aparelho estatal. A doutrina de segurança nacional, inspirada da estratégia estadunidense de contrainsurgência em enfrentamento ao perigo comunista, afirmava o aniquilamento do

²⁰ De acordo com Lenin (2012, p. 123), “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral”, e compreende um novo estágio da acumulação de capital com predomínio dos monopólios, do capital financeiro, da exportação de capital e da partilha territorial do mundo entre nações e empresas. Nesse processo de partilha geopolítica, os países dependentes encontram-se subordinados aos países imperialistas, os quais exercem a relação de dominação permitida pelo desenvolvimento histórico das conquistas territoriais durante o período da acumulação primitiva.

²¹ Para Bamberger (1977, p. 18), “a teoria do imperialismo de Lenin deve ser ampliada com novos elementos, a partir da associação com a teoria da dependência, resultando em uma unidade teórica, fruto da unidade histórica concreta”.

inimigo, conquista de bases sociais e institucionalização do novo arranjo. O bloco no poder conforma-se, então, com a subordinação das demais frações burguesas à burguesia monopolista, “mediante os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira” (MARINI, 2018, p. 4). De acordo com Osorio (2014), este novo arranjo de classes lança as bases para o neoliberalismo na América Latina.

Em análise próxima, Ianni (1974) indica que o imperialismo se manifesta nas relações econômicas e políticas do país dependente, se inserindo e difundindo no interior da sociedade subordinada, posto que a dependência estrutural envolve também a organização e funcionamento do poder político.

Como produto da combinação dinâmica e crítica das relações e estruturas de dominação política e apropriação econômica, conforme a situação real das forças presentes em dado momento, o Estado do país dependente passa a ser um elo importante no funcionamento do imperialismo. A um só tempo, o aparelho estatal do país dependente pode ser expressão das forças mais ativas da sociedade nacional, instrumento da classe dominante local e elo essencial na cadeia de relações e estruturas do imperialismo (IANNI, 1974, p. 109).

Em outra obra, Ianni (2019) apresenta uma síntese da economia política durante a ditadura civil-militar no Brasil. Em primeiro lugar, “a ditadura desenvolveu, aperfeiçoou ou ‘modernizou’ o aparelho estatal, de modo a garantir a estabilidade social e política conveniente ao capital financeiro nacional e estrangeiro” (IANNI, 2019, p. 83). O Estado – com destaque para o planejamento econômico a partir de planos e programas governamentais – favoreceu o capital monopolista por meio de “políticas de isenções de impostos, concessão de incentivos fiscais, créditos, avais e outras” que “favoreceram amplamente a concentração e centralização do capital”, transferindo recursos do poder estatal para as classes dominantes. Referindo-se ao mesmo período ditatorial, o autor chama a atenção para a violência estatal operada como técnica e potência política e econômica. Por fim, Ianni (2019, p. 86) destaca o predomínio do capital imperialista e o poder concedido à grande burguesia financeira, “sem que essa precisasse necessariamente fazer-se presente no exercício do governo”. Embora esteja tratando do período de ditadura e dos objetivos econômicos do grande capital ao articular o golpe de 1964, Ianni (1986) apreende que, de maneira geral, o Estado no capitalismo dependente é ainda mais ativo no planejamento e intervenção econômicos. Tal compreensão conflui com as análises de Fernandes (2005; 2019) e Osorio (2014) acerca da necessidade de um Estado forte e com dimensões autoritárias, mesmo sob feições democráticas, como forma de compensar a subsoberania e as debilidades econômicas da burguesia dependente.

É importante destacar que a debilidade aqui ressaltada é econômica, como expressão da subordinação da economia dependente ao imperialismo. Por isso, não há contradição com as elaborações de Fernandes (2005) quando este discorda que exista uma fraqueza estrutural da burguesia enquanto agente político, posto que ela apresenta força capaz de conformar a hegemonia, tese com a qual concordamos. A burguesia dependente tivera força política para impor o padrão de dominação, concretizando alianças com as oligarquias. Contudo, economicamente é débil na medida em que sua manutenção como classe depende da transferência de valor e da superexploração, exigindo demonstrar sua força política na relação com os trabalhadores.

Esses aspectos são relevantes para a apreensão da impossibilidade de desenvolvimento de um projeto nacional autônomo levado a cabo pelas classes dominantes no capitalismo dependente, visto que a própria constituição da industrialização brasileira ocorreu por meio da importação de máquinas e equipamentos fabricados nos países capitalistas centrais e neles já obsoletos, condicionando a burguesia brasileira aos interesses externos e às necessidades de escoamento da superprodução dos países imperialistas (MARINI, 2011; BAMBIRRA, 2012). Além disso, a partir da década de 1950, o Estado passa a apresentar estímulos e facilidades à penetração do capital estrangeiro no setor industrial, por meio de políticas econômicas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), “com objetivo de criar as condições para manter uma estabilidade monetária mínima, que assegure um nível mais alto de acumulação e estimule a concentração e centralização de capitais” (BAMBIRRA, 2012, p. 136).

Destaca-se que, de acordo com Marini (2012b), embora a concentração e centralização de capitais seja uma característica geral do capitalismo na era dos monopólios, o ciclo do capital na economia dependente, em razão do elevado número de empresas estrangeiras operando em seu interior com maior grau de tecnologia implicada no processo de produção e menor custo de produção, tende a acumular mais-valia extraordinária em maior proporção que as empresas nacionais. Dessa maneira, as empresas menores, sem condições de competir da mesma forma na segunda fase da circulação – realização das mercadorias –, são destruídas ou incorporadas às multinacionais ou demais empreendimentos com aporte de investimento estrangeiro. Por isso, a tendência à monopolização é ainda maior nos países dependentes.

Com relação aos mecanismos que constituem e possibilitam a manutenção da dependência, Marini (2011, 2012a) aponta: i) transferência de valor; ii) superexploração da força de trabalho; iii) ruptura entre produção e consumo das massas. Para o autor “nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu

as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite” (MARINI, 2012a, p. 63). Com essa afirmação, é evidente que os processos que possibilitam a reprodução da dependência estão inseridos nos marcos da lei geral da acumulação capitalista, onde o trabalho é central para a produção de mais-valia²² e, portanto, para a reprodução do capital (MARX, 2013).

A particularidade do ciclo do capital nas economias dependentes tem seu ponto de partida essencialmente na transferência de valor, compreendida como o excedente produzido por meio do trabalho não pago (mais-valia) e transferido para os países centrais. Isso decorre do que Marini (2011) caracteriza como troca desigual. Em decorrência das diferenças entre as capacidades produtivas dos países dependentes e imperialistas – que se expressa em compra e venda de produtos com preços maiores ou menores no mercado mundial –, há uma transferência de valor contínua da periferia para o centro. Por isso, embora apareça como um problema na circulação, pois suas principais formas se concretizam pela remessa de lucros, pagamento de juros e serviço da dívida, a transferência de valor decorre das condições de produção. Nos termos de Marini (2012a, p. 52), “uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”.

Tal mecanismo gera, por sua vez, a ruptura entre produção e necessidade de consumo das massas (MARINI, 2011). No primeiro e segundo tipos de dominação externa, citados por Fernandes (1975), o consumo interno se realizava através das importações, enquanto a produção interna – de bens primários – era escoada pelas exportações. No entanto, após o desenvolvimento da industrialização e da vinculação orgânica entre burguesia brasileira e capital internacional imperialista, segundo Marini (2011), essa ruptura passa a ocorrer no próprio mercado interno, entre esfera baixa – trabalhadores – e esfera alta de consumo – burguesia.

Nas economias centrais, com o avanço das tecnologias e incorporação às exigências determinantes para a reprodução da vida do trabalhador, as mercadorias destinadas à esfera alta passam a compor o que Marx chamou de elemento histórico-moral do valor da força de

²² Segundo Marx (2013, p. 293), “o segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não apresenta para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada”.

trabalho, transformando-se em produtos de consumo popular²³ (LUCE, 2013). No entanto, este processo não se dá da mesma forma nas economias dependentes.

Se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho (LUCE, 2013, p. 161).

Isso ocorre porque a produção industrial latino-americana não depende exclusivamente das condições de salário dos trabalhadores, isto é, o valor das mercadorias produzidas não determina o valor da força de trabalho. Ou, em outras palavras, o aumento da produtividade não é acompanhado pelo aumento real dos salários.

A burguesia local, então, se utiliza da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação das perdas decorrentes da transferência de valor, caracterizando-se como o princípio fundamental da economia subdesenvolvida pautada pela troca desigual (MARINI, 2011, 2012b). Isto significa que, para a garantia da acumulação de capital em escala mundial e para a manutenção da taxa de lucro das burguesias nacionais associadas ao capital estrangeiro, há uma elevação da taxa de mais-valia sem a respectiva ampliação da produtividade, por meio do aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada e/ou remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

Embora a superexploração da força de trabalho seja considerada um mecanismo de compensação das perdas para os capitais com menor composição orgânica, as empresas monopolistas são mais uma vez privilegiadas, posto que a massa de salários pagos por elas é reduzida em termos relativos, diminuindo seus custos de produção. Segundo Marini (2012b, p. 30), se estabelece “um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário”. Tal fenômeno acentua ainda mais as contradições inerentes à lei geral da acumulação capitalista nos países dependentes, tornando-se mais difícil satisfazer as necessidades consideradas básicas

²³ Conforme Luce (2013, p. 159), “produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, ou seja, bens de consumo necessário que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dois exemplos notórios, o televisor e a máquina de lavar, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970 hoje são valores de uso encontrados inclusive nos lares de famílias que vivem em moradias precárias e com renda familiar abaixo do necessário. Tais valores de uso deixaram a condição de bens de luxo tanto porque o avanço da fronteira tecnológica barateou a sua produção como porque passaram a expressar necessidades que a sociabilidade capitalista colocou para os trabalhadores”.

ou essenciais para a reprodução da vida do/a trabalhador/a.²⁴ Esse fato se traduz em alto grau de enfrentamento entre os interesses da burguesia e da classe trabalhadora e, em razão disso, elevado nível de conflitos sociais, “alguns latentes e muitos outros manifestos” (OSORIO, 2014, p. 209).

Nas palavras de Marini (2012a, p. 62), “o desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho”. Isso desencadeia o crescimento do que Marini (2012, p. 68) denomina populações marginais urbanas ou subproletariado, parcela da população “sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais”, fortemente atingida pela violência estatal – não somente em períodos de exceção, mas como elemento constitutivo do controle político-econômico sobre a população e a pobreza.

Acrescenta-se a isso o racismo estrutural, como um veículo fundamental das contradições que conformam a sociabilidade capitalista, em especial nas formações sociais com passado colonial (ALMEIDA, 2018). De acordo com Almeida (2018, p. 144), “a escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade quanto do capitalismo, de tal modo que não há como falar de um sem o outro”. Com base em Clóvis Moura, Almeida (2018, p. 146) afirma que após a abolição da escravidão no Brasil, o status de igualdade jurídica para a população negra foi um “mito protetor para esconder as desigualdades sociais, econômicas e étnicas”, na medida em que insere essa parcela da população numa sociedade racista cujos critérios de seleção são igualmente racistas. Segundo o autor, manter os negros subalternizados alimenta os interesses das classes dominantes de baixar os salários dos trabalhadores em seu conjunto.

De acordo com Rocha (2017), a particularidade da contradição entre capital e trabalho na América Latina se estrutura a partir do capitalismo colonial, onde a fração comercial do capital era protagonista, e cuja força de trabalho empregada era da população negra e originária escravizada. Assim, segundo Rocha (2017, p. 234),

não cabe desconsiderar a condição histórica-estrutural anterior dos trabalhadores e trabalhadoras, pois tal configuração os coloca frente ao avanço capitalista numa condição particular de opressão. Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma particular de

²⁴ No Brasil, é possível observar o fenômeno da superexploração da força de trabalho se considerado o valor do salário mínimo nominal e os estudos do DIEESE (2020) que indicam o que seria o salário mínimo necessário: R\$ 1.045,00 em detrimento de R\$ 4.366,51 em abril de 2020.

reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea.

Frente a esse contexto dependente de conformação da força de trabalho e às condições da burguesia para estabelecer a hegemonia, as intervenções estatais na regulação da reprodução social têm características específicas, determinando o fundo público e a política social, como será desenvolvido a seguir.

1.2 Fundo público e política social: elementos constitutivos da hegemonia burguesa

1.2.1 A política social no capitalismo e seus traços gerais na economia dependente

Sob determinadas condições postas pela dependência – transferência de valor e superexploração – o Estado subsoberano apresenta as características evidenciadas na seção 1.1. Todavia, esse mesmo Estado, por meio do fundo público, é responsável por concentrar os recursos advindos do trabalho excedente e do trabalho necessário e direcioná-los com o estabelecimento de políticas econômicas e sociais. Assim, Estado, fundo público e política social são categorias articuladas e necessárias para a compreensão da reprodução do capital e da força de trabalho; portanto, para a perpetuação da exploração e dominação capitalistas, na medida em que são condições e resultados da hegemonia.

Nesse sentido, embora a política social seja determinada pelo modo de produção capitalista, é determinada também, no nível mais concreto, pela formação social dependente e a participação de seu Estado na acumulação de capital (ROCHA, 2017), bem como pela luta de classes nas formas em que se constitui a partir de uma classe trabalhadora superexplorada e de uma burguesia subordinada ao imperialismo.

A apresentação de tais condições não tem por objetivo traçar uma relação fatalista ou conformista com a realidade, mas ao contrário, evidenciar que a luta de classes nos países dependentes tem peculiaridades, posto que a luta por reformas tensiona o capital de maneira mais acirrada que nos centros capitalistas. Como defendido por Trotsky (2016, p. 3), esta mediação entre a luta imediata e a luta mais ampla ocorre com um “sistema de *reivindicações transitórias* que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo

proletariado”. Segundo ele, o programa da socialdemocracia clássica era dividido em programa mínimo, que se limitava a reformas no quadro da sociedade burguesa, e o programa máximo, que reivindicava de forma abstrata o socialismo; entre ambos não havia mediação, pois não havia um compromisso real com a revolução socialista.

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo, à medida que elas conservaram alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz este trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais mínimas das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente - e isto ocorre a cada passo -, a IV Internacional avança um sistema de *reivindicações transitórias*, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho programa mínimo é contentemente ultrapassado pelo *programa de transição*, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária. (TROTSKY, 2016, p. 3, grifos do autor).

As políticas sociais, pensadas como reivindicações transitórias, são elaboradas no âmbito dos interesses de classe presentes na sociedade civil e condensados no Estado em sua dimensão ampliada, e, embora sejam direcionadas ao atendimento dos interesses do capital, podem favorecer as lutas dos/as trabalhadores/as em determinados momentos históricos. Reconhecendo as limitações para a efetivação de reformas no capitalismo dependente e a impossibilidade histórica da universalização das políticas sociais, destaca-se que tal universalização deve ser reivindicada, em razão de sua importância para a reprodução da classe trabalhadora. No entanto, a limitação da burguesia e o caráter necessariamente agudizado da lei geral da acumulação sob a dependência torna ainda mais latente a vinculação da luta por direitos sociais com a luta mais ampla contra o capitalismo, posto que as reformas aqui não se realizaram tal qual nos países centrais, e tampouco há horizonte de realização.

Na síntese de Boschetti (2016, p. 25), a partir da segunda metade do século XX, “embora com imensas disparidades entre os países de capitalismo central e periférico, o desenvolvimento de políticas sociais passou a ser uma tendência geral das sociedades capitalistas”. No entanto, segundo a autora, sua origem, processo de desenvolvimento, configuração e abrangência dependem das experiências concretas, as quais se relacionam ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, ao papel do Estado e das classes sociais em cada país. Assim, “as condições nacionais atribuem aos sistemas de proteção social características e particularidades que os distinguem sem, contudo, suprimir sua morfologia estruturalmente capitalista” (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

No nível mais abstrato, apreende-se, portanto, a política social como parte da totalidade do sistema capitalista que a estrutura, a partir de sua inserção na esfera da produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, a análise marxista opõe-se ao discurso mistificador acerca da política social como responsável exclusivamente pela distribuição de bens e serviços e por assegurar o bem comum. Barbalet (1989) destaca que o Estado e a classe dominante permitem o avanço da cidadania contanto que com isso obtenham vantagens; caso contrário, a repressão à luta dos trabalhadores é sempre o cenário mais provável. Tal afirmação vai ao encontro da significativa contribuição de Gramsci acerca das concessões das classes dominantes para garantir a hegemonia.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2019, p. 49).

Nessa direção, desmistifica-se a ideia de que a cidadania e os direitos sociais são capazes de eliminar a desigualdade (BARBALET, 1989; BOSCHETTI, 2016). A igualdade real não pode ser concretizada no capitalismo, e os direitos não são capazes de atingir a estrutura da desigualdade de classes, uma vez que esta é fundada na contradição entre capital e trabalho²⁵. Por isso, ainda que haja a garantia legal de determinados direitos de cidadania, a posição de classe estabelece diferentes formas de acesso a tais direitos e “a igualdade de oportunidades conduz à desigualdade de resultados ou de condição” (BARBALET, 1989, p. 34).

Portanto, como anuncia Marx (2001), o direito igual no capitalismo acaba por reforçar a desigualdade, pois continua preso às limitações burguesas.

[...] Este direito *igual* é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe porque todo homem é um trabalhador como os outros. Mas reconhece tacitamente, como privilégios naturais, a desigualdade dos talentos individuais e, por conseguinte, da [desigual] capacidade de rendimento dos trabalhadores. *Portanto, no seu conteúdo, é um direito baseado na desigualdade, como todo direito.* Por sua natureza, o direito só pode consistir no emprego de uma mesma unidade de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos distintos se não fossem desiguais) só são mensuráveis por uma mesma unidade de medida, se forem considerados de um mesmo ponto de vista, apreendidos por um aspecto *determinado*. Por exemplo, no caso presente, enquanto forem considerados *como trabalhadores* e nada mais, fazendo-se abstração de todo o resto. Além

²⁵ Soma-se a isso o imperialismo e a forma de “empurrar” as contradições para outros territórios.

disso: um operário é casado, outro não; um tem mais filhos do que o outro, etc. Para rendimento igual e, portanto, para participação igual no fundo social de consumo, um recebe efetivamente mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito não deveria ser igual, mas desigual. (MARX, 2001, p. 106-107, grifos do autor).

Todavia, os direitos são expressões das relações contraditórias no capitalismo, e ainda que resguardem o processo de acumulação, atribuem condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores; são, portanto, determinados pelas necessidades de reprodução do capital, bem como pela luta de classes. Por essa razão, as análises sobre os direitos e as políticas sociais que os materializam²⁶ devem evitar duas armadilhas: o politicismo, que considera apenas a esfera da política, concluindo que a política social possibilita a universalização de direitos para uma transformação gradual e passiva; e o economicismo, que trata a política social como funcional apenas ao capital. Ambas não consideram o movimento contraditório do real, pois as múltiplas dimensões que atravessam a política social, tais quais a história, a economia, a política e a cultura, devem ser entendidas como elementos da totalidade articulados entre si (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Assim, as políticas sociais podem ser mediações importantes para a luta dos trabalhadores no tensionamento ao capital, ainda que não assegurem a igualdade no capitalismo. Marx, no texto “Sobre a questão judaica”, aborda a condição civil e política dos judeus na Alemanha, afirmando que a emancipação política reduz os homens a cidadãos individuais e egoístas. Entretanto, “a *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010b, p. 41). Sob determinadas condições políticas e com certas garantias de direitos, coloca-se a possibilidade de organização da classe trabalhadora a qual, mediante a luta, pode tornar-se consciente de seu lugar no processo de produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, a sucessiva conquista de direitos não leva a uma automática redução da desigualdade ou transformação do modo de produção, mas no processo de luta os sujeitos históricos acumulam forças na construção de um projeto alternativo de sociedade. Somente com este horizonte é possível enfrentar o desafio da mediação entre a conquista de direitos sociais e a luta política mais ampla.

²⁶ De acordo com Barbalet (1989, p. 36), todos os direitos de cidadania implicam deveres ao Estado. No entanto, segue o autor: “o conceito de direitos sociais pode ser um elemento da crítica à política social que pergunta se determinadas políticas são de fato expressões dos direitos sociais” (BARBALET, 1989, p. 106).

Já no nível temporal mais concreto, Mandel (1985, p. 337) afirma que com a transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para os monopólios ampliam-se as funções do Estado, gerando “uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas”. Em acordo com o que fora explicitado por Mandel, Netto (2011b) ressalta que embora o Estado nunca tenha sido isento na história do capitalismo, no estágio imperialista a intervenção estatal se modifica, passando a exercer uma multiplicidade de funções políticas e econômicas que se imbricam organicamente. Nos termos de Netto (2011b, p. 25), “na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática”. Como instrumento de organização da economia, inclusive na administração das crises, o Estado desempenha funções diretas, como subsídios às grandes empresas monopolistas e socialização das perdas em momentos de crises; e indiretas, como investimentos em infraestrutura e pesquisa, além da preparação e preservação da força de trabalho ocupada e excedente.

A política social, por sua vez, responde à preservação e controle da força de trabalho: da parcela ocupada da classe trabalhadora, mediante a regulamentação das relações de trabalho; e daquela fração que compõe o “exército industrial de reserva”, por meio dos “sistemas de seguro social” (NETTO, 2011b, p. 31). Entretanto, conforme ressalva do autor, o fato de demandas econômico-sociais e políticas dos trabalhadores poderem ser incorporadas pelo Estado não significa que seja um processo natural ou automático.

Na América Latina, onde não se reproduziram²⁷ aquelas condições de universalização das políticas sociais vistas nos Estados europeus do pós-guerra, e com uma população trabalhadora alijada das relações de trabalho formais e regulamentadas, as políticas sociais compensatórias são uma realidade histórica. No caso brasileiro, onde a independência formal ocorrera em 1822, o restante do século foi marcado por intensas lutas sociais (MOURA, 1994; PROCÓPIO, 2017), bem como a conformação de um Estado nacional que implementava as primeiras legislações acerca da força de trabalho, da propriedade da terra, dentre outras. Maricato (1997) ressalta que a Lei de Terras (nº 601 de 18 de setembro de 1850) e a Lei Eusébio de Queirós (nº 581, de 4 de setembro de 1850), não por coincidência foram aprovadas quase conjuntamente. Enquanto esta última tratava da força de trabalho, proibindo a continuidade do

²⁷ E nem poderiam ser replicadas nessa latitude, já que o subdesenvolvimento latino-americano foi condição de existência e desenvolvimento do capitalismo monopolista no centro imperialista.

tráfico internacional de africanos, a Lei de Terras instituía a propriedade privada e a terra como mercadoria, legitimando o latifúndio para aqueles que já detinham terras concedidas pela Coroa anteriormente, e excluindo a possibilidade de pequenos posseiros se instalarem para a subsistência. Dessa forma, se antes de 1850 a posse de escravizados era central para as classes dominantes, após a implementação de ambas as leis referenciadas, a manutenção do poder de classe prescindia desse mecanismo, e a posse sobre a terra passa a ter mais centralidade. A libertação jurídica da população escravizada ocorre décadas mais tarde, em 1888, deixando-a sem nenhuma possibilidade de adquirir terras, tanto no campo como na cidade (MOURA, 1994; MARICATO, 1997).

Moura (1994, p. 69-70) apresenta um longo estudo²⁸ sobre a transição do que ele caracteriza como escravismo pleno para o escravismo tardio, apontando o ano de 1850 como ponto fulcral. Segundo o autor, a Lei da Terra torna-se um “mecanismo regulador e controlador montado para equilibrar e preservar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de uma Abolição com a integração de ex-escravos na sociedade via doação de terras pelo Estado aos egressos das senzalas”. Após a aprovação da lei, essa possibilidade deixa de ser vislumbrada, e o Estado passa a mediar a comercialização da terra cuja posse não é uma realidade para a população escravizada: “dado seu grau de descapitalização (quase absoluto, por sinal) no momento em que fossem libertados, as terras lhes seriam mercadoria de aquisição impossível” (MOURA, 1994, p. 70). Por outro lado, mediante a cobrança de impostos sobre a terra, “o governo poderia obter recursos para subsidiar a imigração, único recurso reconhecido como capaz de resolver o problema da mão-de-obra na agricultura” (MOURA, 1994, p. 72), numa política de branqueamento da população. O autor ressalta que a vida do imigrante também tinha seus percalços, mas “nessa fase de passagem da escravidão para o trabalho livre [ele] teve muito mais oportunidade de se transformar em um proprietário do que o escravo na mesma época, o qual não teve nenhuma” (MOURA, 1994, p. 75).

Tais alterações na legislação expressam as demandas do bloco de poder escravista para que a transição para o trabalho livre ocorresse “de acordo com os seus interesses fundamentais e daqueles dos quais eram internamente os seus agentes caudatários: o imperialismo inglês” (MOURA, 1994, p. 99). Assim, “manteve incólume a estrutura da propriedade fundiária e conseguiu resolver o problema da mão de obra importando imigrantes e conservando os ex-

²⁸ Moura (1994) explicita as diferenças gritantes entre o imigrante e o escravo diante das situações cultural, econômica, política e social no período de escravismo tardio (1850-1888). Tem particular importância, também, a Guerra do Paraguai para a desarticulação das relações escravistas, tendo dizimado “de 80 a 100 mil negros escravos nos campos de batalha” (MOURA, 1994, p. 147).

escravos como massa marginalizada, reserva de segunda categoria do exército industrial” (MOURA, 1994, p. 102). Todo esse processo foi legitimado com a propaganda racista, a ausência de direitos e a repressão violenta de suas lutas e resistências, posto que a violência dos senhores e a desumanização já eram realidades seculares para essa população.

Retomando Maricato (1997, p. 27), a lógica de exclusão colocada nas zonas rurais se reproduzia nas áreas urbanas, o que se observa com um enorme contingente de pessoas – a maioria escravos libertos – vivendo em cortiços, áreas insalubres e sem infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro em 1888. Para a autora, tal característica vai definir a segregação socioespacial, que se estende até os dias de hoje. Ressalta-se aqui o caráter racializado dessa demarcação.

Sobre essa condição, Abdias Nascimento (2016, p. 101) explicita que

se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação [...] e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida [...]. Alegações de que esta estratificação é ‘não racial’ ou ‘puramente social e econômica’ são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira.

A digressão realizada tem relevância pois determina não apenas a desigualdade socioespacial, mas também as formas extremamente desiguais de acesso ao mercado de trabalho no Brasil. Nesse espectro, ao estudar os processos de formação da classe trabalhadora no Brasil, Mattos (2007, p. 8) demonstra que

a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão. Isto, porém, não significa dizer que a classe trabalhadora estava formada no Brasil antes da virada do século XIX para o XX. O que se identificou aqui é que a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. E se a luta pela liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, contando com o apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados nesta luta passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e lutas subsequentes.

Nesse espectro, surgem no final do século XIX as primeiras iniciativas de legislação social no Brasil, que até 1930 contaram com “medidas esparsas e frágeis de proteção social” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 79). Santos (1987) destaca o surgimento de associações privadas voltadas à caridade ainda na primeira metade do século XIX²⁹, mas a iniciativa estatal pioneira foi a lei nº 3.397/1888, que se tratava de amparar os empregados das estradas de ferro do Estado, sob a forma de Caixa de Socorro, abrangendo a burocracia civil e militar.

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 80), em 1923, a aprovação da Lei Eloy Chaves, que criava as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), legitimava direitos trabalhistas e previdenciários para categorias de trabalhadores como ferroviários, envolvidas diretamente na produção e circulação do café, principal mercadoria voltada à exportação e responsável por 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse fato chama especial atenção, posto que demonstra explicitamente como a política social já se conforma e consolida pautada pelos interesses do capital, como elemento constitutivo da hegemonia burguesa.

Embora não seja objeto deste trabalho reconstruir a história da política social no Brasil, é importante destacar brevemente dois momentos decisivos: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, e a Constituição Federal de 1988. De acordo com a crítica de Santos (1987, p. 69), a partir da adoção das medidas previstas na CLT a carteira de trabalho se torna uma “certidão de nascimento cívico”. A cidadania – restrita aos limites da autocracia burguesa – se configura destituída de caráter universal, pautada em políticas compensatórias e seletivas. A parcela das classes subalternas inserida nas relações formalizadas de trabalho obteve acesso aos serviços sociais de saúde, aposentadorias e pensões, principalmente. O restante da população, naquele então a maioria dos brasileiros, mantinha-se desprovido de direitos sociais.

Em 1950, a população economicamente ativa era de 14,6 milhões de pessoas num universo de 52 milhões de brasileiros, segundo dados do censo demográfico do IBGE³⁰. O número de carteiras profissionais emitidas durante a década de 1940 foi pouco mais de 2,4 milhões (IBGE, 2020), o que significa que no ano de 1950 cerca de 17% da população ocupada possuía carteira de trabalho³¹. Isso evidencia que uma parcela ínfima de trabalhadores acessava

²⁹ Santos (1987) comenta sobre a fundação da Sociedade Musical de Beneficência, em 1834, e a Sociedade Animadora da Corporação de Ourives, em 1838.

³⁰ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288#n1/all/v/all/p/all/c1/all/d/v1000606%202/l/v.c1,t+p/resultado>. Acesso em 05/02/2020.

³¹ Ressalta-se que a emissão da carteira não significava garantia de que seu portador estaria empregado formalmente ou sequer empregado; contudo, não era possível que alguém tivesse acesso ao mercado formal de trabalho sem possuir uma carteira de trabalho. Esses fatos permitem afirmar que, na melhor das hipóteses, mais de 50% da força de trabalho urbana em 1950 não tinha acesso ao mercado de trabalho formal e que mais de 80% dos trabalhadores brasileiros não possuíam acesso ao trabalho formal. Vale notar que os percentuais de acesso podem estar superestimados porque foram calculados sobre a população economicamente ativa (aquela que efetivamente

as políticas sociais, uma vez que estas estavam vinculadas às ocupações. A população rural e os ex-escravizados que poucas décadas antes tinham migrado para o “trabalho livre” não adquiriram status de assalariados, conformando uma classe trabalhadora desempregada, subempregada, fragmentada, informal, sem salários regulares capazes de repor a força de trabalho. Tais características, embora acentuadas no final do século XX com o neoliberalismo, já estavam presentes e estruturam o mercado de trabalho no Brasil. De acordo com dados da PNAD (2020a), no quarto trimestre de 2018 apenas 35,5% das pessoas ocupadas tinham carteira assinada, enquanto outras 12,4% eram empregadas sem carteira assinada e 25,6% trabalhavam por conta própria, explicitando a permanência das condições desiguais de acesso ao trabalho.

Sob essas bases e no contexto da hegemonia comprometida, explicitada na seção 1.1 deste trabalho, a política social durante o período da ditadura civil-militar foi a política do Estado de contrainsurgência, que aprofundou a dependência e a superexploração da força de trabalho, na medida em que os salários foram bastante desvalorizados (COSTA, 2013). *Paripassu*, o aparelho estatal foi modificado a partir do que Ianni (1986) denomina “tecnoestrutura estatal”, que juntamente com o insulamento burocrático visavam garantir a estabilidade social para o capital internacional e financeiro.

Demier (2017) ressalta que, no Brasil, a transição gradual da ditadura civil-militar para a democracia liberal blindada foi realizada pelas cúpulas dirigentes do próprio regime ditatorial-militar. De acordo com Demier (2017, p. 54-55), “os teóricos neoconservadores indicavam para a América Latina a edificação de um regime democrático de tipo ‘procedimental’, o qual seria vertebrado por instituições e uma lógica de funcionamento que garantissem a ‘governabilidade’”. Isso deveria ocorrer com a desmobilização e apatia dos cidadãos, na medida em que as eleições regulares fossem disputadas “apenas por ‘elites políticas’ pró-status quo”.

No entanto, segundo Demier (2017), houve um erro de percurso nesse período de transição no Brasil, posta a reorganização sindical e política da classe trabalhadora ainda sob a ditadura civil-militar no final da década de 1970, com a proliferação de uma série de aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e das classes subalternas. Com isso, a Constituição Federal de 1988, “principal resultado jurídico-político do processo de transição”, acabou por travar um conteúdo contraditório, “mesclando aspectos progressistas e conservadores” (DEMIER, 2017, p. 58). Nesse contexto, a Constituição se torna um marco

trabalhava) e não sobre a população em idade ativa, que também inclui pessoas que não trabalhavam (independente das razões). O procedimento alternativo tenderia a reduzir os percentuais de acesso ao mercado de trabalho formal.

importante ao assegurar os direitos sociais no artigo 6º e apontar para a efetivação das políticas sociais que compõem a seguridade social, além da educação, política urbana, dentre outras.

A Constituição de 1988³², então, apresentou um conjunto de mudanças no que se refere às políticas sociais, abrangendo setores que até então não tinham quaisquer garantias de direitos. Embora a legislação apontasse para os princípios da universalidade e isonomia, isso nunca chegou a ser implementado, pois “o texto constitucional por si só não é capaz de estruturar uma rede de proteção social” (BRETTAS, 2017, p. 59). Segundo a autora, a dependência e o movimento da luta de classes vão determinar os desafios para a efetivação dos direitos constitucionais, muitos dos quais dependiam de legislações complementares e de “condições históricas e materiais que não estavam devidamente consolidadas”.

Esta ressalva parece ser importante tendo em vista que a análise das políticas sociais a partir dos anos 1990 precisa considerar o que de fato estava estruturado até o final dos anos 1980. A não implementação das definições constitucionais não permite afirmar, de imediato, o desmonte das políticas, haja visto que suas bases ainda estavam por ser montadas. A reflexão sobre as mudanças na configuração das políticas sociais nas últimas décadas exige também enfrentar o desafio de identificar e separar os *aspectos estruturais e conjunturais* que marcam a acumulação capitalista no Brasil a partir dos anos 1990 (BRETTAS, 2017, p. 59-60, grifo nosso).

Aí destaca-se o que vinha sendo delineado acima acerca do mercado de trabalho e das políticas sociais desde o século XIX, como aspectos estruturais da formação social no Brasil. É nesse contexto que se desenvolve a ofensiva neoliberal³³, como estratégia do capital imperialista para resolver a crise econômica e recompor a hegemonia. Sob as particularidades postas aqui, “a fragmentação, a focalização e a privatização sempre estiveram presentes nas políticas sociais [...]. Embora assumam contornos mais profundos no neoliberalismo, estes traços não parecem suficientes para caracterizar este período” (BRETTAS, 2017, p. 62). Segundo a autora, o que de fato se torna o principal determinante da política social é a financeirização.

Embora já estivessem presentes na política social brasileira os elementos de privatização, parcerias, fragmentação e focalização, em acordo com Brettas (2017), Iasi (2017) destaca o que parece ser um aspecto de particularidade do neoliberalismo: esses elementos passam a ser exaltados e apresentados ideologicamente como “virtuosas formas de tornar o

³² A promulgação da Constituição foi antecedida por um longo processo de Constituinte, em um contexto de redemocratização após 21 anos de ditadura civil-militar, que não passou sem contradições e embates políticos entre projetos de classes – embora em condições desiguais de participação da população (FERNANDES, 2014).

³³ Na seção seguinte (1.2.2) buscar-se-á aprofundar a discussão sobre o neoliberalismo no Brasil. Por enquanto, o que se pretende até aqui é evidenciar as características gerais da política social sob a dependência, cujas limitações estruturais são bastante anteriores à ofensiva neoliberal.

Estado mais próximo da ‘sociedade civil’ e daqueles que, de forma participativa, conduzem ações para solucionar seus problemas”, em “parceria” com o poder público (IASI, 2017, p. 239). Trata-se de um “pacto sem benefícios” para a classe trabalhadora.

Nesse viés, de acordo com Rocha (2017), a política social no capitalismo dependente tende à monetarização e ao incremento do consumo, condições necessárias à reprodução do capital, posto que as relações de trabalho não colocam essa possibilidade para a classe trabalhadora em geral. Para a autora, “trata-se de uma forma de coadjuvar a acumulação de capital considerada a forma peculiar com que se reproduz na América Latina, bem como a *parca fração da massa global de mais-valia para investimento em gasto social pelo Estado*” (ROCHA, 2017, p. 251, grifo nosso).

Marini (2012b) destaca que a primeira questão a ser observada quando se analisa o ciclo do capital na economia dependente é a origem do capital dinheiro, o qual provém de três fontes³⁴: capital privado interno, investimento público estatal e capital estrangeiro. Quando concluído o ciclo, o capital estrangeiro se apropria de parte da mais-valia sob a forma de lucro (no caso de investimento direto) ou juros (quando se trata de investimento indireto), no que é caracterizado como transferência de valor ao exterior. Portanto, nesse primeiro momento do ciclo do capital, “atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro” (MARINI, 2012b, p. 26). Marini ressalta, ainda, que até o final da década de 1960 predominava o investimento direto na América Latina, mas desde a década de 1970, em países com maior desenvolvimento relativo como Brasil e México, a forma predominante passa a ser o investimento indireto, com protagonismo do capital financeiro. O capital estrangeiro, então, “além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia” (MARINI, 2012b, p. 25).

Nessa esteira, o que permanece em solo nacional é parco para a destinação aos gastos sociais, impactando as políticas sociais e, em acordo com Paiva, Rocha e Carraro (2010) tornando ainda mais relevante a luta das massas por garantias mínimas para a reprodução da vida. Em uma sociedade marcada pela superexploração, onde a maior parte da classe

³⁴ Detalham-se aqui as três fontes: i) o capital privado interno, isto é, a parte da mais-valia gerada no interior da economia, independentemente da propriedade jurídica ser estrangeira ou nacional; ii) o investimento público estatal, com fontes diversas como impostos diretos e indiretos sobre o capital e sobre o capital variável, bem como os lucros advindos das empresas estatais; iii) o capital estrangeiro, que pode se apresentar como investimento direto e apropriação total ou parcial da mais-valia gerada, ou como investimento indireto sob forma de empréstimos e financiamentos.

trabalhadora não tem salário ou salário insuficiente para a reprodução de sua força de trabalho, as configurações das políticas sociais devem ser pensadas de maneira distinta daquelas dos países centrais.

Desde a América Latina, em virtude da materialidade histórico-concreta da superexploração da força de trabalho e seus reais efeitos sob as condições de vida das massas, acreditamos que é preciso construir políticas sociais a partir de esquemas próprios, que afastem as tradicionais configurações que se baseiam exclusivamente no mercado de trabalho formal e/ou com formulações que seguem os modelos ditados a partir dos organismos multilaterais (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2010, p. 166).

As autoras ressaltam a importância da participação e do protagonismo popular nas decisões referentes à política social, a qual pode se inserir “no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas” e “operacionalizar mecanismos de realização da participação e da autonomia” (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2010, p. 174).

Como assinala Netto (2004), a participação das classes subalternas nas esferas da sociedade civil deve se articular com instâncias de universalização da vontade política para que contribua efetivamente para uma democracia de massas; caso contrário torna-se reprodutora da ordem liberal-corporativa do capital. Marques (2015) destaca a democracia de cooptação como a forma política da cultura autocrática antissocial e antinacional, racista e violenta. Nos termos da autora,

Não queremos dizer com isso que não possuímos uma democracia formal ou direitos de cidadania assegurados, ambos existem nos limites possíveis a um país de capitalismo dependente em tempos de neoliberalismo. Mas, o que se apresenta aqui é a nossa peculiaridade: uma democracia e cidadania de *essência flexível*, facilmente enrijecida a partir do momento em que a organização e pressão da classe trabalhadora expressem um caráter mais amplo, independente e não cooptável. (MARQUES, 2015, p. 181).

Sob essa perspectiva, Netto (2004) explicita que a construção da real democracia é perpassada pelo questionamento ao estatuto da propriedade e, “em consequência, às modalidades de apropriação e destinação do excedente econômico” (NETTO, 2004, p. 80). Acrescenta-se aqui a disputa pelo fundo público, como a concentração de recursos mobilizados pelo Estado a partir da apropriação de parte do trabalho excedente, bem como do trabalho necessário, como será trabalhado a seguir.

1.2.2 *Fundo público, transferência de valor e financeirização*

A participação concreta do Estado na garantia das condições para o desenvolvimento do capitalismo e na reprodução das relações sociais torna-se visível a partir da constituição e apropriação do fundo público, apreendido como o conjunto dos recursos apropriados pelo Estado e utilizados para o cumprimento de suas funções por meio do orçamento público, bem como no manejo das políticas econômicas e das empresas públicas (SALVADOR, 2012). Parte-se do pressuposto de que a luta de classes nas economias dependentes se configura de maneira diferente dos países centrais, pois, de acordo com Marini (2011), se baseiam nos mecanismos de transferência de valor decorrente da troca desigual e a consequente superexploração da força de trabalho. Assim, o processo de acumulação – e por consequência, também os recursos disponíveis do fundo público – carrega peculiaridades por conta do desenvolvimento econômico subordinado nessas formações sociais, que levam a especificidades na conformação do Estado e, portanto, na luta e definição das políticas econômicas e sociais.

Um estudo de Behring (2013) merece atenção, pois destaca as tendências e diferenças da alocação do fundo público na França e no Brasil. Embora sejam países com distintas posições na divisão internacional do trabalho, ambos se articulam e sofrem cortes de gastos públicos, em especial nos gastos sociais. Ainda assim, é notável a diferença entre a política social no centro e na periferia, como evidenciam os dados trazidos pela autora. Como traços comuns, destacam-se as políticas de transferência de renda predominantes em relação às políticas de emprego e acesso universal a serviços gratuitos. Mesmo na Europa, onde mais se desenvolveram as experiências de Estado de Bem-Estar no pós-guerra, são impostos planos de ajuste fiscal. A *troika* – União Europeia, Banco Central Europeu e FMI – busca assegurar recursos para o capital portador de juros por meio das contenções nas contas públicas, prejudicando a concretização dos direitos sociais, no que Behring (2013) denomina punção do fundo público. Com relação ao Brasil, a autora denota a importância de analisar o orçamento público para evidenciar o que realmente é investido em políticas sociais, posto que, naquele então, ecoava o mito do crescimento econômico com desenvolvimento social. Behring (2013) ressalta que há diferenças significativas entre os padrões de proteção social dos países, o que pode dificultar a comparação, mas mantém a pertinência das aproximações para a compreensão da discussão do fundo público em sua dimensão mais celular.

No Brasil, não houve pleno emprego e o acesso aos direitos sempre foi limitado. Mesmo após a Constituição Federal de 1988, convive-se no país com altas taxas de informalidade,

precariedade e desemprego, o que prejudica também o volume da arrecadação do Estado, em termos de impostos diretos. Behring (2013), em comparação dos salários mínimos no Brasil e na França no ano de 2010, nota que o francês é 5,87 vezes maior que o brasileiro. Tamaña diferença se justifica pela formação social nos dois países e pela reprodução da dependência. É claro que, em um país onde a maior parte da população é empregada, a vinculação com o trabalho ainda é capaz de abarcar o acesso aos direitos sociais, em uma situação distinta da brasileira, que fora explicitada anteriormente. Embora a presença de argumentos neoliberais seja uma realidade em ambos os países, como o apelo ao gerencialismo e as reclamações sobre o alto custo do trabalho, o estudo de Behring (2013) demonstra as diferenças existentes entre o fundo público em um país imperialista e uma economia dependente, sendo possível observar a relação de totalidade em que estão inseridos na medida em que a transferência internacional de valor aumenta a capacidade de gasto do Estado francês³⁵. Em acordo com esse argumento, o estudo citado por Fagnani (et al, 2018, p. 204) demonstra que o gasto social no Brasil “não é elevado na comparação internacional”, e relativamente baixo quando comparado com os países europeus.

Destaca-se, então, a transferência de valor como um dos mecanismos responsáveis por subtrair recursos do fundo público, a qual pode ser operacionalizada de diversas formas. Carcanholo (2011, p. 102), explicita dois condicionantes histórico-estruturais da dependência, ambos relacionados à transferência de valor da periferia para o centro capitalista:

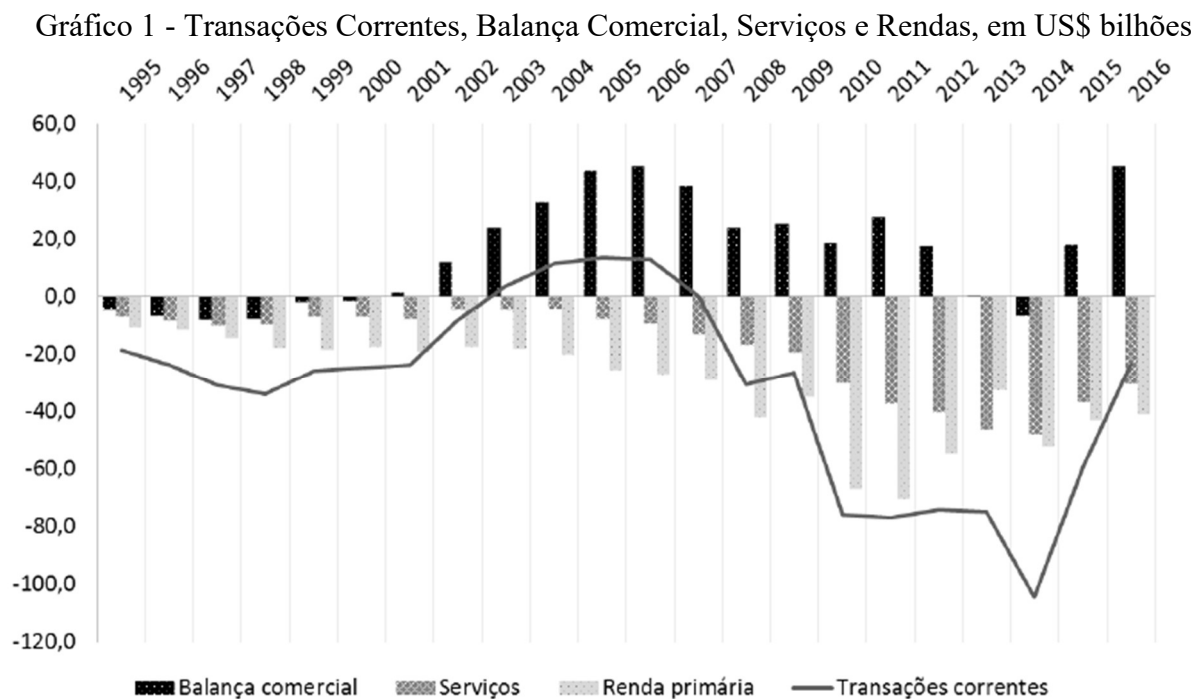
- (i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – vis a vis os preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores;
- (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão dos primeiros importarem capital dos últimos (CARCANHOLO, 2011, p. 102).

Mensurar a transferência de valor entre países não é uma tarefa fácil. O expediente mais comum é utilizar o resultado da balança de pagamentos, em especial o resultado das transações correntes, como forma de evidenciar a saída de riquezas de um país. Mas mesmo esta forma pode estar subcontabilizada. Isto ocorre porque há formas de transferência de valor que ocorrem

³⁵ Existem outros determinantes políticos e econômicos, para além da transferência de valor, que estabelecem como se dão os gastos sociais de cada Estado, como a própria luta de classes e as decisões políticas dos diferentes governos. A base material para essa margem, no entanto, é a reprodução do capital sob as particularidades de cada país.

pelo sistema de preços ou ainda por mecanismos intrafirmas que não aparecem em números disponíveis publicamente.

Apesar desta limitação, os números do balanço de pagamentos³⁶ do Brasil são bastante evidentes no que se refere às perdas de valor para o restante do mercado mundial nas últimas décadas, tal qual expresso por Oliveira (2017) no gráfico 1 a seguir.



Fonte: Banco Central.
Elaborado por Oliveira (2017).

A título de ilustração e para melhor compreender a exposição de Oliveira (2017), buscou-se uma desagregação das contas no banco de dados do Banco Central. As rendas primárias dispostas no gráfico 1 incluem remessa de lucro e juros, e são divididas em i) rendas de investimento direto, que costuma compor a maior parte das rendas, e cujas principais rubricas são a) lucros e dividendos; e b) juros intercompanhia; ii) rendas de investimento indireto (carteira), que inclui entre suas principais contas lucros e juros de títulos de renda fixa; e iii) rendas de outros investimentos, com maioria dos valores formados por juros. A conta de

³⁶ O balanço de pagamentos considera: 1. Transações correntes, as quais dividem-se em a) balança comercial, que relaciona exportações e importações de bens, b) balança de serviços e rendas e c) transferências unilaterais (pessoais); 2. Conta de capital e financeira, que se dividem entre a) investimentos diretos no país e b) investimentos em carteira ou portfólio; 3. Erros e omissões; 4. Variação de receitas. Embora no Brasil a balança comercial seja historicamente positiva – pois exportamos mais que importamos, ainda que considerando o intercâmbio desigual – as transações correntes são negativas. Isso ocorre, pois, a balança de serviços e rendas apresenta um déficit sempre maior que o superávit da balança comercial, em função dos serviços financeiros que operam a transferência de valor para outras economias (CORRÊA, 2019).

Serviços, por sua vez, tem a maior parte de seus valores associados a aluguel de equipamentos; viagens internacionais; computação e informação; royalties e licenças. Nesta conta também estão presentes algumas rubricas em que o Brasil é superavitário, como serviços empresariais, profissionais e técnicos que incluem a recente exportação de serviços de engenharia para países da América Latina financiados pelo BNDES.

Demarca-se aí a particularidade do fundo público e, portanto, da atuação estatal no capitalismo dependente. O Estado cumpre papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo e na garantia das condições para a reprodução do capital em escala sempre crescente, especialmente nos países dependentes nos quais o desenvolvimento do capitalismo foi reflexo das transformações políticas e econômicas do Velho Mundo. Nos belos termos de Galeano (2010, p. 133), “a comunidade, o modo comunitário de produção e de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas [...] Porque nada existe menos estrangeiro que o socialismo nestas terras nossas. Estrangeiro é, na verdade, o capitalismo: como a varíola, como a gripe, veio de longe”.

A participação concreta do Estado na reprodução das relações sociais torna-se visível a partir da constituição e apropriação do fundo público. Para uma análise rigorosa e coerente com o movimento do real, é necessário buscar os fundamentos teóricos do fundo público com aporte da teoria do valor-trabalho. Primeiramente, a constituição do fundo público se dá a partir da apropriação, por parte do Estado, de trabalho excedente – mais valia – e trabalho necessário, em função da tributação. Behring (2012) assinala que o fundo público participa diretamente do processo de rotação do capital e da gestão das crises. Isso quer dizer que o fundo público participa do processo de reprodução do capital em sua totalidade, nos momentos da produção, circulação, troca e consumo, pois está presente por diversos mecanismos no financiamento aos capitalistas, no sistema de crédito, na definição da política salarial e efetivação das políticas sociais que possibilitam o consumo dos trabalhadores, dentre outros aspectos.

Nesse contexto, a discussão sobre o fundo público é fundamental para pensar o destino das políticas sociais, pois é responsável por assegurar recursos para o financiamento das políticas públicas. Conforme Salvador (2010, p. 180), “existem outros instrumentos, mas o orçamento é um instrumento privilegiado, que deve assegurar e expressar os requisitos de cumprimento dos direitos, refletindo as prioridades definidas pelo governo na execução e na escolha das políticas públicas”. Destaca-se a necessidade de vigilância constante sobre os direitos conquistados, posto que a ofensiva do capital se expressa também no âmbito do Poder Legislativo, que frequentemente procura alterar garantias constitucionais em prol dos interesses

das diversas frações burguesas. Assim, somados à transferência internacional de valor, se estabelecem como principais destinos do fundo público:

1) [...] subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais, redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção; 2) [...] fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição [...]; 3) funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; e 4) [...] transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro (SALVADOR, 2010, p. 91).

Os recursos manejados pelo Estado por meio da política fiscal referem-se à arrecadação e aos gastos, relacionando-se com as fontes de financiamento e direcionamento dos investimentos, respectivamente. Nesse sentido, é importante pautar o questionamento sobre “quem paga” e “quem recebe”, e por quê. Aí se enquadra a discussão sobre a tributação, posto que, com relação ao financiamento dos gastos, Salvador (2010) explicita que são os mais pobres que arcam proporcionalmente com a maior parte dos impostos no Brasil, via tributação sobre o salário e por meio de tributos indiretos sobre o consumo, ao passo em que a riqueza acumulada com heranças, terras, patrimônios e aplicações financeiras são pouco ou não tributadas no Brasil, tendo uma pífia participação no financiamento do fundo público, desonerando as classes proprietárias. Ou seja, a carga tributária é regressiva e o sistema tributário brasileiro tem sido um instrumento que opera a favor da concentração de renda. O fundo público é apropriado pelos mais ricos, via transferência de recursos para o mercado financeiro e a acumulação de capital.

Nessa direção, Ianni (1986, p. 312-313, grifo nosso) em certa contribuição afirma que

A crescente participação do Estado na economia brasileira correspondeu à crescente *socialização dos custos* de instalação e ampliação da infraestrutura econômica e política-administrativa indispensável ao funcionamento e à diversificação do setor privado, nacional e multinacional. Desde o uso dos impostos pagos pela população, até à política salarial, muitas são as formas por meio das quais o Estado tem socializado uma parte substancial dos investimentos indispensáveis ao funcionamento, diversificação e prosperidade do setor privado.

Em suma, há uma “socialização do financiamento dos custos do capital, ao passo em que o excedente social continua a sofrer apropriação privada” (SALVADOR, 2010, p. 132), expressando a lei geral de acumulação capitalista por meio da intervenção estatal. Com relação ao serviço da dívida, Salvador explicita que, no Brasil, o pagamento de juros da dívida pública

é destinado à fração financeira, a qual vive às custas do fundo público brasileiro, comprometendo uma parcela importante dos orçamentos da seguridade social e fiscal.

De acordo com Salvador (2010), o sistema financeiro exerce mais pressão sobre o orçamento da Seguridade Social, dado o caráter de seguro das propostas mercantilizantes para a saúde e a previdência, como evidenciado no capítulo 3 deste trabalho. Não é à toa, portanto, que a DRU³⁷ transforma as receitas da seguridade social em receita para o capital financeiro. Nos termos de Salvador (2010, p. 369), “a principal consequência da DRU é o desvio regular de bilhões de reais da saúde, educação, previdência e assistência social, que são transferidos por meio do orçamento fiscal para os mercados financeiros”.

Uma das características que define o capitalismo contemporâneo é a *financeirização*, como *predomínio do capital financeiro*. Segundo Carcanholo e Nakatani (2015, p. 33), a generalização do movimento especulativo do capital tem centralidade nesse processo, posto que “o capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do capital a juros ou capital portador de juros, ou mais precisamente do capital fictício, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial”.

Com base nas elaborações marxianas, os autores explicitam que o processo de valorização do valor se dá ao converter-se em capital por meio da extração de mais-valia na produção, efetivando-se na circulação. Nesse sentido, mercadoria e dinheiro são formas de existência do capital, e o capital é “um valor que circula e, através de determinadas *metamorfoses*, chega a autovalorizar-se. O agente, o sujeito dessa circulação, é o valor e, com isso, ele deixa de ser mera característica das mercadorias e ganha *status* de coisa com vida própria” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 37, grifos dos autores).

No ciclo do capital industrial, o capital-produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria são suas formas funcionais, pois “tratam-se de funções cumpridas pelas formas nas quais o valor de metamorfoseia ao longo de seu ciclo completo”. Entretanto, devido à divisão das tarefas entre os capitalistas, há uma autonomização das formas funcionais, tendo como consequência a conversão destas em capitais autônomos: “o capital-mercadoria converte-se em capital comercial; o capital-dinheiro em capital a juros; e o capital produtivo em capital produtivo” (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015, p. 41-42). Nota-se que, em determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo, o capital a juros encontra-se subordinado à lógica do capital industrial, pois ao emprestar capital-dinheiro – na forma do crédito – ao capital

³⁷ Na década de 1990 foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), posteriormente transformado na DRU, “que passou a destinar 20% das receitas arrecadadas em nome das políticas sociais para o atendimento de outras prioridades fiscais, como a geração de superávits primários”. (IPEA, 2010, p. 90).

produtivo para a efetivação da produção, contribui para a criação de mais-valia. Por essa razão, os autores afirmam que o capital a juros não é parasitário.

Já o capital fictício, de acordo com Carcanholo e Nakatani (2015, p. 52) é absolutamente parasitário, pois “não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este”. O capital fictício não é capital se considerado na totalidade da vida social, mas, paradoxalmente, para o seu proprietário é capital real, pois representa o capital acumulado individualmente. Dessa forma, o capital fictício passa a ter existência real no processo de valorização e acumulação por diversas vias, como títulos da dívida pública, ações e debentures, posto que, segundo Marx (2008), ao se tornarem mercadorias podem ser convertidas em capital.

Conforme apontado por Marx n’O Capital (2013), o modo de produção capitalista é caracterizado pela generalização da forma mercadoria, que tem o valor de troca como condição de equivalência entre mercadorias produzidas em determinado tempo de trabalho. Portanto, no capitalismo as pessoas se organizam para prover sua existência a partir de relações sociais atravessadas pelo dinheiro, culminando no predomínio das relações sociais monetárias. A generalização da forma mercadoria e a separação dos produtores dos meios de produção tornam inclusive a força de trabalho uma mercadoria, a qual tem caráter especial pois é a única com capacidade de criar mais-valia, por meio da exploração do trabalho assalariado. Assim, capital constante, capital variável e mais-valia constituem o valor das mercadorias criado na produção e determinado nas trocas, quando as mercadorias são vendidas e trocadas por dinheiro, validando, então, os trabalhos abstratos contidos na produção.

Marx (1983) explicita, ainda, que o objetivo dos capitalistas é o lucro máximo, o valor de troca e em especial a mais-valia, e para ele, numa economia produtora de mercadorias, o dinheiro é uma relação social fundamental e sua posse significa poder social, bem como possibilidade de entesouramento e concessão de crédito para a potencialização da produção. Nessa direção, compra e venda configuram unidade do mesmo processo de metamorfose da mercadoria³⁸, e o dinheiro é o meio de separação entre compra e venda, criando as possibilidades de crises, as quais, para Marx, são sempre crises de superprodução pois estruturalmente oferta e demanda não correspondem e não há produção proporcionada no capitalismo.

³⁸ O processo de metamorfose da mercadoria M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) pode ser quebrado, isto é, suas formas se tornam independentes no tempo (M-D e D-M). (MARX, 1983).

Nesse sentido, Fontes (2010) aponta que os ensinamentos marxianos evidenciam a tendência capitalista à concentração de capitais e da *pura propriedade*, onde “o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão” (FONTES, 2010, p. 22). Nos termos de Marx (2008), o capital pode deslocar-se de uma situação para outra, embora tenha origem sempre e necessariamente na extração de mais-valor. Por isso, o significado social da existência do capital fictício, acoplado ao capital portador de juros, resulta na financeirização, aprofundamento das expropriações e intensificação das maneiras de subalternização dos trabalhadores, com vistas à “remuneração” de todas as frações do capital. Com base especialmente nas exposições de Marx (2008) e Carcanholo e Nakatani (2015), é possível inferir que o capital financeiro se caracteriza, então, como a junção entre capital portador de juros e capital fictício, cujo predomínio enquanto formas do capital desde a década de 1970 estabelece o processo de financeirização mundial das economias capitalistas, com diferentes graus em cada região.

Carcanholo e Nakatani (2015, p. 54) chamam atenção para o constante risco de descontrole do capital fictício, sendo um dos elementos de explosão para as crises. Assim, “o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial”. Mollo (2011, p. 454) destaca que o crédito, “ampliado e usado de forma a caucionar novas dívidas e compras de ativos financeiros”, permite uma autonomia aparente entre circulação e produção, sendo que quanto maior o comércio de títulos e ativos, maior a autonomia deste mercado com relação à produção real que lhes dá origem. No entanto, a circulação é limitada pois depende da produção.

Conforme indicado por Marx (2008) e aprofundado na obra de Mandel (1990), as crises econômicas são inerentes à ordem capitalista que, por fundar-se na contradição entre capital e trabalho, precisa criar processos de renovação constantes para manter e aumentar a exploração da força de trabalho e garantir o aumento dos lucros. Dessa forma, nos momentos em que encontra dificuldades para sua reprodução ampliada devido ao binômio superprodução e subconsumo e à queda da taxa de lucros, o capital procura responder às crises cíclicas de forma a não prejudicar seu processo de acumulação, variando a intervenção de acordo com suas necessidades em determinados períodos históricos.

Para compreender o encadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise, devemos distinguir os fenômenos de aparecimento da crise, seus detonadores, sua causa mais profunda e sua função no quadro da lógica imanente do modo de produção capitalista (MANDEL, 1990, p. 211).

Assim, a crise econômica no capitalismo tende a se manifestar quando há superprodução de mercadorias, o que, de acordo com Mandel (1990), significa a produção de mais mercadorias do que o poder de compra é capaz de consumir a um preço suficiente para garantir aos proprietários o lucro médio esperado. Tal processo gera o “*movimento cumulativo da crise*: redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas; nova espiral de redução do emprego, das rendas [...] etc” (MANDEL, 1990, p. 212). Segundo Mandel (1990, p. 212), a função objetiva da crise é “construir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios!) capitalista”. Esse elemento sobre a função da crise será especialmente relevante no capítulo 2 deste trabalho, para a compreensão da crise no Brasil na década de 2010.

Com isso, evidencia-se a contradição essencial da acumulação capitalista, na qual não é possível manter a taxa de lucro sempre crescente, apesar dos esforços do capital. Nos momentos de crescimento, há um aumento da composição orgânica do capital decorrente do progresso técnico e da ampliação de investimentos, acompanhado de “uma grande elevação da taxa de mais-valia, de uma baixa relativa dos preços de matérias-primas e/ou de um investimento crescente de capitais nos setores ou nos países cuja composição orgânica do capital é mais débil” (MANDEL, 1990, p. 214). No entanto, a própria expansão mina as condições de manutenção do crescimento em longo prazo. Este período de “lua-de-mel” encontra seus limites, pois quanto maior e mais profundo o período de expansão i) menor o exército industrial de reserva, tornando-se mais difícil aumentar a taxa de mais-valia, caso os trabalhadores estejam organizados politicamente; ii) maior a dificuldade de manter o preço baixo das matérias-primas, devido às condições associadas à natureza; e iii) mais difícil encontrar países com composição orgânica do capital estruturalmente mais baixas. Por essas razões, Mandel (1990, p. 214) destaca a queda tendencial da taxa de lucro como tendência global, o quer dizer que, “com relação ao conjunto do capital social, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros”.

Associadas às crises econômicas, abrem-se possibilidades de crises políticas e consequentes recomposições na hegemonia, seja para a reestruturação da hegemonia burguesa ou para a construção de uma nova hegemonia, pois, segundo Mota (2015, p. 42), “os períodos de crise são cenários de reorganizações de natureza econômica, social e política que, fatalmente, expressam iniciativas e interesses de classes”. Ao passo em que abrem possibilidades de construção de uma nova hegemonia, as crises são temporariamente solucionadas pelo Estado e

pelo capital a um alto preço social e ambiental, que atinge especialmente os setores mais pobres e menos qualificados da classe trabalhadora (FONTES, 2010).

Nesse sentido, buscando criar novas ideologias capazes de instituir o consenso com relação à conservação da ordem, a classe dominante e dirigente institui “a cultura da crise”, no que Mota (2015, p. 110) caracteriza como um movimento de dimensão mundial que “adquire traços particulares em cada formação social, dependendo dos modos e das formas de inserção de cada país na ordem capitalista internacional, das relações entre as classes fundamentais e da natureza da ação do Estado”. Tal movimento forma valores e representações que procuram naturalizar a ordem burguesa, imprimindo ao que é transitório o caráter permanente. Para a autora, suas bases objetivas relacionam-se ao mundo da produção e sua reestruturação desde a década de 1970; à resistência político-institucional, buscando a incorporação dos trabalhadores como parceiros ou colaboradores no enfrentamento da crise; e no âmbito da subjetividade, à “equalização dos *prejuízos* da crise para todas as classes”, uma vez que “busca-se a realização de formas subjetivas de consentimento, expressas nas defesas do *mal menor*, dos sacrifícios recompensados, da cultura da frente de salvação” (MOTA, 2015, p. 125, grifos da autora). Portanto, reivindicam-se alianças de classe e projetos de natureza transclassista para a retomada do crescimento econômico e superação da crise, minando as possibilidades de organização autônoma da classe trabalhadora para a construção de projetos alternativos anticapitalistas. Contudo, ao capital não interessa a interferência no seu processo de acumulação, e por isso, cabe aos trabalhadores “compreenderem” que precisam ceder para o desenvolvimento do país, tanto no que se refere aos salários como aos direitos sociais. Assim, as distintas frações burguesas unem-se em torno do projeto do “Estado mínimo, subordinado ao mercado máximo” (MOTA, 2015, p. 128), culminando em consequências diretas para a política social, sua reconfiguração e financiamento.

A partir de tais percepções, a disputa pelo fundo público em favor de políticas universais e gratuitas se insere na “agenda anticapitalista” (BEHRING, 2012, p. 154), especialmente nas economias dependentes que têm por base a superexploração da força de trabalho. Conforme Fontes (2010), o capital-imperialismo³⁹ exige a expansão do capital em escala sempre crescente,

³⁹ Fontes (2010) explicita críticas diferenciadas e em graus distintos às categorias de globalização, neoliberalismo e mundialização. A autora afirma, então, sua opção pela categoria de capital-imperialismo para a melhor caracterização do período histórico correspondente à segunda metade do século XX, pois o termo recupera a centralidade dos conceitos de capitalismo e imperialismo, que ainda possuem papel central. Nas palavras de Fontes (2010, p. 154), “o uso do termo capital-imperialismo pretende deixar claro que, tendo se modificado na virada do século XIX para o XX, o capitalismo passou a expandir-se sob a forma do imperialismo e, ao fazê-lo, agregou novas determinações”.

com conseqüente aumento da concentração da riqueza social e a recriação permanente das expropriações sobre os trabalhadores, não somente na produção, mas em todas as esferas da vida social. A transformação do capital-dinheiro em mercadoria faz com que a concentração adquira uma nova forma, baseada na “capacidade potencial da produção”, onde os possuidores de capital monetário conquistam hegemonia perante as demais frações do capital na ordem monopólicia. A intrínseca relação entre os prestamistas e os capitalistas funcionantes – na medida em que ambos são “remunerados” pelo mais-valor dividido em lucros e juros (MARX, 2008) – exige uma maior exploração sobre a força de trabalho, pois “massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor” (FONTES, 2010, p. 24).

Sob esse cenário, a expansão do capital em todas as dimensões da vida social e a necessidade de abrir fronteiras para o movimento de megaconcentração transforma todos os recursos disponíveis em capital, e todas as atividades humanas em formas de produção/extração de valor. Assim, também os direitos sociais são espaços para expropriações promovidas pelo capital (FONTES, 2010, p. 203).

Nesse contexto, Fontes (2010, p. 210) anuncia que os processos de consolidação do capitalismo nos países centrais, seja pela conquista direta ou pela via de concessões pelo alto, envolveram a “incorporação política de extensas massas trabalhadoras. Em todos eles, a expropriação até então limitava-se à sua forma primária, incidindo sobre a terra e sobre meios diretos de produção”. Já nos países periféricos que posteriormente se inseriram como novas frentes para expansão do capital-imperialismo, com destaque para o Brasil, também as possibilidades de expropriações secundárias expressam a degradação das condições de vida e de trabalho, além da retirada ou inexistência de direitos.

Nos países dependentes, a inserção no circuito internacional com participação ativa dos Estados, abriu novas frentes para a valorização do capital. Nesse escopo, Osorio (2012) explicita o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva desenvolvido na América Latina, o qual

adquire sentido no quadro das revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização (OSORIO, 2012, p. 79).

De acordo com Behring (2003), na década de 1990 o Plano Real criou as condições para uma contrarreforma do Estado, sob hegemonia do grande capital financeiro internacional, que consolidou a adaptação passiva do Brasil no mercado mundial. Tal projeto de “reforma do Estado”, conduzido por Bresser Pereira, pautou diversas transformações orientadas para o mercado e teve como resultados o aumento da exploração da força de trabalho, do desemprego e a redução de direitos sociais sustentados pelo *argumento da crise fiscal*. Este argumento da crise fiscal conflui com *a cultura da crise*, anunciada por Mota (2015).

Paulani (2008, p. 138) afirma, na mesma direção, que o discurso da crise levou a armação do estado de emergência econômico permanente, o qual foi “condição de possibilidade para que nossa relação com o centro passasse da dependência tecnológica típica da acumulação industrial à subserviência financeira típica do capitalismo rentista”. Para a autora, esse processo teve início no governo Itamar Franco com o surgimento do Plano Real, quando a estabilidade monetária “serviu de alibi para justificar da abertura comercial desordenada às privatizações financiadas com dinheiro público, da inaceitável sobrevalorização da moeda à elevação inédita da taxa real de juros, e assim por diante” (PAULANI, 2008, p. 135). Segundo Paulani (2008), o processo de valorização financeira levado a cabo pelo Estado teve continuidade nos governos Lula, com medidas como a reforma da previdência, aumento e prorrogação da DRU e a continuidade da abertura financeira da economia.

Por essas razões, é imprescindível buscar compreender a conjuntura atual sob o terreno da crise e suas expressões particulares no capitalismo dependente, e em especial no Brasil. A consolidação do neoliberalismo e a hegemonia da fração bancário-financeira da burguesia no bloco no poder permeiam todo o período recente, como tratado no capítulo a seguir.

2. HEGEMONIA EM PROCESSO: OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) E O GOLPE

Discorrer sobre o Estado, a hegemonia e fundo público nas seções anteriores trouxe em grande medida características gerais da burguesia brasileira, posto que a relação entre classes dominantes e Estado é bastante orgânica, tornando impossível tratar de um sem levantar elementos do outro. Ressalta-se que, embora reconhecida a importância de aprofundar estudos sobre a composição da classe trabalhadora⁴⁰, o que interessa de imediato a este trabalho é a composição e organização da burguesia. Assim, conforme exposto anteriormente, a classe dominante brasileira se consolida por meio da hegemonia comprometida, sem vocação nacional e permeada por traços autoritários (BAMBIRRA, 2012; OSORIO, 2014). Por conseguinte, no capitalismo dependente a aliança dos trabalhadores com a burguesia industrial se mostrou historicamente inviável, destoando das aspirações nacional-desenvolvimentistas. Mas resta, afinal, buscar responder como se organiza a burguesia brasileira e como sustenta sua hegemonia de classe no Brasil.

Como parte de um programa de pesquisa mais amplo sobre a hegemonia na economia dependente brasileira, busca-se, a seguir, compreender seus determinantes na história recente do Brasil, a partir da reorganização e das recomposições no bloco no poder entre 2003 e 2018, durante os governos petistas e sua interrupção com o golpe de 2016. Em acordo com a hipótese traçada na introdução, a ascensão do PT ao governo federal foi uma resposta de frações da burguesia brasileira à crise de hegemonia interna do bloco no poder, que para manter a hegemonia social em torno do pacto de classes do Plano Real, aceita e apoia a eleição de Lula em 2002, desde que condicionada à manutenção dos termos definidos em 1994.

2.1 Ascensão do PT: a construção do muro de contenção da hegemonia

2.1.1 Antecedentes: organização burguesa e a reconfiguração do bloco no poder em resposta à crise de hegemonia política dos anos 1990

Ao tratar da organização do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Bianchi (2001) explicita a ampliação da ação empresarial e disseminação de inúmeras associações industriais paralelas durante a expansão da atividade industrial no Brasil, entre

⁴⁰ Para um aprofundamento sobre a classe trabalhadora, vide Mattos (2019).

1945 e 1964. Tais organizações setoriais criadas pelos empresários deveriam ser “capazes de articular com maior eficácia, junto ao governo federal, os interesses econômico-corporativos de cada ramo de atividade”, num momento em que o governo de Juscelino Kubitschek abria as portas para “representantes do setor privado e estatal para definir e acompanhar a implementação dos objetivos setoriais do Plano de Metas⁴¹” (BIANCHI, 2001, p. 39).

Nas décadas seguintes, houve um aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial por meio da formação de entidades que articulavam os interesses setoriais do empresariado, com participação direta dos empresários no aparelho estatal, normalmente restrita “à definição de políticas localizadas, relacionadas aos interesses mais imediatos dos setores representados” (BIANCHI, 2001, p. 49).

A capacidade de ação da burguesia enquanto classe, embora fragmentada, não pode ser considerada fraca. Diniz (2010)⁴² discorre sobre a trajetória política do empresariado industrial no Brasil, caracterizando suas formas de representação de interesses e atuação política no que a autora apresenta como um pragmatismo doutrinário-ideológico, adaptando-se a um “maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado” (DINIZ, 2010, p. 102).

Para a autora, a industrialização brasileira esteve baseada em três pilares: Estado forte e protecionista; planejamento econômico para o desenvolvimento; e corporativismo estatal de articulação entre empresários e Estado, o que conflui com as análises de Ianni (1986; 1989) anteriormente explicitadas. De acordo com a perspectiva de Diniz (2010), naquele momento de desenvolvimento da indústria, a burguesia industrial nacional, juntamente com outros setores da sociedade como trabalhadores e intelectuais, conforma um pacto nacional-desenvolvimentista com intuito de “romper a hegemonia das oligarquias agrárias”. No entanto, há, segundo ela, um ponto de inflexão em 1961, quando “num clima de polarização e confronto entre forças políticas de esquerda e de direita, os empresários industriais aliaram-se às demais frações dominantes da burguesia agroexportadora e financeira, integrando-se à coalizão golpista que destituiu o governo de João Goulart” (DINIZ, 2010, p. 104).

Dessa forma, houve a incorporação irrestrita do empresariado aos governos militares, a partir do tripé empresa nacional, empresa estrangeira e forte setor estatal, deflagrando o êxito da industrialização por substituição de importações (DINIZ, 2010). Este pacto passa a

⁴¹ O Plano de Metas foi um conjunto de medidas setoriais desenvolvidas no governo JK que objetivava impulsionar a industrialização e modernização do Brasil no período entre 1955 e 1960.

⁴² Eli Diniz é economista, professora da UFRJ, e publica trabalhos sobre o empresariado brasileiro desde a década de 1970, sendo a autora uma grande referência na maioria dos trabalhos que tratam do tema.

desestruturar-se no final dos anos 1970, após as crises do petróleo e o colapso de *Bretton Woods*⁴³, quando surge uma forte campanha dos empresários contra a estatização no Brasil.

Nesse período, os empresários desencadeiam a campanha contra a estatização da economia, questionando o Estado empresário e o poder discricionário da cúpula burocrática. Entre suas principais demandas, figuravam a retirada do Estado da economia, além da redução do centralismo-autoritário, este percebido como responsável pelo fechamento crescente do processo decisório, alijando a classe empresarial do acesso aos principais centros de poder. Levando à prática tais princípios, integraram-se à coalizão antiestatista que contribuiu para o enfraquecimento e a queda do regime autoritário. Desta forma, os empresários integraram-se ao processo de liberalização política e da instauração da nova ordem democrática, entre 1975-1985. (DINIZ, 2010, p. 105).

Bianchi (2001) afirma que houve uma crise de representação – ou crise de hegemonia⁴⁴ – do empresariado brasileiro na década de 1980, momento em que se multiplicaram entidades com diferentes visões acerca da condução das políticas estatais, com destaque para a política econômica. Por esta razão, de acordo com o autor, foi necessária uma reconfiguração da organização burguesa no país, com objetivo de recompor a hegemonia abalada. A falta de articulação entre as diferentes frações do capital e o medo da vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva fez com houvesse uma unidade em torno do voto útil ao candidato Fernando Collor de Mello na eleição de 1989. Insatisfeitas com este governo, as frações de classe burguesas voltaram a se alinhar para a derrubada de Collor e, a partir de seu *impeachment*, em 1992, “os primeiros passos para uma superação da crise de direção da burguesia começavam a ser dados” (BIANCHI, 2001, p. 136). A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, representava para os empresários a possibilidade de superação definitiva da crise de representação das classes dominantes.

Em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso articulou-se um bloco que passou a disputar a hegemonia política da sociedade brasileira. Com um programa que tinha por objetivo compatibilizar o Brasil com o curso geral de reformas estruturantes representado pelo chamado “Consenso de Washington”⁴⁵ esse bloco permitiu que as elites brasileiras rompessem a

⁴³ Os acordos de *Bretton Woods* estabeleceram as condições de reprodução do capitalismo mundial entre 1944 e 1971, definindo as principais diretrizes para o Sistema Financeiro Internacional. Dentre suas principais consequências estão a centralidade do dólar como principal moeda do mercado mundial e a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A centralidade do dólar foi lograda por meio do compromisso de que o Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve*) garantiria a conversão de dólares em ouro, na proporção de uma onça *troy* de ouro para cada US\$35. Esta política ficou conhecida por “*Dolar, as good as gold*”.

⁴⁴ Conforme Bianchi (2001, p. 48), a hegemonia se configura pelo lugar ocupado nas relações de produção, mas também pela capacidade de direção política e ideológica da classe ou fração de classe dirigente, o que “implicam formas institucionalizadas e eficazes de representação. [...] Torna-se, assim, evidente que o exercício da hegemonia é incompatível com uma crise de representação”.

⁴⁵ O Consenso de Washington é o termo que designa as políticas sugeridas por organismos internacionais (como FMI e BM) para as economias subdesenvolvidas a partir da década de 1990. Dentre as principais diretrizes que

postura defensiva com a qual enfrentaram a crise dos anos 1980 (BIANCHI, 2001, p. 137).

Diniz (2010) menciona que esse ponto de inflexão nos anos 1990 garante o corte efetivo com o nacional-desenvolvimentismo. Se estabelece um consenso no empresariado em torno do neoliberalismo, com políticas de estabilização monetária, privatizações – guiadas pelo BNDES –, abertura comercial, liberalização dos fluxos financeiros e reformas orientadas para o mercado, tendo como consequência uma profunda reestruturação do setor empresarial e a desnacionalização da economia e das elites.

Fechamento de empresas, falências, associações com empresas estrangeiras, fusões e aquisições, substancial queda do nível do emprego na indústria, ampla desnacionalização da economia passaram a fazer parte do cotidiano da atividade econômica no país, entre 1995 e 1997, sobressaindo entre os setores mais afetados, as indústrias têxtil, de máquinas e equipamentos, autopeças e produtos eletroeletrônicos. [...] Além da progressiva concentração industrial típica da globalização, verificou-se um processo de desnacionalização das elites empresariais, dado o aprofundamento da internacionalização das empresas líderes da nova ordem econômica, configurando um corte não apenas econômico, mas também político em relação ao antigo modelo. (DINIZ, 2010, p. 107).

As posições das grandes entidades da burguesia industrial, como CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o movimento Ação Empresarial declaravam apoio público à FHC e à agenda neoliberal. Contudo, nesse contexto de reestruturação, a autora afirma que não houve uma “coalizão dos perdedores” capaz de enfrentar tais direcionamentos e o peso dos grupos transnacionais, colocando a necessidade de adaptação às novas condições do mercado. Dessa forma, as empresas em posições de liderança foram aquelas originadas com as privatizações.

Se antigas lideranças perderam expressão, dadas as dificuldades de sobrevivência diante do aumento da concorrência externa e dos efeitos adversos da política governamental, como a abertura acirrada e os estímulos ao capital internacional, outros industriais ganharam projeção, beneficiando-se das oportunidades abertas pelas privatizações, como foi o caso do empresário Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, que, partindo dos setores têxtil e vestuário, assumiu a direção de um complexo nas áreas de portos, ferrovias e energia, destacando-se pelo seu porte a empresa Vale do Rio Doce. (DINIZ, 2010, p. 109).

formavam o “programa mínimo” da banca de Washington estão medidas como estímulo a privatizações, redução dos gastos públicos, liberalização comercial, liberalização do mercado de capitais, uso de câmbio flutuante e redução de direitos trabalhistas.

A organização do empresariado perpassava por associações setoriais paralelas, tal como a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), entidade que outrora remetia ao bastião dos industriais nacionais e passa a incorporar grupos europeus e norte-americanos (DINIZ, 2010). De acordo com Diniz (2010, p. 117), a dicotomia entre empresas nacionais e estrangeiras perde força, e se estabelece o conceito de empresa brasileira, “caracterizada por ser aquela que está no país, instala-se no país, investe no país, nele produz e nele cria empregos”.

Assim, o governo de FHC “viabilizou a direção do capital financeiro sobre o conjunto da burguesia” (BIANCHI, 2001, p. 162), no que pode ser caracterizado como o *pacto de classes do Plano Real*. Tem especial relevância a definição desenvolvida por Rocha (2019, p. 445), para quem “o pacto de classes de 1937 a que se refere Marini [...] foi renovado com o Plano Real em 1994”, momento em que a burguesia financeira é estabilizada no poder. Isso não quer dizer que as disputas intraburguesas ou delas com o restante da sociedade foram encerradas, posto que permanecem em constante reconfiguração.

Nessa esteira, Ouriques (2014a, p. 169) reitera que “a partir de 1994 a política econômica em curso no Brasil expressa um pacto de classes que a mantém substancialmente inalterada até os dias de hoje”. Com a estratégia de controle inflacionário todas as frações da burguesia tiveram assegurados “lucros fantásticos”, e o Plano Real se consolida sob a ideologia da estabilidade burguesa. Desde então, as sucessivas disputas eleitorais apenas legitimam o pacto e reproduzem a estratégia de dominação. Ou, nos termos de Demier (2017) inspirado em Marx, as eleições acabam por evidenciar distintas alas de um grande partido da ordem. Para Demier (2017, p. 41), é um fenômeno típico das democracias blindadas que sua lógica de reprodução seja “baseada em uma alternância (revezamento) no governo entre dois grandes blocos político-partidários, os quais comungam uma adesão (aberta ou tácita, dependendo do caso) aos pontos axiais da plataforma neoliberal”.

Destaca-se que a financeirização como processo de predomínio do capital financeiro (capital portador de juros e capital fictício) é um fenômeno do capitalismo contemporâneo em geral, que se expressa politicamente de formas variadas em cada formação social e conjuntura. No Brasil, o momento de consolidação do agente protagonista deste processo de financeirização – a fração bancário-financeira da burguesia – foi o pacto de classes do Plano Real. Segundo Fontes⁴⁶ (2010, p. 35-36, grifo da autora),

⁴⁶ Fontes (2010) não se utiliza do termo *financeirização*, sendo possível observar que a autora emprega ao longo de seu livro a expressão “concentração de capital sob a forma monetária” para descrever esse processo de predomínio do capital monetário (capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício), o qual, por seu turno,

não se trata simplesmente da subordinação de capitalistas industriais a capitalistas bancários ou agiotas. Trata-se do ponto máximo da concentração da propriedade capitalista, isto é, quando o capital monetário, resultante do retorno, sob formas diversas de massas enormes de mais-valor, extrapola o capital bancário, enquanto capital de crédito a serviço dos grandes proprietários diretos de meios de produção, e se converte na ponta mais concentrada da propriedade capitalista, *propriedade das condições sociais de produção a cada dia envolvendo dimensões mais extensas – dispendo e maiores volumes de inversões para extrair o mais-valor.*

O segundo mandato de FHC (1998-2002) foi marcado pelos efeitos da crise internacional de 1997, expressão dos abalos no mercado mundial em função da crise do sudeste asiático – com desvalorização das moedas e saída de capitais. As perdas trouxeram novamente protestos dos empresários, posto que “as possibilidades de distribuição no interior das diferentes frações do capital dos ganhos financeiros diminuiram” (BIANCHI, 2001, p. 163). Nesse contexto, segundo estudo do autor, os industriais passaram a elevar o tom nas disputas por políticas que os beneficiassem, resultando em abalos na hegemonia no interior do bloco no poder, ainda que esta não tenha gerado uma crise de hegemonia visto a reeleição de FHC⁴⁷.

Em sintonia com a análise de Bianchi nesse aspecto, Diniz (2010) demonstra que entre 1998 e 2002 surgem fissuras no apoio do empresariado às políticas governamentais. Isso se expressa, por exemplo, por meio do documento elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), “Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial”, no qual são criticados o tratamento privilegiado às empresas estrangeiras e a ausência de uma política voltada ao fortalecimento da indústria. Ademais, com a falta de sucesso das políticas neoliberais para a retomada do crescimento, o início da década de 2000 foi marcado pelo aumento da insatisfação dos industriais, culminando no apoio à candidatura de Lula e em sua vitória eleitoral baseada numa “ampla coalizão”.

A vitória de Lula, nas eleições presidenciais de 2002, representou um marco na construção da democracia sustentada no Brasil, implicando um passo importante no sentido da plena aceitação do princípio da alternância do poder. Expressou claramente a rejeição da política em vigor e uma ampla aspiração por mudança. Ao contrário das eleições anteriores, Lula adotou, com o respaldo da direção do PT, uma postura moderada, acenando com uma gradual e ordenada transição para o novo modelo, sem ruptura dos contratos e compromissos internacionais. Importante nesta trajetória foi, externamente, a

“não se limita a puncionar: precisa expandir as relações sociais capitalistas” (FONTES, 2010, p. 28). Todavia, ambas as formas parecem expressar o mesmo processo, sem divergências com relação ao caráter do capitalismo contemporâneo e a hegemonia do capital financeiro. Ressalta-se que as definições de financeirização e capital financeiro foram explicitadas na seção 1.2.2.

⁴⁷ É importante destacar, ainda que não seja objeto imediato deste trabalho, que uma crise de hegemonia não atinge apenas a burguesia e o parlamento, mas é também uma crise de direção das classes subalternas, que em determinados momentos encontram-se desarticuladas e sem o necessário acúmulo de forças para disputar projetos hegemônicos (BIANCHI, 2001; SIMIONATTO, 2004).

busca de confiabilidade junto às instituições financeiras internacionais e, internamente, a conquista da confiança do setor privado. Um passo fundamental nesta estratégia de moderação e de conquista do centro foi a decisão de aliar-se ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador liberal mineiro, José Alencar, para o cargo de vice-presidente da chapa do PT. Empresário, dono da Coteminas, um dos maiores grupos do setor têxtil do país, José Alencar significaria, na avaliação dos mentores da campanha, um primeiro esforço na estruturação do pacto capital-trabalho, meta anunciada pelo governo Lula, em caso de vitória nas urnas (DINIZ, 2010, p. 118).

Conclui-se, pois, que nos anos 2000 a burguesia soube reconfigurar-se de forma a obter novamente o consenso do bloco no poder, por meio da mediação do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual serviu como uma espécie de muro de contenção da hegemonia estabelecida com o Plano Real. Dessa forma, o pacto de classes do Plano Real foi incrementado com alguns elementos até então ausentes, tratados em detalhes na próxima seção.

Ainda durante o período de ditadura civil-militar, o movimento sindical do ABC paulista tornou-se uma força social relevante, e o PT é fundado nesse contexto. Com um projeto inicialmente vinculado às classes subalternas, no que foi caracterizado como projeto democrático-popular, o partido passa por uma série de transformações e experiências de governo, especialmente no âmbito municipal, até eleger Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência em 2002.

De acordo com Iasi (2006), o projeto democrático-popular apostava na possibilidade de que às massas caberia realizar as tarefas em atraso abandonadas pela burguesia no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do combate ao imperialismo, ao latifúndio e aos monopólios. O PT retoma, então, o que anteriormente criticara na estratégia do PCB de aliança com a burguesia nacional: releva o princípio da independência de classe, e reafirma a etapa nacional e democrática para a suposta construção do socialismo (IASI, 2006). As mudanças na conjuntura e no interior do partido foram marginalizando o debate sobre o socialismo, ao passo em que a cidadania e a institucionalidade democrática ganhavam espaço. Conforme análise dos documentos do PT explicitada por Iasi (2006), o 7º Encontro Nacional do PT realizado em 1990 pode ser caracterizado como o momento de uma inflexão moderada no partido, para o qual a revolução de daria por meio de um alargamento da democracia. Já no final da década de 1990, o “sentido do PT” estava voltado à governabilidade.

Fernandes (1991, p. 73), ao elaborar sua tese para o primeiro congresso nacional do PT em 1991, aponta a encruzilhada em que se encontrava o partido, posto que havia uma “predisposição muito forte por realizações e ganhos relativos na competição pelo micropoder”, bem como “uma ambição clara de chegar ao poder institucionalizado”. Mas naquele momento,

declarava que essa barreira poderia ser vencida, e por isso tensionava que sem consciência socialista sequer o projeto democrático seria possível. O autor foi certo ao expor o dilema político do PT em compasso de espera: “ou se conforma com as estreitas possibilidades liberais e social-democráticas da transformação da ordem e da revolução dentro da ordem, ou avança, pela aceleração da história, da ocupação do poder para a conquista do poder, desvendando a verdadeira face de um partido revolucionário” (FERNANDES, 1991, p. 68). Ao apostar na primeira opção, tampouco houve sua concretização, posto que as reformas propostas na programática do partido foram, também, alteradas ao encontro das determinações neoliberais, apesar do discurso ideológico de oposição ao neoliberalismo.

Em “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores”, Singer (2010) trata do fenômeno do *lulismo* e comenta o caráter contraditório dos governos Lula, na medida em que implementou políticas de benefício ao capital e de inclusão dos mais pobres, nos termos do autor. Essa contradição é examinada por Singer (2010, p. 101) a partir das origens radicais do PT no momento de sua fundação, quando demandava redemocratização associada a uma nova sociabilidade “sem explorados e exploradores”. O discurso classista e de ruptura com o sindicalismo do período varguista atraiu trabalhadores industriais, além daqueles do setor de serviços e funcionários públicos. No entanto, de acordo com Singer (2010), a derrota de Lula e da Frente Brasil Popular, nas eleições presidenciais em 1989, inicia uma espécie de “restauração”. As iniciativas do próprio partido, juntamente com as mudanças econômicas e sociais ocorridas na década de 1990 – desemprego, privatizações, enfraquecimento do movimento sindical, fim da URSS – vão alterando a estratégia petista, aceitando alianças que antes eram recusadas. Com a “Carta ao Povo Brasileiro”, redigida na campanha eleitoral em 2002 e cujos compromissos⁴⁸ se tornam orientações partidárias, surge a “segunda alma do PT”, no que Singer (2010, p. 104-105) caracteriza como um “segundo sistema de crenças, que passaria a residir definitivamente dentro do peito partido, lado a lado com o que o havia precedido”. A aliança com o Partido Liberal (PL), concretizada com a candidatura do empresário José Alencar como vice-presidente é expressão da tentativa – bem-sucedida naquele momento – da conciliação de classes. É claro que parcela da base social, especialmente após a reforma da Previdência em 2003⁴⁹ que atingiu principalmente os servidores públicos, se opôs a tal postura e se afastou do PT, fortalecendo a oposição de esquerda ao governo.

⁴⁸ A “Carta ao Povo Brasileiro” estabeleceu compromissos como metas de superávit primário, responsabilidade fiscal, estabilidade das contas públicas e respeito aos contratos, na prática, uma carta ao mercado financeiro e as frações da burguesia que apoiariam o governo.

⁴⁹ “No tocante ao movimento de contrarreforma da Previdência Social no governo Lula, as principais medidas ocorreram em seu primeiro ano de governo, por meio da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de

Singer (2010) apresenta, então, uma dupla hipótese: por um lado, o realinhamento eleitoral em 2006, expresso por conta das diferenças no perfil dos eleitores do PT, com maior representação nas camadas mais precarizadas da classe trabalhadora, e por outro lado, a manutenção de uma “alma que ainda o influencia”, remanescente da origem do partido. A partir da demonstração de uma série de dados acerca dos estratos sociais do petismo, nota-se de fato uma mudança em sua base social, além de crescimento expressivo tanto em número de votos como de filiados. Ao explicitar os dados sobre o perfil do eleitorado nos anos de 2002 e 2006, Singer (2010) afirma que o PT adquiriu nova feição, mais popular, e tendo inclusive perda de apoio em setores de classe média e com alta escolaridade que eram sua base de apoio até 2002. Após a crise política do mensalão, Singer (2010, p. 96) demonstra que “o apoio entre os de renda mais baixa não foi afetado” e que “quanto mais alto o padrão econômico, mais forte a queda”.

Ainda que o autor sustente a convivência das duas almas do PT, aquela vinculada à fundação do partido pode se manter no nível do discurso, mas as ações comentadas por Singer (2010) denotam um alinhamento irrestrito ao capital sem qualquer associação com aquele partido “sem patrões”. Com a afirmação de que a luta de classes cedeu lugar para um projeto nacional-popular sem incompatibilidade com os interesses do capital, Singer (2010, p. 110) parece crer na aliança entre classes abandonada em 1964, ou nos seus termos, no paradoxo das duas almas do PT.

2.1.2 Os governos petistas e o bloco no poder

Neste ponto, o caminho percorrido deve ser capaz de explicitar breves apontamentos sobre o discurso neodesenvolvimentista e sua adequação ao neoliberalismo; a linha de continuidade entre governos FHC e Lula, embora com distinções que não são secundárias; o cenário econômico favorável especialmente entre 2006 e 2012 que possibilitou o incremento do pacto de classes do Plano Real; o segundo mandato de Lula, com destaque para o papel do BNDES e lançamento de programas que influenciaram a composição do bloco no poder; um

2003, as quais foram complementadas ou revistas pela EC nº 47 de julho de 2005. As medidas da EC nº 41 foram fortes e chamaram a atenção da sociedade, com reações dos setores atingidos. As justificativas, as diretrizes e as estratégias restritivas adotadas foram as mesmas de 1998, todavia, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destinados aos servidores públicos, foram os mais atingidos, com o fim da aposentadoria integral, a vinculação do tempo de contribuição à idade para fins de aposentadoria – o que não foi aprovado para o RGPS em 1998, a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas sobre a parte da remuneração que ultrapassa o valor do teto dos benefícios do RGPS e a possibilidade de teto para aposentadoria dos servidores” (SILVA, 2018, p. 139).

diálogo crítico com a tese de Boito Jr., imprescindível para este estudo, em especial no tocante à grande burguesia interna e ao bloco no poder; alguns apontamentos sobre a política social e a propaganda da “nova classe média”; as particularidades do governo Dilma e, por fim, o papel dos juros nos arranjos e disputas entre as frações burguesas. Destaca-se que, acerca do período de ascensão e estabilidade dos governos petistas (2003-2013), muitos elementos não se encontram presentes aqui, posto que os objetivos do trabalho remetem à burguesia brasileira e como suas frações foram beneficiadas de diferentes formas pelas políticas estatais, consolidando a hegemonia. Assim, aspectos como a luta da classe trabalhadora, o transformismo, os meandros da cena político-partidária, dentre inúmeros outros, não são tocados ou foram apenas pontuados.

A eleição presidencial de Lula em 2003 despertou a defesa de um projeto de conciliação de classes que aliasse crescimento econômico e desenvolvimento social, calcado na ideologia do novo desenvolvimentismo⁵⁰, e apresentado como uma terceira via aos projetos liberal e socialista (CASTELO, 2012a, 2012b). O desenvolvimentismo⁵¹ é evocado, mas totalmente desprovido de suas bases nacionalistas (burguesas) originais. De acordo com Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo busca conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo. Assim, são mantidas as metas fiscais, a associação com o capital internacional e o predomínio do capital financeiro, ao passo em que se compromete com o crescimento econômico, incentivos à indústria e alguma ampliação de políticas sociais.

⁵⁰ Castelo se utiliza do termo *novo desenvolvimentista*, enquanto Sampaio Jr. e Boito Jr. referem-se predominantemente ao *neodesenvolvimentismo*. Entendo que ambos tratam do mesmo processo, e embora tenha optado pelo uso do termo neodesenvolvimentismo, ao citar as afirmações de Castelo busco estar em conformidade com a forma utilizada por este autor.

⁵¹ Boito Jr (2018, p. 57-58) afirma que o neodesenvolvimentismo deve ser diferenciado do desenvolvimentismo do período de 1930-1980 especialmente por três questões: “a primeira característica é que o novo desenvolvimentismo produz índices mais modestos de crescimento econômico porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal. O peso da dívida pública e o do juro elevado sobre a receita do Estado e sobre os lucros das empresas do setor produtivo inibe o investimento e o crescimento econômico. Uma segunda característica diferencial do novo desenvolvimentismo é que ele aceita a especialização regressiva, recuo que o modelo capitalista neoliberal impôs aos países dependentes que tinham logrado desenvolver um parque industrial mais complexo, como foi o caso do Brasil. Assim, o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais, e no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica. [...] Finalmente, estamos, na década de 2000, diante de um desenvolvimento voltado, muito mais que o seu antecessor, para o mercado externo, isto é, para a exportação. Também essa característica resulta da manutenção do modelo capitalista neoliberal”. Com essa distinção apresentada por Boito Jr. (2018), contudo, não há intenção de exaltar o desenvolvimentismo como estratégia de transformação social por nós almejada, mas observar as diferenças entre os períodos para melhor compreender a realidade estudada. Nesse sentido, há acordo com as críticas realizadas pela TMD ainda na década de 1960 à estratégia desenvolvimentista, bem como com as ressalvas de Bonente e Correa (2015, p. 117), de que tanto “novo” como “velho” desenvolvimentismos compartilham “a fé na possibilidade de construir um ‘capitalismo melhor’ a partir da ampliação da produção e da produtividade – isto é, da ampliação das forças produtivas –, eventualmente conjugadas com mecanismos de redistribuição do produto”.

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

Entretanto, Sampaio Jr. (2012, p. 685) ressalta que “os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”, e que tal discurso é uma apologia à ordem, um material de propaganda dos governos petistas que buscam se diferenciar e se contrapor ao governo de FHC. Assim, “toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680), argumento também sustentado por Boito Jr. (2018) ao afirmar que o projeto neodesenvolvimentista encontra-se inserido no modelo capitalista neoliberal. Importa realçar aqui que o diálogo com os autores que debatem o neodesenvolvimentismo não significa minha adesão ao termo ou, menos ainda, ao projeto.

No processo de discussão sobre um “novo projeto de desenvolvimento” para o Brasil, Castelo (2012b) destaca três correntes: a pioneira, liderada pelas indicações de Bresser Pereira, afirma a primazia do mercado e a intervenção do Estado nas falhas de mercado, a exemplo das taxas de juros e de câmbio e na promoção das exportações; a segunda corrente é denominada de pós-keynesiana, em que o Estado estimula o crescimento econômico diminuindo o impacto das incertezas do mercado e promovendo a equidade social, representada pelo livro de Sicsú, Paula e Michel (2005); e a terceira, chamada de social-desenvolvimentista, exalta a ampliação do consumo de massa como forma de fortalecimento do mercado interno e tem como principal representante Aloisio Mercadante Oliva (2010) e os intelectuais vinculados ao PT. É importante destacar que Boito Jr. (2018) não está no mesmo campo dos autores que reivindicam o neodesenvolvimentismo como projeto social, econômico e político. Ele se utiliza do termo para demarcar as diferenças com os períodos anteriores e analisar as mudanças na conjuntura.

Assim, segundo Castelo (2012a), este novo desenvolvimentismo surge como desdobramento do social-liberalismo, variação ideológica do neoliberalismo, que faz confluir redução da pobreza com a respectiva manutenção dos elementos estruturais da ordem capitalista e da dependência. As causas da pobreza são mistificadas na medida em que tal ideologia camufla a realidade e apresenta soluções administrativas para nela intervir, em acordo com o que Marx (2010a) explicita no texto *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a*

reforma social”: de um prussiano sobre o papel do Estado que, associado às classes dominantes, busca fragmentar a pobreza, tornando-a mero problema administrativo. Dessa forma, se a pobreza é considerada consequência das “falhas de mercado e não dotação de certos ativos por parte dos pobres” (CASTELO, 2012a, p. 64), a saída proposta pelo social-liberalismo é o estímulo ao consumo. Isso ocorre concomitantemente aos “novos ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas – única variável de ajuste que resta às burguesias locais para fazer face ao acirramento da concorrência internacional” (SAMPAIO JR, 2012, p. 685).

É possível afirmar que o PT foi capaz de incrementar o pacto de classes ao consolidar a hegemonia por meio de um discurso ideológico pós-neoliberal e da implementação de uma série de medidas que favoreceram frações da burguesia parcialmente insatisfeitas com os governos anteriores, ao passo em que foram criados programas sociais focalizados que agradaram as classes subalternas. Tudo isso foi realizado em consonância com os pressupostos econômicos que deram vida ao Plano Real. Portanto, o pacto de classes do Plano Real não foi alterado, pois as bases da política econômica e da dependência permaneceram. Em acordo com Rocha (2019, p. 447),

o que temos em 2002 é em realidade um ajustamento do pacto original de 1994 (Plano Real) – após a crise cambial de 1999 e seus efeitos no tecido social, que demandaram ampliação do consenso para a consolidação do modelo neoliberal no país, ou melhor dizendo, para a consolidação da hegemonia rentista no bloco de poder dominante.

As críticas ao neodesenvolvimentismo e ao social-liberalismo corroboram com diversos trabalhos encontrados na revisão da literatura acadêmica, acerca da linha de continuidade entre os governos FHC e Lula, ainda que com nuances particulares. Nota-se que, das críticas do campo da esquerda aos elogios do campo conservador, diversos autores concordam com os traços de continuidade entre as políticas macroeconômicas nos governos FHC e os governos petistas. Alguns, como Teixeira e Pinto (2012), Souza (2015) e Singer (2018) chegam a comentar que Dilma, em seu primeiro mandato presidencial, tomou medidas mais ousadas na direção de um desenvolvimentismo, mas que foram abandonadas após a pressão do capital, como discutido mais adiante. Boito Jr. (2018, p. 269, 273), destoando dessas interpretações acerca da continuidade, afirma que as diferenças entre os governos do PT e do PSDB são subestimadas, pois embora ambos tenham sido governos burgueses, representaram frações distintas da burguesia brasileira e priorizaram políticas também distintas. Tais debates serão apresentados no decorrer deste capítulo.

Nesse viés, Diniz (2010) ressalta a tensão entre continuidades e mudanças nesse período. Segundo a autora, as mudanças se expressaram na política externa, na política industrial afirmativa, na interlocução com diferentes setores e na ampliação das políticas sociais. Já a continuidade refere-se à política macroeconômica, composta pelas políticas fiscal e monetária. No caso da primeira, a decisão foi por elevar o superávit primário e realizar reformas estruturais como a previdenciária e tributária, com objetivo de equilibrar as contas públicas e criar ambiente institucional favorável aos mercados. Com relação à política monetária, combinou-se câmbio flutuante, regime de metas de inflação e altas taxas de juros, em acordo com as recomendações do Consenso de Washington.

Novelli (2010) analisa o período 1995-2006, atingindo apenas o primeiro mandato de Lula. O autor descreve as políticas macroeconômicas estabelecidas nesse período, apresenta um balanço da literatura sobre o tema, bem como um mapeamento dos dirigentes de órgãos estatais que explicitam a continuidade entre os governos. As políticas cambial, monetária e fiscal continuam nos mesmos trilhos, alta taxa de juros e superávit primário.

Em direção similar, o trabalho de Teixeira e Pinto (2012) busca apreender a dinâmica das relações entre o Estado e as frações que compõem o bloco no poder entre os governos FHC e Lula. Com o intuito de demonstrar sua fundamentação teórica, os autores recorrem à duas categorias centrais: bloco no poder e hegemonia⁵².

Para os autores, o governo FHC conforma uma nova forma de dependência externa que traz como consequência contornos específicos para o bloco no poder, herdados por Lula em 2003. A visão teórica de FHC sobre dependência – com a tese do desenvolvimento dependente associado⁵³ – orientou a inserção externa do Brasil em seus governos (1995-2002). O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crise do capital foi base para o discurso da falência e ineficiência do aparelho estatal, bastante entoadado por FHC. Para ele, era necessário dar espaço à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, ao passo em que as empresas estatais e o sindicalismo apresentavam resistência à abertura da economia. A abertura comercial

⁵² Com relação a hegemonia, inspirados em Gramsci, Teixeira e Pinto (2012, p. 919) estabelecem uma diferenciação entre hegemonia restrita e hegemonia ampla. A primeira refere-se à capacidade de uma das frações da burguesia direcionar conforme seus interesses as demais frações que compõem o bloco no poder; em outras palavras, é a hegemonia dentro do próprio bloco no poder. Já quando a hegemonia alcança e obtém consenso do conjunto da sociedade, é considerada pelos autores como ampla. Entretanto, segundo os autores, “de maneira geral, a fração ou classe dominante a exercer a hegemonia restrita ao bloco no poder também é aquela que assume a hegemonia ampla”.

⁵³ Na visão de Teixeira e Pinto (2012), há uma coerência entre a tese do desenvolvimento dependente-associado e o neoliberalismo, cujas ideias e políticas econômicas foram aprofundadas no governo FHC. De acordo com ambas as perspectivas, o desenvolvimento capitalista na periferia só é possível com a abertura do mercado interno ao capital estrangeiro. Para um aprofundamento sobre o tema, vide Traspadini (2014).

e financeira, as privatizações, as reformas pró-mercado e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes) foram medidas estabelecidas no governo FHC que não culminaram no desenvolvimento econômico, ao contrário, geraram uma “situação de instabilidade macroeconômica permanente” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 916). As respostas para a instabilidade foram a elevação da taxa de juros e a contenção de gastos e investimentos públicos, com o conseqüente aumento da dívida pública, aumento do desemprego e baixas taxas de crescimento.

Isso se expressa no bloco no poder com a hegemonia da fração bancário-financeira do capital, cuja principal demonstração é a ocupação do Banco Central e a influência na condução da política econômica, em uma relação orgânica com o mercado financeiro. Segundo Teixeira e Pinto (2012, p. 917), a base material para a consolidação da hegemonia da fração bancário-financeira – tanto doméstica como internacional – a partir de 1994 esteve relacionada às “constantes ameaças de fuga de capital e crises cambiais, bem como das exigências e condicionalidades dos empréstimos do FMI”.

Teixeira e Pinto (2012) afirmam que a política macroeconômica de FHC foi pautada pelas metas de inflação, o que implica superávits primários, juros elevados, câmbio flutuante e gastos sociais restringidos, direção mantida também pelo governo Lula. No entanto, segundo os autores, essa direção foi flexibilizada para um papel mais ativo do Estado no segundo mandato (2006-2010), por meio de medidas para ampliação do crédito, aumento real do salário mínimo, programas de transferência de renda direta, criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação do investimento público via BNDES e medidas anticíclicas de combate à crise econômica a partir de 2009, tais quais aumento das desonerações e redução da taxa de juros. Ainda assim, de forma geral, o período contou com regime macroeconômico que visava estabilidade dos preços por meio dos sistemas de metas de inflação, autonomia do Banco Central e política fiscal voltada à sustentabilidade da dívida pública.

Já para Novelli (2010), Lula, quando assume a presidência em 2003, invoca a chamada “herança maldita” como consequência do alto endividamento do Estado em função da implementação do Plano Real. Na década de 1990, a conjuntura de alta liquidez mundial permitiu o controle da inflação por meio da política cambial, que exigia altas taxas de juros para atrair moeda estrangeira à economia brasileira e assim dar a sustentação ao valor externo da moeda à crescente importação de produtos estrangeiros. No entanto, os dólares injetados na economia não poderiam circular livremente, com o risco de aumentar novamente a inflação, e passaram a ser aplicados massivamente em títulos da dívida pública, explicitando sua elevação.

As consequências dessa política foram o baixíssimo crescimento econômico e o aumento significativo do desemprego. O autor ressalta que o combate à inflação, as altas taxas de juros e a realização do superávit primário⁵⁴ foram mantidos como prioridades no governo Lula, como forma de resguardar a “credibilidade” perante o capital financeiro nacional e internacional. Tal manutenção foi indicada pelo PT como uma tática para vencer as eleições e garantir a estabilidade – compromissos expressos na *Carta ao povo brasileiro*, de 2002 –, para posteriormente efetivar a “transição” com “responsabilidade” e “respeito aos contratos”. Todavia, a aguardada “fase 2” nunca chegou, referindo-se ao primeiro mandato de Lula (NOVELLI, 2010).

Segundo Novelli (2010), a retomada das exportações contribuiu para reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Novelli (2010, p. 237) expõe a ideia de que Lula, sob esse ciclo de liquidez internacional, “preferiu usar esse capital para garantir a continuidade da política macroeconômica”, rompendo com o discurso classista que caracterizou o PT em sua fundação⁵⁵.

Com relação à política social, opta-se pela focalização dos gastos sociais para os grupos de menor renda, em consonância com as teses defendidas pelo Banco Mundial. Conforme Novelli (2010, p. 230-231), “defende-se a tese de que o governo não gasta pouco, mas gasta mal, pois os gastos sociais são mal direcionados, beneficiando os não pobres”. Nessa perspectiva, há um redirecionamento dos recursos para programas de transferência de renda, ao passo em que são reduzidos os gastos com previdência, a partir da “reforma” de 2003. Assim, com a incorporação da tese do estado de emergência permanente (PAULANI, 2010), o governo Lula passa a proclamar a falta de alternativas, despolitizando o debate e encarando a política econômica como técnica e neutra, quando, na verdade, está voltada aos interesses do capital financeiro especulativo (NOVELLI, 2010).

Teixeira e Pinto (2012) também destacam que o período 2003-2010 foi de crescimento econômico em razão da conjuntura posta pelo mercado mundial. A crise colocou a necessidade, para os países da Europa e Estados Unidos, de busca por novos mercados para valorização financeira. Nesse momento, a expansão do mercado interno e a alta rentabilidade das aplicações

⁵⁴ "Nas negociações com o FMI em setembro de 2002, ainda no governo Cardoso, foi acordado a geração de um superávit primário de 3,75% do PIB. Ao assumir, por conta própria e sem receber qualquer contrapartida do FMI, o governo Lula comprometeu-se com um superávit primário de 4,25% do PIB". (NOVELLI, 2010, p. 229).

⁵⁵ "É verdade que o PT nunca foi um partido revolucionário, mas é verdade também que o discurso petista nunca foi o da conciliação de classes. Todavia, foi esse o discurso predominante na campanha de 2002" (NOVELLI, 2010, p. 238).

no mercado financeiro deslocaram parte dos investimentos estrangeiros ao Brasil. Conforme Teixeira e Pinto (2012, p. 923):

Esse resultado favorável foi impulsionado pelo contexto internacional (i) de crescimento mundial até a crise de 2008, (ii) de ampla liquidez dos mercados financeiros e (iii) de elevação dos preços internacionais das *commodities* e de queda dos preços das manufaturas decorrentes do efeito direto e indireto da China. As modificações nos preços geraram, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010, uma elevação de 39,9% nos termos de troca do Brasil.

Sallum Jr e Goulart (2016) trazem uma perspectiva peculiar com clara vinculação à ordem e aos anseios do capital industrial em relação ao crescimento econômico. Os autores apresentam a linha de continuidade entre os governos FHC e Lula de forma positiva e como uma necessidade para o desenvolvimento, exaltando o liberal-desenvolvimentismo ou reformismo liberal, no que fora anteriormente criticado com base em Castelo (2012). Para Sallum Jr e Goulart (2016, p. 126), “o elemento-chave que permite ligar os dois períodos é a decisão de eleger a estabilidade monetária como ação estruturante da governabilidade”. Optou-se por “acalmar os mercados”, com a realização do superávit primário e contrarreforma previdenciária, iniciadas no governo anterior, utilizando-se do discurso de que a estabilidade traria vantagens para os mais pobres e para crescimento econômico sustentável. “O argumento não era novo, mas adquiriu outra coloração ao ser utilizado por um governo e um presidente identificados com os setores populares” (SALLUM JR.; GOULART, 2016, p. 127). Assim,

Estabilidade e crescimento ensejaram a fórmula que permitiu que Lula mantivesse o apoio dos empresários. No entanto, isso não impediu alguns desacordos pontuais nem certa desconfiança, seja pela presença de sindicalistas e líderes de movimentos sociais no governo, seja pela tolerância governamental a algumas ações desses movimentos. Mas o ponto central é que a combinação de estabilidade e crescimento garantiu o apoio dos empresários ao governo, aliança que já se traduzira desde 2003 em participação ministerial. (SALLUM JR.; GOULART, 2016, p. 128).

É especialmente interessante observar as afirmações dos autores, por se tratar de uma visão conservadora, em defesa da estabilidade, pois permite constatar que a linha de continuidade entre as políticas macroeconômicas de FHC e Lula foi bem recebida pelo capital e seus representantes intelectuais, também em função da capacidade do governo petista de obter o apoio popular para a implementação das medidas neoliberais.

Em suma, o aumento das exportações elevou o PIB e a renda agregada interna, possibilitando a ampliação do investimento. As condições externas favoráveis permitiram, então, o estabelecimento de políticas como o PAC e subsídios do BNDES, além da ampliação das políticas de incentivo ao consumo.

Acerca da importância da taxa de juros nas disputas intraburguesas, Diniz (2010, p. 129) afirma que as divergências públicas entre membros do próprio governo expunham as disputas entre frações burguesas no que se refere à política econômica, em especial sobre os juros. A autora ressalta que, durante a crise política desencadeada em 2005 a partir das denúncias do mensalão⁵⁶, os donos do capital não chegaram a fazer oposição a Lula, e “as elites econômicas mantiveram-se à distância, sem interferir diretamente no conflito, caracteristicamente liderado e conduzido pelas elites parlamentares e partidárias”. No entanto, “no que diz respeito à política macroeconômica, notadamente a evolução cíclica das taxas de juros, o empresariado jamais deixou de intervir no debate público” (DINIZ, 2010, p. 129).

O debate sobre os juros pautava a atuação do empresariado, em especial no período pós 2003 em que as condições externas se apresentavam positivas e favoráveis à redução da taxa de juros, que somente em 2005 começa a cair (DINIZ, 2010, p. 129), mantendo-se ainda como uma das mais altas do mundo (O GLOBO, 2017). O empresariado industrial de São Paulo, representando pela Fiesp, insistia na redução dos juros, bem como disciplina fiscal, taxas de câmbio competitivas, redução da carga tributária, melhoria da infraestrutura e flexibilização da legislação trabalhista. Para Diniz (2010), a eleição de Paulo Skaf como presidente da Fiesp expressou o novo protagonismo dos industriais na relação com o governo federal e no atendimento das demandas acima citadas⁵⁷.

Nesse viés, cabe destacar o papel do BNDES, pois teve bastante centralidade na concessão de créditos e no favorecimento da fração da burguesia brasileira que melhorou sua posição no bloco no poder. O trabalho de Rocha (2014) levanta os casos da JBS-Friboi, do setor de frigoríficos, e da Fibria Celulose para evidenciar o papel central do BNDES no processo de internacionalização das empresas privadas brasileiras, em exemplo de política industrial vertical. O autor se coloca claramente em defesa dos interesses do empresariado industrial brasileiro, no que foi inclusive uma tendência no bloco de trabalhos que tratou do “empresariado”. Apesar disso, critica a ausência de investimento em tecnologias e inovação, capazes de fomentar a produtividade da economia no longo prazo, uma vez que o BNDES

⁵⁶ Segundo reportagem da Folha de São Paulo (2020), “o Supremo Tribunal Federal concluiu que o mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004, logo após a chegada do partido ao poder”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml

⁵⁷ É importante ressaltar que essa posição da fração industrial da burguesia se altera no decorrer dos anos dos governos petistas, principalmente a partir de 2010 com a queda do desempenho da indústria, como exposto na seção seguinte deste trabalho.

investiu em projetos viáveis no curto prazo, direcionados aos setores já competitivos da economia.

Em outra perspectiva, Souza (2016) salienta o BNDES como instrumento importante na transferência de recursos do fundo público para o capital.

No caso do BNDES tais recursos são oriundos, dentre outras fontes, da contribuição dos empregadores para o PIS/Pasep (respectivamente, Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), medidas que garantem a reprodução social do trabalhador, a sua complementação de renda e para financiar sua subsistência em caso de desemprego. Esses recursos que deveriam ser destinados aos trabalhadores, são direcionados para a acumulação direta do capital de grande porte⁵⁸. Ao mesmo tempo, na atualidade o Tesouro Nacional vem capitalizando o banco, o que quer dizer que essa acumulação se dá também à custa do endividamento público, ou seja, da expropriação de recursos do orçamento público que deveriam financiar as políticas sociais e são garantidos à remuneração do capital portador de juros. (SOUZA, 2016, p. 18).

Durante os governos petistas, o BNDES é mencionado como protagonista no favorecimento a alguns setores burgueses por meio da política das “campeãs nacionais”, possibilitando rearranjos no bloco no poder, ainda que sob a hegemonia incontestada do capital financeiro. O intuito do banco, em especial a partir de 2007 sob a presidência de Luciano Coutinho, passa a ser a internacionalização das empresas brasileiras (SOUZA, 2016).

Souza (2016, p. 231, grifo nosso) busca desmistificar a hegemonia da burguesia interna de base produtiva⁵⁹, pois *embora a política empreendida pelo PT beneficie essa fração de classe, a qual passa a ter mais centralidade na condução da política econômica, ainda assim “não dispõe de hegemonia na totalidade da configuração do Estado e do fundo público”*. A autora ressalta que o estímulo ao desenvolvimento pautado pela hegemonia do capital portador de juros mantém a dependência no cenário da divisão internacional do trabalho, reforçando “o financiamento desse padrão de reprodução do capital com especialização exportadora”. No que se refere ao plano político, “os projetos do BNDES são marcados pela ausência de transparência e pela falta de critérios sociais e ambientais claros, fazendo com que o Estado se torne refém das estratégias e demandas destes conglomerados” (SOUZA, 2016, p. 246).

⁵⁸ “A Constituição Federal de 1988, no artigo 239, determinou a destinação de parte dos recursos arrecadados pelo PIS-PASEP – que hoje compõem o FAT - ao BNDES para investimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico. Desde então, 40% dos recursos do PIS-PASEP, principal fonte do FAT, são repassados ao Banco” (BNDES, 2020, online).

⁵⁹ Aqui, a autora apresenta discordância com a tese de Boito Jr (2012) de que a grande burguesia interna conquista hegemonia no bloco no poder, com a qual temos acordo.

Esse quadro macroeconômico foi ao mesmo tempo expressão e influência para os movimentos e rearranjos no interior do bloco no poder. Houve um aumento do poder da fração da burguesia produtora e exportadora de *commodities*, e a partir de 2006, um “fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 929). Segundo os autores, a fração bancário-financeira da burguesia continua hegemônica no bloco no poder, mas tem reduzido seu poder relativo, também em acordo com as afirmações de Souza (2016) realçadas anteriormente.

Boito Jr. (2018), por outro lado, apresenta uma visão contraditória sobre essa questão. Nos primeiros textos do livro, escritos anteriormente, o autor afirma que a burguesia interna⁶⁰ havia calcado uma melhor posição no bloco no poder durante o governo Lula, premissa com a qual há acordo⁶¹. No entanto, no decorrer dos capítulos, essa concepção vai se alterando, e na segunda parte do livro ressalta com convicção que a grande burguesia conquistara hegemonia no interior do bloco no poder. O autor chega a comentar suas mudanças ao longo dos anos na apresentação do livro. Apesar da contradição, contudo, Boito Jr. (2018) assinala que não houve ruptura com o modelo econômico neoliberal, mas que esse período foi marcado por políticas econômicas e sociais ausentes no governo FHC, como valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda com intuito de fomentar o consumo; atuação do BNDES para fortalecimento das empresas nacionais; PAC e investimentos públicos em infraestrutura; política econômica anticíclica nos momentos de crise; e já no governo Dilma, redução da taxa de juros e desvalorização do real. Esses elementos são apresentados pelo autor para caracterizar o programa dos governos petistas como neodesenvolvimentista. Boito Jr. (2018) ressalta que os governos petistas não abandonaram ou se retiraram do modelo neoliberal, e que este comporta diferentes políticas econômicas, a depender do ciclo econômico, e cita como exemplo as diferenças entre os governos Vargas e JK, ambos considerados desenvolvimentistas mas com

⁶⁰ O conceito de burguesia interna é tomado pelo autor com base nas elaborações de Poulantzas: “nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. A burguesia interna ocuparia, então, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora – teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país (BOITO JR, 2018, p. 56).

⁶¹ “A grande burguesia interna nunca esteve fora do poder. Como fração da classe burguesa, ela tem compartilhado o poder de Estado com as demais frações de sua classe social, isto é, ela tem integrado o bloco no poder. O que ocorreu é que ela melhorou sua posição no interior desse bloco. Teria se convertido na fração hegemônica no interior desse condomínio político? Ou seja, os seus interesses específicos de fração teriam se convertido, sob o governo Lula, no objetivo prioritário da política econômica? Nessa etapa da nossa pesquisa, preferimos deixar essa questão em aberto” (BOITO JR., 2018, p. 56).

políticas bastante distintas entre si. Enquanto o primeiro buscava uma política com conteúdo mais nacionalista, o segundo abriu o país para os investimentos estrangeiros diretos. Essa abordagem do autor corresponde com o que será trabalhado mais adiante, acerca das políticas com viés heterodoxo implementadas especialmente no governo Dilma, o que não implica um projeto desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista.

A grande burguesia interna, composta por setores da economia como parte da indústria, mineração, construção pesada, construção naval, parte do agronegócio e bancos nacionais, reivindicam proteção do Estado para tornarem-se competitivos no mercado internacional e interno. Assim, tais frações foram favorecidas por meio das políticas econômicas citadas anteriormente, em detrimento a certas demandas do capital estrangeiro⁶². Importante ressaltar que a grande burguesia interna não corresponde a toda a burguesia brasileira. É uma parte dela. A fração associada é outra parte da burguesia brasileira. E há também uma gama de outras pequenas e médias empresas cujos proprietários e administradores também são parcela da burguesia brasileira, mas que não possuem força econômico-social, organização e programa político próprios na conjuntura atual e, por essa razão, não entram na disputa pela hegemonia (BOITO JR., 2018, p. 274). Assim, não há contradição entre as duas categorias (burguesia interna e burguesia brasileira), visto que representam grandezas e características distintas.

Conforme Boito Jr. (2018), a parcela da classe trabalhadora organizada foi inserida no que ele denomina “frente neodesenvolvimentista” – e não no bloco no poder – secundariamente, sob hegemonia da grande burguesia interna, o que se pode observar com a cooptação de movimentos sociais e centrais sindicais. Já os trabalhadores desempregados ou subempregados desorganizados politicamente acabam por manter um apoio passivo e eleitoral aos governos do PT, em função de programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. No entanto, os “ganhos” foram bastante discrepantes, considerando o volume de recursos destinados, uma vez que “o orçamento que o BNDES reserva para empréstimos com juros subsidiados a um número muito reduzido de grandes empresas nacionais é cerca de sete vezes

⁶² Inclui-se aqui com força determinante o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ainda no governo Lula, sob expressivos protestos também de movimentos sociais dos trabalhadores. Conforme Boito Jr. (2018, p. 171-172), “a burguesia interna brasileira, em especial os setores voltados para a produção interna e latino-americana de manufaturados (papel e celulose, eletroeletrônicos, químicos, alimentos e bens de capital), manifestaram oposição à proposta da Alca desde o início das negociações. Já os setores cuja produção é voltada para o mercado externo, como o agronegócio, a siderurgia, os calçados e têxteis demonstraram simpatia ao projeto, pois foram os menos afetados negativamente pela abertura comercial da década de 1990 [...]. Como os governos estadunidenses não abriram mão das suas políticas de proteção à sua agricultura, o agronegócio brasileiro não teve motivos para pressionar o Estado brasileiro a assinar o tratado de livre-comércio e acabou por se somar à posição dos setores contrários à Alca”.

maior que o orçamento que o programa Bolsa Família dedica a 45 milhões de brasileiros em situação de pobreza” (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p. 33).

Os trabalhadores vinculados aos movimentos por terra ocupam uma posição particular. Aqueles não assentados e, por isso, que sustentam fortes embates com o agronegócio, são marginalizados pois representam uma fissura na frente neodesenvolvimentista referida por Boito Jr., posto que o governo favorece amplamente a fração agrária do capital. Por isso, o número de desapropriações de terras nos governos do PT foi baixíssimo. Em contrapartida, para manter o movimento popular na frente neodesenvolvimentista, o governo faz concessões aos setores dos movimentos por terra que já estão “remediados”, como se vê através da implementação de maiores subsídios para agricultura familiar (BOITO JR, 2018), embora com a grande produção rural receba uma quantidade de recursos bastante superior aos dedicados à agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), conforme demonstrado na pesquisa de Costa (2013)⁶³. Além disso, nem todos os setores do agronegócio apoiaram o governo Lula, já que esse “é um setor amplo, heterogêneo e composto por segmentos que possuem poder econômico e lucratividade muito desigual” (BOITO JR., 2018, p. 89). Todavia, segundo o autor, “o segmento superior e mais poderoso do setor tem os seus interesses contemplados pela política governamental” (BOITO JR, 2018, p. 89). O exemplo citado pelo autor que ilustra esta afirmação é relacionado à empresa de produção e comercialização de carne Friboi, que se tornou a maior do mundo em poucos anos graças ao apoio econômico do governo Lula.

Os poucos e grandes frigoríficos, as processadoras de suco, as usinas e os bancos estão nas mãos de grupos economicamente muito mais poderosos que os proprietários de terra [latifundiários], e os seus interesses não coincidem, exatamente, com os interesses desses últimos. São os segmentos mais poderosos do agronegócio que apoiam o governo e que estamos incluindo na grande burguesia interna (BOITO JR, 2018, p 90-91).

Já aqueles trabalhadores organizados em movimentos por moradia foram inseridos na base de apoio petista por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (BOITO JR., 2018). Essa questão levantada parece ter especial importância para o tema aqui trabalhado.

O governo implementou, também, políticas públicas dirigidas a reivindicações populares organizadas. O maior exemplo é o programa de construção e financiamento da casa própria denominado “Minha casa, minha

⁶³ Carolina Costa (2013) explicita, ainda, que as culturas que receberam maiores financiamentos do Pronaf foram o milho e a soja. No segundo mandato de Lula, “em todos os anos, de 2007 a 2010, a soma dos valores que foram destinados ao financiamento de milho e soja foi maior do que aqueles que foram dispensados para o Pronaf como um todo”. Estes dados explicitam o fortalecimento do agronegócio e a primarização de *commodities* para exportação.

vida”, programa que atende, ainda que de maneira limitada, reivindicações dos atuantes movimentos de sem-teto espalhados por todo o Brasil. Essas concessões a algumas reivindicações populares são motivo de insatisfação da burguesia, inclusive da grande burguesia interna que o governo representa (BOITO JR, 2018, p. 62).

O exemplo mencionado pelo autor revela exatamente o oposto de sua conclusão. Conforme elucidado na pesquisa de Ribeiro (2015), o programa “Minha Casa, Minha Vida” foi criado para atender prioritariamente aos interesses da indústria da construção civil, num momento de crise econômica internacional. Deveria também gerar empregos e suprir parte do déficit habitacional para a população de baixa renda. Entretanto, o caráter dos empregos criados, o atendimento pormenorizado às famílias com menor renda, a lógica voltada ao fortalecimento do crédito para o acesso ao consumo, gerando uma hiperinflação imobiliária, e a falta de articulação com as demais políticas urbanas são questões que fazem enorme diferença na avaliação deste programa. Ademais, o maior erro desta afirmação de Boito Jr. (2018) refere-se à suposta insatisfação da grande burguesia interna com “essas concessões a reivindicações populares”. Ao contrário, a avaliação tanto do PAC como do PMCMV foi extremamente positiva por parte dos empresários representados pelas entidades da indústria e da construção civil (Confederação Nacional da Indústria - CNI e Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC). Posteriormente, Boito Jr. (2018, p. 112) afirma que o Programa Minha Casa Minha Vida “ensejou uma convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil – a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa”. Feita esta ressalva, o próprio autor recupera a ideia de que, mesmo com o atendimento a algumas das reivindicações dos movimentos sindical e popular, o governo preserva os interesses estratégicos da burguesia interna. Com essa ilustração, busca-se demonstrar como até mesmo as políticas sociais acabam por beneficiar as distintas frações burguesas, garantindo as condições de reprodução do capital e a consolidação da hegemonia, conforme desenvolvido no capítulo 1.

Boito Jr. (2018) destaca os interesses opostos entre a grande burguesia interna e o movimento operário e popular. Para ele, os principais embates estão localizados principalmente na i) redução/ampliação de direitos trabalhistas e aumentos salariais e ii) a incompatibilidade entre os interesses do agronegócio e a reforma agrária, que acabam por marginalizar certos setores do movimento popular. Boito Jr (2018, p. 94) explicita as demandas dos grandes empresários: “juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço e diplomacia empresarial e outras benesses”. No entanto, negam as

reivindicações postas pelos trabalhadores, como “a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência etc” (BOITO JR., 2018, p. 94), no que se configura como a demanda pelo Estado máximo para o capital e mínimo para o social.

Apesar das contradições internas dentro do que Boito Jr. (2018) caracteriza como frente neodesenvolvimentista, ele afirma que tais forças sociais, ainda que movidas por interesses diferentes, fizeram parte do mesmo campo político ao apoiar o governo e suas medidas. Assim, o termo neodesenvolvimentismo é utilizado pelo autor para caracterizar a coalizão em torno do projeto do PT. Não há concordância com a caracterização da base de apoio aos governos Lula e Dilma como frente neodesenvolvimentista, por tratar-se de um termo escorregadio na medida em que pode aparecer como oposição ao neoliberalismo, confundindo mais que explicitando o processo de construção de hegemonia. Tampouco o “autêntico” desenvolvimentismo é almejado como solução.

Bonente e Correa (2015) problematizam a noção de desenvolvimento, uma vez que este remete à ânsia do capital pela expansão do valor, independentemente de ocorrer com intervenção do Estado, aumento de investimento, mais tecnologia etc. O desenvolvimento das forças produtivas é imperativo ao capitalismo, o que não implica a distribuição de seus avanços de maneira equânime. Ao contrário, o desenvolvimento pressupõe que sua resultante – mais tempo livre para aqueles que produzem valor – seja convertida em trabalho excedente. Segundo Bonente e Correa (2015, p. 122), “por isso, já em seu tempo, Marx rechaçou teorias estabelecidas no âmbito da ciência econômica que defenderam a possibilidade de solucionar os ‘males do capitalismo’ valendo-se da produção ampliada de riqueza e alterando exclusivamente seu modo de distribuição”. A teoria marxiana, portanto, “se desdobra na afirmação da necessidade da transformação em direção a outra formação social, dotada de outra dinâmica de desenvolvimento” (BONENTE; CORREA, 2015, p. 125). Soma-se a isso as impossibilidades estruturais de redução dos conflitos distributivos sob a dependência, conforme dimensionado no capítulo 1. De acordo com Bonente e Correa (2015, p. 124),

É desde esse ponto de vista que a semelhança entre o desenvolvimentismo e neoliberalismo tem de ser reforçada: trata-se, em ambos os casos, da defesa de um mesmo projeto societário, ainda que divergências existam em termos da forma de garantir tal processo. Talvez a maior delas seja que, ao reconhecer parcialmente o caráter “anárquico” do mercado, o desenvolvimentismo vê a atividade social “consciente” personificada no Estado como elemento imprescindível para a realização daquele ideal de sociedade. Em todos os casos, se trata de defender o (ou a necessidade de) desenvolvimento.

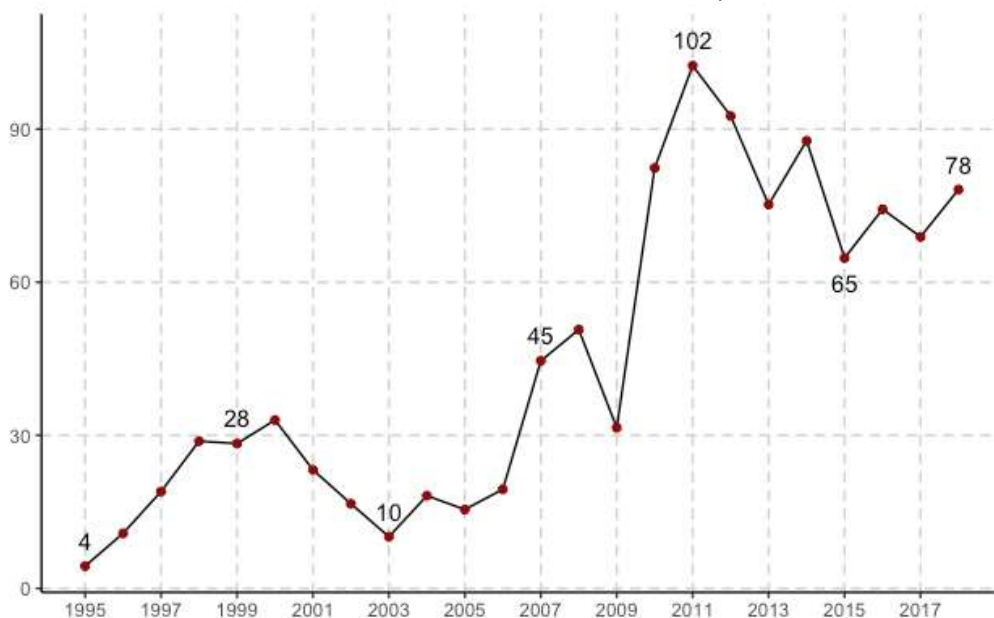
De toda forma, é possível constatar que Boito Jr. (2018) acerta ao afirmar que a grande burguesia interna brasileira ganha força nesse período, com apoio das políticas econômicas e sociais estatais, ainda que não haja concordância com a tese do autor de que essa fração passa a ser hegemônica no bloco. Isso não quer dizer que o capital financeiro fica em segundo plano, pois a conciliação de classes orientada pelos governos petistas se deu também no interior do bloco no poder. A ampla concessão a tais frações pôde ocorrer em razão de uma escolha política condicionada pelo cenário econômico efemeramente favorável, sendo inegável a participação ativa do Estado brasileiro no processo de valorização financeira, mesmo quando atua no fortalecimento da burguesia interna. O exemplo da Petrobras, citado na próxima seção desta tese, ilustra que quando há possibilidade de ampliar sua margem de lucro, a burguesia interna de fato “procura impor limites” ao imperialismo. Mas também não tem problemas em se associar com ele quando há necessidade para acumulação de capital. Portanto, destaca-se aqui a tese de Boito Jr. acerca da burguesia e do bloco no poder no Brasil, dada sua importância e correspondência com o objeto deste trabalho, para o qual o autor é referência bastante importante. Ainda que não haja pleno acordo com as suas respostas, Boito Jr. parece fazer as perguntas certas no que se refere à hegemonia e ao bloco no poder no período recente (2003-2018).

Além das discordâncias pontuais já mencionadas, uma em específico parece ter centralidade. O capital internacional e o capital financeiro nunca deixaram de ter força no bloco no poder, posto que o imperialismo atua ativamente nas condições de acumulação das economias dependentes, conforme explicitado na seção 1.1 desta tese. Quando o investimento direto estrangeiro passa a ser menos relevante na América Latina do que o investimento indireto⁶⁴ (MARINI, 2012b), a relação do capital internacional com as burguesias locais torna-se mais permeável e complexa, posto que a propriedade do capital pode ser nacional, mas a transferência de valor – via juros – mantém a hegemonia da burguesia imperialista financeirizada no bloco no poder, mesmo a burguesia interna melhora a posição no bloco.

⁶⁴ Esse tema foi trabalhado no capítulo 1 deste trabalho. Ainda assim, retoma-se aqui a distinção entre as duas formas de investimento estrangeiro: o investimento direto é aquele em que estrangeiros investem diretamente no país, passando a deter meios de produção e produzir diretamente capital. Os investimentos indiretos por sua vez são adiantamento de dinheiro (sob várias formas desde empréstimos até capital especulativo) que mantém a posse dos meios de produção com aqueles agentes para o qual o dinheiro é adiantado. Esse investimento é indireto na medida em que é mediado por um nacional.

Como se pode observar no gráfico 2, a participação do capital estrangeiro na economia brasileira passou a crescer a partir de 2003 e se manteve em patamares bastante elevados inclusive entre 2011 e 2014 com Dilma, evidenciando que nunca deixou de ser priorizado.

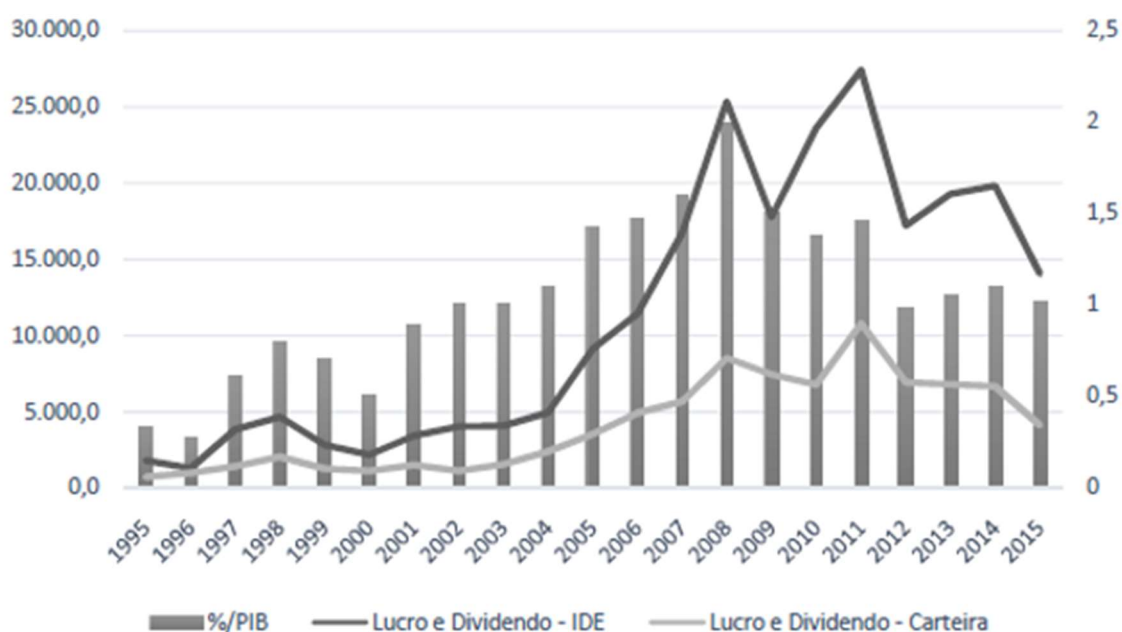
Gráfico 2 - Investimento Direto no País entre 1995 e 2017, em bilhões de dólares



Fonte: Banco Central (2019).
Elaboração própria

Já o gráfico 3, a seguir, expressa o volume de lucros e dividendos remetidos pelo capital estrangeiro investido ao exterior, explicitando a transferência de valor, e portanto, o mecanismo fundamental de manutenção da dependência.

Gráfico 3 - Remessa de lucro e dividendo dos Investimentos Diretos e em Carteira (milhões de US\$) e participação (em %) das remessas no PIB (direita) - Brasil, 1995-2015



Fonte: Banco Central e Cepalstat.
Elaborado por Aruto (2019)

Parece óbvio que, a partir de uma análise situada no âmbito do marxismo e da TMD, há acordo com relação a unidade da burguesia contra o trabalho, em especial quando se trata de quem “paga a conta” da crise. Mas num nível de abstração mais baixo – e mais concreto – os conflitos entre capitais são importantes e devem ser desvelados, na medida em que expressam como as distintas frações se apropriam do fundo público e, portanto, alteram as condições de luta para a classe trabalhadora. Por uma questão de definição de escopo e capacidade de abrangência de um único trabalho, o objeto aqui trata-se das disputas intraburguesas, sem desconsiderar a necessidade de estudos sobre o “outro lado” da luta de classes.

Destarte, a política pautada no ideário desenvolvimentista se mostra inviável no capitalismo dependente, conforme já concluído por diversos autores no primeiro capítulo deste trabalho. Ainda mais inviável é a implementação de um novo desenvolvimentismo, na medida em que a hegemonia permanece associada à política neoliberal. Todos os elementos, mesmo os que apresentam novidades no que se refere à composição do bloco no poder, continuam a apontar para a manutenção e aprofundamento da dependência, com a economia voltada ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

A fórmula propagada pelo governo de crescimento econômico com transferência de renda foi operacionalizada com concessão ampla de crédito, obtendo apoio do capital

financeiro. No que se refere à política econômica, o lançamento PAC, em 2007, e a atuação do BNDES voltada ao desenvolvimento das empresas nacionais com empréstimos e participações acionárias foram determinantes para o apoio das frações industrial e do agronegócio. Com relação à política social, tiveram ênfase aquelas destinadas à ampliação da renda e do consumo – principalmente com o Programa Bolsa-Família (PBF) e valorização do salário mínimo, o que influencia benefícios como Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social – bem como a ampliação do acesso ao ensino superior, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e cotas no âmbito do ensino público, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni) para o acesso ao ensino superior privado.

Möller (2013), em importante sistematização dos programas federais de inserção social entre 2003 e 2013, afirma que tais programas contribuíram para produzir consensos em torno do projeto neodesenvolvimentista. Nas palavras da autora, “a implementação dos programas de inserção social (programas sociais focalizados) se configura como materialização ideológica do atual projeto neodesenvolvimentista, ou seja, como base concreta em que os interesses de classe passam a ser conciliados” (MÖLLER, 2013, p. 32).

Desde o governo Lula até o governo Dilma, é possível observar uma intensa proliferação de programas cuja finalidade social está voltada aos setores mais empobrecidos da população, dentre os quais podem ser citados: o Programa Bolsa Família; o Programa Bolsa Verde; o Programa de Fomento às atividades produtivas rurais; o Programa Tarifa Social da Luz; os Programas Aqui tem Farmácia Popular e Saúde não tem preço; o Programa Luz para Todos; o Programa Água Para Todos; o Programa Minha Casa Minha Vida; o Programa Minha Casa Melhor; o Programa Brasil Carinhoso; o Programa Mais Educação; o PROJOVEM; o Programa Mulheres Mil; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); a instituição da reserva de cotas em 50% pela Lei 12.711/2012; e a Política de Assistência Estudantil, por exemplo (MÖLLER, 2013, p. 30).

Para a autora, o acesso à renda, bens e serviços – mercantilizados – busca a assimilação de representantes dos trabalhadores ao modelo neoliberal, ao passo em que objetiva manter as taxas de acumulação do capital. Assim, apesar de direcionadas “para aqueles que são atingidos pelas alterações processadas no mundo do trabalho”, as políticas sociais focalizadas “se mostram incapazes de alterar o contexto de precariedade, expressando-se apenas como um modo de regulação do atual estado de coisas” (MÖLLER, 2013, p. 34). Somam-se a esse processo as políticas de trabalho, previdenciárias e de inclusão produtiva que priorizam ações de “formalização do trabalhador por conta própria, do micro e pequeno empreendedor, do

trabalhador doméstico e o estímulo à agricultura familiar” (MÖLLER, 2013, p. 240), sob a lógica do empreendedorismo e valorização do “capital humano”.

A concepção de “capital humano” prega que o trabalhador deve investir em sua formação para valorizar sua força de trabalho e, dessa forma, obter melhores salários. Para Maranhão (2012), este discurso – propagandeado pelos organismos multilaterais e sob inspiração nas teses de Amartya Sen⁶⁵ – está voltado ao desenvolvimento das oportunidades e das capacidades do indivíduo, e tem servido como uma forma de incorporar os sujeitos à ordem liberal a partir do maior acesso ao mercado e ao consumo. De acordo com o autor, esta estratégia tem se apresentado “desde a escolha do público-alvo, baseada nas estatísticas de desenvolvimento humano e nos mapas de exclusão social, passando pela execução de políticas, tais como transferência de renda, crédito popular ou qualificação profissional [...]”. Maranhão (2012, p. 102) afirma, ainda, que “tais concepções são as principais influências na elaboração e implementação das diversas estratégias governamentais de desenvolvimento econômico e social”.

Ainda de acordo com Möller (2013, p. 31),

É importante notar que o forte sentido atribuído ao eixo social na atualidade guarda uma enorme diferença com as intervenções estatais do período nacional-desenvolvimentista. No nacional-desenvolvimentismo, o eixo social era tratado pela implementação de políticas de integração e estava submetido a um período de expansão do capital. Já no momento atual, o eixo social se manifesta pela implementação de um conjunto de programas de inserção, ou seja, por respostas localizadas e focalizadas à questão social, que são gestadas no período de globalização financeira.

Tal política pautada na ampliação do consumo abriu margens para a disseminação da tese sobre o surgimento de uma “nova classe média” no Brasil (NERI, 2008)⁶⁶. Esta argumentação busca classificar as classes segundo critérios de renda, sem levar em conta as origens e fontes de renda, omitindo as relações de produção e criando a ilusão da possibilidade de mobilidade entre as diversas “classes” a partir do esforço individual. Segundo Neri (2008), a “nova classe média” constitui-se pela ampliação da classe C. Com objetivo de quantificar a renda, a pesquisa baseou-se no cálculo da renda per capita de cada domicílio, e em função da classificação assentar-se na renda do trabalho, restringiu-se ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade. A pesquisa frisa que a classe C possui uma renda entre R\$1.064,00 e R\$ 4.561,00

⁶⁵ Amartya Sen, economista indiano, é conhecido como um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e por considerar o desenvolvimento a partir de aspectos econômicos e sociais.

⁶⁶ A pesquisa pioneira intitulada “Nova classe média” foi realizada pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação do economista Marcelo Neri (2008). Posteriormente, Neri assumiu a presidência do IPEA (2012-2014).

e se localiza acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos do país. Conforme Neri (2008, p. 27), “este grupo atingia 44.19% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 51.89% em abril de 2008”.

Sobre o método da pesquisa, Neri (2008) aponta duas perspectivas para conceituar classe média, e a primeira é “pela análise das atitudes e expectativas das pessoas”, na qual utiliza-se a sondagem do consumidor divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Propõe-se o uso de medidas diretas tais como a expectativa de felicidade, resultando no Índice de Felicidade Futura (IFF)⁶⁷. A segunda perspectiva na definição das classes refere-se ao potencial de consumo.

A segunda maneira de se definir as classes sociais (E, D, C, B2, B1, A2 e A1) é pelo potencial de consumo tal como no chamado Critério Brasil na qual a classe média é aquela chamada de Classe C. Esta estratificação é implementada a partir do impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família (NERI, 2008, p 22).

A pesquisa destaca, ainda, a formalização do trabalho e o acesso ao crédito como elementos representativos da “nova classe média”. Observa-se, a partir da renda domiciliar total de todas as fontes, o que Neri (2008, p. 25) tratou como “definição das classes sociais”⁶⁸: classe E, com renda entre 0 e 768; classe D ou “remediados”, entre 768 e 1064; classe C, classificada como “classe média”, com renda entre 1064 e 4591; e classes A e B, compreendidas pelo autor como “elite”, com renda superior a 4591.

A partir destes elementos, fica claro que a definição de classe social é baseada em um critério puramente quantitativo referente à renda, pois não há sequer menção à qualidade ou origem dessa renda, no sentido de um aprofundamento sobre os postos de trabalho ocupados por esses setores da população. Pochmann (2012, p. 7) faz uma crítica a essas análises⁶⁹, acusando-as de tendenciosas, ao passo em que “manipulam o consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, [...] negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade”. Pode-se dizer ainda, isentando o autor, que estas são análises de cunho mistificador, frutos da ideologia dominante – que visa, em última instância, a inserção do capital

⁶⁷ “Isto é feito através de perguntas onde a pessoa atribui diretamente nota subjetiva de 0 a 10 sobre a sua respectiva satisfação com a vida. Este tipo de análise recai sobre o Índice de Felicidade Futura (IFF), desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) (NERI, 2008, p. 21)”.

⁶⁸ É interessante notar que em estudo posterior, após receber inúmeras críticas sobre a redução do conceito de classe social à renda, Neri (2010) passa a tratar as camadas de renda como classes econômicas.

⁶⁹ Mesmo sem total acordo com as elaborações de Pochmann (2012), é importante reconhecer que suas análises se diferenciam daquelas de Neri (2008), posto que apresentam dados acerca do mercado de trabalho, evidenciando a primazia do setor de serviços na ampliação da formalização do trabalho, com empregos de baixa remuneração.

em novas esferas da vida social, possibilitando a reprodução da acumulação em escala sempre crescente.

Outro aspecto importante sobre as análises das classes sociais⁷⁰ com base em critérios de renda é que estas se limitam às esferas da distribuição, troca e consumo, deixando de lado a produção. Este é um erro que rompe com a unidade entre os diversos momentos da produção material da sociedade, e que repercute numa análise do movimento real da relação entre as classes sociais.

Marx (2008, p. 1013), no capítulo 52 d'O Capital, demonstra uma aproximação com o debate:

A questão que se propõe agora é esta: que constitui uma classe social? A resposta decorre automaticamente da que for dada à pergunta: que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais? À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda. [...] Sob esse aspecto, porém, os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte. O mesmo se estenderia à imensa variedade de interesses e ofícios segundo os quais a divisão do trabalho social separa os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários de terras; estes, por exemplo, se dividem em proprietários de vinhedos, de áreas de lavoura, de florestas, de minas, de pesqueiras. [Interrompe-se aí o manuscrito].

Neste trecho, Marx aponta a questão da renda como o aspecto aparente na constituição das classes, o primeiro momento de um processo de abstração que se conforma pela afirmação, negação e negação da negação. Iasi (2011, p. 106-107) nos ajuda nesse sentido quando destaca que Marx “não está dizendo que as classes se definem por diferentes formas e fontes de renda, ainda que, automaticamente, ‘à primeira vista’ assim pareça. O termo chave é exatamente ‘à primeira vista’, o que remete à aparência, ponto de partida para um processo de abstração”.

Ainda assim, este primeiro momento aparente não gira em torno da quantidade de renda, mas sim da *identidade das rendas e das fontes de renda*, levando em conta a inserção na divisão social do trabalho. Portanto, as análises supostamente científicas que consideram somente a quantidade de renda não se propõem sequer ao primeiro momento de aproximação com o real na construção do conceito ou na análise das classes. Ou, nos termos de Osorio (2014), se pautam na teoria da estratificação e não das classes sociais.

Destarte, apesar do discurso dos governos petistas de fortalecimento do capital produtivo e do mercado interno, a economia se volta cada vez mais para fora, seja por meio da

⁷⁰ Theotônio dos Santos (1983) analisa as classes sociais a partir de quatro níveis de abstração: modo de produção, estrutura social, situação social e conjuntura.

saída de capitais e transferência de valor, seja por meio das grandes obras de infraestrutura que ligam os latifúndios das monoculturas aos portos para exportação. Inclusive, obras estas realizadas pelo setor da construção civil, um dos maiores beneficiados da burguesia interna pelas políticas dos governos Lula e Dilma (RIBEIRO, 2015).

Tal elemento discursivo esteve bastante presente em alguns momentos nos governos Lula – em especial após o lançamento do PAC em 2007 – mas toma força no primeiro mandato de Dilma⁷¹, conhecida por sua “afinidade histórica com o desenvolvimentismo” (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Teixeira e Pinto (2012), após tratarem dos governos de Lula, explicitam as modificações do bloco no poder e nas relações entre este e o Estado no governo Dilma, e em que medida têm alterado as possibilidades de desenvolvimento. No ano em que o texto foi escrito, 2012, havia um otimismo dos autores com relação ao governo Dilma e à conjuntura econômica e política. Os autores ressaltam que as mudanças ocorridas não devem ser associadas às diferenças de personalidade entre ela e Lula, mas sim aos fatores econômicos e políticos, como a redução dos juros pelos bancos públicos e as cobranças ao sistema bancário como um todo. Nesse viés, a *taxa de juros é o elemento central para expressar o conflito entre as frações no bloco no poder*, e à fração hegemônica bancário-financeira interessa a taxa de juros elevada⁷² (TEIXEIRA, PINTO, 2012).

Para os autores, tais mudanças nas relações entre sistema financeiro e o Estado após 2012 significaram uma “ruptura da hegemonia do segmento bancário-financeiro no bloco no poder” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 935), e o Estado passou a ter maior autonomia relativa diante das frações de classes. Essa tese apresenta perigos iminentes, ao considerar uma possível neutralidade do Estado. As ações do Estado continuaram pautadas por interesses da burguesia, ainda que a partir do fortalecimento de outras de suas frações. De acordo com os próprios autores, foi necessário baixar a taxa de juros para dinamizar a indústria, o que significa benefícios à fração industrial do capital. Tal concepção, com clara fundamentação keynesiana, visa ampliar investimentos para estimular o desenvolvimento econômico.

A atual fissura da hegemonia da fração bancário-financeiro no bloco no poder, que tem dado uma maior autonomia ao Estado, é o momento oportuno para se retomar o debate a respeito de um projeto de desenvolvimento e da

⁷¹ Dilma Rousseff foi aluna de mestrado e doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), orientada por João Manuel Cardoso de Mello. Em entrevista à Folha de S. Paulo (2020), o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca afirma que o governo Dilma apresentava sinais de adesão às ideias desenvolvimentistas, mas não deixava claro seu projeto estratégico. Para ele, seria necessário investir em setores de ponta.

⁷² Em realidade, a centralidade da taxa de juros para as disputas entre frações burguesas é um grande consenso na literatura. Todos os autores lidos, sem exceção, têm acordo com esse elemento.

recuperação dos instrumentos de planejamento e fomento ao desenvolvimento por parte do Estado. Nesse sentido, é preciso que o governo amplie sua capacidade de investir (sobretudo em infraestrutura) por meio da flexibilização da meta de superávit primário e de uma descentralização da gestão pública cada vez mais concentrada na presidenta Dilma, o que reduz em muito a velocidade de operacionalização dos processos e procedimentos governamentais. Em contrapartida, permanece forte e em ascensão a fração dos segmentos industriais produtores de *commodities* e do agronegócio. Dado o fortalecimento de tais segmentos, vai ficando cada vez mais difícil para o Estado brasileiro deslocar parte do excedente gerado pelo setor para outros segmentos produtivos intensivos em tecnologia e produtores de bens salariais. De qualquer forma, o futuro desse segmento dependerá fortemente da demanda chinesa e da capacidade daquele país em manter taxas elevadas de crescimento em um contexto de piora da crise na Europa e crescimento lento dos EUA (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 936).

No entanto, ao afirmarem que a conjuntura pós 2012 reduziu a dependência financeira externa, e que as empresas estatais e bancos públicos não são dominados pela influência da fração hegemônica, os autores cometem um erro de análise, além de um otimismo exacerbado com a atuação do Estado capitalista. A participação de capital estrangeiro nas empresas e bancos públicos pode contribuir para elucidar este contraponto. Toma-se aqui o caso da Petrobras, que em 2010 ampliou ações e conseguiu atrair investidores estrangeiros (BBC BRASIL, 2010). Com base em dados divulgados pela própria empresa sobre o relacionamento com investidores, é possível observar que 13,6% das ações preferenciais da Petrobrás eram detidas por estrangeiros em 2002. Em 2012, os estrangeiros esse percentual sobe para 16,4%, e chega a 31,12% em abril de 2018 (PETROBRAS, 2018). O caso do Banco do Brasil (BB) também é ilustrativo. Em 2007, o BB fez um lançamento de ações – assim como a Petrobrás em 2010 –, e os investidores estrangeiros ficaram com 43% das novas ações emitidas (BANCO DO BRASIL, 2018). Já em 2009, “o governo autorizou o Banco do Brasil a emitir recibos de ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova York e ampliar de 12,5% para 20%, o limite de participação de estrangeiros no capital do banco” (ESTADÃO, 2009). Por fim, em 2013, o BB aumentou este limite para até 30% (ESTADÃO, 2013), evidenciando grande pressão dos investidores estrangeiros sobre esse banco, contrariando a tese de Teixeira e Pinto (2012) de que os bancos públicos haviam deixado de ser pautados pela hegemonia do capital financeiro.

Na mesma direção, Souza (2015) afirma que já no início do primeiro mandato de Dilma medidas de contenção foram aprofundadas, o que balançou o apoio do capital produtivo por conta da “elevação dos juros [...], da meta de resultado primário, corte nos gastos públicos, paralisação dos investimentos em infraestrutura” (SOUZA, 2015, p. 562). Segundo a autora,

após reação dos empresários por meio de campanhas com reclamações recorrentes acerca do “estilo” autoritário e centralizador de Dilma, as respostas do governo com relação à política econômica foram medidas anticíclicas, em especial a utilização dos bancos públicos para controlar e baixar a taxa básica de juros. No entanto, tais medidas não eram consensuais no bloco no poder, o que criou fissuras incontornáveis.

Contudo, Souza (2015) apresenta uma perspectiva interessante ao comparar os governos de Geisel e Dilma em suas políticas de favorecimento ao capital produtivo sem o respectivo enfrentamento à financeirização. Paradoxalmente, o governo Geisel (1974-1978) instituiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁷³ ao passo em que fortalece o capital bancário e amplia a articulação com mercado financeiro internacional. Apesar de haver limitações na comparação entre os governos Geisel e Dilma – em razão da já explicitada diferença entre o nacional-desenvolvimentismo e o discurso atual do neodesenvolvimentismo –, a conclusão da autora demonstra que não há contradição, a depender das condições determinadas historicamente, entre políticas que favoreçam o capital produtivo ou financeiro. Segundo Souza (2015, p. 548), “a impressão é que somente fatores externos podem abrir brechas para políticas de desenvolvimento sem o enfrentamento dos interesses financeiros”. Um ponto importante destacado por Souza (2015) é a transição do padrão de acumulação anterior – tripé empresa estatal, capital estrangeiro e capital nacional – para o neoliberalismo consolidado nos anos 1990, sustentado por juros altos, metas de inflação e câmbio flexível. Tal padrão passa a ser gestado em meados dos anos 1970, já com política de juros altos e endividamento público interno, na esteira do processo de financeirização mundial após a alta nos preços do petróleo e da necessidade de expansão do capital imperialista.

Souza (2015, p. 564, grifo nosso) conclui que

os governos petistas, o de Dilma Rousseff em especial, padeceram de certa confusão, tomando por burguesia nacional uma fração da burguesia interna, nomeadamente a ligada ao grande capital produtivo, supostamente identificada com o interesse nacional e contrária à especulação financeira. Críticas aos juros altos da parte de representantes do setor produtivo podem expressar meramente formas de resistência à incontestável hegemonia do capital financeiro. Daí a insuficiência, por exemplo, da redução dos juros para estimular investimentos, pois discursos muitas vezes não passam de bandeiras de luta, sendo que *os agentes ligados ao grande capital em geral ganham muito no circuito financeiro e não têm tanto interesse na redução dos juros, querem apenas o BNDES para eles*. Da mesma forma, qualquer retórica nacionalista, muitas vezes adotada pela burguesia interna, não deve ser levada demasiadamente a sério, pois menos que tomada de posições anti-

⁷³ O II PND visava eleger a indústria nacional de bens de capital como prioridade da política econômica, via investimentos estatais em infraestrutura e fomento da indústria local para produção de máquinas e equipamentos, além de avanços e desenvolvimento de tecnologias para transportes, energia e telecomunicações (SOUZA, 2015).

imperialistas pode indicar apenas operações discursivas voltadas para conquistas de políticas econômicas favoráveis aos interesses de frações de classe que têm ou desejam ter negócios/associações com o capital estrangeiro. Ou seja, seria melhor não contar com a existência de uma burguesia nacional no Brasil, desaparecida durante a ditadura militar.

Isso significa que a oposição entre capital produtivo e capital financeiro não corresponde à realidade, pois um não elimina o outro; pelo contrário, são condição e resultado. A redução dos juros muitas vezes aparece como retórica inclusive por parte dos bancos, como trabalhado adiante no capítulo 3. Para ilustrar essa falsa oposição entre o capital produtivo e o rentismo, Ribeiro (2015) explicita o caso da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) que, em documento de balanço do setor, demonstra como a construção civil se integra ao capital fictício ao apontar com entusiasmo a possibilidade de abertura de capital por empresas do setor da construção via ações e negociação de títulos (CRIs – Certificados de Recebíveis Imobiliários) no mercado financeiro, afirmando que “não se pode transitar nestes espaços econômicos sem bons níveis de estabilidade e, principalmente, governança corporativa” (CBIC, 2007, p.17). Esse processo evidencia que mesmo o capital industrial passa a ser determinado pela lógica especulativa, pois embora aquele, por sua natureza, não possa ser parasitário, passa a atuar buscando ganhos rápidos, a partir da compra e venda de ativos líquidos e não investimentos produtivos. Conforme Mollo (2011, p. 456), esta é “[...] a forma como as corporações não financeiras passaram a reagir à menor rentabilidade, aplicando no mercado financeiro, envolvendo-se em fraudes e rebaixando salários e benefícios dos trabalhadores”.

Essas afirmações levam a crer que a fração industrial do capital, incluída aí a indústria da construção civil, consegue estabelecer uma relação com o processo de financeirização que acarreta maior segurança para a reprodução de seus capitais. Isso quer dizer que, se por um lado, a CBIC demanda do Estado redução das taxas de juros porque isso facilita empréstimos tanto para as empresas quanto para seus consumidores, por outro lado o setor se garante a partir da entrada no mercado de capitais, fazendo com que tenha ganhos com a redução dos juros, bem como com sua elevação. Assim, a burguesia brasileira estaria muito bem acomodada em associação ao capital financeiro internacional, já que suas perdas no ciclo do capital na economia dependente são compensadas com a superexploração da força de trabalho.

Tem destaque nesse viés a elaboração de Singer (2018), para quem formaram-se duas coalizões durante os governos Lula, ambas beneficiadas num movimento pendular: a *rentista*, composta pelo capital financeiro e classe média tradicional, que queria manter o país alinhado ao receituário neoliberal, dentro da órbita do capital internacional e da liderança dos EUA; e a

produtivista, onde se inserem os empresários industriais e fração organizada da classe trabalhadora, cujo objetivo era acelerar o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à reindustrialização, com distribuição de renda. Com base nos dados e argumentos já levantados, não há acordo com essa tese, embora Singer (2018) levante uma série de elementos interessantes que serão debatidos ao longo da próxima seção. Essa análise dialoga em alguns pontos com a tese de Boito Jr. já explicitada. Os próprios autores tecem um diálogo crítico no que se refere a este ponto⁷⁴, cientes da complexidade que envolve o tema (BOITO JR., 2018; SINGER, 2018).

De acordo com Fontes (2018), a escala de acumulação, concentração e centralização do capital tomou tal proporção que a propriedade do capital se expande para capitalistas funcionantes, comerciantes, acionistas e bancos ou intermediações financeiras diversas, como fundos de investimentos, todos atendendo às exigências de valorização e reprodução das massas de capitais. Para Fontes (2018, p. 46), “pouco importa onde são investidos tais recursos, contanto que retornem de maneira acrescida (valorizados, capitalizados)”. Assim, “não basta denunciar o rentismo, pois ele é apenas a *aparência* da grande propriedade dominante do capital na atualidade” (FONTES, 2018, p. 47, grifo da autora).

Nesse sentido, deve-se evitar análises moralistas e dualistas acerca do bom capital industrial em detrimento do mau capital financeiro especulativo, pois é a própria dinâmica do capital em seu conjunto e a busca incessante por superlucros que determina as fusões e a concentração de capitais, expandindo o predomínio do capital monetário e as expropriações (FONTES, 2010). De acordo com Mota (2012, p. 33, grifos da autora), o discurso neodesenvolvimentista transita “por uma espécie de *juízo moral* que, ao criticar os maus e desonestos capitalistas – qualificados de especuladores irresponsáveis – defendem o capitalismo *sério, real, produtivo, democrático e redistributivo*”. A ampliação do crédito e a abertura de novas possibilidades de inserção no mercado para os trabalhadores, tal como a disseminação dos fundos de pensão, favorecem o capital financeiro, e mais especificamente o capital fictício, com os quais nunca houve uma ruptura por parte dos governos. Paulani (2010, p. 131) explicita que o acesso privilegiado a informações sobre papéis públicos, concorrências públicas, fundos públicos e vendas de ativos públicos torna-se fundamental para evitar riscos aos rentistas. Conforme a autora, “o poder público maneja negócios e recursos sempre

⁷⁴ Apesar de identificar algumas convergências, as teses dos autores são bastante complexas e distintas entre si. As discordâncias aparecem explicitamente da parte de Singer (2018, p. 64) quando trata do rentismo e do produtivismo em detrimento da burguesia interna e burguesia associada citadas por Boito Jr.; e da parte deste último (BOITO JR., 2018, p. 121), as divergências se apresentam na referência de Singer ao lulismo como variante de bonapartismo.

volumosos, de modo que atrelar o rentismo ao poder do Estado parece a forma mais segura de aliar retorno elevado e liquidez a segurança (poder e dinheiro cada vez mais juntos)” (PAULANI, 2010, p. 131). Portanto, o capitalismo financeiro é o avesso da ausência do Estado, desmistificando que o neoliberalismo implicaria estabelecer um mercado livre da intervenção estatal.

As recomposições no bloco no poder levaram parte da militância e intelectualidade vinculados à esquerda a apostar num projeto de conciliação de classes, onde parte da burguesia, com destaque para a fração industrial, entraria como aliada para a busca do crescimento econômico com desenvolvimento social. Essa ilusão causada pelo neodesenvolvimentismo gerou o discurso do “menos pior”, criando uma polarização dual entre partidos majoritários como única possibilidade de transformação da realidade⁷⁵. Os projetos alternativos foram marginalizados, e o capital conseguiu impor seus interesses através do Estado para o conjunto da sociedade civil, num exercício exemplar de hegemonia.

Até 2013, tal projeto parecia caminhar sem maiores entraves, numa espécie de anos de ouro do capitalismo dependente sob o neoliberalismo. Discursos de exaltação de Lula, da nova classe média, de acesso ao ensino superior, dentre outros aspectos já levantados, caminhavam lado a lado com elogios por parte das entidades representativas da burguesia. Todavia, as fissuras no bloco no poder em razão da política de Dilma e Mantega da redução de juros via bancos públicos, num momento de crise internacional e do encerramento do ciclo econômico expansivo de exportação, associadas à insatisfação popular por distintas razões culminaram nas manifestações de junho de 2013, fenômeno determinante para a compreensão do golpe que viria a acontecer em 2016, tema trabalhado na seção a seguir.

Cabe, por fim, uma ressalva apresentada por Iasi (2017) acerca da proclamada ideia de que não havia projeto possível por fora da governabilidade. Para Iasi (2017, p. 425), a forma assumida pelos governos petistas “não é mera objetividade inescapável”; ao contrário, foi feita uma “opção pela governabilidade pelo alto”. Para o autor, com o qual concordo, essa não era a única opção, ainda que pautada pela estratégia democrático-popular, a exemplo de experiências vizinhas mais radicalizadas como Venezuela e Bolívia. O PT optou por alterar e desenvolver

⁷⁵ Demier (2017, p. 50-51) chama atenção para esse elemento quando discute a democracia liberal-representativa sob o neoliberalismo, a qual, “por meio de sua blindagem, faz com que, cada vez mais, enormes contingentes populacionais posicionem-se em seus pleitos, tal como torcedores de um time eliminado o fazem diante de uma disputa de pênaltis entre duas outras equipes que foram à final [...]: só lhes resta torcer – abstendo-se ou votando na ‘menos pior’”, mesmo que não tenham simpatia por nenhum dos projetos colocados. E, segundo o autor, “na maior parte dos países ainda não se engendram alternativas de poder que possam congregiar e impulsionar as lutas dos trabalhadores para um questionamento ao regime” (DEMIER, 2017, p. 50).

seu projeto sob essas bases, respeitando as regras do jogo quanto ao ordenamento jurídico e político, mas também aos fundamentos econômicos da ordem burguesa neoliberal. Carcanholo (2018, p. 35), na mesma direção, afirma que “a outra alternativa” ao neodesenvolvimentismo seria romper com as reformas neoliberais, o que não foi feito pelo PT.

2.2 A queda (ou o desabamento do muro de contenção)

Com diferentes julgamentos de mérito acerca dos anos em que o PT esteve à frente da presidência da República, diversos autores dividem o período a partir de sínteses como “da glória ao desastre” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018), do “*boom* aos caos econômico” (CARVALHO, 2018), “do sonho rooseveltiano⁷⁶ ao pesadelo golpista” (SINGER, 2018). Aqui opto por delinear o período *da ascensão à queda*, pois, de um ponto de vista mais objetivo e ainda sem adjetivações, expressa o período de 2003 a 2016, estendendo-se ao governo Temer. Ascensão, nesse caso, significa a vitória eleitoral de Lula em 2002, enquanto a queda busca caracterizar o golpe parlamentar e seus efeitos durante o governo interino, até 2018.

Tem pertinência o questionamento de Mattos (2016, online) sobre como explicar o golpe a partir do pressuposto de que “toda manobra golpista no interior do Estado, por maior que possa ser a autonomia relativa de seus agentes e aparelhos, tem sempre um sentido de classe”. Conforme mencionado anteriormente, junho de 2013 foi um marco importante na virada para o que é aqui caracterizado como a queda do PT. No entanto, para compreender o início do fim, é necessário recuperar a dinâmica econômica e as disputas intraburguesas ainda no primeiro ano do mandato de Dilma. Por essa razão, com base nas leituras de alguns autores que debatem esse momento, a presente seção busca explicitar os antecedentes e as reconfigurações no bloco no poder que culminaram com o golpe parlamentar em 2016, adentrando ainda nas principais características e medidas levadas a cabo pelo governo de Michel Temer.

2.2.1 Reconfiguração do bloco no poder em resposta à crise de hegemonia pós-2013

A seção anterior tratou da recomposição do bloco no poder durante os governos Lula, momento em que a grande burguesia interna melhorou sua posição no interior do bloco. No entanto, o capital imperialista nunca deixou de exercer a hegemonia. Esse elemento é

⁷⁶ Aqui se referindo apenas aos governos de Dilma Rousseff, o autor afirma que “o rooseveltianismo surgira no centro capitalista numa etapa de keynesianismo dominante [...] e aplicado à matéria brasileira em tempos de globalização e neoliberalismo, despedaçou o lulismo” (SINGER, 2018, p. 32).

especialmente importante para caracterizar o bloco no poder a partir de 2013 e as mudanças que foram ocorrendo na relação entre as frações burguesas e o governo, buscando responder em que medida as fissuras nessa relação ocasionaram a crise de hegemonia.

Iasi (2017, p. 347), de maneira certa, afirma que “o equilíbrio do governo de pacto social sempre foi difícil uma vez que supõe poder conciliar o que é inconciliável, isto é, os interesses de classe opostos de trabalhadores e burgueses. A engenharia possível pressupõe uma certa estabilidade econômica e uma governabilidade negociada [...]”. Nesse contexto, ressalta o autor, “o mais importante é que [o pacto] funciona enquanto a burguesia desejar que funcione” (IASI, 2017, p. 348).

Tais pressupostos, associados à colocação de Carcanholo (2017) de que em momentos de crise profunda do capitalismo a conciliação de classes é impossível, restam, pois, as seguintes questões: o que ocorre quando a estabilidade econômica não é mais possível, e quando o espaço para negociações se comprime? O que acontece quando a burguesia não apresenta mais interesse no pacto de classes, posto que a margem econômica para a conciliação se reduz?

Para responder tais questões, faz-se necessário retornar um pouco no tempo, buscando ampliar as análises realizadas na seção anterior por Teixeira e Pinto (2012) e Souza (2015). Dilma é eleita em 2010 com 56% dos votos, tendo Michel Temer como vice, apresentada por Lula no processo eleitoral como uma ótima gestora, a mãe do PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida (FOLHA DE S. PAULO, 2010). Quando assume a presidência em 2011 havia um contexto de otimismo geral, especialmente por parte do empresariado.

Contudo, em 2011, a crise econômica tem consequências contracionistas para Europa, impactando também a China e o resto do mundo (SINGER, 2018). De acordo com Carcanholo (2017), o novo momento da crise estrutural internacional, que estoura em 2007/2008 nos EUA, permanece até hoje com distintas roupagens nas diferentes regiões. Nesse sentido, Oreiro (2011) comenta as razões e consequências da referida crise⁷⁷, e destaca que as bolhas e a fragilidade financeira não são "anomalias" no sistema, mas parte integrante da forma de funcionamento do capitalismo na era neoliberal.

No que se refere à tese de que a crise de 2008 seria apenas um desvio temporário da trajetória de crescimento de longo prazo das economias capitalistas, os eventos ocorridos depois de 2009 parecem apontar claramente para a falsidade dessa conjectura. [...] O resultado combinado do aumento da

⁷⁷ O autor destaca que a crise de 2008 “começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. [...]. O aumento da procura pela liquidez detonou um processo de venda de ativos financeiros em larga escala, levando a um processo Minskiano de ‘deflação de ativos’, com queda súbita e violenta dos preços dos ativos financeiros, e contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais” (OREIRO, 2011, online).

propensão a poupar do setor privado e redução da poupança do setor público foi uma pequena recuperação do nível de atividade econômica e uma "socialização na prática" de parcela considerável da dívida privada, transferida agora para o setor público. Essa "socialização das dívidas privadas" é uma das causas da crise fiscal da área do Euro, a qual, na ausência de uma monetização parcial do endividamento do setor público dos países por ela afetados, irá resultar em vários anos de contração fiscal, retardando assim a recuperação econômica do mundo desenvolvido. A perspectiva para os países da área do Euro (e em menor medida para os Estados Unidos) é de vários anos de estagnação econômica (OREIRO, 2011, online).

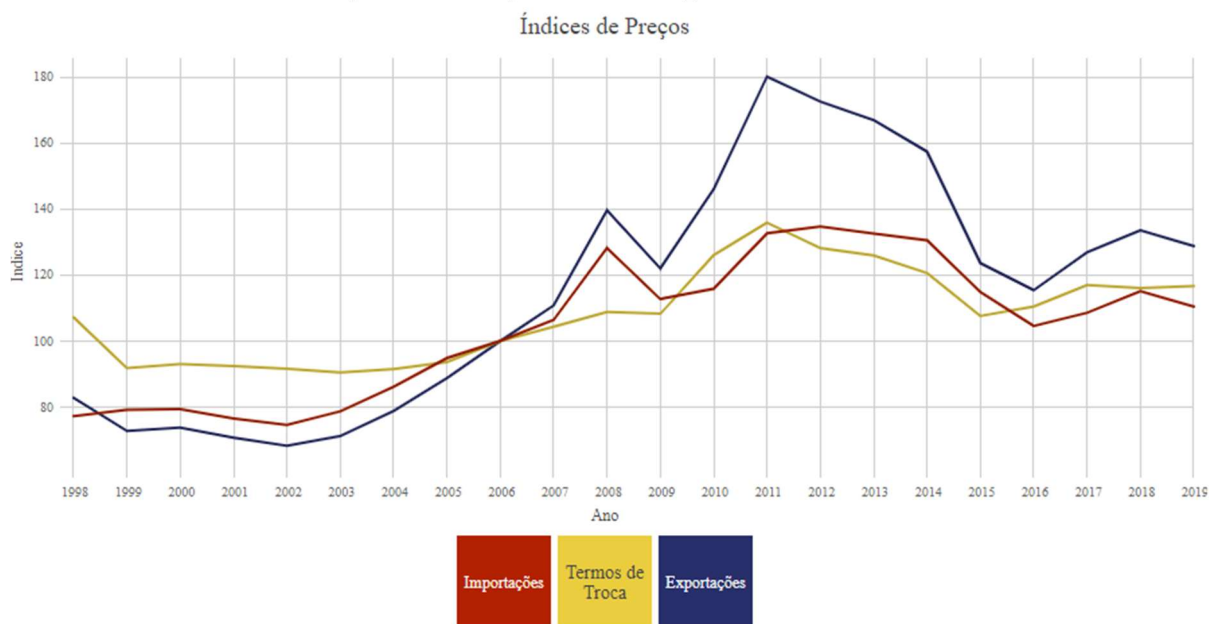
Durante a crise “as medidas anticíclicas adotadas pelos países centrais (medidas de expansão monetária, juros reais negativos e expansão do déficit público) aumentam os fluxos e a intensidade de capital estrangeiro” direcionados às economias dependentes, ao passo em que há uma redução no preço e demanda por *commodities* (ARUTO, 2019, p. 93).

Embora, num primeiro momento, o Brasil tenha segurado as taxas de lucro e o crescimento⁷⁸, isso não se mantém ao longo do primeiro mandato de Dilma, quando a piora nas condições do comércio internacional passa a pautar alterações na linha para a política econômica. O minério de ferro, por exemplo, era vendido por 180 dólares por metro cúbico no primeiro mês do governo Dilma e passa a valer cerca de 100 dólares em setembro de 2012, chegando a 40 dólares em dezembro de 2015 (INDEX MUNDI, 2020). O gráfico 4 expressa a queda das exportações, bem como dos termos de troca⁷⁹, a partir de 2011, despencando a partir de 2014.

⁷⁸ Após uma queda da taxa de crescimento do PIB em 2009, em 2010 retorna à taxa anterior, como pode ser observado no gráfico 3.

⁷⁹ Os termos de troca indicam a relação entre os preços de exportação e os preços de importação e, portanto, a posição mais ou menos vantajosa que um determinado país ocupa no comércio internacional. Para Prebisch (1962), a forma de superação da contínua deterioração dos termos de intercâmbio seria a industrialização via substituição de importações, em contraponto à teoria clássica das vantagens comparativas. Marini (2011), por sua vez, revela que a deterioração dos termos de troca, observada nos trabalhos pioneiros da CEPAL, está em realidade assentada no segredo da troca desigual, demonstrando a insuficiência das explicações cepalinas, na medida em que ocultam a natureza do fenômeno e levam a ilusões sobre o significado da exploração capitalista internacional. Nos termos de Marini (2011, p. 143), “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca”.

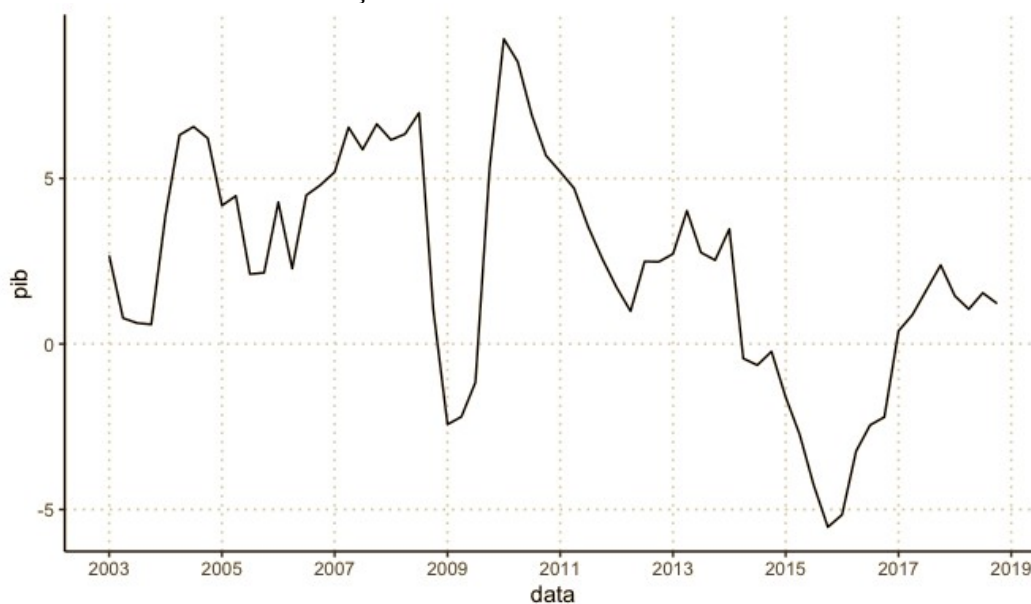
Gráfico 4 - Índice de preços de exportação e importação no Brasil entre 1998 e 2019



Fonte: MDIC, 2020.

Ainda com o intuito de explicitar as mudanças nas condições econômicas a partir de 2011, a variação do PIB real a preços de mercado cai em relação a 2010, e a diminuição é estabilizada até 2014, quando uma queda ainda mais brusca atinge -5,53% no quarto trimestre de 2015, como é possível observar no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Variação do PIB real no Brasil entre 2003 e 2019



Fonte: Ipeadata (2020).
Elaboração própria.

Até 2014, segundo Aruto (2019, p. 93), foi possível alguma sustentação econômica do balanço de pagamentos, posto que “o ingresso de capital na conta financeira mais do que compensou os déficits nas transações correntes e quando esse saldo se mostrou insuficiente, como em 2013, o Brasil utilizou as reservas internacionais acumuladas nos períodos anteriores”. Internamente, tais condições desencadeadas pela crise internacional reconfiguram dialeticamente a dinâmica da economia brasileira. Conforme elucidado por Aruto (2019), no decorrer do primeiro governo Dilma há uma diminuição do nível de produção em razão da redução relativa dos gastos do governo, associada ao conflito distributivo gerado pela redução da taxa de desemprego e aumento do salário real.

Num primeiro momento, o governo Dilma foi marcado por forte ajuste fiscal, anunciado logo nos primeiros meses⁸⁰. A meta de superávit primário – de 3,1% do PIB em 2011 – foi cumprida por meio da redução dos gastos públicos, com queda no investimento público e privado. De acordo com Serrano e Summa (2015, p. 2), “após crescer à uma taxa média de 8% entre 2004 e 2010, com pico de 18% em 2010, a formação bruta de capital fixo [investimentos] cresceu apenas 1,8% em média no período 2011-2014”. Dessa forma, os autores sustentam que a forte redução do crescimento do investimento explica a desaceleração do crescimento da produção industrial desde 2011, e “não um suposto processo de ‘desindustrialização’ relacionado a taxa de câmbio” (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 30-31).

As preocupações acerca da desindustrialização explicitadas pela fração industrial da burguesia, em especial a Fiesp⁸¹, foram apresentadas ao governo e a partir de 2012, propagou-se o que se convencionou chamar “nova matriz econômica”. Nos termos do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (2012, online), “juros elevados atraem capital externo para a arbitragem, valorizando o real (especialmente em um ambiente de afrouxamento quantitativo em países desenvolvidos) e diminuindo a competitividade da produção brasileira”. Ainda nesse escopo, Mantega alega que “ao invés de a riqueza ser direcionada para o empreendedorismo, inovação, investimentos na indústria, agropecuária e serviços, enfim, para a ampliação da produção nacional e da nossa capacidade de oferta, ela ficava retida no sistema financeiro nacional, em busca do ganho fácil proporcionado pelas aplicações financeiras”. A manutenção da meta de superávit primário no ano anterior é justificada por ele como o respaldo necessário para a posterior redução de juros. Cita ainda a política de desonerações, a depreciação do

⁸⁰ “Em uma tentativa de conter os gastos públicos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, em fevereiro [de 2011], um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento [...]. Por sua vez, em uma tentativa de conter a alta de preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) já realizou duas altas da taxa básica de juros (Selic) desde o início do ano” (BBC BRASIL, 2011).

⁸¹ Sobre a “agenda Fiesp”, vide Carvalho (2018).

câmbio, a redução do preço da energia, a concessão dos aeroportos e investimentos em ferrovias e rodovias como medidas de incentivo à produção e ao setor privado.

Tais decisões de desvalorização do real e redução dos juros por meio dos bancos públicos pressionaram os bancos privados a reduzirem suas taxas, gerando uma série de manifestações públicas das entidades representativas dos bancos, a exemplo da Febraban⁸², bem como embates na imprensa, nos quais Mantega se pronunciava afirmando que a lucratividade dos bancos permite assegurar as reduções nas taxas de juros e o aumento do volume de crédito. A taxa básica de juros caiu de 12,5% para 7,25% ao ano, entre 2011 e 2013, período em que a inflação era 6,59% acumulada em doze meses. Esse tipo de postura tanto por parte do ministro como da então presidente Dilma levou a análises sobre o enfrentamento do governo ao capital financeiro. Nesse viés, a tese de Singer (2018) se destaca, ao situar o governo como representante da coalizão produtivista em detrimento do rentismo. Como tratado anteriormente, não há acordo com essa divisão, posto que o capital financeiro se manteve hegemônico e que o investimento estrangeiro continuava crescendo nesse período. Ainda assim, Singer traz elementos que correspondem de fato às medidas tomadas por Dilma, e que causaram tensionamentos internos no bloco no poder.

Nos termos de Singer (2018, p. 43), “a exemplo do que havia feito em 2008, o Brasil procurou sustentar o ritmo local, apesar da retração generalizada”. De acordo com a síntese do autor, destacaram-se as seguintes ações: 1. Redução dos juros; 2. Uso intensivo do BNDES; 3. Política industrial, por meio do Plano Brasil Maior⁸³; 4. Desonerações; 5. Plano para infraestrutura, com lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL) em 2012 para estimular as concessões; 6. Reforma do setor elétrico, cujas alterações nas regras para as concessionárias de energia gerou perdas a investidores⁸⁴; 7. Desvalorização do real; 8. Controle de capitais, em especial com a alteração das alíquotas do IOF para investimentos estrangeiros em carteira e empréstimos intercompanhias; 9. Proteção ao produto nacional, principalmente

⁸² Singer (2018, p. 50) destaca que na ocasião a Febraban apresentou uma lista com 20 reivindicações destinadas a reduzir o *spread* bancário (diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro de investidores e o que cobra de juros dos tomadores de empréstimos), que “ia da diminuição dos impostos incidentes sobre as transações financeiras até a minoração do depósito compulsório fixado pelo BC, passando pela regulamentação do cadastro positivo, que daria vantagens aos bons pagadores”. Todavia, com relação aos *spreads*, a Febraban teve que voltar atrás (SINGER, 2018).

⁸³ O Plano lançado em agosto de 2011 fora composto por “287 medidas que abrangeram da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a bens de investimento à ampliação do Microempreendedor Individual (MEI). A proposta era que o BNDES investisse quase 600 bilhões de reais na indústria até 2015” (SINGER, 2018, p. 44).

⁸⁴ É citado o Fundo Skagen, com base na Noruega, que reagiu ao recuo dos preços de suas ações com a declaração, publicada no *Financial Times*, de que tal medida era uma forma de nacionalização da propriedade similar ao que ocorria na Venezuela e Argentina (SINGER, 2018, p. 45).

por meio do Programa de Compras Governamentais, que visava estimular compras públicas dos produtos nacionais. Esse conjunto de medidas, designadas como a nova matriz econômica de Mantega, “explicaria a feroz campanha contra o ‘intervencionismo estatal’ que desaba sobre Dilma a partir de 2012” (SINGER, 2018, p. 26).

Para Singer (2018, p. 41), “quando se observa o conjunto das ações contidas na ‘nova matriz’ [...], percebe-se o seu viés desenvolvimentista”. Sua tese, expressa no livro “Lulismo em crise” (2018), tem como objetivo tratar justamente do período dos governos Dilma procurando apreender o que levou ao esgotamento do lulismo. Assim, segundo ele, Dilma promove o “ensaio desenvolvimentista”⁸⁵, cuja meta era o planejamento do Estado para reindustrialização, juntamente com um “ensaio republicano”, visando a contenção da corrupção para manter a esfera pública imune às influências privadas. Ambos geraram reações que fazem parte da explicação de Singer acerca do impeachment. Contudo, o próprio autor apresenta a ressalva: “é possível que se conclua que a nova matriz não foi rigorosamente desenvolvimentista. Essa interpretação fica, todavia, protegida pelo vocábulo ‘ensaio’, que remete ao caráter efêmero da experiência como ao seu contorno vago” (SINGER, 2018, p. 42).

O que Singer (2018) ressalta como o ensaio desenvolvimentista são as “escolhas antiliberais” de Dilma no que se refere à economia. Para ilustrar seu argumento, menciona o documento “Brasil do diálogo”, elaborado no ano de 2011 em conjunto pela Fiesp, CUT, Força Sindical e sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, cujas demandas foram em grande parte atendidas pelo governo Dilma.

Chama a atenção a quantidade de propostas, depois adotadas por Dilma, dentre as elencadas na ocasião: redução da taxa de juros “para nível internacional”, diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como “diretriz da política industrial”, “preferência para produtos nacionais nas compras governamentais”. O Plano Brasil Maior, lançado três meses após *Brasil do diálogo*, parece resposta literal ao documento dos produtivistas. Mas à medida que o programa era implementado, os industriais, em lugar de darem apoio, foram progressivamente se afastando do governo, alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista – como se cada gesto para efetivar o rol de medidas por eles mesmos proposto fizesse crescer o temor do “estatismo” criando desconfiança (SINGER, 2018, p. 59).

⁸⁵ Singer (2018) recorre a uma definição mínima do que entende por desenvolvimentismo, ciente das muitas variações e discussões em torno do termo. Para isso, se utiliza da definição de Bielschowsky, cujo significado remete ao planejamento e ordenamento da execução de um projeto de industrialização como via para superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Nota-se que os fundamentos da concepção continuam associados à visão cepalina da década de 1950 na América Latina (TRASPADINI, 2014). No entanto, a versão desenvolvimentista de Dilma não nega a integração ao capital estrangeiro, na perspectiva do capitalismo associado de FHC. Elementos pontuais de política macroeconômica com tônica desenvolvimentista sem o embate com o imperialismo não parecem suficientes para caracterizar o governo como desenvolvimentista.

Segundo o autor, pouco mais de um ano depois, em dezembro de 2012, a CNI divulga um documento⁸⁶ com reivindicações de flexibilização da CLT, indicando rupturas por parte dos industriais frente a proposta anterior elaborada em conjunto com centrais e sindicatos. A Fiesp, por sua vez, estimulava indústrias a se instalarem no Paraguai, pois em razão de não haver encargos trabalhistas, estudo feito pela entidade alegava que a mão de obra era 36% mais barata naquele país. Para Singer (2018, p. 60), esse era o “pontapé inicial da campanha contra Dilma”. Após declarações das centrais sindicais que combatiam as afirmações e propostas das entidades patronais, a “coalizão produtivista”, nos termos de Singer, se desfez. Frente a esse cenário, “o abandono dos industriais deixou o comando da nova matriz desnorteado [...] e o único modo de recuperar o diálogo era fazer o ajuste fiscal ao qual eles haviam aderido” (SINGER, 2018, p. 62).

A coalizão produtivista, em realidade, parece nunca ter existido, conforme denotado na seção 2.1. Mas se levadas em conta as considerações de Boito Jr. (2018), é possível pensar como parte das políticas de Dilma favoreceram de fato a grande burguesia interna. As demandas colocadas pela agenda da Fiesp e atendidas pelo governo expressam uma tentativa de recuperação das taxas de lucro. Isso não significa que havia um projeto nacional de desenvolvimento sendo fortalecido, por isso a dificuldade, de acordo com Paulani (2017), em tratar o período como desenvolvimentista, ainda que na versão ensaística.

Nessa direção, Aruto (2019, p. 86) comenta que

Esse aparente paradoxo entre um governo compromissado com o “(novo)desenvolvimentismo” e manutenção de uma estratégia neoliberal se desfaz quando se considera que, em primeiro lugar, as estratégias de (sub)desenvolvimento neoliberais podem ser compatíveis com políticas econômicas heterodoxas [...], desde que asseguradas a estabilização macroeconômica e as reformas liberalizantes. Em segundo lugar, a adoção das políticas heterodoxas (em intensidade e escopo) depende da conjuntura econômica e geopolítica internacional.

É possível observar que as políticas econômicas heterodoxas ou anticíclicas, em especial aquelas de conteúdo local, num contexto geral de associação com o imperialismo acabam desencadeando um efeito contrário, na medida em que o governo fortalece o capital estrangeiro e financeiro por um lado, e pelo outro tenta amenizar seus efeitos em aliança com setores sem quaisquer compromissos nacionais e que estão também vinculados ao capital internacional.

⁸⁶ O documento mencionado por Singer (2018), *101 propostas para modernização trabalhista*, foi incluído entre os documentos analisados e apresentados no capítulo 3.

Portanto, em acordo com Aruto (2019, p. 92), “nunca se contestou a manutenção de uma estratégia neoliberal de desenvolvimento e integração com o sistema econômico mundial”. Ou, nas palavras de Rocha e Paiva (2011, p. 5), “a combinação era conhecida: incitar a expansão do consumo bem como a expansão do investimento e das exportações”, com “uma perceptível nostalgia do desenvolvimentismo neste projeto, sem a ousadia do enfrentamento das causas da dependência”.

Resta, então, compreender os efeitos da política monetária expansionista com um respectivo ajuste fiscal pautado pela hegemonia neoliberal.

Essa é, precisamente, a contradição básica que explica o fracasso do experimento novo-desenvolvimentista. Por um lado, as séries de políticas heterodoxas, além de sofrerem a oposição do setor financeiro, *não promoveram um aumento do investimento*. De fato, com o aprofundamento da recessão brasileira, *os empresários utilizaram as políticas de desonerações e diminuição de alíquotas para recompor a margem de lucro*. Por outro, essas medidas deterioraram a receita total onde no período 2011-2014 seu crescimento em média foi de 5,13% ao ano, a metade (10,24%) da média obtida no segundo governo Lula. [...] Em outras palavras, o déficit fiscal de 2014, o primeiro até então, foi fruto não de um aumento das despesas, mas sim, da política de desonerações⁸⁷ e redução de alíquotas praticadas que reduziram a receita (ARUTO, 2019, p. 95, grifos nossos).

Serrano e Summa (2015) caminham na mesma direção, ao afirmarem que a expectativa do governo era de que taxas de juros mais baixas, combinadas com desonerações fiscais e outros incentivos de mercado levariam ao crescimento do setor privado. Entretanto, as políticas contracionistas levadas a cabo e o ajuste fiscal realizado anteriormente derrubaram a demanda agregada, e o investimento privado despencou. Paulani (2017, p. 25), igualmente, assinala que “a viabilização desse conjunto de expedientes de política econômica se fez às expensas do investimento público, cuja redução foi enorme no primeiro mandato”, trazendo como expectativa “a troca do investimento público por uma aposta [por meio das desonerações] na retomada do investimento privado, que acabou não ocorrendo”. Saad Filho e Moraes (2018, p. 31), a partir de pesquisas sobre o período, também concluem que “o investimento privado não se elevou, não houve transformações significativas na estrutura produtiva, o investimento público foi insuficiente para sustentar um crescimento econômico com uma base diversificada

⁸⁷ Acerca das desonerações tributárias, Salvador (2015, p. 20) afirma que “as medidas de desonerações tributárias adotadas para combater a crise afetaram ainda mais o financiamento do orçamento da seguridade social, enfraquecendo com isso as fontes tributárias das políticas de previdência social, saúde e assistência social, além das implicações para os estados e municípios no tocante ao financiamento das políticas de educação e saúde. [...] O chamado gasto tributário já compromete quase 1/5 das receitas públicas federais (ou seja, o equivalente a 4,76% do PIB)” (SALVADOR, 2015, p. 20).

e não foi feita nenhuma tentativa de reduzir a desigualdade de riquezas”⁸⁸. Nota-se, portanto, um consenso em torno do fracasso da nova matriz econômica, que revelou novas medidas sem se desprender do velho aperto fiscal neoliberal. Além disso, a queda dos investimentos públicos diminuiu a margem para continuar as políticas de incentivo ao crédito e ao consumo, tão louvadas pelo petismo até então.

Assim, retomando o diálogo com Singer (2018), tem relevância o seguinte questionamento: a nova matriz não deu certo por que os industriais se afastaram do governo em direção ao rentismo? Ou o distanciamento por parte dos industriais do governo Dilma ocorre pela própria insustentabilidade da política estabelecida? Com base nos argumentos de Serrano e Summa (2015), Paulani (2017) e Aruto (2019) destacados acima, a segunda hipótese parece mais certa, numa perspectiva distinta daquela apresentada por Singer – mais aderente à primeira hipótese. Com isso, apostamos na materialidade do capital e sua ânsia pelos lucros em proporções cada vez maiores, ao invés de uma desconfiança subjetiva com relação ao suposto viés estatista de Dilma. Também evita as interpretações de que a burguesia industrial não soube agradecer ou reconhecer os esforços do governo, uma vez que o problema parece estar centrado na ilusão com o caráter progressista de uma burguesia produtiva por parte do próprio governo e seus intelectuais. Como tratado no capítulo 1 deste trabalho, não há pretensão reformista na burguesia brasileira dependente, posto que ela se sustenta na superexploração da força de trabalho para compensar a transferência internacional de valor, e, portanto, para se sustentar enquanto classe.

Em síntese, políticas heterodoxas e medidas anticíclicas não são suficientes para caracterizar um governo como desenvolvimentista, independentemente da intenção ou vontade dos governantes⁸⁹. Inclusive, como explicitado no capítulo 3, as próprias frações burguesas exigem, de acordo com as necessidades da acumulação em cada conjuntura, ações estatais ocasionais de “aquecimento da economia”. Ainda assim, é inegável que houve uma insatisfação generalizada da burguesia com Dilma, a partir da instabilidade econômica e política estabelecida em seu governo.

⁸⁸ Apesar de tal reconhecimento sobre o fracasso da nova matriz econômica, os autores se aproximam da análise de Singer (2018), quando afirmam que “Rousseff de comprometeu a intensificar o crescimento e a distribuição de renda por meio do fortalecimento do novo-desenvolvimentismo e da erosão do tripé neoliberal” (SAAD FILHO, MORAIS, 2018, p. 32). Essa perspectiva se diferencia de Paulani (2017) e Aruto (2019) acerca da convivência do governo com o neoliberalismo.

⁸⁹ Este trabalho não tem como objetivo avaliar se as intenções de Dilma ou mesmo de Lula eram honestas, se de fato tinham intenção de implementar um projeto desenvolvimentista para o Brasil. O que podemos analisar são as consequências concretas de suas ações concretas para a política e a economia, com base na vinculação com as classes e a partir das demandas das frações que compõem o bloco no poder.

Com tais divergências, não se pretende aqui invalidar as contribuições de Singer (2018). Embora por razões possivelmente distintas, o autor não discorda do fracasso da nova matriz, e agrega outros elementos à equação. Um especialmente relevante é de que o movimento da crise econômica ocorreu em W, não em V, o que quer dizer que a expectativa do governo de recuperação logo foi frustrada por uma nova queda (W). Isso se expressou com o aumento da inflação⁹⁰ e o progressivo retorno do aumento dos juros por parte do Banco Central, momento em que o “ensaio começava a naufragar” (SINGER, 2018, p. 53). A partir daí o empresariado, associado a uma forte ofensiva da imprensa, passa a expressar uma pressão crescente sobre Mantega, exigindo diminuição de gastos do Estado, reforma trabalhista e previdenciária, corte de impostos etc.

Singer (2018, p.66-70), avançando nos argumentos, aposta em quatro causas complementares para a mudança de posição dos empresários industriais com relação ao apoio ao governo: i) imbricação entre produção e rentismo; ii) fator ideológico, com base no “anti-intervencionismo”, embora não desconectado da piora nas condições econômicas objetivas [PIB, inflação, redução da margem de lucro]; iii) luta de classes, pois com a intervenção do governo nas políticas trabalhistas e sociais [aumento das greves e valorização do salário médio real] diminui a margem dos empresários para ameaçar os trabalhadores com desemprego; iv) dimensão externa, com destaque para a disputa entre China e EUA, posto que os industriais queriam construir acordos com União Europeia e EUA⁹¹. Um último elemento resgatado pelo autor é que Dilma incomodou interesses de alguns setores específicos – por exemplo, empresas do setor elétrico, setor sucroalcooleiro, setores da indústria automotiva com dificuldades para importação de peças e veículos – e isso gerou uma solidariedade intercapitalista a partir do medo do intervencionismo, englobando o conjunto da burguesia.

Segundo Farias (2009, p. 93, grifo nosso), em uma interpretação de Poulantzas, a hegemonia política remete à “capacidade de uma fração fazer prevalecer seus interesses no interior do bloco no poder. Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter *prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social* do Estado”. Quando isso deixa de ocorrer, funda-se uma crise de hegemonia política, relacionada àquela hegemonia restrita ao bloco no poder.

⁹⁰ Sobre esse aspecto, Boito Jr. (2018) afirma que a redução dos juros favoreceu muito parte da grande burguesia interna, afetando o capital internacional e setor bancário. No início de 2013, a necessidade de retomada da elevação dos juros foi justificada na imprensa perante a população por meio das reclamações sobre a inflação, como discurso utilizado para universalizar os interesses do setor bancário (exercício de hegemonia).

⁹¹ Essa demanda por acordos com União Europeia e EUA é bastante evidenciada nos documentos das entidades (CNA, CNC e CNI), conforme tratado no capítulo 3.

A hegemonia em sentido amplo, ou hegemonia social nos termos de Osorio (2014), é a que se estende a toda a sociedade.

Uma conjuntura especial é aquela na qual se instaura uma crise de hegemonia política, quando nenhuma das frações da classe dominante é capaz de impor sistematicamente seus interesses às outras frações dominantes. Essa crise não se configura como uma situação de distribuição igualitária dos benefícios da política econômica, o que de resto é impossível, dados os interesses conflitantes. Em tal contexto, a política do Estado pode assumir pelo menos duas características: a independência da política estatal, na qual nenhum dos interesses específicos dos grupos dominantes encontra-se plenamente contemplado, embora se encontre ela dentro dos limites dos interesses comuns ao conjunto da classe dominante, caso em que se admite falar em um extremo de “autonomia relativa” do Estado; e o ziguezague da política, em que os interesses contemplados caem ora para um lado, ora para outro, no interior do bloco no poder (FARIAS, 2009, p. 95-96).

Nesse contexto de certa instabilidade já denotado no interior do bloco no poder, Singer (2018) destaca que Dilma ainda contava com alta popularidade frente a população em geral (65%, Datafolha) até o primeiro semestre de 2013, inclusive exercendo influência positiva para a eleição de Haddad para prefeitura de São Paulo em 2012. Entretanto, as manifestações de junho de 2013 invertem a tendência, no pontapé inicial do “levante da classe média”, que depois associa-se à Lava Jato em 2014 (SINGER, 2018, p. 28). Nesse ínterim, a Fiesp começa a campanha contra os impostos, que se estende até o momento do golpe.

Boito Jr. (2018) se aproxima da análise de Singer nesse aspecto, ao considerar que as manifestações surgem quando o ataque das frações burguesas já havia se iniciado. Os protestos começam com a pauta da redução da tarifa de ônibus em São Paulo, com protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL), mas isso muda drasticamente, quando a classe média adere e muda o caráter dos atos, com apropriação e forte influência da grande mídia orientando os atos para o discurso genérico contra a corrupção. A luta contra o aumento das passagens estava endereçada primeiramente às prefeituras e aos governos estaduais, mas a grande mídia passa a orientar os protestos contra o governo federal (BOITO JR., 2018, p. 283). De acordo com Boito Jr. (2018), é a primeira vitória da aliança entre judiciário, grande mídia e alta classe média, no que ele trata como “partido da Lava Jato”. Todavia, para o autor, o ponto de virada com relação ao apoio da burguesia ao governo já havia ocorrido anteriormente; junho de 2013 foi secundário. O que de fato se altera com as gigantes manifestações é a hegemonia no sentido amplo, incluindo as classes subalternas e espalhando a insatisfação da burguesia para o conjunto da sociedade. Aí tem início a crise de hegemonia (social), quando parece predominar o “ziguezague da política” (FARIAS, 2009; SINGER, 2018).

Paralelamente, Singer (2013, p. 26) sugere o surgimento de um “novo proletariado”, protagonista nos “acontecimentos de junho”⁹², com intuito de compreender “a composição social e as ideologias que se cruzaram nas ruas”. Num primeiro momento, as manifestações estiveram voltadas à luta pela redução da tarifa de ônibus em São Paulo, lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Já no que o autor denomina como segunda fase a repressão extremamente violenta e a simpatia do grande público possibilitaram a massificação e a perda do foco. Na terceira fase, houve considerável fragmentação em mobilizações com objetivos específicos. Conforme Singer (2013, p. 27), os acontecimentos de junho foram

[...] tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado⁹³ pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

As propostas levantadas eram muito diversas, e de acordo com Singer (2013), os extremos do espectro foram mais visíveis, embora o centro seja determinante para compreender o fenômeno. Na visão do autor, em respeito à tradição autonomista⁹⁴ e ao recusar impor suas pautas desde cima, visões muito diferentes foram incorporadas ao movimento, expressando um “mal-estar difuso com a situação do país” e, nas palavras de Singer (2013, p. 33), “os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo”.

A questão pautada por Singer é: quais eram as motivações dessa parcela da população que foi às ruas? A inflação é mencionada pelo autor como potencializadora das críticas já existentes ao lulismo, fazendo com que as manifestações tomassem uma direção de oposição aos governos e até aos partidos. O que se observou naquele momento foi uma negação dos partidos políticos e a busca por uma suposta democracia em que os partidos não eram bem-vindos (RIBEIRO, 2013).

O discurso anticorrupção é alavancado pela direita, com intuito de “tirar o PT do poder, e se puder, impedindo-o para sempre de voltar”, o que foi uma previsão certa de Singer (2013, p. 35). O autor demonstra que a bandeira anticorrupção fluiu com facilidade no senso

⁹² O autor apresenta certa recusa na utilização do termo “Jornadas de Junho”, por não considerar o contexto sequer próximo àquele das jornadas de 1968, já que sem um direcionamento revolucionário.

⁹³ Singer refere-se aqui à tese de Ruy Braga (2012), acerca do precariado.

⁹⁴ Sobre o movimento autonomista, vide Polese (2017). O autor enfatiza o Movimento Passe Livre como “o órgão de luta que mais obteve sucesso na diferenciação prática com o campo democrático-popular, ao recusar os mecanismos de participação e de diálogo disponibilizados pelos governantes” (POLESE, 2017, p. 131).

comum por convencer que aí está a causa da falta de recursos, penetrando facilmente em todas as camadas sociais. As palavras de ordem contra a Copa e as Olimpíadas no Brasil também ecoaram bem, inclusive nas classes subalternas, em função dos estádios tornarem-se inacessíveis pelos altos preços cobrados. Já as bandeiras de esquerda que entraram em cena tratavam, além da redução da tarifa, da destinação de recursos públicos para construção de estádios luxuosos, enquanto outras necessidades sociais são relegadas ao segundo plano. Contudo, Singer (2013, p. 36) afirma que

o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão Fifa” em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita.

É bastante interessante mirar com os olhos do presente tal afirmação do autor, posto que os acontecimentos seguintes foram construindo uma hegemonia do discurso anticorrupção, numa guinada à direita⁹⁵, de acordo com Singer (2013). Um aspecto pouco ressaltado na tese de Singer, todavia, é o papel da grande mídia associada à burguesia, mencionado por Boito Jr. (2018) anteriormente e aprofundado na análise de Demier (2017, p. 46), para quem a grande mídia se estabelece como “um dos alicerces centrais das democracias blindadas”⁹⁶, limitando-se a “apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes”.

Demier (2017), em análise pertinente, afirma que junho de 2013 demonstrou o desgaste do projeto petista. Os atos começaram com movimentos de vanguarda (MPL, e partidos da oposição de esquerda – PSTU, PSOL, PCB), que com apoio das redes sociais driblaram o bloqueio midiático, e favoreceu a ampliação e simpatia da luta. A dura repressão policial e as imagens divulgadas acabaram por funcionar como um chamariz para novas manifestações, que ultrapassavam as pautas pela redução da tarifa e pelo transporte para “a defesa de outros direitos sociais [...] negados pela democracia blindada” (DEMIER, 2017, p. 68). Nesse contexto, com

⁹⁵ Para Singer (2013), a definição política de esquerda e direita atualmente sintetiza-se como a reivindicação de mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro. Elucidando a origem do termo, Dussel (2008, p. 8) afirma que *esquerda* remete ao lugar ocupado por grupos progressistas em uma das assembleias da Revolução Francesa.

⁹⁶ Para um aprofundamento da tese da democracia blindada, vide Demier (2017). O autor afirma que o regime democrático-blindado é um novo tipo de democracia liberal correspondente ao neoliberalismo, que conta com regimes políticos essencialmente contrarreformistas e sem as “incômodas interferências populares nos centros decisórios de poder político” (DEMIER, 2017, p. 37). O fio condutor do livro é a formação, desenvolvimento e dinâmica do regime democrático-blindado brasileiro, que atinge seu ápice com o governo de Temer.

intuito de bloquear a associação das reivindicações a um sentimento revolucionário e o crescimento da oposição de esquerda, a burguesia adotou uma estratégia baseada em três eixos táticos mediados pela atuação da grande imprensa/mídia.

O primeiro eixo remete à subversão das pautas para pontos centrados na “luta contra a corrupção”, o que acabou por de fato agregar uma parcela maior da população que foi às ruas em nome dessas “novas pautas”. Demier (2017) ressalta como a ideologia de que o sistema político é eminentemente corrupto favorece o afastamento das classes subalternas, deixando-o livre para os gestores do capital e fortalecendo a democracia blindada. A forma de reivindicação aceita por essa democracia é institucionalizada, ao mesmo tempo em que as instituições são tomadas como corruptas e a política é desqualificada. Nesse cenário montado pelas classes dominantes, a saída é, então, “apolítica”: “afinal de contas, se as instituições são corruptas, mas se não há e nem pode haver política fora delas, simplesmente não existe nada a ser feito” (DEMIER, 2017, p 72).

O segundo eixo tático da burguesia foi a ideologia antipartido, a partir da “retórica bonapartista” de que a divisão da sociedade em partidos é prejudicial ao desenvolvimento e unidade dos interesses nacionais. O autor destaca que a adequação do PT à dinâmica do poder sob a lógica do capital contribuiu para construir uma base real para a disseminação rápida dessa ideologia de que todos os partidos e políticos são “farinha do mesmo saco”. Ou, nos termos de Demier (2017, p. 74), “encontrava já um visível lastro na realidade política nacional, o que lhe conferiu enorme força social”. Os manifestantes expulsavam os partidos presentes – de oposição de esquerda – num coro antipartidário, “como se partissem do zero, ignorando ou recusando verbalmente os métodos de organização e luta gestados por sua classe em tempos pretéritos” (DEMIER, 2017, p. 76). O terceiro eixo esteve relacionado à necessidade de encerrar o ciclo de manifestações por meio da repressão legitimada socialmente, momento em que a grande mídia intensificou o discurso de divisão entre “pacíficos e vândalos”. Dessa forma, a construção da hegemonia passava por deslegitimar os partidos, em especial aqueles da oposição de esquerda que estavam presentes nas lutas.

A estratégia teve êxito, e as instituições do regime foram preservadas e continuaram impenetráveis às pressões populares, inclusive algumas saíram fortalecidas, como no caso do Judiciário. Dilma apresentou um “pacto” para solucionar a crise posta pelas manifestações de junho. Entretanto, Demier (2017, p. 79) ressalta, certamente, que o primeiro ponto “foi justamente a promessa governamental de seguir aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), responsável diretamente pela realização do superávit primário e, por conseguinte, pela

precariedade dos serviços públicos – curiosamente, seria o não cumprimento por parte de Dilma da LRF o argumento invocado pelos golpistas para depô-la três anos mais tarde”. O autor conclui que a reação do regime democrático-blindado às jornadas de junho, sob o governo de Dilma, é uma das raízes explicativas do golpe de 2016.

A oposição de direita encabeçada pelo PSDB aproveita o momento de instabilidade para desgastar o governo Dilma (DEMIER, 2017; SINGER, 2018, BOITO JR., 2018; SAAD FILHO, MORAIS, 2018). A virada no apoio popular se soma aos conflitos já existentes no bloco no poder, em razão da política econômica e dos desgastes de parte da burguesia com o governo. A explosão das condições de esgotamento da “cidadania pelo consumo”⁹⁷, nos termos de Demier (2017), estimula o ódio de classe e racismo, delineando o que se convencionou chamar de onda conservadora⁹⁸, com a explicitação de discursos violentos e preconceituosos. Para Iasi (2017, p. 392),

Ódio de classe é o resultado dos limites do pacto. As raízes do antagonismo entre as classes não é um fenômeno moral, tem suas bases nas formas de propriedade, nas relações sociais de produção e nas formas de poder que daí derivam. A ideologia burguesa unifica no âmbito ideal o que é inconciliável no plano material, daí sua universalidade inevitavelmente abstrata. A contradição objetiva, constrangida pela forma política da conciliação, sempre explode em um conflito ainda maior.

Se no período anterior o PT conseguiu manter a hegemonia burguesa em pleno exercício, isso muda após 2013. A queda dos índices econômicos e do poder de compra, além do aumento do desemprego e da histórica carga tributária regressiva, fizeram crescer rapidamente a insatisfação com o governo. De acordo com Demier (2017, p. 84), “até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, sua serventia política ao capital”. Esse ponto é levantado também por Iasi (2017) e Mattos (2016), quando afirmam que as manifestações de 2013 e as fissuras no apoio majoritário das classes subalternas aos governos petistas explicitaram problemas com a eficiência do apassivamento, um dos principais trunfos do PT na relação com ordem burguesa.

Por esse ângulo, Saad Filho e Morais (2018, p. 190) se debruçam sobre os limites da conciliação sob os governos petistas, e asseveram que “como os interesses dos grupos que o PT decidiu agradar convergiam apenas condicionalmente, a estabilidade política exigia que o

⁹⁷ Também Ouriques (2014b, online), ao se referir à política social nos governos petistas, afirma que se limita “à simulação de uma ‘cidadania’ – necessariamente passageira e limitada – do consumo”.

⁹⁸ Conforme tratado por Aguiar (2019, p. 64), “assumir que se vivencia uma onda conservadora pressupõe a ciclicidade do fenômeno e, para que seja cíclico e consiga angariar força o suficiente para emergir novamente, é necessário que haja substância estrutural para tal. [...] A formação social brasileira é estruturada sob o pensamento conservador”.

partido oferecesse ganhos a quase todos [...]. O PT só poderia cumprir essas condições em tempos de prosperidade econômica”, elemento já elucidado em termos mais gerais por Carcanholo (2017), Iasi (2017) e Aruto (2019).

Demier (2017) realça que as reivindicações de junho não identificaram a democracia liberal blindada como responsável pela precariedade dos serviços ou mesmo pela falta de participação, repressão, corrupção etc. A volta da política para as ruas⁹⁹ foi uma ruptura em relação ao período anterior e viria a ser central no período subsequente, mas foi pautada pela pequena política, e manteve as massas desconectadas dos debates sobre projetos de país e sociedade. Nesse sentido, a contribuição de Coutinho (2010b) é fundamental. Com base em Gramsci¹⁰⁰, Coutinho (2010b) afirma que a organização das classes subalternas é revertida para a administração da política, mas não sobre sua formulação efetiva, no que sintetizou como “hegemonia da pequena política”, bem adequada à manutenção da ordem capitalista.

Para Boito Jr. (2018), a contradição principal estabelecida no período recente no Brasil pauta-se nos conflitos distributivos de classe¹⁰¹. A crise política, por seu turno, resulta das contradições que já estavam presentes na cena política, mas se aguçam com a crise econômica, bem como do surgimento de novas contradições. Para ilustrar as novas contradições, os programas de acesso ao ensino superior como Prouni, Fies e Reuni têm centralidade na análise de Boito Jr. Não houve avanços na industrialização, e apenas 5% dos empregos gerados no período tinham salários superiores a dois salários mínimos. Dessa forma, os diplomas conquistados nas universidades não significavam garantia de bons empregos, gerando uma frustração da juventude. Os beneficiários da “política neodesenvolvimentista” se revoltam, de forma ativa ou passiva, contra o governo em junho de 2013. Soma-se a isso o incômodo econômico e ideológico da alta classe média com as políticas sociais tocadas pelos governos petistas, pois em sua compreensão são custosas e financiadas pela suposta alta carga tributária.

⁹⁹ Há um consenso entre os autores de que junho de 2013 marcou um novo momento político, com a retomada da política nas ruas, ainda que mantida pela polarização da pequena política.

¹⁰⁰ Gramsci (2019, p. 21-22), nos Cadernos do Cárcere, caracteriza a grande política como “as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, enquanto que a pequena política “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. Para ele, se trata da política do dia a dia, política parlamentar, etc, e ressalta que faz parte da grande política tentar “reduzir tudo a pequena política”.

¹⁰¹ Boito Jr. (2018) entende que os conflitos de classe são o motor da crise política do governo Dilma. Não se trata da luta de classes em torno da manutenção ou superação do capitalismo; os conflitos de classe são distributivos e permeiam a repartição da mais-valia. Em outros termos, trata-se da disputa pelo fundo público na satisfação dos interesses das diversas e distintas frações de classe. Com isso, o autor não nega a existência da luta de classes, mas discute que os conflitos recentes estiveram pautados pelas disputas por diferentes políticas estatais, que satisfazem distintas frações burguesas.

As ações tomadas pelo PT desde os governos Lula, guiadas pela cidadania pelo consumo, não diminuíram a desigualdade social, mas alteraram em alguma medida a pirâmide social brasileira, incomodando a classe média tradicional inclusive na ocupação física de espaços antes elitizados. Demier (2017), Iasi (2017), Singer (2018), Boito Jr. (2018), Saad Filho e Moraes (2018) apresentam análises bastante distintas entre si, embora com alguns pontos de confluência. Mas se há um inegável consenso entre eles, bem como na revisão de literatura realizada inicialmente, é de que houve uma mudança nas condições de vida da classe trabalhadora durante os governos petistas. Na explicação das razões desse fenômeno, contudo, os autores voltam a se distanciar.

Para Demier (2017, p. 88, grifo nosso),

[a] ampliação do emprego formal não qualificado, à custa de uma alta exploração da força de trabalho, conduziu a um *rebaixamento geral dos salários*, afetando os segmentos médios superiores, seja porque suas funções qualificadas/semiqualificadas estagnaram ou mesmo decaíram em termos salariais, seja porque, em início de carreira, passaram a competir com mais gente (ex-cotistas e outros “filhos de empregadas”) pelos postos de trabalho não qualificados, em especial no setor de serviços.

Nesse aspecto, parece importante explorar o argumento do autor. Embora em acordo com o fenômeno por ele exposto, os salários no período não foram rebaixados. Ao contrário, o rendimento médio mensal real cresceu 38% entre 2003 e 2015 (PNAD, 2020b). O que é possível observar, de fato, é que os serviços anteriormente amplamente acessados pela fração média da classe trabalhadora se tornam mais caros e menos acessíveis, muito em razão da valorização do salário mínimo. Assim, os restaurantes, escolas privadas, hotéis, dentre outros, ficam mais caros pois seus funcionários recebem salários ligeiramente mais altos. O serviço doméstico é o maior exemplo, citado também por Demier (2017). Embora os salários tenham se valorizado no período (2003-2015), a manutenção de uma alta taxa de exploração associada ao aumento do número de trabalhadores produtivos garantiu o contínuo crescimento da massa de mais-valia¹⁰² das empresas (ARUTO, 2019, p. 142).

¹⁰² A metodologia utilizada pelo autor é bastante complexa e explicada de forma detalhada em sua tese (ARUTO, 2019). Ressalta-se que os dados referentes ao ano de 2017 ainda não constam no referido trabalho, mas nos foram enviados por correspondência privada. Em síntese, para obter a massa de mais-valia, Aruto (2019) subtraiu o total do capital variável do Valor Adicionado Bruto marxista, o qual, por sua vez, significa “somar o VAB dos setores produtivos com o produto bruto do comércio e descontar dessa soma o rendimento misto bruto” (ARUTO, 2019, p. 127). Segundo o autor, “o produto bruto do comércio é prontamente fornecido, já o valor adicionado dos setores produtivos faz referência aos seguintes setores: a) Agropecuária; b) Indústria extrativa; c) Indústria de transformação; d) Produção e Distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; e) Construção civil; f) Transporte, armazenagem e correio; g) Serviços de informação” (ARUTO, 2019, p. 126).

Tabela 1 - Massa de mais-valia 2002-2017

Ano	Número Índice IPCA (2001=100)	Massa de mais-valia em bilhões de reais correntes	Massa de mais-valia em bilhões de reais de 2017 ⁽¹⁾	Variação real da massa de mais-valia
2002	112,5	416	1003	
2003	123,0	515	1136	13,3%
2004	132,3	614	1258	10,8%
2005	139,9	669	1297	3,1%
2006	144,3	736	1384	6,7%
2007	150,7	839	1510	9,1%
2008	159,6	969	1647	9,1%
2009	166,5	1011	1647	0,0%
2010	176,3	1207	1857	12,7%
2011	187,8	1365	1972	6,2%
2012	198,7	1470	2006	1,8%
2013	210,5	1599	2061	2,7%
2014	224,0	1724	2088	1,3%
2015	247,9	1735	1899	-9,1%
2016	263,5	1786	1839	-3,2%
2017	271,2	1916	1916	4,2%

Fonte: Aruto (2019) e IBGE.

Elaboração própria

(1): Os valores reais foram deflacionados pelo IPCA para reais de 2017.

É interessante observar, com base nos dados da tabela 1, que de 2014 para 2015 houve uma queda em termos reais de 9% da massa de mais-valia. Desde 2011, já vinha crescendo menos que nos anos anteriores – com exceção de 2009, em que todos os índices caíram em razão da explosão da crise internacional (vide PIB no gráfico 4). Tal fenômeno expressa que o decréscimo da massa de mais-valia desencadeia a crise interna, momento em que o capital precisa dispor de mecanismos para reverter as perdas, como se observa a partir de 2015 na conjuntura brasileira. Essa é uma chave explicativa para o golpe e a ofensiva sobre o fundo público, com maior expropriação sobre os direitos sociais, como demonstrado adiante.

Assim, com os efeitos da crise econômica internacional cada vez mais presentes e com a queda na taxa de lucro, a burguesia passa a realizar um enfrentamento ainda mais ofensivo à Mantega, concentrado na “denúncia superlativa da inflação e no ataque à corrupção na Petrobras, isto é, tratou de agitar bandeiras que pudessem contar com algum apoio popular” (BOITO JR., 2018, p. 215). É importante ressaltar que, para Boito Jr. (2018), os principais sujeitos desse ataque são o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele

associada, representados por agências internacionais, imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo, a alta classe média e algumas das instituições do Estado que abrigam esse segmento social, como do Judiciário e da alta burocracia. Isso expressaria uma insatisfação com o favorecimento da grande burguesia interna pelos governos petistas e a ofensiva restauradora do capital internacional e burguesia a ele associada contra “governo neodesenvolvimentista de Dilma”.

A situação começou a mudar a partir de 2013. Os fatos relevantes foram o baixo crescimento econômico, a ofensiva ideológica do capital internacional contra a nova matriz de política econômica ensaiada pelo Ministro Guido Mantega e, finalmente, o ajuste fiscal do segundo governo Dilma. Foi nessa nova conjuntura que a burguesia interna passou a ver as concessões que garantiam o apoio popular ao neodesenvolvimentismo como um preço alto demais. Se em 2005, na crise do governo Lula, a grande burguesia interna saiu a campo em defesa do presidente, o mesmo não ocorreu quando o governo Dilma Rousseff entrou em crise dez anos depois (BOITO JR., 2018, p. 292).

O baixo crescimento e a queda na massa de mais-valia não recaem apenas sobre o capital internacional e a burguesia associada, mas sobretudo sobre a grande burguesia interna. Dessa forma, mesmo as políticas heterodoxas de Dilma não são capazes de reverter a crise, e por isso os setores das frações industrial, agrária e comercial vinculadas à grande burguesia interna se indispõem com o governo e sua política econômica. Assim, os sujeitos da ofensiva contra Dilma, no plano das classes e seus interesses materiais concretos, não são somente aqueles citados por Boito Jr. (2018), ainda que no plano da cena política e das representações o apoio de parte da burguesia interna tenha perdurado por mais tempo. Inclusive, uma das hipóteses¹⁰³ aqui desenvolvidas é de que as demandas pela terceirização e flexibilização da CLT correspondem em maior grau às necessidades da burguesia brasileira do que ao capital internacional financeirizado, conforme melhor tratado adiante.

A fração bancário-financeira é exceção no período, apresentando crescimento dos lucros (G1, 2020). Isso pode ser considerado um dos determinantes para os bancos demorem mais a desembarcar do apoio à Dilma. Singer (2018) explicita as falas dos presidentes dos dois maiores bancos privados nacionais – Bradesco e Itaú – em defesa da presidente. Em seus termos, “tinha havido uma curiosa inversão em relação ao quadro do primeiro mandato. Enquanto os industriais se alinhavam a Temer, o setor financeiro protegia Dilma” (SINGER, 2018, p. 215).

Boito Jr. (2018), contudo, demonstra que as reivindicações recorrentes da grande burguesia interna se alteram no segundo biênio do primeiro governo Dilma, ganhando

¹⁰³ Agradeço ao Arland Costa por lançar luz sobre esse aspecto.

proeminência temas como reforma da previdência social, reforma trabalhista, ajuste fiscal baseado na redução dos gastos sociais e no arrocho do funcionalismo, expressando uma “mudança de lado”. As entidades pesquisadas pelo autor¹⁰⁴ não correspondem exatamente às analisadas neste trabalho. Aqui, não foi possível observar essa mudança mencionada por Boito Jr., posto que os documentos da CNI, CNC, CNA e Febraban demandaram tais “reformas” em todo o período (2010-2018), como demonstrado no capítulo 3. É possível, todavia, que nos anos anteriores a 2010 estivessem mais presentes demandas por políticas anticíclicas, como apreendido nos documentos da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em pesquisa de Ribeiro (2015).

De acordo com Boito Jr. (2018, p. 293), as “mudanças de lado” da grande burguesia interna decorrem do período de crescimento baixo e da prolongação da crise econômica, ao passo em que a campanha da fração burguesa rival pelo ajuste fiscal ganhava força. Para ele, “com a crise econômica e política, a grande burguesia interna foi atraída para o campo político da burguesia associada e poderá, no limite, dissolver-se enquanto fração autônoma de classe” (BOITO JR., 2018, p. 275), reforçando o caráter político-organizativo de sua compreensão das frações de classe. O autor ressalta que a reação não foi unânime, e a grande burguesia interna se dividiu na crise política que antecedeu o golpe. Conforme pesquisa realizada por Boito Jr. (2018, p. 293), a indústria de transformação, com representação da CNI e Fiesp, foi o primeiro setor a se colocar contra Dilma, uma vez que fora prejudicada pelos produtos chineses no mercado a partir de 2011 – de 2005 a 2010 esteve mais bem situada. O setor agropecuário divide-se entre criadores de gado e frigoríficos. Os primeiros tinham embates com governo Lula por conta da proximidade com MST, em razão da demarcação de terras indígenas e reconhecimento de territórios quilombolas. Já os frigoríficos foram bastante beneficiados, a exemplo da Friboi. O setor sucroalcooleiro apresentava críticas ao governo em razão da política de preços de Petrobras, posto que o preço do etanol deixava de ser vantajoso em relação à gasolina. A indústria da construção e a indústria naval se mantiveram neutros, os bancos demoraram a se posicionar contra Dilma, tendo inclusive “jogado boias” para tentar salvar o governo (SINGER, 2018).

¹⁰⁴ A pesquisa coletiva mencionada por Boito Jr. (2018, p. 279) está apoiada em documentos publicados pela imprensa de sindicatos e associações patronais que representam setores da grande burguesia interna, no período de 2011 a 2016. As entidades são: CNI, CNA – ambas correspondentes à amostra deste trabalho – e Fiesp, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e Sindicato da Construção Naval (Sinaval). De acordo com Boito Jr. (2018, p. 275), “a tônica dos documentos dessas associações é apoiar o ajuste fiscal e pleitear reformas que ferem os interesses dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado. Querem que o ajuste seja feito às custas dos trabalhadores. Não era isso que se destacava no período anterior”.

A resultante, contudo, foi que se abriu uma crise de representação. O representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante, o governo Dilma – governo que, repito, fora apoiado e aplaudido por essa fração burguesa até pelo menos o ano de 2012. A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho livre para avançar (BOITO JR., 2018, p. 294).

De acordo com Boito Jr. (2018), a eleição de 2014 é um momento institucional da crise. Dilma vence com pouca margem (51,6% dos votos): três milhões e meio de votos, muito menor que a diferença nas eleições anteriores. Após as eleições, a crise retorna às ruas e o conflito permanece ao longo de 2015. Dilma cede às pressões do ajuste fiscal e da ortodoxia neoliberal com a substituição do ministro da Fazenda (Guido Mantega) e a indicação de Joaquim Levy¹⁰⁵. A partir daí, grande parte da população que havia votado em Dilma nas eleições de 2014 se frustra com as medidas adotadas pelo governo, que opta por um programa em muito parecido com o o candidato derrotado Aécio Neves, no que Carvalho (2018, p. 98) caracteriza como “estelionato eleitoral”. Segundo Carvalho (2018, p. 99), os cortes no Orçamento já na metade do ano contribuíram “para tornar 2015 o ano com maior volume de recursos contingenciados desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000”. Levy representava o capital financeiro e a perspectiva do ajuste fiscal, com redução de gastos para as áreas sociais e com uma política monetária de combate à inflação, ainda que com isso ocorresse elevação dos juros e o aumento do desemprego.

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatório. [...] Os preços administrados, que vinham sendo represados, foram reajustados de forma brusca e cresceram 18,1% no ano. [...] A taxa Selic passou, em termos nominais, de 11,5% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015 (CARVALHO, 2018, p. 97-98).

Em 2015, a força principal da crise política foi a mobilização da alta classe média, dirigida por parte da burguesia (com representação do PSDB e PMDB na cena política). De

¹⁰⁵ Ainda antes de assumir o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy participou da elaboração de um documento do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP), aparelho privado de hegemonia da burguesia em defesa das políticas econômicas ortodoxas, guardando similaridade com a Casa das Garças carioca (INSPER, 2020). O documento, intitulado “Sob a luz do Sol: uma agenda para o Brasil”, apresenta uma série de elementos em comum com o documento lançado pelo PMDB em 2015, “Uma ponte para o futuro”. Vide Levy (2014).

acordo com Demier (2017, p. 83), após a eleição de 2014, a oposição de direita e aliados “começaram a perceber que o caminho eleitoral era mais propício ao ‘populismo’ da ‘esquerda’, e optaram por soluções jurídico-parlamentares de teor golpista”. As grandes manifestações “verde e amarelas”, desde 2015, se estenderam até a queda definitiva de Dilma em agosto de 2016.

Frente a essa realidade, a postura do governo Dilma foi intensificar a fidelidade à burguesia, buscando implementar o ajuste fiscal a qualquer custo. Apresentou *propostas de congelamento do salário mínimo e demissões voluntárias no funcionalismo público, além de sancionar a lei antiterrorismo*, que tinha como características a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nos termos de Demier (2017, p. 93), para evitar sua queda, “o governo Dilma entrou em um modus operandi contrarreformista incontrolável”.

Singer (2018, p. 219), no mesmo sentido, reforça o peso das decisões e os rodopios do governo Dilma de 2014 a 2016.

Dilma tinha ido para a direita ao aceitar o ajuste recessivo em novembro de 2014, perdendo o apoio popular e da esquerda. Depois tentara uma curva à esquerda com a proposta da CPMF, levantando a Fiesp e o pato amarelo contra ela. Em seguida, faz outra curva com o orçamento deficitário e perde o grau de investimento. Mais uma virada sinuosa, com a proposta salomônica de cortes e CPMF, recebendo oposição de um lado e de outro. Por fim, substitui Levy por Barbosa, perde o entusiasmo dos empresários e também o da esquerda ao falar em reforma previdenciária e teto de gastos. Dilma por ela mesma resultara em esplêndido insulamento.

Também para Iasi (2017, p. 351) o governo estava “um tanto quanto desorientado” em 2015. Radicalizou o discurso na eleição de 2014, e depois buscou implementar o ajuste. Após ceder em tudo, o governo continuou ameaçado. Em acordo com Iasi (2017), a burguesia precisa de estabilidade institucional, e o governo petista se tornara incômodo ao capital, especialmente por não ser mais capaz de garantir a estabilidade.

Singer (2018, p. 31, grifo nosso), ao observar a movimentação ziguezagueante das políticas do governo, afirma que “o caráter errático da atuação de Dilma *depois de junho* abriu uma avenida para o antilulismo. Engrenagens que aguardavam a oportunidade desde 2003 puseram-se a funcionar”. Numa síntese de sua tese, Singer (2018, p. 29) argumenta: “vendo Dilma acuada, as onças cutucadas pelos ensaios partem para a ofensiva, e a mandatária, sem bases para se defender, atua em zigue-zague, ficando cada vez mais isolada”. Boito Jr. (2018, p. 279) discorda dessa análise, afirmando que “a política neodesenvolvimentista segue uma linha ascendente ao longo das décadas de 2000 e 2010”, embora não negue que “Dilma

abandonou o programa que agitara na campanha eleitoral, baixou um ajuste fiscal pesado e distanciou-se do movimento sindical e popular” (BOITO JR., 2018, p. 285).

Aqui, mantemos acordo com Singer (2018) e Iasi (2017) acerca da instabilidade e da desorientação do governo, principalmente, a partir de 2013 e no segundo mandato de Dilma. A desorientação, contudo, mantinha a direção de atender a burguesia, posto que o ajuste fora extremamente violento – vide as alterações das regras para o acesso ao seguro desemprego, pensão por morte e abono salarial (SALVADOR, 2015), dentre inúmeras outras medidas implementadas nos últimos anos do governo Dilma¹⁰⁶. Assim, apesar de cambaleante e em ziguezague, o governo não chegou a sair da estrada. Demier (2017) é ainda mais categórico na direção contrária a Boito Jr., quando assevera que não houve sequer ziguezague, mas sim uma decisão precisa de apoio e concessão absoluta ao ajuste fiscal demandado, nesse ponto, pelo conjunto da burguesia.

Houve um elemento, contudo, que Dilma não conseguiu aprovar: a contrarreforma trabalhista, com destaque para a terceirização irrestrita e a flexibilização da CLT¹⁰⁷. Em especial para o capital interno, seja nos serviços e comércio, indústrias ou nos bancos, a contrarreforma trabalhista é fundamental para a recuperação das taxas de lucro, via maior exploração dos trabalhadores. Dilma, por sua resistência em aceitar essa pauta, parece ter perdido definitivamente o apoio da burguesia, em especial da grande burguesia interna. A reforma da previdência, por outro lado, embora seja uma demanda de todas as frações e setores da burguesia, certamente interessa ainda mais ao capital financeiro e ao capital internacional, justamente aqueles que não têm necessidade de remunerar diretamente a força de trabalho. Essas frações desejam se apropriar do fundo público por meio do volumoso montante de recursos disponibilizados pela previdência social pública, bem como com a conformação de conglomerados e fundos de pensão privados. A essa pauta, Dilma cedeu. Fica evidente, então, que do ponto de vista dos interesses da burguesia a contrarreforma da previdência seria aprovada em qualquer circunstância, com ou sem golpe.

Com isso, é possível inferir que para o capital imperialista, num primeiro momento, o golpe não foi a saída almejada, pois seus interesses prioritários seriam atendidos de qualquer

¹⁰⁶ De acordo com Salvador (2015, p. 22-23), o pesado ajuste fiscal do segundo governo Dilma impunha “corte ou redução dos direitos sociais: seguro-desemprego, pensões, abono salarial, dentre outros, além do aumento das alíquotas de alguns impostos. Tal ajuste proposto é também resultado das escolhas econômicas feitas no mandato anterior da presidenta, que acarretaram perda de arrecadação de recursos sem os resultados esperados no crescimento econômico, em que pese o expressivo aumento dos gastos tributários, o que causou perdas de recursos para as políticas sociais”.

¹⁰⁷ Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 e Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, respectivamente.

forma. Já para os setores que acumulam internamente, a contrarreforma trabalhista era absolutamente necessária para a retomada das taxas de lucro e, portanto, Temer era imprescindível. Isso expressa um limite e uma fissura da grande burguesia interna com o governo, fenômeno que não corresponde à tese de Boito Jr. (2018) de que o principal sujeito do golpe teria sido o capital internacional. *Post-festum*, contudo, todas as frações e em especial o capital financeiro e o capital internacional se beneficiaram com a queda de Dilma e o avanço do capital sobre o fundo público. A hegemonia do capital financeiro, afinal, se revela/impõe com mais força no momento de resolução da crise.

Singer (2018, p. 209) destaca “o projeto da terceirização como um momento significativo no processo do impeachment”. O empenho de Eduardo Cunha em aprovar a expansão da terceirização foi mais um fator de isolamento para Dilma, que declarou na imprensa ser contrária ao projeto e por isso foi acusada de “assumir a pauta do PT” ao invés de se preocupar com a base de sustentação do governo.

O projeto tramitara entre 1998 e 2002, e o PSDB conseguiu aprová-lo no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Mas, como houve mudanças no texto original, voltou à Câmara, e Lula, quando assumiu, solicitou que fosse retirado de pauta. Em consequência, a proposta ficou no limbo entre 2004 e 2015, até que, em 7 de abril, Cunha a desarquivou e colocou em votação em tempo recorde, para felicidade da Fiesp e contrariedade de Dilma (SINGER, 2018, p. 209).

No entanto, o texto aprovado pela Câmara chegou ao Senado e permaneceu em análise até 2017, quando já no governo Temer a proposta foi efetivada¹⁰⁸.

Agregam-se como elementos para a instabilidade do governo a operação Lava Jato e o papel do Poder Judiciário, cujos alvos prioritários eram o PT, a construção pesada e a Petrobras, “principal segmento da grande burguesia interna, e, também, as instituições do Estado que se converteram em centro privilegiado de poder dessa fração burguesa” (BOITO JR., 2018, p. 258). A prisão de Marcelo Odebrecht em março de 2016, a semiprisão de Lula dias antes e o “estado de emergência comunicacional” vocalizado pela grande mídia são também ressaltados por Singer (2018, p. 270). Ambos os autores destacam que embora o governo Dilma não tenha

¹⁰⁸ “A proposta (projeto de lei 4302/1998) defendida pelo presidente da Câmara para medir a fidelidade da base aliada foi editada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998, fixando a terceirização irrestrita para todas as atividades das empresas, incluindo as secundárias, a exemplo de vigilância e higiene, e as principais que hoje são proibidas. O texto já tramitou pelo Senado e, se for aprovado pelos deputados, segue direto para a sanção do presidente Michel Temer, dando prosseguimento à reforma trabalhista fatiada, conforme modelo apoiado pelo Planalto. [...] outro projeto de lei (nº 4330/2004) foi aprovado pela Câmara em 2015, com alguns consensos sobre a terceirização. O texto, de autoria do ex-deputado Sandro Mabel, hoje assessor do presidente Temer, ainda está em análise no Senado, onde o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), é contra a terceirização irrestrita e defende a equiparação de direitos e até de salários entre os efetivos e os terceirizados” (FENACON, 2017).

interferido em nada durante as investigações da Lava Jato, e inclusive fortalecido as instituições responsáveis, as manifestações contra a corrupção se tornaram manifestações pelo impeachment de Dilma. Nesse sentido, a contribuição de Mascaro (2018) é bastante relevante, na medida em que observa esse fenômeno, mas lembra que o direito é a forma social derivada da forma mercadoria, e, portanto, não se deve ter ilusões ou surpresas com sua parcialidade.

Ademais, na síntese esboçada por Paulani (2017, p. 25-26),

Tomados em seu conjunto, os anos petistas revelam, portanto, um caráter errático e enorme oscilação: fidelidade integral, de início, aos cânones da prescrição ortodoxa (anos Palocci), inspiração desenvolvimentista na sequência (anos PAC), reação embaralhada de ortodoxia com heterodoxia, mas certamente menos desenvolvimentista que a etapa anterior, no primeiro período de Dilma, e novamente um retorno forte à ortodoxia nos últimos 16 meses de governo petista (com Joaquim Levy assumindo o Ministério da Fazenda). Ora, esse vaivém, esse bate-cabeça é a prova maior de que não se pode rotular de desenvolvimentistas os anos petistas, porque é a prova maior de que faltava aí um projeto nacional [...]. A inspiração desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso, em meio a uma institucionalidade construída para o benefício da acumulação financeira, que não foi enfrentada, de modo decisivo, em nenhum momento desses 12 anos.

Embora Paulani (2017) considere os anos PAC como momento de maior desenvolvimentismo, interpretação já negada anteriormente, a autora traz a dinâmica instável e a falta de um projeto nacional por parte do petismo, o que angariou críticas tanto por parte da burguesia – sem interesse pela instabilidade –, bem como da classe trabalhadora. A crise de hegemonia estava em processo desde 2013, e o PT não mais apresentava capacidade de representar nenhuma das classes fundamentais e suas frações. O bloco no poder se reconfigurou, com o enfraquecimento da grande burguesia interna, expressa pelas já comentadas reduções de recursos para o PAC, incluídos cortes no Programa Minha Casa, Minha Vida¹⁰⁹; o fim dos desembolsos do BNDES com base na política de empréstimos do Tesouro Nacional ao Banco, após um longo período de crescimento (2008-2014) especialmente dos desembolsos em logística e energia elétrica¹¹⁰; “a mudança nos contratos de exploração do

¹⁰⁹ O governo anunciou corte de R\$ 4,8 bilhões no PMCMV em 2015 (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

¹¹⁰ Conforme exposto na página do próprio BNDES (2018), no contexto da recessão de 2015, “foram adotadas várias medidas, algumas delas envolvendo o BNDES, como a elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 5,0% até 7,5%, e a interrupção de novos empréstimos ao Banco. Na sequência, o teto para operações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi reduzido e se passou a discutir o pré-pagamento da dívida com o Tesouro, que teve início no fim de 2015”.

petróleo para privilegiar o capital transnacional em detrimento da Petrobras” (SAAD FILHO, MORAIS, 2018, p. 238); e o “fim da política de conteúdo local”¹¹¹ (BOITO JR., 2018, p. 301).

Frente a essas mudanças, de acordo com Singer (2018, p. 72), conforma-se uma *frente única antidesenvolvimentista*, aguçada pelas mudanças na conjuntura internacional. Assim, as frações se alinham contra Dilma e se diluem no bloco no poder. Já foram mencionadas, anteriormente, as razões pelas quais as políticas heterodoxas de Dilma não se enquadram como desenvolvimentistas. Cabe apresentar, contudo, ressalvas com a ideia de uma *frente única burguesa*. A partir da concepção de Poulantzas (1971) de que o Estado pode atuar como o partido da burguesia, não houve uma frente única da burguesia na medida em que não se estabeleceu de fato uma frente com prática política e projeto unificados. As entidades representativas de cada fração falaram por si, e os interesses confluíram por conta da crise e da necessidade de aumentar a exploração. As entidades se dirigiram diretamente ao Estado, e o golpe sobre o governo foi a resposta no âmbito estatal às suas necessidades. A ausência de disputas internas no bloco no poder num determinado momento de rearranjos para resolução da crise de hegemonia política não significa que exista uma aliança ou frente única burguesa.

A existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Nessa direção, o bloco no poder é mais amplo que o conceito de aliança, no sentido de que diz respeito a uma mesma situação comum de segmentos que pertencem às classes dos proprietários dos meios sociais de produção. Trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais. (FARIAS, 2009, p. 93).

Tem pertinência, nesse escopo, as considerações de Ianni (1989) sobre a falta de consciência de classe da burguesia, salvo exceções. Em geral, os empresários se movem pelo lucro e pelos interesses imediatos. Não é impossível que haja uma frente única burguesa; em determinados momentos históricos, isso ocorreu. Para resgatar um caso mais recente, destaque-se o estudo de Bianchi (2001) sobre o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), entidade criada por empresários paulistas no final da década de 1980 e que congregava

¹¹¹ Em 2013, após o leilão do campo de Libra – maior bacia petrolífera do Brasil –, a BBC Brasil (2013, online) publicou reportagem que mencionava a insatisfação dos investidores estrangeiros com a postura do governo e sua política de conteúdo local. Conforme exposto por um especialista entrevistado, “as exigências das regras de conteúdo local implicam temores de atrasos e possíveis aumentos de custo que poderiam ser reduzidos se navios e plataformas pudessem ser encomendados de outros fornecedores internacionais”. Esse aspecto é bastante ressaltado também pela CNI (2014), como se poderá observar no capítulo 3 deste trabalho.

empresas dos setores de serviços, indústria, comércio e agropecuária, em ordem de predominância¹¹². De acordo com o histórico disponível na página da entidade,

Estruturado e funcionando na primeira sede, à rua Zaíra, no bairro do Sumaré, o PNBE procura articular um Pacto Nacional entre as principais lideranças dos trabalhadores. Consegue interessar o governo, que envolve nas negociações os ministros Antonio Kandir, Jarbas Passarinho, Ibrahim Abi Akcel e Zélia Cardoso de Mello. Articula as principais entidades empresariais do país – CNI (indústria), CNA (agricultura), CNC (comércio), Febraban (bancos), e CNT (transportes), que pela primeira vez subscrevem um documento conjunto, com compromissos para um pacto nacional de controle da inflação e retomada do desenvolvimento (PNBE, 2020).

Há aí uma iniciativa ampla e organizada no sentido de alterar a realidade. Isso não ocorreu de forma explícita em 2016. Embora os movimentos contrários ao golpe tenham se aglutinado em frentes como Povo sem Medo e Brasil Popular, a burguesia enquanto classe não estava unificada em torno de uma frente materializada a favor do impeachment. As falas das empresas e entidades foram confluindo para essa posição principalmente em 2016, após a substituição de Levy na Fazenda. Mas a organização concreta se deu por movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online, que possuem vinculações partidárias, mas que não articulavam, ao menos explicitamente, as entidades das distintas frações da burguesia. Enquanto, o MBL promovia manifestações contra o governo ao longo de 2015, Trabuco e Setúbal¹¹³ pediam calma e defendiam a presidente, e as entidades não se pronunciavam, com exceção da Fiesp e CNI. O consenso começou a se conformar já em 2016, com falas divulgadas na imprensa por parte dos dirigentes da burguesia a favor do impeachment, mas sem a materialização de uma grande frente única burguesa.

Se os rearranjos realizados no bloco no poder da década de 1990 para a década de 2000 não abalaram a hegemonia social, em sentido amplo, o mesmo não se pode dizer das reconfigurações ocorridas no final do governo Dilma. Não só houve uma queda do petismo, que anos antes parecia surfar na realidade sem grandes problemas, como essa queda se deu por meio do golpe parlamentar no governo, ainda que não acompanhado de um golpe no regime¹¹⁴ (DEMIER, 2017). O muro de arrimo construído e sustentado pelo PT não foi capaz de conter a crise econômica e política e dar estabilidade à acumulação. Temer, por sua vez, não foi

¹¹² Segundo Bianchi (2001, p. 59), em 1998, “dos 359 associados, 237 pertenciam ao setor de serviços”.

¹¹³ Embora o Bradesco e o Itaú sejam associados à Febraban, eles se pronunciaram individualmente e não em nome da entidade.

¹¹⁴ Demier (2017) chama atenção para a diferença entre Estado, regime político (forma política da dominação: democracia, fascismo, bonapartismo, ditadura militar) e governo. Assim, é possível um golpe no governo mesmo que não haja uma ruptura com a democracia liberal blindada.

cambaleante ou desorientado, mas seguiu certo na direção das contrarreformas, como será tratado na seção a seguir.

2.2.2 *O golpe e governo Temer*

As movimentações partidárias na cena política, embora importantes para a compreensão do golpe parlamentar, não são objeto deste trabalho¹¹⁵. O que esta seção busca apresentar são as relações estabelecidas entre a burguesia brasileira e suas frações com o bloco no poder e a hegemonia, a partir do golpe e durante o governo interino de Michel Temer. Nessa direção, foi pertinente a recomendação¹¹⁶ de Mattos (2017, p. 17) de “buscar o caráter de classe do golpe e dos governos”.

De acordo com Mascaro (2018, p. 71), golpes em geral, sob o capitalismo, podem ser caracterizados como “câmbios advindos da resolução das lutas e das contradições da reprodução social capitalista, concorrencial e conflituosa no que diz respeito à relação entre classes, frações de classe, grupos e indivíduos”, e que quando concretizados expressam mudanças políticas e sociais “maiores que meros câmbios possíveis ou frequentes dentro das próprias instituições já dadas ou das dinâmicas recorrentes da sociabilidade”. Para Mascaro (2018, p. 77), “o reconhecimento de uma situação golpista repercute diretamente nos planos jurídico e político”. Por essa razão, o autor defende que o que houve em 2016 no Brasil foi um golpe, compreensão aqui referendada.

O golpe gera o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, amplia o neoliberalismo, majora processos de machismo, racismo, homofobia, transfobia e perseguição a comunidades indígenas e quilombolas, aniquila juridicamente ações eleitorais das esquerdas. O dizer sobre o golpe unifica, então, inteligibilidades e forças sociais para resistência e combate (MASCARO, 2018, p. 77).

Conforme elucidado na seção anterior, a crise de hegemonia associada à crise econômica precisava de uma resolução, e o golpe foi uma resposta da burguesia a essa situação. Importa rememorar Mandel (1990), quando este ressalta que a função da crise é permitir a imposição da lei do valor, o que conflui com os termos de Mascaro (2018, p. 50) ao afirmar que “a crise é negócio que abastece a exploração capitalista”. Dessa forma, a crise e seus

¹¹⁵ Para um aprofundamento sobre tais aspectos, vide Singer (2018). Em síntese, “a coligação antilulista, formada pelo PMDB somada ao bloco do PSDB, se consolidara e vencera com força” (SINGER, 2018, p. 284).

¹¹⁶ Com base em Dreifuss, sobre análise da ditadura civil-militar.

mecanismos de resolução acabam por favorecer determinadas frações burguesas, concentrando capitais e aumentando as expropriações sobre o trabalho e os direitos (FONTES, 2010).

Nos termos de Mascaro (2018, p. 87, grifo nosso), “é fundamental compreender o golpe de brasileiro de 2016 como um *golpe de classe*, numa movimentação de suas frações, e, para tanto, enraizá-lo ainda mais na reprodução dos capitais mundial e nacional”. Para este autor, a crise brasileira apresenta duas determinações: i) econômica, pois é uma crise do capital; ii) política, é também uma crise do Estado¹¹⁷; e ambas as determinações estão imbricadas. Há, ainda, uma sobredeterminação, que é jurídica. Nesse sentido, a crise política surge da crise econômica, e se materializa nas instituições jurídicas. Demier (2017), por outro lado, menciona a política como uma sobredeterminação do golpe, calcada na determinação econômica. Para ele, a oposição de direita foi capaz de criar um clima de instabilidade política no qual a burguesia não teve outra opção senão retirar o PT do governo como condição necessária para a recuperação da lucratividade. Embora com apreensões levemente distintas sobre a caracterização das determinações e sobredeterminações da crise, ambos os autores observam que as dimensões econômica, política e jurídica se articulam e desencadeiam o golpe de 2016, tese afirmada também por este trabalho.

Mascaro (2018) ressalta que cada país tem encadeamentos políticos próprios a partir da crise econômica, e nem sempre a saída para a crise se dá sob o mecanismo do golpe. Essa saída, no Brasil, possibilitou a recomposição e reconfiguração do capital, nas quais os arranjos entre as frações burguesas culminam em ganhos para algumas e perdas para outras. Assim,

por se tratar de uma crise interna do capitalismo, que não põe em causa suas estruturas últimas, e sim tenta resolver seus impasses mantendo suas formas sociais gerais, ela será uma crise de relações entre frações e classes, instituições e agentes, que devem mudar para que se mantenha o fundamental (MASCARO, 2018, p. 88).

Para Mascaro (2018)¹¹⁸ existiram duas disputas centrais entre frações da classe burguesa no momento pré-golpe: i) entre frações internas; e ii) entre frações nacionais e frações internacionais. No primeiro caso, houve uma aliança improvável entre frações burguesas financeiras e frações agrárias, cuja base de acumulação não depende do consumo interno, mas sim da exportação, contra outra ala do capital, composta por indústria e comércio. Assim, a disputa pode ser sintetizada como frações produtivas *versus* frações financistas. A segunda

¹¹⁷ Iasi (2017), ao contrário, afirma que essa é uma crise de hegemonia que não chega a ser uma crise do Estado.

¹¹⁸ Alguns dos elementos aqui citados provêm da conferência de Alysson Mascaro reproduzida na TV Boitempo em 22 de outubro de 2018, ocasião do lançamento do livro “Crise e golpe” (MASCARO, 2018). A conferência na íntegra encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wu2u6-0pAqM>.

disputa corresponde às frações nacionais, como construção naval e indústria extrativa, contra o capital internacional. Trata-se de uma disputa marcada pelo imperialismo, posto que a economia nacional foi dilapidada também pelo capital estrangeiro. Essa análise do autor acaba por mesclar elementos das teses de Boito Jr. (2018) e de Singer (2018), já explicitadas, trazendo também novos elementos. Os conflitos entre frações podem ocorrer de distintas formas e entrecruzadas, na disputa por mercados numa conjuntura de crise do capital.

Conforme Mascaro (2018), houve efetivamente uma mudança na relação econômica entre frações de classe. Assim, após o golpe, a economia brasileira encontra-se mais desnacionalizada, mais fraca, menos industrial e menos dinâmica na pujança dos serviços e comércio, mais dependente do agronegócio. O aumento do desemprego, a falta de perspectiva de vida para as massas urbanas, o campo ainda mais militarizado, o aumento da repressão e a aprovação das amplas contrarreformas contra a classe trabalhadora são consequências desse processo.

Em um nível mais geral, então, o golpe foi uma investida da classe burguesa contra a classe trabalhadora. Mas a pergunta lançada por Mascaro (2018) é: se uma classe já ganhava da outra e continua ganhando, por que falar em golpe? Qual foi a necessidade de ruptura? A resposta do autor remete ao avanço ainda maior, para resolução da crise de acumulação, sobre os direitos trabalhistas e sociais, como CLT, previdência, salário mínimo. A burguesia já domina a classe trabalhadora, mas pode ganhar mais se investir sobre esses direitos. Essa análise corrobora com Mattos (2016, online), quando afirma que

A intenção do grande capital ao comandar seus representantes para derrubar Dilma ficou nítida: acelerar e aprofundar a disponibilização de fundos públicos para transferência ao setor privado e rebaixar o custo da força de trabalho, retirando direitos dos trabalhadores e diminuindo sua capacidade de pressão. Sejamos justos: até o fim Dilma empenhou-se em garantir que faria isso, mas o “modo petista de governar” já não dava conta de promover o ajuste na velocidade e profundidade requeridas.

Em direção similar, Demier (2017, p. 91) destaca que o principal objetivo da classe dominante com o golpe no governo era a substituição por outro governo mais reacionário, cujos representantes, “não constrangidos por qualquer passado combativo e sindical, podem, agora, realizar o ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e calar o movimento social, tudo isso no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise”. Iasi (2017, p. 398, 432) caminha em acordo com tais considerações, quando afirma o “caráter de classe da usurpação”, em que o governo Temer aponta para a “aplicação mais rápida e mais profunda das medidas exigidas pelo grande capital”, nos campos econômico, ideológico e jurídico-político. O autor

ressalta que boa parte das medidas de ajuste já haviam inclusive sido antecipadas pelo governo de Dilma.

Ainda de acordo com Mascaro (2018), o golpe mantém o poder sob a mesma classe (dominante) com majoração do seu poder; é então uma mudança mais quantitativa que qualitativa. Por isso, foi possível a manutenção das instituições burguesas e da democracia liberal, com a consolidação do que Demier (2017) denominara regime democrático-blindado¹¹⁹. Se estabeleceu um “novo padrão de golpe de Estado, cuja efetivação se dá por dentro e por intermédio das próprias engrenagens da democracia liberal”, a qual “demonstrou dispor de mecanismos internos que lhe permitem eliminar um governo incômodo sem ter que conjuntamente eliminar a si mesma” (DEMIER, 2017, p. 16).

Em síntese, o aprofundamento do neoliberalismo por meio do golpe foi a forma de resolver a crise de acumulação, frente à ineficiência do governo petista em reduzir as perdas dos capitais nacionais e internacionais no contexto da crise econômica. Trata-se de um “novo golpe de classe burguesa que realinha frações dos capitais nacionais e internacionais para a acumulação numa situação específica de crise do capitalismo mundial e brasileiro” (MASCARO, 2018, p. 93).

Com esses objetivos, a burguesia se articula politicamente, por meio de seus representantes na cena política, para efetivar o golpe. Iasi (2017, p. 429) destaca que embora o governo estivesse “enfraquecido e sem sustentação, não havia forma legal de afastamento, pelo menos não no prazo que a oposição exigia”. Dessa forma, “através de uma série de contorcionismos, ungidos de justificativas jurídicas [...], logrou-se o pretexto para o afastamento da presidente por irregularidades administrativas menores” (IASI, 2017, p. 429).

No final de 2015, sob a instabilidade política e econômica, Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment da presidente, com o argumento dos supostos crimes fiscais praticados por Dilma, a saber, as “pedaladas fiscais” e assinatura de decretos para abertura de créditos suplementares com valores maiores do que os estabelecidos pela meta fiscal. Segundo Carvalho (2018), as pedaladas fiscais são mecanismos utilizados em muitos governos para cobrir déficits nas contas públicas. Embora questionáveis do ponto de vista da política econômica, não são

¹¹⁹ A própria democracia blindada já guarda em si a possibilidade de suspensão democrática, revelando sua essência antidemocrática e a força de sua blindagem. Todavia, contraditoriamente, Demier (2017) destaca a fraqueza potencial da democracia blindada, pois ao passo em que sua eficácia depende da ficção da igualdade formal, as bases reais dessa ideologia são corroídas pelas necessidades contrarreformistas do capital. “Ao ser elevada ao paroxismo, a democracia blindada se apresenta tal como é. Ao se suprasumir, ela se realiza, e, ao se realizar, revela a sua verdade, isto é, revela-se falsa e expõe seu conteúdo falsamente democrático. [...] Atingindo seu ápice, ela se mina, preparando as condições para sua queda” (DEMIER, 2017, p. 105), possível com a luta dos explorados para expor os limites da democracia blindada.

razões constitucionais para a derrubada de um governo, e as manobras fiscais chamadas de “pedaladas” não estão previstas como crime de responsabilidade na Constituição Federal¹²⁰. Sobre esse aspecto, Mascaro (2018, p. 74) afirma que “a validade do crime de pedalada fiscal, em uma interpretação sistemática [do direito], é desprovida de qualquer fundamento”. Já os decretos de abertura de créditos suplementares possibilitaram a “realocação interna de recursos entre rubricas, já que o limite total para a execução foi definido pelos decretos de contingenciamento” (CARVALHO, 2018, p. 107). Mas ainda assim a determinação do congresso em prosseguir levou o golpe adiante. Esse processo não ocorreu sem lutas, já que grandes manifestações de rua aconteceram em todo o Brasil, muitas delas com embates entre os “contra o golpe” e os “fora Dilma”. No entanto, a falta de debate político real sobre os projetos em jogo demonstrou a continuação do que já vinha ocorrendo durante os governos petistas e com mais vigor desde as eleições de 2014: a polarização da pequena política pautada no discurso da anticorrupção, promovida contraditoriamente por políticos corruptos e pela grande mídia como representantes da burguesia em crise.

De acordo com Boito Jr. (2018, p. 139), “Dilma se mantém na disputa jurídico-formal para resistir ao golpe, com base em argumentos tecnicamente corretos, mas politicamente irrelevantes para provar a legalidade e insignificância dos atos administrativos apresentados como razão para o impeachment”. O golpe se consolida a partir dos novos arranjos de frações de classe e Temer assume a presidência em maio de 2016, quando o processo de impeachment de Dilma é instaurado no Senado. Temer tinha alto nível de rejeição, sendo o presidente mais impopular do Brasil desde o final da ditadura militar (FOLHA DE S. PAULO, 2018). O movimento “Fora Temer” se espalhou pelo país, mas não teve força para frear as contrarreformas. A burguesia, após um longo baile de suas frações, teve êxito em sua empreitada e o golpe se confirmou como um avanço sem precedentes sobre os direitos e o trabalho.

Diversos autores tratam do período pós-golpe fazendo menção ao aprofundamento do neoliberalismo, como por exemplo um retorno ao neoliberalismo mais impiedoso¹²¹

¹²⁰ Segundo Carvalho (2018, p. 105-106), “no caso que ficou conhecido no Brasil como ‘pedalada fiscal’, em vez de atrasar o pagamento dos beneficiários [para cumprir as metas fiscais], o governo adiou o pagamento aos bancos públicos, que, por sua vez, pagaram os benefícios em dia. [...] No entanto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não é crime a população ‘financiar’ o governo enquanto não recebe seus benefícios, mas é crime um banco público realizar operações de crédito para o próprio governo. O critério é duvidoso [...]”.

¹²¹ Para Domingues (2017) “as forças de centro-direita e direita nada têm a oferecer senão uma retomada de um neoliberalismo econômico mais impiedoso e um social liberalismo mais restrito (baseado em políticas focalizadas para os mais pobres)” (DOMINGUES, 2017, p. 1749). O autor aponta as medidas de imposição de limites aos gastos sociais em saúde, educação, ciência e tecnologia, além das propostas de reforma da previdência e trabalhista como expressões desse “neoliberalismo impiedoso”, com retrocessos civilizatórios, associados a uma

(DOMINGUES, 2017); ultraneoliberalismo (BEHRING, 2018); neoliberalismo puro e duro (BOITO JR., 2018); reintrodução do projeto neoliberal ortodoxo (SIMIONATTO, 2018); resgate do programa 100% liberal (PAULANI, 2017), dentre outros termos. Aqui optamos por utilizar neoliberalismo ortodoxo, considerando que o período anterior, dos governos petistas, pode ser sintetizado como *neoliberalismo com mescla de ortodoxia e heterodoxia econômica*. Dessa forma, o que parece diferir daquele formato é um projeto neoliberal sem as políticas econômicas heterodoxas presentes no segundo mandato de Lula e primeiro de Dilma. Portanto, um *neoliberalismo ortodoxo*, inclusive defendido por todas as frações burguesas no momento que antecedeu o golpe. Essa distinção, entretanto, remete mais à conjuntura do que aos projetos de desenvolvimento nacional implementados, posto que a estratégia neoliberal se perpetuou, deixando vigente o pacto de classes do Plano Real.

O documento *Uma ponte para o futuro*, publicado em outubro de 2015 pelo PMDB, já expressava o programa que seria implementado após o golpe, com destaque para as “reformas estruturais” que deveriam conter o “crescimento da despesa”. De acordo com a perspectiva adotada, para enfrentar o “problema fiscal estrutural” era necessário “mudar leis e até mesmo normas constitucionais” (PMDB, 2015, p. 6). Além da questão fiscal, o documento apresenta diretrizes sobre previdência, juros e dívida pública e uma agenda para o desenvolvimento, contendo elementos como uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada e na maior abertura comercial à economia internacional. Há pleno acordo na literatura sobre o caráter do documento, de resgate do neoliberalismo sem espaço para quaisquer conciliações (PAULANI, 2017; IASI, 2017; CARCANHOLO, 2018; SIMIONATTO, 2018; BEHRING, 2018; ARUTO, 2019).

Behring (2018) chama atenção para a similaridade do documento com o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), implementado no governo de FHC. Para a autora, entre 2004 e 2015 houve um segundo momento do neoliberalismo brasileiro, com “deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do Consenso de Washington, implementadas nos anos 1990, ademais amplamente realizadas na primeira fase do neoliberalismo no Brasil nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso” (BEHRING, 2018, p. 52). Após os governos petistas, que promoveram “mediações novas, mas não rupturas substantivas”, “o golpe de Estado de novo tipo [...] abriu um novo e terceiro momento do neoliberalismo no país” (BEHRING, 2018, p. 61). Para Behring (2018), esse novo momento, situado na conjuntura de

ilegitimidade do sistema político e um desgaste da esquerda latino-americana. Isso não quer dizer, de acordo com Domingues (2017, p. 1749), que há uma crise terminal da república, o que considera como análise exagerada já que as instituições permanecem em funcionamento, “mas há sem dúvida uma crise da república”.

crise internacional, eleva a plataforma neoliberal sob novas bases e estabelece uma programática ainda mais dura do que aquela do momento fundacional do neoliberalismo no Brasil.

Nesse contexto, Simionatto (2018, p. 7), em análise do documento *Uma ponte para o futuro*, afirma que sua tese central é “a crise brasileira, a estagnação econômica e o esgotamento da capacidade fiscal do Estado, impondo-se um amplo ajuste fiscal e o desmonte da Constituição, [...] em ritmo extremamente veloz”. Agrega-se a ele outro documento elaborado pelo PMDB em 2016, *Travessia Social*, no qual “o governo ressalta a onipresença do setor privado, já que o Estado deixará de ser o provedor direto de bens públicos e deverá atender apenas o que o mercado não for capaz”, privatizando tudo o que for possível (SIMIONATTO, 2018, p. 7). Também Carcanholo (2018), ao analisar o documento pemedebista, afirma que as políticas monetária, cambial e fiscal seguem os padrões do neoliberalismo ortodoxo, e ressalta o papel central da política fiscal. O documento parte da ideia de que a irresponsabilidade do governo Dilma, com ampliação dos gastos públicos, aliada à desoneração de alguns setores, foi a causa da crise, com déficits públicos e crescimento da dívida pública. O caráter ideológico das alegações de Temer é realçado por Iasi (2017, p. 398), na medida em que o discurso buscava apresentar uma universalidade: era necessário “salvar o Brasil” do governo “desastroso e irresponsável” de Dilma.

O ajuste fiscal poderia ser implementado com a elevação de receitas e/ou a redução das despesas. Contudo, elevar a tributação sobre heranças, grandes fortunas, lucros e dividendos atinge, principalmente, a burguesia. Portanto, a opção do governo foi atacar as despesas (CARCANHOLO, 2018). Simionatto (2018, p. 8, grifo nosso) destaca “a *redução estrutural* das despesas públicas e sua incidência nos direitos sociais”. O caráter estrutural chama a atenção, posto que o capital tem dimensão da crise e de suas necessidades para superá-la, sendo crucial pensar em propostas de longo prazo para a apropriação do fundo público em especial por aquela fração hegemônica no bloco no poder, o capital financeiro.

Destarte, a solução apresentada por Temer para a retomada do crescimento econômico estava pautada em ampla reforma fiscal, com a fixação de tetos para os gastos públicos. Essa foi a justificativa para aprovação da EC 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal¹²². Carcanholo (2018, p. 42) ressalta que o congelamento corresponde apenas às “despesas

¹²² A EC 95/2016 estabeleceu para o exercício de 2017 que a despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, será corrigida no limite de 7,2% para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do IPCA.

correntes (educação, saúde, moradia, funcionalismo público, programas sociais etc.), uma vez que as despesas financeiras com a rolagem da dívida pública são – ao menos para a economia política neoliberal – inquestionáveis”. Para Behring (2018, p. 65), essa é a “medida abre-alas do duro ajuste fiscal de Temer”, aprovada sob forte repressão em Brasília em novembro de 2016, que tem como objetivo precípua garantir o superávit para o pagamento da dívida pública.

A política econômica responsável pela manutenção da estabilidade macroeconômica, no entanto, seria uma condição necessária, mas não suficiente para a retomada dos investimentos privados. Seria necessário ainda um amplo conjunto de reformas (trabalhista, previdenciária, expansão das privatizações etc.), tendo como objetivo reduzir a atuação estatal nos diversos mercados, tanto em termos de atuação produtiva como de intervenção no âmbito da legislação/regulamentação. Não é outra a razão da defesa de uma nova reforma da previdência, da flexibilização das leis trabalhistas, incluindo a ampliação da terceirização, inclusive para atividades-fim, da expansão do capital privado nos novos investimentos (privatizações). Consoante o diagnóstico, as reformas garantiriam um ambiente mais competitivo para que os investimentos privados, já com a precondição de menores taxas reais de juros, encontrassem espaços com viabilidade financeira para seus projetos (CARCANHOLO, 2018, p. 42).

Assim, a recuperação da valorização do capital se deu por meio de um aumento da exploração da força de trabalho¹²³ e uma ofensiva sobre o fundo público, que se materializam com adoção ou tentativas de implementação de medidas como contrarreforma trabalhista e sindical, limitação constitucional dos gastos públicos (EC 95/2016), novas formas de desvinculação das receitas da união (EC 93/16), privatizações, especialmente nos setores energéticos, reforma do ensino médio e proposta de contrarreforma da previdência (ARUTO, 2019).

A proposta de contrarreforma da previdência já vinha sendo esboçada por Dilma, e foi apresentada por Temer por meio da PEC n. 287/2016¹²⁴. Embora devastadora do ponto de vista da restrição de direitos, não chegou a ser aprovada durante seu governo¹²⁵. De acordo com Silva (2018, p. 131), “esse movimento de contrarreforma é oscilante, ora mais intenso e agressivo, ora mais sutil, dependendo da conjunção de fatores e do grau de comprometimento e capacidade

¹²³ É importante destacar que o aumento da exploração não significa o mesmo que a superexploração da força de trabalho, descrita no primeiro capítulo deste trabalho. A redução ou ampliação da massa de mais-valia são fenômenos conjunturais sobrepostos à superexploração que estrutura o capitalismo dependente brasileiro.

¹²⁴ Para um aprofundamento sobre a proposta de contrarreforma previdenciária de Temer, vide Silva (2018).

¹²⁵ Em 2019, o governo Bolsonaro encaminhou uma proposta ainda mais violenta ao Congresso. O texto aprovado em novembro de 2019 deixou de fora capitalização (poupança individual), mudanças na aposentadoria de trabalhadores rurais e alterações no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao idoso ou à pessoa com deficiência (G1, 2019). Ainda assim, foram aprovadas alterações como: estabelecimento da idade mínima, mudanças no cálculo dos benefícios e nas alíquotas de contribuição em relação aos salários, restrições nos valores da aposentadoria por invalidez e pensão por morte, limites para acúmulo de benefícios, dentre outras.

de reação dos governos às pressões do capital financeiro, que se alimenta da dívida pública”. Para a autora, a PEC n. 287/2016 “constitui a mais agressiva proposta de restrição de direitos da história da Seguridade Social, com ênfase na Previdência Social”.

Propostas como Escola sem Partido¹²⁶ e a PEC 181/2015¹²⁷ – que visava proibir o aborto legal, também não foram aprovadas, embora tenham tido respaldo por parte do governo. Segundo Demier (2017, p. 99), “por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados, evidenciando um amálgama entre uma plataforma economicamente neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental”. Foi um período de lutas intensas, repressão policial mais violenta sobre as manifestações políticas¹²⁸, censura nos meios acadêmicos e artísticos, ataques reiterados aos direitos e políticas sociais, com ultrafocalização e enrijecimento de critérios para acesso aos benefícios, volta do primeiro-damismo e destruição da Constituição Federal de 1988 (SIMIONATTO, 2018).

Santos (2018) faz um interessante apanhado das políticas sociais no governo Temer¹²⁹, destacando a contrarreforma trabalhista, a qual restringe os direitos “em favor de maior ‘modernização’ da legislação trabalhista” (SANTOS, 2018, p. 127), bem como a proposta de contrarreforma da previdência. Dentre as medidas elencadas pela autora chamam atenção, ainda, o projeto Crescer, vinculado ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)¹³⁰ – cujo objetivo declarado é a desestatização e ampliação das concessões em infraestrutura – o fim da

¹²⁶ O Projeto de Lei do Senado (PLS n° 193/2016), de autoria do senador Magno Malta, visava incluir entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”, mas foi arquivado em 2017 após uma série de mobilizações em todo o Brasil.

¹²⁷ A proposta é que se estabeleça no texto constitucional que a vida começa na concepção. O texto-base foi aprovado em uma comissão especial em novembro de 2017, mas ficou parado depois disso.

¹²⁸ O papel repressor do Estado sempre esteve presente, inclusive durante os governos petistas. Mas às bombas de gás e balas de borracha foram rapidamente acrescentados os helicópteros com bombas aéreas e a cavalaria em terra. O aumento da repressão foi perceptível nas ruas entre 2016 e 2018.

¹²⁹ São destacadas doze medidas: a Contrarreforma Trabalhista, aprovada em 11 de julho de 2017; a Terceirização irrestrita do trabalho no Brasil; o projeto da Contrarreforma da Previdência; a Contrarreforma do Ensino Médio; a retirada das expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Curricular pelo MEC; a EC 95/2016 que congela os investimentos básicos da União por 20 anos; o desmonte de Programas Sociais como “Minha Casa Minha Vida”, “Farmácia Popular” e o “Ciências sem fronteiras”; as privatizações oriundas do Projeto Crescer, inaugurado pelo governo do presidente Michel Temer; o fim da obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do pré-sal; o Projeto de liberação da venda de terras brasileiras para estrangeiros; o convite para a participação do Exército Militar dos Estados Unidos na Amazônia em 2017; e as políticas de demarcação de terras dos povos indígenas (SANTOS, 2018, p. 18-19).

¹³⁰ “O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado, no âmbito da Presidência da República, pela Lei n° 13.334, de 2016 com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização” (BRASIL, 2016). Dentre as instituições responsáveis pelo PPI destaca-se o BNDES, cuja função de gerir o Fundo Nacional de Desestatização (FND) e conduzir processos de privatização de empresas aprovados pelo Conselho do PPI denota diferenças com o papel do Banco no período anterior. Segundo Moreira Franco (2016, online), “os ajustes estão sendo feitos para propiciar segurança jurídica e extirpar o viés intervencionista do governo no setor”.

obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do pré-sal, a participação do exército estadunidense na Amazônia a convite do próprio Estado brasileiro, as alterações promovidas na política de demarcação das terras indígenas e nas regras para a venda de terras brasileiras a estrangeiros. De acordo com Santos (2018, p. 149), essas medidas entreguistas “vão na contramão da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos povos indígenas relacionados à demarcação de terras”. Soma-se a essas considerações o aprofundamento da dependência e da subordinação ao capital estrangeiro. Boito Jr. (2018, p. 257) corrobora com tais argumentos ao comentar que Temer abre espaço para um “alinhamento passivo com os Estados Unidos”, destacando a política referente ao pré-sal.

Acerca da contrarreforma trabalhista, merece destaque o trabalho de Linhares (2019), que discute as principais mudanças advindas da Lei nº 13.467/2017 e apresenta dados sobre as principais tendências do mercado de trabalho brasileiro após a contrarreforma. A sistematização da Linhares (2019, p. 49) é norteada por sete elementos centrais: i) adoção e ampliação de formas de contratação precárias, a saber, o contrato intermitente, o trabalho autônomo, o contrato em tempo parcial e a terceirização; ii) a imposição do negociado sob o legislado; iii) flexibilização da jornada de trabalho, por meio da alteração dos mecanismos para uso da hora extra e de compensação de jornada, bem como eliminação das horas *in itinere*; iv) rebaixamento direto ou indireto da remuneração; v) flexibilização nas normas de saúde e segurança do trabalho¹³¹; vi) fragilização sindical e vii) limitação do acesso e da atuação da Justiça do Trabalho, como por exemplo o pagamento dos honorários da parte vencedora em caso de perda da ação por parte do trabalhador.

Para Linhares (2019), as medidas visam legalizar práticas que já eram realizadas pelos empregadores, os isentando de responder por ilegalidades junto à Justiça do Trabalho e órgãos de fiscalização. Assim, as pressões do empresariado por flexibilidade, segurança jurídica e redução de custos nas contratações são respondidas com a contrarreforma trabalhista. A aprovação de tais medidas tende a gerar maior rotatividade, mais acidentes e intensificação do trabalho, além de deixar os trabalhadores “ainda mais expostos ao poder discricionário das empresas, ocorrendo um desequilíbrio já desigual na relação de forças entre capital e trabalho” (LINHARES, 2019, p. 56), como é no caso da imposição do negociado sobre o legislado.

¹³¹ Segundo Linhares (2019, p. 62), a proposta original da lei admitia inclusive a “possibilidade de trabalho em condições insalubres por gestantes nas atividades insalubres em graus mínimo e médio e que lactantes desempenhassem atividades insalubres em qualquer grau. [...] Esse foi um dos pontos mais polêmicos em relação a contrarreforma e o único que, até o momento, foi derrubado por declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal – STF em maio de 2019. Fica evidente, nesse caso, que a contrarreforma suprime os direitos de saúde das mulheres trabalhadoras e de seus próprios filhos”.

Na análise dos dados de desemprego e admissões entre 2017 e 2019, Linhares (2019, p. 69) observa que “a taxa de desemprego total se elevou de 2017 a 2019, e mesmo o desemprego aberto que desde 2017 tem oscilado para cima e para baixo, oscila numa margem muito estreita”, contribuindo para desmistificar o discurso de que a contrarreforma geraria mais empregos. A autora destaca, ainda, que o número de contratos intermitentes firmados no período corresponde apenas a 0,55% de todos os admitidos formais, similar à participação do total dos contratos de trabalho por tempo parcial frente ao total de admitidos, de apenas 0,45%.

Reduzir custos de contratação, como a contrarreforma trabalhista pretende fazer, não garante o incremento da formalização, pois continua sendo mais barato para o empregador negar o vínculo empregatício. A estratégia de se contratar de forma ilegal por parte dos agentes econômicos se acentua com a contrarreforma trabalhista que fragiliza as instituições públicas responsáveis pela observação dos direitos laborais e o acesso do trabalhador a Justiça, o que estimula o desrespeito às normas (LINHARES, 2019, p. 72).

A autora nota, de maneira pertinente, que as mulheres e a população negra são as primeiras a sentirem os efeitos da contrarreforma, considerando a divisão sexual e racial do trabalho estruturado no Brasil. Linhares (2019) chama atenção também para o prejuízo ao financiamento da Seguridade Social, na medida em que a contrarreforma tende a diminuir a arrecadação em razão dos menores salários, e a insegurança de renda promovida por formas precárias de contratação produzem um impacto negativo sobre o mercado de consumo, num desaquecimento da economia. Nos termos de Linhares (2019, p. 72), a contrarreforma trabalhista desprotege o trabalhador com objetivo de “eliminar os entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista”. A argumentação explicitada conflui com o que vinha sendo destacado por outros autores, com destaque para Aruto (2019).

Essa breve síntese sobre as políticas econômicas e sociais implementadas ou intencionadas por Temer expressa a satisfação dos interesses imediatos da burguesia, mas também o avanço de um conservadorismo no conjunto da sociedade. Segundo Demier (2017), o PT teve sua responsabilidade pelo crescimento do conservadorismo, ao apostar na hegemonia pequena política. Nos termos do autor, “a ausência de uma gramsciana ‘reforma intelectual e moral’ criou, assim, um terreno fértil para a construção de uma posterior hegemonia golpista contra o PT, mesmo entre os que vivem de seu próprio trabalho”. Tal elemento teve um papel bastante relevante no momento posterior, com o antipetismo predominante e determinante nas eleições de 2018.

Por outro lado, a partir da ideia de que “o autoritarismo de um governo está na razão inversa de sua legitimidade política”, Iasi (2017, p. 434) vislumbra um aspecto importante que

aqui interessa em demasia: a falta de legitimidade do governo Dilma desde 2013, mantendo-se no governo Temer, aponta para a crise de hegemonia. Também Behring (2018, p. 64) menciona a “gritante falta de alternativas no seio das classes dominantes”, como um dos fatores que sustentou Temer no governo. A burguesia parecia não dispor de bons representantes para assumir o poder de Estado.

Assim, é possível afirmar que a acumulação voltou a crescer, com base nos dados de Aruto (2019) expressos na tabela 1, sobre o aumento da massa de mais-valia de 2016 para 2017. O golpe de fato foi uma saída da burguesia para a crise, e a contrarreforma trabalhista parece ter contribuído para retomar a taxa de exploração. A crise de hegemonia política ou restrita, no interior do bloco no poder, também é resolvida, pois Temer unifica os interesses da classe dominante e os representa no Estado (em sentido restrito). No entanto, o golpe não resolve a crise de hegemonia social ou ampla, na medida em que a burguesia se unificou em torno dos interesses econômicos imediatos, mas não em torno de uma representação política que reestabelecesse uma direção para o conjunto da sociedade. Nas eleições de 2018, Temer não foi o candidato da burguesia. Inclusive, um aspecto relevante foi a quantidade de candidaturas que representavam a direita tradicional brasileira: Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB), João Amoedo (Novo), Henrique Meirelles (PMDB) e Álvaro Dias (Podemos). Nas eleições anteriores, desde 2002, houve maior unidade da burguesia em torno dos candidatos do PSDB – José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Essa pulverização em 2018 expressa a falta de capacidade da classe dominante em apresentar-se como dirigente. Para Bianchi (2001, p. 21, grifo nosso),

a crise de hegemonia é uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente. Seus aspectos mais visíveis são a dificuldade de formar uma maioria parlamentar duradoura; a perda de capacidade dirigente dos partidos tradicionais; e a conseqüente crise dos partidos e multiplicação destes, *tentativas desordenadas de superação da crise* [...]. A crise não se limita, entretanto, aos partidos e ao governo. Ela é uma crise do Estado em seu conjunto, ou seja, processa-se, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação.

A dificuldade de formar uma maioria parlamentar duradoura foi um elemento perceptível nos governos de Dilma, embora tenha se resolvido com Temer. As outras questões apontadas por Bianchi, contudo, parecem corresponder ao período pós-golpe, como tentativas desordenadas de superação da crise de hegemonia, em sentido amplo. A pulverização de candidatos demonstra que não havia um vácuo de representação, mas uma multiplicidade delas.

A crise de hegemonia se caracteriza não pela inexistência de poder, o vazio, e sim por uma *multiplicidade de poderes*. Poderes plurais e policêntricos que têm como portadores diferentes grupos sociais que lutam incessantemente pela afirmação de sua alternativa. É claro que essa situação não pode se prolongar indefinidamente. Sem nenhuma capacidade dirigente, a burguesia ou frações dela podem ser deslocadas do poder, deixando de ser dominantes (BIANCHI, 2001, p. 22, grifos do autor).

Conforme Bianchi (2001, p. 23), não é simples para a burguesia encontrar soluções, e em períodos de crise “partidos alinham-se e realinham-se, blocos são formados e dissolvidos. Líderes são criados e depostos. A velocidade desse processo pode surpreender, o ritmo é rápido e fulminante se comparado com os tempos normais”. Todavia, com base nos elementos elucidados, é possível afirmar que a hegemonia restrita ao bloco no poder foi resolvida com o golpe, restaurando a acumulação para todas as frações da burguesia, embora a grande burguesia interna tenha perdido força política no interior do bloco. A partir daquela compreensão de Estado exposta no capítulo 1, na qual o Estado é condensação das relações de forças entre as classes e frações em cada conjuntura, então “a crise só pode ser compreendida como o resultado do abalo das relações de forças que se materializavam nesse Estado” (BIANCHI, 2001, p. 22). Dessa forma, as relações de forças condensadas no Estado culminaram na recomposição do bloco no poder para garantir a manutenção da hegemonia burguesa em sentido amplo e a sustentação do pacto de classes do Plano Real.

Por fim, esse capítulo segundo buscou demonstrar os determinantes da ascensão do PT como uma resposta à crise de hegemonia interna do bloco no poder que se instaurou durante os governos de FHC. Naquele momento, a saída burguesa para retomar a acumulação em termos ótimos e restaurar a hegemonia restrita foi a propulsão do petismo e da ideologia neodesenvolvimentista. Por todo o período, o projeto neoliberal foi sustentado pelos governos, ainda que com a conjuntura internacional favorável tenha sido possível implementar a mescla de políticas econômicas ortodoxas e heterodoxas, com avanços para o salário mínimo e algumas políticas sociais. O PT teve sucesso na construção do muro de arrimo que conteve a crise de hegemonia, mas com a piora das condições nos termos de troca isso se reverteu, e o muro desabou sobre o governo, no que foi caracterizado como “a queda”. Todavia, o desabamento não soterrou todo o terreno, como esboçado em uma das hipóteses desta tese, posto que os termos da hegemonia do capital financeiro se mantiveram, evitando a crise orgânica e as possíveis intervenções das classes subalternas na direção de uma ruptura com essa hegemonia.

3. BASES DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA: AS DEMANDAS DAS FRAÇÕES BURGUESAS PARA AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

3.1 Apontamentos gerais sobre as entidades e documentos

Compreender as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nos âmbitos do Estado e da sociedade civil nos últimos anos é imperativo para a devida apreensão sobre quais setores do grupo dirigente fazem *sacrifícios de ordem econômico-corporativa* para sustentar a hegemonia e o *equilíbrio de compromissos* (GRAMSCI, 2019), uma vez que o atendimento às demandas de uma ou outra fração de classe pode desembocar em políticas econômicas e sociais diferenciadas.

Conforme Boito Jr (2018, p. 63),

Uma análise rigorosa do bloco no poder vigente no capitalismo neoliberal brasileiro exigiria, de um lado, estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa e, de outro lado, comparar as demandas, estratégicas e secundárias, das diferentes frações burguesas com as medidas do governo que compõem a política econômica do Estado.

Em acordo com essa indicação de Boito Jr. (2018), no capítulo anterior procurou-se caracterizar as frações de classe, explicitar como se movimentaram e suas consequências para a configuração do bloco no poder entre 2003 e 2018. Neste capítulo terceiro, persegue-se a segunda parte da indicação, que se constitui pela apresentação das demandas das diferentes frações burguesas, comparando-as, num segundo momento, com o que fora incorporado pelo Estado na forma das políticas econômicas e sociais. Aqui, o período foi restringido de 2010 a 2018, posto que a literatura estudada e debatida no capítulo 2 parece abranger os anos anteriores a 2010 com elementos suficientes para o que se pretende apreender. Mesmo após 2010, no que se refere aos governos Dilma, houve uma grande quantidade de aspectos relevantes já apontados principalmente por Boito Jr. (2018) e Singer (2018) acerca das demandas burguesas por meio de suas entidades de classe. Esse fato, contudo, não retira a pertinência da análise dos documentos na íntegra e em primeira mão, na medida em que novos elementos podem ser agregados para uma compreensão da hegemonia, da crise de hegemonia e suas formas de resolução levadas a cabo pela burguesia.

Segundo Bianchi (2001, p. 28), cabe aos capitalistas – ou a uma parte deles – a administração da produção e reprodução do capital, mas também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias

à expansão de sua classe, ou possuir a capacidade de escolher os ‘delegados’ responsáveis pelas relações gerais externas à empresa”. Essa afirmação permite inferir que, internamente, a burguesia possui formas de organização de classe capazes de disputar a hegemonia, tais como as confederações nacionais representantes dos diversos setores econômicos. A partir da compreensão de que a hegemonia é processo e se materializa nos aparelhos privados de hegemonia, foram elencadas as principais entidades de cada uma das frações burguesas.

Com base em Osorio (2014), a burguesia é composta pelas frações industrial, comercial, agrária, mineradora e financeira e, no Brasil, podem ser representadas por meio das seguintes entidades¹³²: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A dissertação de mestrado concluída em 2015 contou com pesquisa documental acerca dos interesses da indústria da construção civil entre 2003 e 2013. A base empírica naquele momento foram os documentos da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que em sua página na *internet* apresentava documentos sistematizados, a partir de balanços anuais do setor, com interesses bastante demarcados. Tal metodologia foi avaliada positivamente, e com intuito de ampliar o objeto de estudo, agora para todas as frações do capital no Brasil, foram buscados documentos de cada uma das grandes confederações burguesas – CNI, CNA, CNC e Febraban. No entanto, observa-se que não há uma periodicidade ou constância de publicações em suas páginas, tal qual realizado pela CBIC até 2013. Ainda assim, após leitura e análise dos documentos, foi possível visualizar nitidamente as demandas de cada uma das frações. Ressalta-se que foram lidos diversos documentos de cada entidade, entre os anos de 2010 e 2018, que possibilitassem apreender possíveis mudanças no curso das reivindicações. Todavia, o que se observou é que as demandas apresentam certa constância e não se alteraram substancialmente ao longo do tempo. Apesar de não sincronizadas na publicação dos documentos, nota-se uma mobilização maior das entidades para elaboração de propostas destinadas diretamente ao Estado nos anos eleitorais, em especial 2014. É importante ressaltar que a análise dos documentos é guiada pelos objetivos propostos na tese, buscando apreender as principais demandas das frações burguesas para a política econômica e para as políticas sociais. O quadro 1 a seguir sintetiza os documentos selecionados para análise.

¹³² Existem uma série de outras associações correspondentes às frações e setores da burguesia, cujos documentos são citados em algumas referências como Boito Jr. (2018), Singer (2018), Mendonça (2017) e Fontes (2017). No entanto, para a pesquisa empírica proposta aqui, com vistas a atingir o objetivo de traçar os interesses do conjunto da burguesia brasileira, optou-se por priorizar as grandes confederações, as quais já trouxeram uma infinidade de documentos relevantes.

Quadro 1 - Documentos selecionados para análise

Entidade	Documentos
CNA	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O que esperamos do próximo presidente 2015-2018 /Sistema CNA. Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2014. 70 p.</i> • Desburocratizar para crescer. O agronegócio nacional e os seus aspectos burocráticos: desafios para promoção da competitividade. Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2018. 28 p.
CNC	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A CNC e os desafios do Brasil. Rio de Janeiro: CNC, 2010. 82p.</i> • Terceirização: considerações sobre a terceirização na sociedade contemporânea / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Brasília: CNC, 2015. 18 p. • Artigo do Presidente [471A]: A CNC e o novo governo. Publicado em 27/04/2016. • Artigo do Presidente [495A]: Aviso aos navegantes. Publicado em 09/10/2018.
CNI	<ul style="list-style-type: none"> • 101 propostas para modernização trabalhista / Emerson Casali (Coord.). Brasília: CNI, 2012. 136 p. • <i>Propostas da indústria para as eleições 2014. – Brasília: CNI, 2014. 276 p.</i> • Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018: balanço final das propostas/ Confederação Nacional da Indústria – Brasília: CNI, 2018. 62 p.
Febraban	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório anual 2012. São Paulo: Febraban, 2012. 119 p. • Relatório anual 2015. São Paulo: Febraban, 2015. 91 p. • <i>Relatório anual 2016. São Paulo: Febraban, 2016. 83 p.</i> • Relatório anual 2018. São Paulo: Febraban, 2018. 88 p.

Fonte: Documentos da CNA, CNC, CNI e Febraban
 Elaboração própria.

Ressalta-se que muitos pontos se repetem nos documentos, por isso, após leitura e análise de cada um deles, optou-se por escolher um de cada entidade como principal (os que se encontram grifados no quadro 1) e os demais mantidos como secundários, a fim de facilitar a sistematização e exposição das propostas. Quando necessários, os documentos secundários foram mencionados com as devidas referências ao longo do capítulo.

Com relação à indústria, a CNI é a confederação com maior tradição de publicação de suas defesas e agendas. Foi fundada em 1938, e congrega as Federações das Indústrias dos Estados e do Distrito Federal, as quais reúnem, por sua vez, mais de 1.250 sindicatos e 700 mil empresas industriais de todas as unidades federativas do país. Agregam-se aos filiados 24 sindicatos nacionais, como Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (Sinaval), Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Abimaq), Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (Sindag), Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (Anfavea), dentre outros (CNI, 2020).

Já a CNA foi criada em 1951, e “consolidou-se ao longo dos últimos anos como o principal fórum de discussões e decisões do agronegócio brasileiro” (CNA, 2020, online). O funcionamento como confederação nacional congrega também as 27 federações estaduais de agricultura e pecuária, que por sua vez representam mais de dois mil sindicatos rurais, responsáveis pelas ações de apoio direto aos produtores rurais nos municípios. De acordo com a página da CNA na internet, esta se caracteriza como uma “entidade sindical patronal que representa 5 milhões de produtores rurais comerciais brasileiros, de pequeno, médio e grande portes e de variados ramos de atividade”, defendendo “os interesses dos produtores junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário” (CNA, 2020, online).

Por sua vez, a CNC foi fundada em 1945 e é reconhecida como a “entidade máxima do empresariado comercial brasileiro” (CNC, 2020, online). De acordo com as informações obtidas na página da entidade, a CNC abrange “34 federações patronais – sendo 27 estaduais e 7 nacionais – e os 1035 sindicatos mais representativos do setor no País” (CNC, 2020, online).

Por fim, a Febraban foi criada em 1967 como “a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro [...] O quadro associativo da entidade conta com 119 instituições financeiras associadas de um universo de 155 em operação no Brasil, as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras”

(FEBRABAN, 2020, online). A entidade apresenta relatórios publicados anualmente, e ganhou notoriedade com o debate público durante o governo Dilma na época da redução dos juros dos bancos públicos.

Um debate frequente nos estudos sobre o empresariado brasileiro remete à fraqueza do setor empresarial enquanto ator coletivo, com baixa capacidade de ação integrada. Diniz (2010) aponta a visão de alguns autores que identificam a fragmentação do setor empresarial como consequente fraqueza, trazendo também o contraponto a essa perspectiva, com base nos argumentos de Mancuso, cuja tese demonstra a ação dos empresários industriais entre 1996 e 2003, em atuação coletiva para a redução do custo-Brasil, o que implicava redução da carga tributária e flexibilização da legislação trabalhista. Tais apontamentos, com os quais Diniz (2010) apresenta concordância, defendem que o empresariado não pode ser tomado como ator político fraco, destacando que fragmentação não é sinônimo de fraqueza. Para a autora, rejeita-se a ideia de passividade: “os empresários, apesar de inseridos numa estrutura fragmentada, acabaram construindo um leque muito diversificado de canais de representação de interesses” (DINIZ, 2010, p. 113).

A autora destaca, ainda, a diferença entre o corporativismo estatal e o neocorporativismo ou corporativismo societal, onde o primeiro remete à relação direta entre empresariado e Estado, enquanto o segundo aponta para a necessidade de incorporação dos trabalhadores para aglutinação de interesses e agregação de demandas, sendo característico nos países europeus. Conforme Diniz (2010, p. 114), “no caso do Brasil, a interlocução capital-trabalho sempre enfrentou dificuldades”, levantando como exemplo o caso da Assembleia Nacional Constituinte, momento em que os empresários, ainda que sob estruturas fragmentadas, compuseram o chamado “centrão” em torno de um projeto privatista e que pretendia restringir direitos trabalhistas e sociais.

Ao tratar da atuação do empresariado brasileiro enquanto ator político, Rocha (2014) retorna ao debate histórico sobre o empresariado nacional, que na década de 1950 suscitou a suposta aliança com os trabalhadores no combate às elites agrárias. Já nos anos 1960, de acordo com Rocha (2014, p. 82), autores como Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado consideravam o empresariado “um ator político fraco”, que “satisfazia-se apenas em ser sócio minoritário de uma aliança envolvendo Estado e capital internacional, ratificada pelo golpe militar de 1964”. Mais tarde, nos anos 1970 e 1980, se destacaram as visões de Velasco e Cruz, Renato Boschi e Eli Diniz sobre o “vigor da classe”, especialmente por sua atuação na campanha pela desestatização.

Em acordo com o já mencionado trabalho de Diniz (2010), Rocha (2014) retrata o debate sobre a organização política do empresariado, distinguindo a literatura em dois grupos: aqueles que indicam sua debilidade política, em função do corporativismo e da fragmentação, e aqueles que atestam sua capacidade de mobilização, com os quais se corresponde o autor. Como exemplo da ação coletiva do empresariado, Rocha (2014) cita a reivindicação pela redução do “custo Brasil”, com demandas como redução da carga tributária e flexibilização das leis trabalhistas, e a mobilização em torno da implantação da Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), protagonizada pela CNI – o que parece bastante contraditório já que em franca oposição aos interesses da indústria nacional.

Nessa direção, tem relevância os trabalhos de Costa (2012; 2014), que giram em torno da conceituação das elites e suas formas de representação política. O autor compreende o empresariado como elite, e faz uma distinção entre elite econômica e elite empresarial, estando a primeira relacionada aos dirigentes das grandes empresas, e a segunda aos dirigentes das entidades de representação, apresentando, portanto, um caráter mais político. São retomados trabalhos pioneiros sobre o empresariado, dentre eles os de Diniz, a partir da análise de que são mais centrados nas representações dos interesses dos industriais, enquanto autores como Fernando Henrique Cardoso e Bresser-Pereira têm como foco estudos sobre a elite econômica ou “burguesia”¹³³.

Em certo momento, Costa (2014, p. 54) ressalva que as atividades econômicas e políticas não são exclusivas de cada subgrupo e os estudos sobre as elites empresariais ou econômicas são duas dimensões de um mesmo objeto, uma vez que “os membros da elite econômica podem e frequentemente lidam com as questões políticas, e os membros da elite empresarial não deixam de ser empresários, mesmo que não sejam parte da elite econômica”. Nesse sentido, o autor apresenta um comentário acerca dos estudos pioneiros sobre elite econômica para compreender a classe burguesa:

[...] a questão da classe poderia unificar teórica e metodologicamente as duas dimensões. Entretanto, não foi isso que aqueles estudos fizeram, dado que se voltaram apenas para a elite econômica e para um conjunto específico de questões. Embora essa seja outra discussão (parte das questões teóricas relativas à análise do empresariado que aqui não foram desenvolvidas), *entendemos que a análise de elite como uma forma de análise de classe exigiria que se considerasse tanto a elite econômica quanto a empresarial. E também tanto a consideração dos diversos setores empresariais, ou as chamadas frações, [...] quanto também questões de diversas naturezas, da origem social aos valores e padrões de ação política* (COSTA, 2014, p. 55, grifo nosso).

¹³³ Interessante observar que o autor utiliza a palavra burguesia sempre entre aspas, o que parece caracterizar uma não adesão ao uso da categoria.

Apesar da discordância com diversos aspectos e inclusive com a perspectiva teórica da análise, o autor parece acertar quando indica a necessidade de compreender as dimensões tanto econômica quanto política da constituição da burguesia, o que é um dos objetivos do presente trabalho, em especial a relação entre o capital e o Estado.

Costa (2012, p. 454), em artigo anterior, trata da compreensão sobre democracia por parte da elite empresarial brasileira, a qual apresenta “uma posição positiva em relação ao exercício da ação política, uma forte adesão à democracia e um grau maior de confiança e de satisfação com as instituições democráticas em comparação à população em geral”. Segundo o autor, “quase 2/3 dos brasileiros não confiam nas instituições políticas. Nossa pesquisa sugere que, além de uma adesão unânime à democracia, a elite empresarial, enquanto parte da elite política, parece estar muito menos insatisfeita e mais confiante nas instituições do que a população em geral” (COSTA, 2012, p. 465). Isso ocorre, de acordo com Costa (2012), pois o poder estatal responde melhor aos interesses das entidades empresariais do que às demandas da sociedade em geral. Tal fenômeno corresponde ao papel do Estado no capitalismo, vinculado aos interesses da burguesia e à legitimação da hegemonia. Logo, as conclusões apontadas pelo autor parecem um tanto óbvias.

Após aplicação de questionários para lideranças de diversas entidades de representação, Costa (2012) destaca as seguintes características acerca da elite empresarial: avalia positivamente a participação da população no processo decisório, mas não conduz ações efetivas nessa direção; compreende como essencial a adesão aos valores democráticos, o respeito às autoridades e a liberdade de mercado; considera que a democracia está consolidada no Brasil, confia e avalia positivamente as instituições políticas, tais como a Presidência da República, o BNDES e o Banco Central¹³⁴; o desempenho dos partidos é avaliado como ruim, mas o sistema eleitoral e as associações patronais são considerados positivos; considera o voto obrigatório negativo e reivindica a reforma política, contra o financiamento público de

¹³⁴ “Sobre o funcionamento concreto das instituições democráticas no Brasil, a Presidência da República foi bem avaliada, dado que tem promovido as estabilidades política e econômica, embora haja críticas pela falta de compromisso na realização das reformas necessárias. A avaliação também é relativamente positiva em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo mérito seria estabelecer critérios sustentáveis e transparentes de financiamento, mas há quem critique o banco por discriminar certos setores e favorecer outros, em especial os grandes projetos. O Banco Central é bem avaliado pela contribuição à estabilidade monetária, mas necessita ser efetivamente autônomo. Já o Banco do Brasil, na avaliação dos entrevistados, tem um desempenho apenas entre bom e satisfatório, dada a falta de transparência e de estabilidade interna, ou até insatisfatório, devido ao seu tamanho ou mesmo pelo fato de que seria praticamente um banco comum. Por sua vez, a avaliação dos ministérios é apenas satisfatória, em função de uma excessiva politização e da variação da competência dos ministros. As agências reguladoras têm um funcionamento ruim por serem muito politizadas, inócuas e sem funções claras” (COSTA, 2012, p. 459).

campanha; apresenta confiança na cooperação entre os agentes e no poder Executivo, mas não no Legislativo; a ação política para a defesa dos interesses das empresas é avaliada positivamente, em especial o contato com governo e agências no nível federal; com relação à representação empresarial, avalia positivamente o papel dos empresários, mas considera desnecessária uma associação de cúpula pois

já haveria entidades suficientes; cada tipo de entidade teria os seus próprios problemas e interesses; atualmente, diferentemente do que acontecia há alguns anos atrás, as entidades de um modo geral estão tratando não apenas suas questões paroquiais, mas também debatendo sobre as grandes questões nacionais; e que apenas faltaria uma maior coordenação das entidades que já existem. (COSTA, 2012, p. 462).

Um aspecto bastante interessante explicitado por Costa (2012, p. 466) é que as elites apoiam a democracia quando acham positivo o desempenho das políticas econômicas, ou nas palavras do autor, “o desempenho das políticas econômicas adotadas pelo Presidente da República é um elemento fundamental do apoio das elites à democracia”. Destaca-se também a afirmação de que a democracia brasileira “tem mais chance de permanecer estável sem a satisfação de sua população em geral com as suas instituições, do que com o mesmo juízo entre as elites políticas da sociedade”. Tal argumento remete ao golpe contra o governo Dilma quando a burguesia apresentou insatisfação com relação à condução da medida econômica de redução da taxa de juros. Infere-se que a democracia no capitalismo está, portanto, condicionada aos interesses de reprodução do capital, posto que “a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe” (WOOD, 2011, p. 173). Sob o mesmo direcionamento, Boron (1994, p. 112), ao pensar a relação entre capitalismo e democracia, apresenta o seguinte questionamento: “seria possível em nossas formações sociais dependentes articular um projeto capitalista e democrático abertamente contraditório com as tendências mais profundas que regem o funcionamento do sistema em nossos dias? Lamentavelmente, a resposta é negativa”.

Santos et al (2015) têm como objeto o efeito do financiamento de campanha sobre os comportamentos dos parlamentares, tomando como pressuposto que há pressão dos interesses privados sobre as ações públicas, expressa em “relações de troca”. Os autores mencionam que há estudos acerca do desempenho eleitoral dos candidatos com base nas campanhas financiadas por empresas diversas, mas não sobre seus comportamentos e decisões após serem eleitos. A pesquisa foi realizada com base na análise de matérias legislativas na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2007, a partir da Agenda Legislativa da Indústria, a qual indica os posicionamentos da CNI sobre demandas do setor.

Para os autores, há duas motivações econômicas para que os “grupos de interesse” financiem campanhas eleitorais. A primeira está relacionada à busca por elevar a quantidade de benefícios advindos da ação estatal, posto que “na medida em que o Estado pode legalmente tributar seus cidadãos, e assim gerar renda, ele se torna alvo dos interesses de diferentes grupos” (SANTOS et al, 2015, p. 37). A segunda motivação seria a busca por uma “não ação ou não intervenção”, no sentido de “livrar a indústria de uma intervenção negativa”. Os resultados encontrados, após longa exposição sobre as metodologias¹³⁵ utilizadas, afirmam que o financiamento concedido pelas empresas influencia a posição dos parlamentares, na direção do apoio à Agenda Legislativa da Indústria, e que “quanto maior a proporção de recursos vindos de empresas, maior é a cooperação dos deputados em matérias de interesse do setor produtivo”. (SANTOS et al, 2015, p. 52). Os autores ressaltam que o financiamento de campanha não é o único elemento que influencia o comportamento dos parlamentares, mas que é um fator explicativo relevante. Dentre outros aspectos, aparecem a ideologia, o *lobby* e o alinhamento entre governo (Executivo) e setor industrial no momento de votação dos projetos.

Nessa direção, Diniz (2010) destaca o crescimento, ainda nos anos 1990, da ação empresarial no Congresso por meio dos lobistas, incidindo fortemente no poder Legislativo.

Em contraste com a fase da industrialização substitutiva de importações, em que o Executivo constituía o espaço privilegiado de intercâmbio com os grupos privados, a partir de meados dos anos 1980, observou-se um expressivo deslocamento da ação dos interesses organizados do Executivo para o Legislativo. Tal mudança se deu mediante a difusão e a profissionalização da prática do *lobby*, que já vinha ganhando relevância desde o período de elaboração da Constituição de 1988. [...] Movimentos importantes como a Ação Empresarial, diversas entidades de classe como a CNI, a FIESP, a ABDIB, entre outras, voltaram suas atividades para o Congresso, com o qual passaram a manter permanente intercâmbio, acompanhando a tramitação dos projetos de interesse para o setor empresarial. (DINIZ, 2010, p. 111-112).

Fontes (2017) comenta que a ampliação da atuação de associações e entidades empresariais homogeneiza os programas partidários, ainda que de forma discreta e com a tentativa de apagamento do controle empresarial. O que Fontes (2017, p. 235) caracteriza como *hegemonismo* permite que as burguesias permeiem “todos os espaços, em atuação supostamente apartidária, mas na prática suprapartidária”¹³⁶. No entanto, os processos eleitorais seguem

¹³⁵ Combinação de estatística descritiva e multivariada, com análise de cluster e modelos de regressão logístico e de Poisson. (SANTOS et al, 2015, p. 35).

¹³⁶ Fontes (2017, p. 230) cita alguns exemplos, dentre os quais destaco a “Casa das Garças” ou Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE), composto majoritariamente por membros da PUC-Rio de Janeiro, e que expressa o “setor bancário-financeiro nacional e internacional, com intensa circulação em empresas e entidades internacionais e nos órgãos públicos da área econômica, onde ocuparam os mais altos cargos”.

fundamentais para a dominação burguesa, “pois continuam a expressar os momentos em que a própria dominação parece se diluir frente ao que segue sendo propagandeado como *escolhas* da população” (FONTES, 2017, p. 207, grifo da autora).

Tais elementos são interessantes para compreender o papel das entidades selecionadas junto aos governos, posto que todas declaram como objetivos a articulação com o “poder público” para a satisfação dos interesses de seus associados. As formas de articulação ou os mecanismos utilizados para essa aproximação – *lobby*¹³⁷, financiamento de campanha, razões ideológicas, trocas de favores – não são objeto deste trabalho, mas sim os interesses apresentados publicamente por meio de seus documentos, e as respostas do Estado a essas demandas.

3.1.1 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O primeiro documento selecionado para elucidar os interesses da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi elaborado pela diretoria do triênio 2011/2014, sob a presidência de Kátia Abreu¹³⁸, no momento que antecedeu as eleições de 2014. O objetivo declarado do documento era apresentar as demandas do setor agropecuário – ou nos termos deste trabalho, da fração agrária da burguesia – e indicar sugestões aos candidatos à presidência para satisfação de suas necessidades de reprodução, no que se refere à política agrícola, competitividade, relações de trabalho, segurança jurídica, meio ambiente, educação e assistência técnica.

Inicialmente, no que foi denominado de *Carta aberta aos candidatos à presidência da República*, o documento reforça a importância da CNA como um dos setores que exerce liderança na sociedade brasileira e que, portanto, deve contribuir para “a construção de uma agenda que favoreça o desenvolvimento nacional. Uma agenda que, sem facciosismos de qualquer espécie, atende as aspirações de ascensão social da população brasileira” (CNA, 2014, p. 7). De imediato, essa linha argumentativa remete ao significado de hegemonia, ao designar seus interesses particulares como interesses universais. O documento ressalta que grande parte

¹³⁷ A CNI fez um trabalho de tradução e publicação de uma série publicada originalmente pela Organização Internacional do Trabalho, a qual abordava quatro temas: governança, estratégia, *lobby* e geração de recursos. Chama atenção o terceiro volume da série, um guia sobre como fazer *lobby*, considerada uma “importante contribuição para a atuação e gestão de organizações de representação empresarial” (CNA, 2007).

¹³⁸ Tal fato é especialmente relevante, uma vez que após a reeleição de Dilma Rousseff, Kátia Abreu passou a ocupar o cargo de ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

dos encaminhamentos sugeridos depende de escolhas e decisões políticas, e exalta a importância do agronegócio para a economia, posto que a produção rural tem se integrado à indústria nas cadeias produtivas e respondia, em 2014, por 23% do PIB, 27% dos empregos e 44% das exportações (CNA, 2014).

Delgado (2013, p. 61) acentua que a economia do agronegócio é um “pacto de poder, com estratégia fundamental de captura da renda da terra, à revelia dos interesses mais gerais do País que aí não cabem”, desmistificando, portanto, a ideia de que os interesses da fração agrária da burguesia associam-se aos interesses gerais de desenvolvimento nacional. A reestruturação econômica da economia do agronegócio, de acordo com Delgado (2013) teve início em 1999, com a crise cambial e a necessidade do capital, via Estado, de reorganizar a política externa para gerar saldos comerciais positivos. Destarte, “nesse ‘boom’ exportador, os produtos primários – ‘básicos’ e ‘semi-elaborados’, ganham posição protagônica, enquanto as manufaturas vão saindo das ‘exportações’ e ingressando paulatinamente nas ‘importações’” (DELGADO, 2013, p. 63).

Assim, para Delgado (2013, p. 64), esse projeto está assentado em aparatos ideológicos capazes de organizar a “hegemonia pelo alto” da grande propriedade fundiária, agroindústria ligada ao capital estrangeiro e da burocracia estatal. As bases destacadas pelo autor são: bancada ruralista; associação de agrobusiness para “ideologizar o agronegócio na percepção popular”; grupo de mídias; burocracia ativa na expansão do crédito público associado a atuação do BNDES; desautorização das instituições vinculadas à regulação fundiária e demarcação de terras indígenas (Incra, Ibama, Funai); cooptação de círculos acadêmicos avessos ao pensamento crítico. Alguns desses elementos são perceptíveis nos documentos da CNA.

Com relação à política agrícola, a principal questão mencionada pela CNA é a concessão de crédito rural. Importa enfatizar que o crédito rural destinado ao “financiamento da agricultura presencial saltaram da média anual de R\$ 35 bilhões [...] no período de 1995 a 2002, para a média de R\$ 79 bilhões, de 2003 a 2012” (TEIXEIRA, 2013, p. 25). Dessa forma, nota-se que mesmo com suas demandas atendidas, a burguesia está sempre exigindo mais recursos do fundo público. Conforme o documento (CNA, 2014, p. 11), “os produtores rurais têm assumido quase que integralmente os riscos e as incertezas da produção agropecuária” frente às “instabilidades do mercado”, em especial os médios produtores, os quais “vivenciam um vácuo de política agrícola entre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o acesso ao mercado financeiro¹³⁹ que os agropecuaristas de maior porte têm, por conta de seus

¹³⁹ Sobre a relação do agronegócio com o capital financeiro, vide Delgado (2012).

ganhos de escala”. A partir dessa análise, apresenta a conclusão de que há um aumento do endividamento e que o governo deve tomar medidas de gerenciamento de riscos, com prioridade para um seguro de renda. O documento chega a justificar tal demanda com a Lei 8.171/1991, que estabelece a busca por garantia de rentabilidade compatível com a de outros setores da economia. A menção à legislação é interessante, pois a mesma lei em seu artigo 3º define como um dos objetivos da política agrícola “compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo” (BRASIL, 1991). Esse elemento, no entanto, não se encontra presente em uma linha sequer do documento da CNA, bem como a definição de cumprimento da função social e econômica da propriedade, conforme consta no artigo 2º da referida lei.

Ainda no que se relaciona à política agrícola, o documento trata da desigualdade regional e da necessidade de tratamento compatível com as peculiaridades das regiões Norte e Nordeste, no que tange à infraestrutura, logística e adversidades climáticas. Nota-se a sugestão de medidas bastante concretas a serem tomadas pelo Estado para amenizar as desigualdades regionais para os produtores rurais dessas regiões¹⁴⁰.

Entre outras medidas, há necessidade de garantia de renda, considerando o impacto da logística na formação dos custos, de seguro rural diferenciado, de oferta de créditos de investimento em condições iguais ou melhores que as oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de reforma e construção de armazéns privados e públicos, e de estruturação da assistência técnica pública e privada (CNA, 2014, p. 13).

Por fim, as indicações do documento acerca da política agrícola tratam do setor sucroenergético, destacando seus prejuízos precedentes a 2014 – como o fechamento de quase 10% das usinas, dentre outras consequências do período de crise econômica – e exigindo políticas públicas consistentes e de longo prazo para o setor. O documento pauta o potencial de consumo do etanol e a necessidade de estímulo estatal para o seu aproveitamento, tornando-o competitivo em relação à gasolina. São apresentadas fortes críticas à política de subsídio à gasolina encabeçada pelo primeiro governo de Dilma Rousseff, inclusive sob o discurso da sustentabilidade, em razão de o biocombustível produzir menos efeitos nocivos ao meio ambiente. Todavia, o que parece estar em questão é a disputa entre os setores do petróleo e do etanol, pois, de acordo com o documento, “privilegiando o combustível fóssil em detrimento do renovável de *produção nacional*, enormes prejuízos são imputados ao setor sucroenergético”

¹⁴⁰ Vale ressaltar a ausência da preocupação com os trabalhadores dessas regiões, que muitas vezes não chegam a acessar o salário mínimo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/metade-dos-trabalhadores-brasileiros-tem-renda-menor-que-o-salario-minimo-aponta-ibge.ghtml>.

(CNA, 2014, p. 14, grifo nosso). Um estudo da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica) expressa que “o setor [sucroenergético] promove substancial economia de divisas evitando importação de petróleo” (MACEDO, 2005, p. 36), no que demonstra uma demanda clara da fração agrária da burguesia brasileira por prioridade estatal nos estímulos e subsídios para a produção de etanol, sob o argumento da produção nacional¹⁴¹. As medidas concretas sugeridas nesse escopo são relacionadas à alteração de legislação, tributação sobre a gasolina e desoneração tributária para o setor sucroenergético.

Tratamento tributário que reconheça a importância dos biocombustíveis e o retorno da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina. Retirada em 2012, a cobrança era uma forma de estimular a produção de um combustível “limpo” e de garantir investimentos em transportes; Aumento da mistura do etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Alteração do Art. 9º da Lei nº 8.723/93, elevando o teto permitido; [...] Desoneração da folha de pagamento, com redução da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) incidente sobre a receita da produção de cana-de-açúcar, açúcar, etanol e bioeletricidade para 1% (CNA, 2014, p. 15).

Convém lembrar que, conforme exposto no capítulo 2, Boito Jr. (2018) ressalta a disputa entre o setor sucroalcooleiro e o setor de óleo e gás como um dos elementos de insatisfação de parte da burguesia interna que contribuíram para a desestabilização política do governo Dilma. Nesse sentido, Teixeira (2013, p. 23) frisa a associação do BNDES com as empresas do agronegócio, favorecendo a criação de monopólios e a “desnacionalização e concentração do setor sucroalcooleiro”.

A CNA (2014) aborda a competitividade a partir de quatro eixos: infraestrutura, tecnologia, comércio internacional e defesa agropecuária. Traz enfaticamente a demanda por políticas públicas, ao destacar que o setor tem tido êxito em razão da “ação combinada de empreendedorismo e políticas públicas apropriadas”, e que, para avançar, “serão necessários esforços públicos mais complexos no campo dos investimentos em infraestrutura e no âmbito do ambiente regulatório” (CNA, 2014, p. 17).

É dedicada atenção especial para o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios referentes aos *defensivos agrícolas* e aos fertilizantes. Com relação aos fertilizantes utilizados no Brasil, o documento aponta que 70% são importados, e sugere a ampliação da produção nacional dos insumos para atender o mercado interno, com auxílio do Estado.

O uso de defensivos agrícolas, também conhecidos como agrotóxicos, são regulamentados pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (BRASIL, 1989). No entanto, o

¹⁴¹ Ver: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019>

projeto de lei (PL) 6.299/2002 representa alinhamento com a demanda posta no documento da CNA de alteração dos marcos regulatórios, ao propor flexibilização das regras para fiscalização e aplicação dos agrotóxicos (REVISTA GLOBO RURAL, 2018). De acordo com a CNA (2014, p. 35), “no Brasil, a oferta de defensivos está limitada por um processo moroso de aprovação e licenciamento, muitas vezes influenciado por posições ideológicas”. Além disso, conforme apresentado no documento,

a inovação empresarial depende do posicionamento do Poder Público para melhorar o ambiente regulatório. O procedimento para aprovação de um produto deve ser objetivo, transparente e simplificado, pois a morosidade na aprovação de um produto tem desestimulado os empreendedores” (CNA, 2014, p. 36).

O Estado é demandado, então, para alteração de legislações que garantam rapidez na aprovação de produtos desenvolvidos pela iniciativa privada, inclusive produtos que podem trazer danos severos à saúde dos trabalhadores do campo e da população consumidora como um todo. Com vistas à efetivação de seus interesses, buscam deslegitimar os argumentos contrários ao uso dos agrotóxicos como “posições ideológicas” sem embasamento científico.

Já no item sobre infraestrutura, a infraestrutura de transporte é indicada como “um dos maiores gargalos ao desenvolvimento nacional” (CNA, 2014, p. 17), incluindo os portos e sua importância para o comércio exterior. O documento critica a centralidade do modelo rodoviário, em detrimento do ferroviário e hidroviário, exaltando as qualidades destes modais como propulsores da economia para segmentos comerciais, do agronegócio, da indústria e dos próprios usuários de transporte coletivo. Todavia, tece elogios ao governo nesse quesito, por tomar medidas como ampliação da participação da iniciativa privada e reformulação dos modelos de concessão de rodovias e ferrovias. Nesse sentido, os governos petistas de Lula e Dilma, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), consolidaram uma série de concessões e parcerias com empresas dos ramos da construção e agronegócio, atendendo às demandas de diversas frações do capital, ainda que a centralidade no modal rodoviário tenha sido mantida. Com relação aos processos de concessões, Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 203) ressaltam que “não são contempladas no PAC mudanças efetivamente estruturantes, como a redução do abuso de poder econômico por parte de empresas privadas concessionárias de serviços públicos de utilidade pública”.

O documento chama atenção, ainda, para a necessidade de medidas do governo para ampliar a navegação interior, utilizando o potencial dos rios, bem como para diminuir fretes relacionados à cabotagem. São ressaltados os privilégios às empresas estrangeiras que recebem

benefícios fiscais por estarem enquadradas em atividades de exportação, enquanto tais benefícios não são concedidos às empresas de navegação nacional¹⁴². Conforme o documento (CNA, 2014, p. 20), “a reformulação do sistema normativo da navegação de cabotagem, garantindo tratamento isonômico com a navegação de longo curso inclusive no que concerne à contratação de mão de obra e às desonerações, é uma importante demanda do setor agropecuário”.

Destaca-se o interesse sobre as desonerações, que aparece também nas demandas referentes aos portos, quando o documento afirma ser “necessário acelerar as licitações de áreas e instalações em portos públicos e estabelecer *política tributária permanente de desoneração* dos investimentos em TUPs [Terminais de Uso Privado] e serviços auxiliares” (CNA, 2014, p. 19, grifo nosso).

Ainda com relação à infraestrutura, a CNA (2014, p. 22) indica a necessidade de autonomia financeira para as agências reguladoras, que garanta “blindagem quanto aos contingenciamentos”; privatização da gestão de estoques e armazenagem; e dispensa de licitação para os “portos secos” nas áreas de fronteira, proposta presente no PL do Senado nº 374/2011, com objetivo de estabelecer modelo menos burocrático para o escoamento da produção agropecuária. São realizadas, por fim, uma série de sugestões bastante concretas de obras de infraestrutura e logística, sempre remetidas ao trânsito dos produtos agropecuários, a exemplo da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, “que dará novo impulso para o desenvolvimento dos estados de Mato Grosso, Rondônia e o sul dos estados do Pará e Amazonas, principalmente para a produção de grãos, açúcar, álcool e carne” (CNA, 2014, p. 30).

O item do documento sobre tecnologia traz indicações sobre ampliação de recursos para pesquisa e inovação tecnológica e empresarial, com intuito de “incrementar a concorrência”, posto que o “mercado de insumos é muito concentrado”¹⁴³ (CNA, 2014, p. 36). Nesse viés, também é demandada maior interação entre universidades públicas e o setor privado, inclusive com a “ampliação da rede de laboratórios credenciados por meio de parcerias com as universidades” (CNA, 2014, p. 41). Destaca-se aqui a demanda do capital não somente por investimentos diretos do Estado, mas a produção de ciência e tecnologia advinda das universidades e institutos públicos de pesquisa e apropriada pelas empresas como forma de

¹⁴² Trechos como esse trazem a tona o debate sobre os possíveis pontos de enfrentamento entre capital nacional e capital estrangeiro, que embora muitas vezes associados, em algumas situações podem disputar porções do fundo público.

¹⁴³ A concentração de terras, contudo, não é contestada.

umentar a lucratividade. De acordo com Theotonio dos Santos (1983), essa é uma característica central do capitalismo monopolista de Estado, e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento implicam em riscos e custos que as empresas não querem assumir, restando ao Estado arcar com essa tarefa.

No que se refere ao comércio internacional, a CNA indica necessidade de investimentos para alavancar as exportações, bem como redução de barreiras tarifárias. São apresentadas críticas ao Mercosul, em decorrência de divergências internas no bloco e por restringir acordos com outros países e blocos. Aponta o caso dos Estados Unidos e suas parcerias Transpácífica e Transatlântica como exemplo a ser seguido pelo Brasil, com objetivo de retomar o crescimento a partir do maior acesso aos mercados internacionais, especialmente em negociações bilaterais com China, EUA e Índia. Além disso, a CNA menciona que existem barreiras técnicas, não tarifárias, prejudiciais ao comércio agropecuário internacional, como por exemplo licenciamento para importações, burocracia alfandegária e medidas sanitárias e fitossanitárias. De acordo com o documento (CNA, 2014, p. 39), “divergências sobre a segurança de alimentos transgênicos restringem, por exemplo, o acesso da soja brasileira geneticamente modificada à União Europeia. O comércio de carnes também é dificultado por restrições sanitárias que, frequentemente, ocultam medidas protecionistas”.

Este trecho merece atenção especial, pois associado ao debate sobre a utilização de agrotóxicos, os produtos transgênicos não são aceitos em todos os locais, em função da imprecisão ao mensurar seus efeitos a longo prazo. No entanto, o mercado interno brasileiro absorve livremente tais produtos, posto que a legislação no Brasil é mais permissiva do que na maioria dos países com quem estabelece relações comerciais. O argumento de que as restrições sanitárias ocultam medidas protecionistas também coloca em pauta o debate sobre *soberania* e evidenciam a condição subordinada das economias dependentes. Países como Alemanha e EUA se utilizaram de políticas econômicas protecionistas para a consolidação da indústria e do desenvolvimento capitalista, mas hoje recomendam medidas de liberalização comercial para os países periféricos (CHANG, 2004). No outro lado da equação, os Estados dependentes de fato ampliam mercados e diminuem restrições “técnicas” para a livre acumulação de capital, correspondendo às recomendações dos organismos multilaterais e inclusive indo além delas, com liberação de produtos e insumos proibidos especialmente nos países centrais. Nessa linha, Teixeira (2013, p. 20) reitera que o governo FHC “procedeu à reclassificação dos produtos agrotóxicos no Brasil, com a redução aleatória, ditada pelas empresas, dos níveis de toxicidade

de venenos, em muitos casos, com utilização proibida em vários países do mundo”, o que “se mantém até os dias presentes”.

Com relação à defesa agropecuária, o documento (CNA, 2014, 40) afirma que “a produção agropecuária é fundamental para a segurança alimentar da população e, portanto, precisa ser protegida contra pragas e doenças”. E destaca, ainda, que as ações nessa direção “devem ser constantes, sob coordenação e execução do Estado e com participação de todos os elos das cadeias produtiva”. Essa afirmação remete ao compartilhamento de custos e prejuízos, mas jamais dos lucros. Da mesma forma, a discussão sobre segurança alimentar está bastante distante da perspectiva do latifúndio e dos interesses sobre o comércio internacional e a produção agropecuária voltada à exportação.

Em sequência, a seção sobre relações de trabalho apresenta reclamações acerca do custo da mão de obra¹⁴⁴ e das exigências do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que asseguram normas e condições para a contratação de trabalhadores no campo. Conforme mencionado, “leis e regulamentos, cujo objetivo seria o de proteger os trabalhadores, acabam por penalizá-los” (CNA, 2014, p. 43). O que está dito, é que os produtores rurais têm dificuldade em contratar trabalhadores em acordo com a legislação, e por isso optam pela mecanização ou simplesmente não contratam pela via formal, retirando dessa parcela da população a possibilidade de acessar direitos trabalhistas e previdenciários.

Estão citadas no documento algumas normas, com destaque para a Norma Regulamentadora (NR) 31 do MTE, que trata da saúde e segurança do trabalho no campo e, segundo o documento, apresenta um nível de exigência inexecutável. Questões como proibição de transporte de empregados em pé, obrigatoriedade de disponibilizar banheiro, e cuidados para exposição dos trabalhadores ao calor são questionadas e apontadas como inexecutáveis, do ponto de vista do produtor rural, que fica “vulnerável perante a lei e a fiscalização” (CNA, 2014, p. 43).

Outros elementos como mobilidade do ponto eletrônico, não integração do tempo de deslocamento na jornada de trabalho, eliminação da indenização do contrato de safra em razão do pagamento de FGTS e flexibilização da legislação que obriga contratação de pessoas com deficiências são demandas postas pela CNA no quesito relações de trabalho. Ademais, merecem

¹⁴⁴ O termo “mão de obra” não se enquadra na perspectiva teórica a que nos vinculamos. Considera-se que a categoria “força de trabalho” imprime melhor sentido à relação entre o trabalhador e o que ele tem a oferecer para o capitalista: a venda de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 242). No entanto, para manter fidelidade ao que os documentos analisados expressam, será utilizado o termo “mão de obra” em todas as vezes que referimo-nos a eles. Para um maior aprofundamento sobre a categoria força de trabalho, vide capítulo 4 d’O Capital, de Marx (2013).

especial atenção as propostas de regulamentação da terceirização e de alteração da Lei nº 10.803/2003, a qual tipifica a condição de trabalho análogo ao escravo.

No momento em que o documento foi publicado, em 2014, a terceirização não era regulamentada, e “o parâmetro normativo utilizado para o tema é a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que veda a terceirização de atividades fim, entre as quais o plantio e a colheita” (CNA, 2014, p. 45). No entanto, é indicada a perda da produtividade do setor rural em razão de tal proibição, pois “é economicamente inviável exigir que um pequeno agricultor compre um avião para aplicar insumos na plantação, ou mesmo que compre uma colheitadeira para usá-la duas vezes por ano” (CNA, 2014, p. 45).

Conforme tratado no capítulo 2, logo após o golpe uma das primeiras medidas do governo Temer foi a aprovação da terceirização, em resposta a uma demanda da burguesia como um todo, bem como da fração agrária em específico, como é possível visualizar em suas publicações. Algumas das principais consequências da Lei nº 13.429/2017 é a flexibilização e redução de custos para os empregadores, no que se refere a direitos trabalhistas, na medida em que fica permitida, tal qual demandado no documento (CNA, 2014), a terceirização de atividades-fim.

Já com relação ao trabalho escravo, o documento afirma que a Lei nº 10.803/2003 criou um conceito impreciso sobre o que é a condição de trabalho análogo ao escravo, “em razão da excessiva subjetividade dos termos ‘jornada exaustiva’ e ‘trabalho degradante’” (CNA, 2014, p. 45). Indica, em seguida, a necessidade de revogação da Instrução Normativa 91/2011 do MTE, que normatiza a fiscalização, para “evitar que meras irregularidades trabalhistas sejam confundidas com a prática do trabalho escravo” (CNA, 2014, p. 46). A CNA defende a regulamentação deste crime de forma mais objetiva e precisa, excluindo os termos jornada exaustiva e condições degradantes, conforme a proposta apresentada no PLS 432/2013¹⁴⁵.

Essa demanda é especialmente relevante para o agronegócio, na medida em que grande parte das denúncias de trabalho em condição análoga à de escravo são provenientes das áreas rurais, e muitas das ações de enfrentamento e fiscalização são dirigidas às práticas de parcela dos empregadores rurais (MTE, 2011). De acordo com publicação do Ministério do Trabalho e Emprego (2011, p. 8), “em 1995 o Governo Brasileiro reconheceu oficialmente a existência de trabalho em condição análoga à de escravo no país e começou a tomar medidas para erradicá-lo. Em relação à inspeção do trabalho, isso se concretizou com a criação no mesmo ano do

¹⁴⁵ Dentre as providências do PLS 432/2013, estão a definição de trabalho escravo e o estabelecimento de que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo. O projeto foi arquivado em 2018 (SENADO, 2020).

Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM”, vinculado ao MTE. Assim, com objetivo de uniformizar a atuação dos auditores-fiscais na fiscalização do trabalho análogo ao escravo, foi aprovada a Instrução Normativa 91/2011 do MTE, citada e combatida no documento da CNA.

É surpreendente o caráter absurdo de amenização dos vínculos de trabalho aquém de padrões civilizatórios mínimos explicitado pela entidade. Mas ainda mais revelador foi o atendimento dessa demanda por parte do governo Temer, que ignorando e passando por cima do GEFM e da atuação da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae)¹⁴⁶, publica em outubro de 2017 a portaria 1.129/17. A portaria estabelecia novas regras para a caracterização de trabalho análogo ao escravo e para o cadastro de empregadores que submetem trabalhadores a tal condição, retirando a jornada exaustiva e condição degradante da tipificação; apenas a privação do direito de ir e vir caracterizaria trabalho análogo ao escravo, compreensão distinta daquela pautada pelo MTE e no Código Penal¹⁴⁷. Por sua natureza extremamente violenta, foi combatida por diversos movimentos sociais e inclusive pelo STF, sendo revogada por Temer com a publicação da portaria 1.293/17, de dezembro do mesmo ano. O novo texto retomava as recomendações e definições do MTE:

qualquer trabalho que não reúna as mínimas condições necessárias para garantir os direitos do trabalhador, ou seja, cerceie sua liberdade, avilte a sua dignidade, sujeite-o a condições degradantes, inclusive em relação ao meio ambiente de trabalho, há que ser considerado trabalho em condição análoga à de escravo. A degradação mencionada vai desde o constrangimento físico e/ou moral a que é submetido o trabalhador – seja na deturpação das formas de contratação e do consentimento do trabalhador ao celebrar o vínculo, seja na impossibilidade desse trabalhador de extinguir o vínculo conforme sua vontade, no momento e pelas razões que entender apropriadas – até as péssimas condições de trabalho e de remuneração: alojamentos sem condições de habitação, falta de instalações sanitárias e de água potável, falta de fornecimento gratuito de equipamentos de proteção individual e de boas condições de saúde, higiene e segurança no trabalho; jornadas exaustivas; remuneração irregular, promoção do endividamento pela venda de mercadorias aos trabalhadores (MTE, 2011, p. 12).

¹⁴⁶ Detrae era o órgão responsável pela organização e divulgação da lista de empregadores autuados por submeterem os trabalhadores às condições de trabalho análogo ao escravo. Com a portaria 1.129/17, a chamada lista suja passaria à responsabilidade do Ministério do Trabalho, e deveria ser divulgada apenas duas vezes ao ano (MIGALHAS, 2017).

¹⁴⁷ “À luz do artigo 149, do Código Penal, verifica-se que, de forma simplificada, o trabalho em condição análoga à de escravo é tipificado penalmente diante de quatro condutas específicas: a) sujeição da vítima a trabalhos forçados; b) sujeição da vítima a jornada exaustiva; c) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; d) restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (MTE, 2011, p. 12).

A seção sobre segurança jurídica trata essencialmente da propriedade da terra, pois, de acordo com o documento, os investimentos dependem da previsibilidade das leis oferecida pelo governo.

Esta questão ganha especial importância no atual cenário da agropecuária brasileira. Não bastassem os riscos inerentes ao setor, com as oscilações de mercado, as intempéries naturais e as deficiências de infraestrutura entre outros problemas, há um grave quadro de insegurança jurídica que ameaça os pressupostos básicos da atividade rural, notadamente o direito de propriedade. [...] Apesar de seu extraordinário desempenho e importância para a economia, o setor rural é a principal vítima deste cenário de insegurança jurídica, em razão de questões que são predominantemente políticas ou ideológicas. [...] Para reverter este quadro desfavorável, o agronegócio brasileiro precisa de segurança nas leis e de paz. (CNA, 2014, p. 51).

O principal entrave apontado pelo documento é a demarcação de terras indígenas, que, segundo a CNA, deveria ser transitória conforme texto da Constituição de 1988. Sob esse argumento, afirma que “faz-se urgente e definitivo cessar as ações demarcatórias”¹⁴⁸ (2014, p. 51). São realizadas críticas às ONGs que trabalham com a temática, bem como à concentração do poder de decisão sobre a demarcação de terras na Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com a CNA (2014, p. 52), “ficam confinadas no mesmo órgão as funções de identificar uma terra indígena, defender os interesses dos índios e julgar os recursos e as impugnações dos proprietários”, com adoção de “procedimentos tendenciosos, de caráter político, sem o devido amparo na legislação, o que leva ao desrespeito frequente dos direitos estabelecidos de terceiros”.

Assim, fica evidente que os “terceiros” mencionados são os proprietários de terras, prioridade na defesa da CNA. O documento ainda afirma que os agricultores que conquistaram o direito à terra por meio da intervenção do Incra acabam recorrentemente expulsos de seus lotes por conta da demarcação de terras indígenas. Nota-se um impulso na direção de criar disputas entre os trabalhadores do campo e os indígenas, que sirvam ao objetivo de resguardar os latifúndios, posto que os próprios movimentos pela terra sofrem diversos ataques por parte dos grandes proprietários rurais. Todavia, é interessante observar a centralidade da crítica à demarcação das terras indígenas no documento, o que parece demonstrar efetividade das ações da Funai no último período, que acabou por afetar a grande propriedade, até com maior relevância do que os movimentos pela terra. Sob a mesma lógica, são criticadas as titulações de terras remanescentes de quilombos.

¹⁴⁸ Bolsonaro, por sua vez, se pronunciou a favor do fim da demarcação de terras indígenas (EL PAÍS, 2020).

O documento traz ainda a falta de clareza na criação de unidades de conservação, o que também é apontado como insegurança jurídica, e menciona a necessidade de maior rapidez na regularização das terras na Amazônia, repassando essa responsabilidade para o âmbito estadual, inclusive por meio da transferência das áreas da União para os estados da Amazônia Legal. Logo, a questão ambiental encontra-se atravessada exclusivamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais.

Vale ressaltar o item do documento acerca da “invasão de terras”, que afirma ser “preciso estabelecer, com urgência, que a invasão é e sempre será um ato ilegal. Invasões, como mecanismos de pressão dos ditos movimentos sociais sobre o governo, para realizar a reforma agrária, são atos ilegais e não reivindicatórios” (CNA, 2014, p. 54). É indicada “exemplar punição” aos responsáveis, bem como agilidade no “cumprimento das ordens judiciais voltadas à reintegração e manutenção de posse”. E como proposta ao governo, o documento aponta para aplicação da Lei Agrária, que coíba “invasões às propriedades privadas”.

No último item sobre segurança jurídica, o documento trata da aquisição de terras por estrangeiros, defendendo a diminuição de “restrições nocivas ao agronegócio”, especialmente aquelas incluídas na Lei nº 5.709/1971, que equiparam empresas brasileiras com capital estrangeiro às estrangeiras. Dessa forma, a CNA (2014, p. 57) indica a “edição de um novo marco regulatório para viabilizar as atividades de empresas brasileiras de capital estrangeiro que já operam, ou venham a operar, em território brasileiro”, explicitando o interesse pela perpetuação da dependência.

Em seguida, na seção sobre meio ambiente, o documento traz diversas críticas ao “fundamentalismo ambiental”, que alimenta “preconceitos contra o agronegócio”. De acordo com a CNA (2014, p. 59), certos grupos “se valem do pretexto da defesa do meio ambiente para, na verdade, questionar o modo de vida existente no país”. Afirma, ainda, que para os produtores rurais não há oposição entre produção agrícola e conservação da natureza, pois suas atividades são afetadas pelas mudanças ambientais. É interessante, contudo, observar que a burguesia atua na direção de seus interesses econômicos imediatos (IANNI, 1989), e se utiliza da terra e da força de trabalho de maneira descartável, podendo trocar locais e trabalhadores após seu esgotamento, mediante demissão e aquisição de novas propriedades ainda não desgastadas. Por essa razão, diversos movimentos chamam atenção para a implementação de técnicas de cultivo agroecológicas, com diversificação das culturas, o que vai de encontro à monocultura majoritariamente estabelecida nos grandes latifúndios.

O documento elogia o novo Código Florestal, por evitar o “sectarismo do ativismo ambiental”. Pautado na Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, promulgada pela então presidente Dilma Rousseff, o novo Código gerou resistência por parte dos movimentos ambientalistas. Em entrevista ao portal Rede Brasil Atual (2019), a ecóloga e coordenadora adjunta do Instituto Socioambiental (ISA) Nurit Bensusan, afirma que as mudanças na lei reduzem a proteção ambiental, e que “são essas áreas naturais que garantem a sustentabilidade da agricultura a longo prazo. Infelizmente, parece que os defensores da nova lei pensam só a curto prazo”. Tal afirmação remete ao mencionado anteriormente, sobre a preocupação dos ruralistas com seus interesses imediatos.

Ainda que essa e outras alterações tenham sido realizadas pelo Estado, no que se refere ao meio ambiente, a CNA (2014, p. 59) aponta para maior flexibilização e descentralização das decisões¹⁴⁹ em temas que “exigem posturas claras do governo”, como licenciamento ambiental de atividades agropecuárias e florestais, o zoneamento ambiental, o uso dos recursos hídricos, o acesso aos recursos genéticos e as questões relativas às mudanças climáticas.

É especialmente relevante a demanda acerca do licenciamento ambiental, e a suposta “ineficiência dos órgãos ambientais em processar os pedidos de licenciamento dentro de prazos razoáveis [...], deixando os produtores rurais na ilegalidade” (CNA, 2014, p. 60). Como consequência, o documento indica a “implementação de um ordenamento legal para o licenciamento ambiental rural, substituindo o modelo individual por exigências de Boas Práticas Agropecuárias”, ou seja, “cabe aos produtores cumprir toda a legislação ambiental referente ao uso e conservação dos recursos hídricos, ao solo, ar e resíduos, aplicando-se sanções administrativas em caso eventual de descumprimento” (CNA, 2014, p. 60). Com isso, todos os licenciamentos seriam concedidos a priori, com eventuais punições a posteriori, quando houvesse fiscalização. Se os órgãos estatais responsáveis muitas vezes não têm recursos financeiros e humanos para conceder as licenças em “prazo razoável” para os produtores rurais, é difícil imaginar que tais recursos serão disponibilizados para as ações de fiscalização. A suposta agilidade esconde a necessidade de expansão irrestrita das atividades agropecuárias, sem a devida responsabilidade com a preservação do meio ambiente.

¹⁴⁹ O documento critica o Ministério do Meio Ambiente (MMA) por ser capturado por organizações ambientalistas “refratárias ao diálogo”, e defende, portanto, um novo sistema de gestão ambiental compartilhado por outros ministérios: “As questões ambientais não podem ser consideradas isoladamente, nem os órgãos ambientais devem ter sempre última palavra em relação a tais assuntos. Quando há interesses concorrentes, o racional é fazer um balanço ponderado para verificar aquilo que deve prevalecer. O setor rural entende que o MAPA, bem como os demais ministérios e agências encarregadas de áreas como transportes, energia, tecnologia e inovação, devem integrar os processos decisórios nas questões de meio ambiente” (CNA, 2014, p. 59).

A última seção do documento trata da educação e assistência técnica, e incentiva a criação de mecanismos para disseminação do conhecimento no campo. O Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) é exaltado como uma iniciativa importante do setor rural nesse campo.

3.1.2 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) publicou, em 2010, um relevante documento explicitando as principais demandas defendidas pelo setor terciário da economia. Acoplado aos pleitos corporativos, está presente o discurso sobre desenvolvimento do país, caracterizando a busca por apresentar seus interesses particulares como universais. A CNC (2010, p. 9) exalta as vitórias obtidas no período anterior, e elogia as ações do governo que estavam em curso. Contudo, aponta para a necessidade de continuação e ampliação do atendimento às proposições do setor. Já em documentos posteriores, são priorizadas a terceirização e a reforma da previdência, em alguns momentos com críticas ao governo Dilma e apoio ao “novo governo” de Temer (CNC, 2016).

Está presente a reclamação sobre a estrutura do sistema tributário e elevada carga tributária, cerca de 35% do PIB (CNC, 2010, p.11). O documento chega a comparar com a carga tributária dos países da Escandinávia, que “é da ordem dos 50% do PIB, mas os serviços públicos são de altíssima qualidade”. Essa afirmação demonstra a contradição do argumento, pois se a arrecadação não corresponde aos gastos com os serviços públicos, o problema não está na tributação, e sim na política de ajuste e restrição fiscal. Entre as demandas explicitadas, chamam atenção a “desoneração do investimento produtivo e das exportações”, “a extinção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), incorporando-a ao Imposto de Renda”, além da “redução do peso dos impostos com o corte do gasto público (quadros de pessoal, subsídio de juros, *deficit* da Previdência, etc.)” (CNC, 2010, p. 14). Ou seja, ao passo em que querem reduzir a carga tributária, também querem a redução do gasto público com efetivação dos serviços, ficando bastante evidente o ganho para o capital e o prejuízo para a população trabalhadora usuária dos serviços públicos.

Com relação à política fiscal, a grande preocupação do setor está alicerçada nas dívidas das empresas com a União. Naquele momento, o Governo Federal havia proposto uma série de projetos de lei com medidas como penhora administrativa dos bens dos contribuintes devedores, criação de um Sistema Nacional de Informações Patrimoniais dos Contribuintes (SNIPC), o qual seria, de acordo com o documento (CNC, 2010, p. 18), uma forma de agredir a

Constituição, “ao permitir a violação da intimidade, da vida privada e do sigilo de dados”. O sigilo de dados interessa às empresas, ao passo em que prejudica pesquisas e geração de informações sobre a riqueza produzida e acumulada. É interessante observar que tais demandas sejam centrais para a CNC, pois demonstra um possível endividamento de sua base, empresas que se encontravam endividadas e queriam medidas menos punitivas e mais indulgentes por parte do Estado. Soma-se a isso a exigência do aumento do superávit primário e a redução dos *gastos com custeio* para “continuar reduzindo as taxas de juros elevadas”. Segundo essa lógica, a demonstração do esforço fiscal do governo para pagamento dos juros da dívida pode reduzir as taxas de juros internamente, o que beneficiaria as empresas da fração comercial.

A seção sobre política monetária é especialmente interessante, pois remete a aspectos da conjuntura daquele ano, 2010, antecipando questões que depois viriam a aparecer durante os governos de Dilma Rousseff. Para a CNC (2010, p. 35), o cenário para o comércio estava muito favorável, com “oferta de crédito em expansão, crescimento da massa salarial e inflação sob controle”. Ainda assim, afirma que para manter a economia estável, o governo teria “delicadas tarefas, com ajuste da política monetária, e especial na redução da taxa de juros. O documento chega a afirmar que o rendimento de dividendos para os investidores, principalmente o capital estrangeiro atraído pelos juros altos, acaba por causar danos às contas públicas no médio prazo. Também critica a diferença entre a taxa Selic – 10,75% ao ano, em contraponto e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)¹⁵⁰ utilizada pelos financiamentos do BNDES, fixada em 6%. A segunda questão abordada nesta seção é a postura do governo em relação às “elevadas despesas primárias (gastos de custeio e de capital da administração federal que resultam da implementação de políticas públicas)” (CNC, 2010, p. 36).

A política cambial e comércio exterior são tratados no documento a partir da identificação de dois problemas: déficit público e a supervalorização do real em relação ao dólar (CNC, 2010). De acordo com o exposto, a política cambial deve almejar a desvalorização da moeda, com vistas a fortalecer tanto a indústria nacional como os exportadores. Segundo essa lógica, a importação desestimula a produção interna e a geração de empregos reduzindo também o consumo, o que gera consequências para o comércio como um todo. Destaca-se que naquele momento, em 2010, a cotação do real em relação ao dólar era R\$ 1,65 e a conjuntura era de

¹⁵⁰ Destaca-se que em 2018, durante o governo Temer, a TJLP foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP), cuja forma de cálculo aumenta os juros no longo prazo (BNDES, 2020; VALOR ECONÔMICO, 2017). Essa medida reduziu a diferença entre as taxas de juros estipulada pela Selic e a utilizada pelo BNDES, atendendo à demanda explicitada.

crescimento econômico, com peso destacado da China como “locomotiva da economia internacional” em razão da demanda por importações (CNC, 2010, p. 42).

No curto prazo, a valorização do real é boa para o comércio, particularmente para a rede varejista que trabalha com compra e venda de artigos importados. As compras no mercado internacional ficam mais baratas, e a importação de bens de capital (máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo) é estimulada. No longo prazo, contudo, a desvalorização do dólar por muito tempo implicará a redução do nível de emprego: as empresas que dependem da mão de obra na exportação para fazer receita terão menos incentivo para continuar contratando. Se no exterior estiver mais barato, será melhor comprar lá fora do que produzir internamente. E com isso não haverá o incentivo ao emprego formal que existe hoje. Assim, o emprego, um dos pilares do crescimento do consumo, será corroído. Haverá, ainda, enorme prejuízo para os exportadores, porque, como os preços de suas mercadorias são balizados na moeda estrangeira, deixam de ser competitivos (CNC, 2010, p. 40).

Como principais reivindicações nesse campo, então, a CNC (2010) propõe que o governo evite a inflação com a desvalorização cambial e sem elevação dos juros. Em documento posterior publicado pela Divisão Econômica da CNC (FERREIRA, 2018, p. 2), o tema do comércio exterior ganha centralidade, a partir da ideia de que “é necessário exportar mais para importar também mais, principalmente tecnologia. É dessa forma que o comércio exterior aumenta a contribuição para o crescimento de uma economia”.

Já no que se refere à infraestrutura, o documento exalta o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como motor do maior volume de investimentos em obras desde a década de 1970. No entanto, critica a capacidade gerencial das administrações públicas para grandes obras como hidrelétricas e refinarias. Com relação aos transportes, a CNC demanda mais investimentos para ferrovias e hidrovias, além do transporte rodoviário que recebe a maior parte dos recursos. Outras questões abordadas pela CNC (2010, p. 55) são a ampliação das Parcerias Público-Privadas (PPP's); “objetividade da avaliação dos impactos ambientais” na concessão dos licenciamentos, em especial contra a “obstrução sistemática do Ibama”; importação de equipamentos por parte do governo, utilizando-se das reservas cambiais acumuladas; e criação de marcos regulatórios capazes de dar “garantias” ao setor privado que quer investir.

A proposta de reforma da previdência parte de uma compreensão incorreta de Seguridade Social, dentro da qual se insere a política de previdência, juntamente com assistência social e saúde (BRASIL, 1988). O documento aponta necessidade de reformar o Sistema Nacional de Previdência Social, o qual, de acordo com a CNC (2010, p. 23), é “fundamentado em três bases: assistencial (compreende a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e a aposentadoria rural), o Regime Próprio da Previdência (dos servidores públicos) e o

Regime Geral da Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”. Na própria página do INSS é possível obter as informações corretas, com destaque a seguir.

Na década de 70, inovações importantes aconteceram na legislação previdenciária, disciplinadas por vários diplomas legais, surgindo a necessidade de unificação, que de fato ocorreu com a CLPS (Consolidação das Leis da Previdência Social) em 24/01/1976, por meio do Decreto nº 77.077. No ano seguinte, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS. Com a Constituição de 1988, foi criado o conceito de Seguridade Social composto pelas áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social (INSS, 2019, online).

Outros argumentos utilizados são aumento da expectativa de vida e a existência do regime próprio para servidores públicos, além de privilégios a determinados grupos como entidades filantrópicas, clubes de futebol e aposentadorias especiais. A solução proposta é a substituição do atual modelo por um “sistema básico de capitalização”, em separação das contas da previdência urbana da rural. De acordo com o documento, no curto prazo, “a previdência urbana tem de ser sustentada pelas contribuições de empregados e empregadores, enquanto a previdência rural terá de ser custeada por verbas orçamentárias, integradas às despesas relativas à assistência social, via Tesouro Nacional” (CNC, 2010, p. 26).

Já as medidas de longo prazo que se destacam para “assegurar a sustentabilidade do sistema” são: equiparação entre condições estabelecidas para homens e mulheres e trabalhadores urbanos e rurais; mesmo teto e idade mínima para serviço público e setor privado, com instituição de fundo de pensão para complementação da aposentadoria, além dos já citados fundos de capitalização.

Em documento posterior – carta aberta do presidente da CNC publicada em 2016 – são apresentadas três grandes áreas que impõem reformas urgentes para corrigir a crise econômica: tributária, trabalhista e previdenciária, mantendo as demandas explicitadas em 2010. Já em documento de 2018, o foco está na reforma da previdência, desta vez mais taxativa e detalhada, mas abdicando da substituição do modelo atual por outro de capitalização.

Com relação a reforma trabalhista, a CNC (2010, p. 29) afirma que as regras são complexas, pulverizadas, engessadas e obsoletas, “provocando insegurança jurídica e dificuldades na gestão empresarial”. O documento critica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição de 1988, por multiplicar os benefícios assistenciais para proteger o trabalhador. Conforme indicado, o ideal é que haja flexibilidade para negociar situações particulares e “liberdade para discutir grandes temas que impliquem mudanças constitucionais”

(CNC, 2010, p 31). Ademais, tem destaque a demanda pela terceirização e um marco regulatório que amplie a possibilidade de terceirizar atividades-fim.

Nesse campo, a CNC (2015) chegou a publicar um documento exclusivo sobre a terceirização, apresentando tentativas de convencimento sobre os seus “benefícios”. De acordo com a CNC (2015, p. 7), “é estranho que no Brasil haja tanta polêmica a respeito da terceirização, que nada mais é do que uma mera divisão do trabalho para atender melhor à sociedade, aos clientes, aos consumidores”. O documento afirma que a terceirização manteria todas as proteções da CLT. No entanto, não por acaso a flexibilização da CLT foi aprovada com poucos meses de distância da aprovação da terceirização, posto que ambas estão imbricadas, e visam reduzir custos.

Outras demandas pautadas no documento referem-se a desoneração e desburocratização dos custos empregatícios, incentivo de meios extrajudiciais para solução de conflitos trabalhistas, rejeição da PEC 231, que propunha redução de jornada de 44 para 40 horas e não ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que visa impedir demissões sem justa causa.

A seção sobre educação se inicia com elogios ao Plano Nacional de Educação, e a meta por ele apresentada de aumentar de 4% para 7% do PIB os recursos públicos para a educação em 2011, com a meta de atingir 10% em 2014. Dentre as questões tratadas pelo documento, destacam-se garantia de educação básica, ampliação do ensino profissionalizante, do ensino a distância para formação de professores e parcerias entre governo e iniciativa privada. A CNC, juntamente com o Sesc e o Senac, compõe o Sistema Comércio, responsável por uma série de iniciativas em especial no campo da formação profissional técnica. Como exemplo, é citada Escola Sesc de Ensino Médio, escola-residência pautada na formação integral.

Já em notas e notícias disponíveis no portal da CNC, entre 2013 e 2016 são destacados o Pronatec e as ações educacionais do Senac. Além disso, a CNC (2019, online) afirma que

A preocupação com a qualidade do ensino formal e profissional sempre esteve entre as ações das instituições que representam o setor terciário, da mesma forma que se entende que o lazer e a cultura fazem parte do amadurecimento da cidadania. Temas como a capacitação de jovens e adultos para a melhoria da qualidade da força de trabalho nacional, a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Ensino à Distância (EAD), o ensino infantil, programas de incentivo cultural, esporte, integração social da terceira idade, turismo social e lazer são pautas cuja participação nos debates é esse essencial e de interesse direto dos Sistemas do comércio.

Acerca da saúde, a CNC defende a participação do Estado tanto como indutor do crescimento da economia, quanto como “articulador das estruturas sociais”, dentre elas a saúde. O documento (CNC, 2010, p. 63) resgata as Metas do Milênio estipuladas pela ONU que dizem respeito a essa área: “reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; e combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, entre as quais a tuberculose”. Nesse sentido, a entidade se insere em ações que fortalecem os programas do Ministério da Saúde relacionados às metas mencionadas. Curiosamente, são tecidos diversos elogios ao Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive com reivindicação de mais recursos para o seu fortalecimento. No entanto, segundo o documento, “é preciso regulamentar a Emenda 29¹⁵¹, que determina como e quanto o poder público (União, estados e municípios) deve investir em saúde” (CNC, 2010, p. 64).

Uma questão interessante abordada no documento é a clareza acerca da saúde como “parte integrante do desenvolvimento econômico do país” (CNC, 2010, p. 65). Esse ponto remete à discussão sobre o papel das políticas sociais não apenas na reprodução da classe trabalhadora, mas também para a reprodução do capital, como elementos constitutivos do Estado e da hegemonia.

Outras demandas ainda nesta seção referem-se a aumentar a cobertura de vacinas, fortalecer o programa Saúde da Família, melhorar as condições de saneamento, garantia da oferta gratuita de remédios, políticas de tributação diferenciadas para bens e serviços saudáveis e insalubres, e disseminação de informações por meio do Sistema Comércio, além de atendimento odontológico e nutricional por essa via.

No que se refere ao meio ambiente, são destacados o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente como linhas gerais, concretizadas por meio de iniciativas como o Ecos – Programa de Sustentabilidade CNC-SESC-Senac, e a Estância Ecológica SESC Pantanal, que inclui uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), com intuito de preservar a área, promover o ecoturismo e desenvolver estudos científicos e educação ambiental. Outros elementos são indicados, mas a ação mais concreta demandada pela CNC (2010, p. 73) é a “redução do excesso de burocracia para a concessão de licenciamento ambiental”, que acaba

¹⁵¹ De acordo com a página do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2019), a luta pela regulamentação da EC 29 “se dá por não haver definição do processo para depois de 2004, e o Art. 198 da Constituição Federal, em seu parágrafo 3º, define a criação da Lei Complementar, a ser reavaliada pelo menos a cada 5 (cinco) anos, estabelecendo os seguintes parâmetros: percentuais, normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal”.
CNS. Emenda Constitucional nº 29: um avanço significativo para o setor saúde. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2005/ec29.htm. Acesso em 10/10/19.

por confluir com as demandas da fração agrária da burguesia, e vai na contramão da proteção ao meio ambiente.

Encerrando este item sobre a política social na visão da fração comercial da burguesia, está a seção sobre segurança pública. Segundo o documento, o comércio e o funcionamento dos estabelecimentos comerciais são bastante afetados pelas condições de segurança pública, mas essa questão nem sempre é tratada com prioridade pelo poder público. Nos termos da CNC (2010, p. 75), “o único favorecido com esse quadro é o crime organizado, que há muito deixou de agir apenas nas comunidades carentes para espalhar seus tentáculos nas zonas nobres, sejam elas residenciais ou comerciais”.

São tecidos inúmeros elogios às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto implementado pelo governo do Rio de Janeiro e incentivado pelo governo federal, a partir da “filosofia de policiamento comunitário”, capaz de, segundo o documento, “enfrentar a criminalidade, particularmente o tráfico de drogas, e, paralelamente, devolver a cidadania à comunidade, na medida em que assegura o direito a todos de trabalhar, estudar e se divertir” (CNC, 2010, p. 76). Outras ações demandadas nesse campo são capacitação de policiais; estabelecimento de piso salarial subsidiado por um Fundo Constitucional de Segurança Pública; e mais recursos para capacitar policiais federais nas regiões de fronteira, evitando tráfico de drogas e armas, bem como do contrabando de mercadorias nessas áreas.

Por fim, a seção sobre burocracia não foi enquadrada como política econômica ou política social, pois não se trata de ações estatais em nenhuma das duas dimensões, mas da própria organização do aparelho do Estado. A principal questão levantada é o “impressionante número de normas às quais as empresas estão submetidas”, e o conseqüente gasto com pessoal, sistemas e equipamentos para aplicação e acompanhamento da legislação. De acordo com a CNC (2010, p. 45), “esse desvio de recursos humanos para exercer um papel meramente burocrático, quando poderia ser produtivo, é uma das faces negativas do excesso de normas que regula o mercado. É um entrave à operação das empresas e, conseqüentemente, um obstáculo ao crescimento do País”. O documento afirma, ainda, que o excesso de regras e a demora estimulam a corrupção, posto que tendem a ser realizados subornos para agilizar processos. Todavia, “os protestos e críticas dos empreendedores têm surtido efeito” (CNC, 2010, p. 47), a partir do exemplo citado de que o tempo médio para abrir uma empresa caiu de cinco meses para três semanas, entre 2006 e 2010. Segundo ressaltado, tal melhora se deve em parte à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, “que traça diretrizes nacionais para que os Estados e Municípios revejam seus processos de liberação de licenças para o funcionamento de uma

empresa” (CNC, 2010, p. 48). Nesse ponto, novamente ganha prioridade a demanda por acelerar licenças, bem como capacitar servidores públicos sobre temas como empreendedorismo e gestão empresarial. A busca por apresentar seus interesses com universais fica explícita quando o documento afirma que “é preciso desenvolver a visão de que o sucesso das empresas é também o do país e que a prioridade é a eficiência e o crescimento, e não o controle via burocracia” (CNC, 2010, p. 49).

Em documento posterior, já após o golpe, o presidente da entidade apresenta críticas ao governo deposto, assinalando três erros da política econômica no segundo mandato de Dilma que provocaram a queda das atividades econômicas e a recessão, culminando na “inevitável inflação corretiva”: “a expansão exagerada do crédito, o subsídio ao consumo e o controle de preços, principalmente de combustíveis e energia elétrica” (CNC, 2016). Ironicamente, anos antes quando a crise econômica ainda não havia detonado no Brasil, a mesma entidade (CNC, 2010, p. 35) elogiava o governo e o cenário favorável, com “oferta de crédito em expansão, crescimento da massa salarial e inflação sob controle”.

Já em 2018, após aprovação da contrarreforma trabalhista e da EC 95/2016, restou a demanda acerca da contrarreforma da previdência, com propostas de revisão do “regime próprio da previdência”, maior fonte de déficit previdenciário segundo o documento, e reforma tributária, incluindo desonerações.

A implementação da Reforma da Previdência Social pode e deve ser feita mediante medidas sistemáticas, sem dramaticidade: 1) igualar os sistemas públicos e privado (INSS); 2) fixar idade mínima para aposentadoria em 65 anos, com 30 anos de contribuições; 3) igualar as condições entre homens e mulheres; 4) extinguir todos os privilégios e exceções de políticos, funcionários públicos, professores, militares, escolas, associações religiosas e da assistência social (toda empresa que tenha em seu quadro empregados com direito a aposentadoria tem que contribuir para o sistema) e também revogar a lei que transferiu a contribuição previdenciária da folha de pagamentos para o faturamento; 5) manter rigorosamente os princípios da nova lei trabalhista (MP 13.467/2017); 6) promover uma reforma política que comece pela redução do número de Partidos (Lei da Barreira); 7) reduzir o número de Ministérios e Secretarias no serviço público e finalmente, 8) encetar um programa sério e eficaz de privatização das empresas públicas que estão, desnecessariamente, onerando o orçamento da União e consumindo recursos que poderiam estar sendo investidos em projetos essenciais no campo da educação, da saúde, da segurança pública e mesmo dos transportes e da energia (CNC, 2018, p. 1).

Assim, ao observar o conjunto dos documentos da entidade, não é possível notar grandes alterações no curso das demandas. Inclusive, nota-se que as demandas foram sendo atendidas ao longo do tempo, entre 2010 e 2018, e a quantidade de documentos, por sua vez, foi sendo

reduzida. Por meio da análise do que havia publicizado e disponível, infere-se que a CNC é a entidade mais vinculada às políticas sociais, tratando com mais atenção de aspectos referentes à saúde e educação, para além daqueles consensuais acerca das contrarreformas trabalhista e da previdência. Isso se conecta ao caráter da fração comercial e de serviços da burguesia, que tem vinculação imediata com a comercialização de serviços de saúde e educação privados, conforme tratado na seção 3.2, mais adiante.

3.1.3 Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

A hegemonia do capital financeiro coloca como central o papel das instituições bancárias no bloco no poder e o desvelamento das formas com estas impõem seus interesses ao Estado. Minella (2007) destaca que a enorme concentração faz com que um número reduzido de instituições financeiras passe a exercer maior influência sobre as decisões governamentais do que os demais segmentos empresariais. Isso explica porque tantos representantes dos grupos financeiros assumem cargos centrais relacionados à política econômica nos diversos governos. Minella (2003, p. 253) explicita as principais demandas desta fração: "trata-se da privatização dos bancos estatais, desenvolvida pela maioria dos países da América Latina, e de uma maior abertura à participação de instituições financeiras estrangeiras".

A Febraban publica relatórios anuais acerca das “demandas, desafios e expectativas dos representantes das instituições financeiras associadas” (FEBRABAN, 2016, p. 4), onde são debatidos temas como tecnologias, crédito, relação com clientes, relações trabalhistas, responsabilidade socioambiental¹⁵², dentre outros. Conforme Minella (2007), a Febraban é a entidade protagonista no delineamento das ações da fração bancário-financeira da burguesia¹⁵³. Os documentos analisados fazem de fato o esforço de apresentar a entidade enquanto principal representante do setor bancário brasileiro, contando com 119 instituições associadas, incluídos

¹⁵² Destaca-se nesse campo a emissão de “títulos verdes”, os quais são definidos pelo documento como “papéis de renda fixa utilizados para captar recursos com o objetivo de implantar ou refinar projetos ou ativos que tenham atributos positivos do ponto de vista ambiental ou climático” (FEBRABAN, 2016, p. 58). Tal iniciativa, inclusive premiada pela *Environmental Finance*, remete à apropriação pelo capital da pauta ambiental, e em especial sua utilização para a financeirização.

¹⁵³ O autor ressalta também a atuação de institutos liberais: “Além da estrutura sindical, associativa e partidária, os empresários ou a burguesia bancário-financeira também articulam seus interesses através de um conjunto de organizações de natureza político-ideológica. No caso brasileiro, um exemplo importante são os Institutos Liberais, constituídos como entidades civis por um grupo de grandes empresários no início dos anos 80, centrados na difusão da doutrina neoliberal, especialmente como fundamento de políticas públicas [...] Mais recentemente, o Instituto de Estudos de Política Econômica (conhecido também como ‘Casa das Garças’), sediado no Rio de Janeiro, constitui um importante grupo de pesquisadores, no qual participam também economistas e empresários vinculados ao sistema financeiro, e que desenvolve e propõe políticas de cunho liberal” (MINELLA, 2007, p. 35).

os maiores bancos nacionais, mas também inúmeras outras instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, a exemplo de bancos voltados ao crédito e a investimentos. Mesmo Bradesco e Itaú se ramificam em outras instituições menores, ainda que pertencentes aos mesmos grupos, como Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Bradesco Financiamentos S.A. Ressalta-se, ainda, que a Febraban é associada a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), juntamente com outras entidades e associações menos relevantes¹⁵⁴. A CNF, contudo, não divulga publicações ou relatórios periódicos, e por isso não entrou no rol de entidades pesquisadas nesta tese.

Dentre os principais produtos e serviços destacados pela Febraban (2016, p. 12), chama a atenção a “elaboração de estudos e notas técnicas relativas aos projetos de lei no Congresso Nacional”, pois se refere a uma intervenção mais direta da entidade nas ações do Estado, no âmbito do Legislativo. Afirma, ainda, que o principal interlocutor da Febraban no Poder Executivo é o Banco Central (FEBRABAN, 2012).

São citados como temas estratégicos melhoria do ambiente de crédito, tributação do sistema bancário, relações trabalhistas, planos econômicos e índices de correção monetária, dentre outros mais operacionais. Além de destacar missão¹⁵⁵, visão e valores, são ressaltados como objetivos permanentes:

representar seus associados em todas as esferas do governo, interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo, desenvolver iniciativas para melhorar a produtividade do setor bancário e direcionar esforços para viabilizar o acesso da população a produtos e serviços financeiros, contribuindo, assim, para o fortalecimento do mercado e o crescimento do País (FEBRABAN, 2016, p. 11).

Embora os objetivos declarados pareçam esclarecer a atuação da Febraban enquanto representante dos interesses da fração bancário-financeira da burguesia, a maior parte dos pontos apresentados não trazem de fato referências às políticas econômicas e, ainda menos, às políticas sociais. Todavia, foi realizado o esforço de leitura e busca dos aspectos que tangenciam tais políticas, mesmo que de forma dispersa.

¹⁵⁴ Segundo página da CNF (2019), são elas: Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel), a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), a Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias (Ancor) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

¹⁵⁵ Da mesma forma que as outras confederações estudadas, a Febraban (2016, p. 11) apresenta como missão “contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País”, em um exercício de hegemonia.

Em 2012, ano de debates intensos referentes à “nova matriz econômica”, de Mantega, o relatório anual perpassou o tema da queda da taxa de juros como fator positivo. De acordo com a entidade, “a Febraban esteve presente nessas discussões, colaborando e oferecendo sugestões” (FEBRABAN, 2012, p. 4). Em 2012,

a desaceleração refletiu um cenário mundial adverso, que registrou queda da atividade e turbulências na Zona do Euro, incertezas fiscais e eleitorais nos Estados Unidos e diminuição no ritmo da economia chinesa. Do ponto de vista interno, fatores como a menor taxa de investimentos, o aumento da inadimplência e a menor expansão do crédito contribuíram para um PIB mais modesto [...] No Brasil, as medidas de incentivo adotadas pelo governo federal em 2012 devem surtir efeito em 2013. Os juros mais baixos abrem espaço para prazos maiores de financiamento e constituem-se em um incentivo para a retomada dos investimentos na cadeia produtiva, que são o principal desafio econômico brasileiro para o ano. O mercado de crédito, que perdeu força em 2012, ganha melhores perspectivas porque a inadimplência historicamente se reduz com o tempo, com reflexos positivos no nível de endividamento (FEBRABAN, 2012, p. 28).

Já em 2015, a Febraban (2015, p. 5) destaca seu apoio, bem como de seus bancos associados, ao “esforço do ministério da Fazenda para o equilíbrio fiscal e a medidas de caráter estrutural como a correção dos preços administrados, eliminando subsídios bancados pelo Tesouro; a eliminação de repasses também subsidiados a bancos estatais; o aumento gradual da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)”.

Nos relatórios analisados, as seções que remetem mais diretamente aos interesses desta pesquisa giram em torno da dinâmica do setor bancário, que trata do cenário econômico, crédito e juros.. As demandas por disciplina fiscal, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação são constantes. Fica evidente em todos os relatórios o interesse dos bancos pela previdência privada/complementar, como ao estabelecer o desafio de “incluir outros produtos financeiros na cesta de produtos da população, como seguros, previdência complementar e produtos de investimento” (2015, p. 83). Já a carteira de crédito consignado é considerada uma das mais representativas do setor financeiro, que em 2016 somava 18,6% do volume total de crédito para pessoas físicas, com parcela significativa destinada a aposentados e pensionistas do INSS (FEBRABAN, 2016).

Um aspecto que merece ser ressaltado é a relação dos bancos com o capital internacional. A dinâmica da financeirização e da mundialização coloca os bancos brasileiros conectados diretamente às regras internacionais ditadas pelo FMI, como se pode notar quando o documento afirma que “a reforma da legislação sobre resolução bancária é um dos projetos prioritários na reformulação da arquitetura do sistema financeiro internacional” (FEBRABAN,

2016, p. 33). Em seguida, é explicitado um projeto do Banco Central direcionado ao Congresso Nacional que visa se adaptar a essa pauta, com a expectativa de que seja avaliado por técnicos do FMI, os quais em visita ao Brasil deverão avaliar o arcabouço regulatório brasileiro e o sistema financeiro nacional.

Já com relação ao ambiente regulatório, a Febraban menciona que várias de suas iniciativas contribuíram para o aperfeiçoamento do mercado nesse âmbito, com destaque para a proposta que seria apresentada ao Congresso de “não extinção da dívida do crédito consignado em caso de falecimento do tomador, a qual busca estabelecer que os bens existentes possam ser utilizados para pagamento do débito” (FEBRABAN, 2016, p. 42). Além disso, diversas outras propostas remetem a desjudicialização das demandas, como exemplo da apreensão extrajudicial de bens móveis. Nesse viés, foram realizados projetos com o Tribunal de Justiça de São Paulo, com o objetivo de realizar acordos antes que os bancos sejam citados judicialmente.

Quanto ao ambiente operacional, a principal questão mencionada é a segurança das agências bancárias. Segundo o documento, as ações dos próprios bancos são insuficientes e a “eficiência e a importância da investigação é a forma ideal de prevenção”. Por essa razão, a Febraban (2016, p. 44) defende o uso da inteligência no combate ao crime organizado como a principal iniciativa para garantir a segurança das operações. Em outros termos, os bancos preferem que o Estado arque com os gastos com segurança e investigações policiais, pois os custos para o sistema bancário são altos e desonerados, numa espécie de lucro indireto.

Outro aspecto interessante é a relação da agricultura com os bancos, que aparece com destaque no relatório. Tal relação se materializa a partir de instrumentos desenvolvidos pelos bancos para redução de riscos para aqueles produtores rurais que foram financiados com crédito agrícola. Como exemplo, ressalta-se no documento o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro),

um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento de seu custeio em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que afetem de forma considerável o seu negócio. Além disso, garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural quando houver perdas por essas razões (FEBRABAN, 2016, p. 46).

Tais mecanismos de “gestão de riscos” estão associados à garantia das condições de reprodução do capital, que exige socialização dos custos, mas não dos lucros, tal como demandado pelas outras entidades. Nesse viés, Teixeira (2013) enfatiza que os capitalistas e grandes proprietários são avessos ao risco, deixando-o para o Estado.

Sobre relações trabalhistas, os documentos tratam das convenções coletivas de trabalho demarcando o “permanente esforço de negociação entre os bancos e os bancários” (2016, p. 54). Apesar de destinadas apenas três linhas para ela, destaca-se a demanda pela regulamentação da terceirização, somando-se às demais frações burguesas nessa unânime reivindicação.

Com relação à educação, o relatório de 2012 comemora a criação do Instituto Febraban de Educação (Infi), naquele mesmo ano. Já o relatório de 2015 comenta o sucesso da iniciativa. O Infi “oferece diversos cursos direcionados ao segmento bancário, além de preparatórios para certificações específicas e conteúdo para os demais mercados com linguagem plural, nos formatos presencial e a distância” (FEBRABAN, 2015, p. 81). Os relatórios explicitam com prioridade as campanhas de educação financeira desenvolvidas pelo Instituto, que visam estimular o uso consciente do cartão de crédito para o combate ao endividamento. Tal iniciativa denota a perspectiva individual e culpabilizante acerca do consumo, especialmente num contexto de generalização do crédito para favorecer o capital financeiro. Conforme destacado por Moura (2016, p. 380),

No Brasil, de acordo com o Banco Central, o esforço para a “inclusão financeira” trata de inserir os trabalhadores nos serviços bancários e financeiros. Todos os trabalhadores são empurrados, de alguma forma, a estabelecer relações com os bancos. Até os trabalhadores mais pobres, desempregados e, portanto, sem salário, que vivem de subsídios de programas sociais, possuem um cartão magnético e dependem do banco para receber seu pagamento. Até mesmo os benefícios sociais, sob o formato de bolsas a serem pagas aos usuários, passam pelo “filtro” dos bancos, ou seja, são operados por instituições bancárias. Deste modo, a sociabilidade regulada pelo cartão magnético não é mais “privilégio” das classes sociais mais abastadas: é uma exigência dos tempos presentes. Por menor que seja a remuneração dos trabalhadores, para o capital é importante que esta seja “capturada” e posta a seu serviço.

Ainda com relação aos documentos, também a Febraban exalta a vinculação com as universidades públicas, posto que, em parceria com o governo federal, se tornou o principal patrocinador privado do Programa Ciência Sem Fronteiras.

O programa busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dos 100 mil brasileiros que vão estudar no exterior dentro do programa, a FEBRABAN contribui com 6.500 bolsas de estudo, que representam um desembolso do setor bancário de US\$ 180,6 milhões, sendo

US\$ 18,6 milhões desembolsados em 2012. O presidente e o diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN fazem parte do Comitê de Acompanhamento do Ciência Sem Fronteiras (FEBRABAN, 2012, p. 24).

Destaca-se aqui a demanda do capital não somente por investimentos diretos do Estado, mas a produção de ciência e tecnologia advinda das universidades e institutos públicos de pesquisa e apropriada pelas empresas como forma de aumentar a lucratividade.

De acordo com o relatório de 2016, aquele ano foi marcado por incertezas e instabilidades, mas há “um consenso em torno da volta do crescimento da economia em 2017”, pois “com a transição política e nova orientação na gestão da economia, observou-se melhora significativa e imediata nas principais variáveis financeiras” (FEBRABAN, 2016, p. 70). O diagnóstico posto pelo relatório destaca o desequilíbrio nas contas públicas e a inflação como os problemas que originaram a recessão, e elogia o governo de Temer por tomar “providências na direção correta” ao “aprovar a emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos” (2016, p. 71). Ainda assim, afirma ser insuficiente para garantir a “racionalidade da despesa pública”.

O governo mostrou ter consciência disso ao enviar ao Congresso Nacional proposta de *reforma da Previdência* capaz de enfrentar a pressão gerada pelo aumento da expectativa de vida, eliminar pontos de irracionalidade no sistema atual e modificar obrigações insustentáveis que ameaçam inviabilizar o pagamento dos benefícios no futuro (FEBRABAN, 2016, p. 71, grifo nosso).

Os relatórios reivindicam ainda regime cambial flexível, elevação da taxa de investimentos, aumento da poupança pública (superávit primário) e qualificação dos trabalhadores.

É ressaltada a retração da demanda por crédito em 2016 em razão da queda da atividade econômica. No entanto, a mudança de governo e definição da nova equipe econômica no segundo semestre daquele ano, conforme o documento, melhora o componente “confiança” dos agentes e colabora para a retomada do crédito. Nesse escopo, o crédito rural parece ter bastante centralidade, com crescimento do volume financeiro financiado, embora tenha diminuído o número de contratações, o que expressa maior centralização dos recursos. Segundo o documento, na safra 2015/2016 o montante foi de R\$ 165,8 bilhões, sendo grande parte destinada a custeio (61%) e investimento (22%). Ressalta-se, ainda, que do total de R\$ 241,6 bilhões da carteira de crédito rural em 2016, a maior parte provém de recursos públicos.

O relatório de 2016 destaca a necessidade de redução dos juros, o que parece um contrassenso uma vez que os bancos apresentam maior lucratividade com os juros altos. Para a

Febraban (2016, p. 74), “a retração da taxa Selic requer inflação baixa e pouco volátil, maior poupança doméstica, declínio do crédito direcionado e maior segurança jurídica”, reforçando o que já vinha sendo apresentado. Demandam ainda redução dos custos tributários associados à intermediação financeira. O documento afirma explicitamente que o governo de Temer vinha se posicionando a favor dessa agenda estrutural proposta pela entidade, e que as medidas que estavam sendo tomadas já avançavam na direção da queda da inflação e do equilíbrio fiscal.

3.1.4 Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A publicação da CNI “Propostas da indústria para as eleições 2014” tinha como objetivo apresentar as demandas da indústria aos candidatos à presidência da República. O documento está dividido em 42 pontos, que podem ser sistematizados da seguinte forma: governança e burocracia estatal; tributação e política fiscal; infraestrutura e energia; comércio exterior; tecnologia, pesquisa e inovação; e políticas sociais, com destaque para educação, saneamento, aspectos trabalhistas e previdência social. Os principais desafios apresentados são a inserção na economia global, modernização institucional, redução do Custo Brasil e aumento da produtividade.

Exclusivamente sobre a questão trabalhista, foi publicado em 2012 o documento “101 propostas para modernização trabalhista”. O argumento central é a redução de custos para as contratações, considerado pela entidade como o gargalo para a competitividade das empresas. Os pontos mais importantes identificados foram: necessidade de modernização das relações de trabalho a partir das alterações nas leis trabalhistas, como negociações coletivas, flexibilização das jornadas e terceirização; os custos do trabalhador e a produtividade; insegurança jurídica. O documento propõe uma série de projetos de lei e projetos de emenda à Constituição (PECs), além de atos normativos, revisões de súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), decretos, portarias e normas de regulamentação (NR) do Ministério do Trabalho na área de saúde e segurança do trabalho. É importante ressaltar que boa parte das propostas foi incorporada na contrarreforma trabalhista em 2017.

No entanto, as propostas mais centrais divulgadas foram replicadas no documento de 2014, por isso a sistematização se ateve centralmente neste último.

Fazer a agenda da competitividade acontecer não é fácil. Envolve vários e diferentes atores, *com interesses nem sempre convergentes*. A maior parte das ações dessa agenda inclui mais de um ministério ou agência de governo, alcança outros poderes e envolve a iniciativa privada. Essas dificuldades são amplificadas pela estrutura decisória setorializada e fragmentada do setor público brasileiro (CNI, 2014, p. 27, grifo nosso).

Para a CNI (2014, p. 28), é necessária uma forma de governar “capaz de estabelecer novos padrões de articulação e cooperação entre atores governamentais, empresariais e políticos”, que possibilite o atendimento às demandas da indústria. Nota-se aí que os *interesses nem sempre convergentes* podem ser entraves, e que a CNI busca organizar e disputar a política estatal de acordo com os seus interesses, estabelecendo estudos e propostas fundamentadas em bases bastante conscientes. É interessante notar que o próprio documento admite a priori a possibilidade do surgimento de resistências a esta agenda da competitividade da indústria, e por isso “a governança deve se preocupar em ter uma estratégia de comunicação que possibilite dialogar com a população”. A busca pelo convencimento da população para a implementação de uma agenda própria nada mais é que o exercício da hegemonia.

Para Ianni (1989), a fração da burguesia industrial define de modo claro sua relação com o Estado: “tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação, em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal ou procura fazê-lo operar em seu benefício” (IANNI, 1989, p. 93). Segundo o autor, os aspectos básicos das relações entre a burguesia e o Estado baseiam-se na atuação estatal voltada ao desenvolvimento do mercado e à produção de mais-valia, bem como na formulação da política econômica com representantes diretos da burguesia. Além disso, muitas vezes os técnicos e políticos colocam-se como mediações entre a burguesia e o Estado. Nesse viés, “o processo de conversão do poder econômico em poder político, imprescindível à preservação do mercado e do tipo de apropriação vigente, depende de técnicas cada vez mais refinadas” (IANNI, 1989, p. 93).

Já nos aspectos econômicos explicitados na introdução do documento (CNI, 2014, p. 13), o crescimento da produtividade é prioritário pois “é ele que permite o aumento de salários e lucros concomitantemente com a redução dos preços”. Em uma análise mais precisa da produtividade sob a dependência, apreende-se que essa disjuntiva permite aumento da produtividade sem o correspondente crescimento dos salários.

No entanto, a reclamação da CNI (2014, p. 13) vai na direção inversa, ao afirmar que “no Brasil, nos últimos 10 anos, a remuneração real do trabalhador industrial cresceu 21%, mas ele tornou-se, em média, apenas 1,8% mais produtivo, limitando o aumento da produção”. A valorização do salário mínimo durante os governos petistas, ainda que acima da produtividade, não significa que essa é uma realidade estrutural. Se nesse momento houve valorização acima da produtividade e ainda assim não foi capaz de sustentar a reprodução do trabalhador dentro dos parâmetros do mínimo necessário (DIEESE, 2019), tal demanda explicita a insuficiência

histórica dos salários no Brasil e a necessidade do capital de manter a superexploração da força de trabalho. Nos momentos em que não incrementa a produção com progresso técnico ou quando não consegue competir no mercado mundial, a solução apresentada é contenção dos já baixos salários em relação à remuneração nos países centrais.

A valorização do real em relação ao dólar também é apresentada como um fator que limitou o crescimento da indústria no período 2003-2013, além da reclamação dos custos com energia, transporte, burocracia, tributação e taxa de juros.

No que se refere à tributação, as principais questões levantadas são cumulatividade, complexidade do sistema tributário, oneração das exportações e investimentos. Frente a isso, a CNI propõe uma reforma do sistema tributário brasileiro, associada à redução das despesas públicas. Dessa forma, segundo o documento, é possível diminuir a arrecadação e não onerar a atividade econômica. Nos termos colocados pela CNI (2014, p. 34), “os entraves causados pelo atual sistema à atividade econômica são, em grande parte, decorrentes de um único foco: a necessidade de maior arrecadação. Originadas por despesas elevadas, as necessidades de financiamento pressionam a forma de extração tributária da sociedade”. Essa perspectiva está plenamente ajustada ao ajuste fiscal e à redução do gasto público inclusive com as políticas sociais. São propostas medidas a curto prazo, como desoneração da folha de pagamentos e de bens de capital, mas também a longo prazo, no que se refere à reforma tributária. São levantadas questões como total desoneração de investimentos e exportações; unificação de tributos que incidem sobre bens e serviços (IPI, PIS/Pasep, Cofins, ICMS, ISS, Cide-Combustíveis); unificação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); não cumulatividade na tributação sobre valor adicionado, “com o uso pleno e imediato como crédito de todos os valores pagos do tributo nas fases anteriores da cadeia produtiva” (CNI, 2014, p. 36).

Já a política fiscal reivindicada pela CNI remete ao aumento de investimentos, taxas de juros mais baixas, taxa de câmbio estável e competitiva, inflação reduzida e equilíbrio das contas públicas. De acordo com o documento, “devem-se impor mecanismos de limitação ao gasto corrente do setor público, de modo a permitir a geração de poupança pública sem recurso ao aumento de tributação” (CNI, 2014, p. 16). É citada, ainda, a necessidade de adotar regra fiscal flexível, ajustada ao ciclo econômico e com o estabelecimento de meta fiscal baseada no resultado primário como indicador, pois este exclui a despesa com juros e possibilita maior controle por parte da autoridade fiscal.

O documento trata a adoção de regras fiscais como fundamental para evitar o déficit público nos processos orçamentários. Conforme a CNI (2014, p. 145), “o ajuste fiscal observado no Brasil, no fim da década de 1990 e nos anos 2000, baseou-se no estabelecimento de uma meta rígida para o superávit primário”. Todavia, “em momentos de baixo crescimento econômico, a utilização de normas rígidas determina que o ajuste recaia sobre os investimentos do setor público” (CNI, 2014, p. 146). Dessa forma, a meta fiscal rígida não é desejável pois pode prejudicar a economia ao reduzir o financiamento do Estado para o desenvolvimento do capital. O documento propõe, então, que seja adotada uma nova meta: o *resultado fiscal estrutural*, uma forma de mensuração do resultado do setor público que leva em conta “a diferença entre o PIB observado e o PIB potencial e a forma como as receitas públicas são afetadas pelas flutuações da economia”. (CNI, 2014, p. 147).

Com relação à infraestrutura, o documento menciona necessidade de maior participação do capital privado, com objetivo de tornar o investimento em infraestrutura determinante para o crescimento econômico. Os atrasos nas obras são levantados como problema central para a infraestrutura, com grande desperdício de recursos. Como recomendações, a CNI propõe, por exemplo, aumentar a participação do setor privado por meio das concessões e parcerias público-privadas, além de outras questões técnicas com objetivo de agilizar as obras. Nos termos da CNI (2014, p. 161), é necessário adotar procedimentos mais céleres, menos onerosos e desburocratizados, como “emissão das licenças por meio de um sistema autodeclaratório”.

São apresentados estudos que visam melhorar a logística para o mercado interno e externo, posto que a baixa qualidade dos serviços logísticos prejudica a competitividade da indústria, como “estradas de má qualidade, portos ineficientes, cabotagem pequena, falta de ferrovias e de áreas de armazenagem, entre outros fatores” (CNI, 2014, p. 81). São propostos diversos projetos, divididos por região, com objetivo de “integrar física e economicamente as regiões do Brasil” (CNI, 2014, p. 83).

Energia e transporte são abordados a partir das concessões, em especial no que tange aos portos, ferrovias e aeroportos, bem como ao petróleo e gás. Busca-se, em todas as modalidades, reduzir o controle e participação do Estado na propriedade e gestão das áreas estratégicas. Com relação aos aeroportos, o documento cita como um problema a participação de 49% da Infraero no capital da empresa concessionária, recomendando aperfeiçoar o modelo de concessão implantado nas primeiras experiências¹⁵⁶, com objetivo de “reduzir a participação dos entes estatais no capital da concessionária” (CNI, 2014, p. 87). Os portos têm destaque no

¹⁵⁶ São elas: Guarulhos, Viracopos, Brasília, Confins e Galeão.

documento, e a atuação da Companhia das Docas é bastante criticada pela suposta ineficiência, sugerindo “a transferência da administração de alguns portos organizados para o setor privado” (CNI, 2014, p. 89). Embora não tenha sido colocado nestes termos, esta recomendação parece indicar a privatização como demanda central para que o capital possa ampliar suas frentes de acumulação.

Sob a mesma direção, mas com um nível de complexidade ainda maior, a discussão acerca das ferrovias chama a atenção. Em razão da baixa demanda pelo transporte ferroviário no Brasil, a CNI reivindica um modelo diferente, em que a estatal Valec¹⁵⁷ deve arcar com os riscos, assegurando a plena lucratividade para as empresas concessionárias.

É consenso que a demanda dos serviços das ferrovias propostas não será suficiente, pelo menos por um longo período, para gerar a receita requerida para cobrir os pagamentos da Valec aos concessionários. A compra de capacidade operacional do concessionário constitui assim um subsídio, que não pode ser assumido, no longo prazo, por uma empresa, notadamente uma companhia sem outras receitas operacionais, dependendo, conseqüentemente, de aporte continuado de recursos pelo Tesouro Nacional. O chamado risco Valec decorre, portanto, da incerteza quanto à capacidade e ao comprometimento da União de alocar recursos orçamentários para esse fim e de, uma vez alocado, desembolsar efetivamente os recursos requeridos, independentemente das vicissitudes enfrentadas pelas contas públicas ao longo do tempo. (CNI, 2014, p. 91).

É bastante explícita a demanda por um Estado que garanta as condições de reprodução do capital, ao passo em que atua como um seguro, compartilhando riscos e prejuízos. O documento menciona que o marco legal para esse novo modelo de concessão ainda não se encontra completamente estabelecido, mas já pode ser enquadrado como *concessão patrocinada*, prevista pela Lei das Parcerias Público-Privadas¹⁵⁸, na qual “o poder concedente, por meio da Valec, assume todo o risco de demanda e garante a receita da concessionária” (CNI, 2014, p. 92).

Destaca-se, acerca da discussão da energia, a relação da Petrobras com as empresas privadas de exploração do petróleo, especialmente no que se refere às reservas de pré-sal. São realizadas diversas críticas à Lei nº 12.351/10, a qual estabelece a Petrobras como operadora de

¹⁵⁷ “A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos previstos na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. É organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério de Infraestrutura. Está sujeita ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. Tem por função social a construção e exploração de infraestrutura ferroviária” (VALEC, 2020).

¹⁵⁸ LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

todos os blocos licitados, “responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração desenvolvimento e produção de petróleo e gás” (CNI, 2014, p. 94), além da participação mínima de 30% no consórcio – com margem para ampliação na licitação do contrato – e da necessidade de constituição de consórcio com a Petrobras e com a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) por parte do investidor privado vencedor da licitação. A CNI propõe a modificação de todos esses três pontos da referida lei que buscam assegurar algum controle à Petrobras. Nos termos da entidade,

Esse formato conferido ao regime de partilha da produção significa o restabelecimento, na área do pré-sal e em áreas estratégicas, do monopólio estatal da exploração e da produção de petróleo e gás. Os investidores privados, vencedores de licitação do contrato de partilha de produção, independentemente da magnitude de sua participação no capital do consórcio, têm a posição de investidor minoritário no empreendimento. Além disso, a presença e os poderes da PPSA no Comitê Operacional constituem, na verdade, uma intervenção na governança e no dia a dia do consórcio (CNI, 2014, p. 94).

Além disso, no que se refere à exploração e produção de gás de xisto, a CNI demanda a definição de uma política que promova o aporte de capitais privados, bem como livre acesso aos gasodutos da Petrobras. Conforme o documento, “uma possibilidade seria a transferência dos ativos da rede de gasodutos da Petrobras, naturalmente com a compensação financeira adequada, para uma entidade neutra” (CNI, 2014, p. 103). Na mesma direção, reivindica uma política pública para o desenvolvimento do gás natural a longo prazo, a partir de medidas como precificação pelo governo, como um “mecanismo transitório que estabelecerá limites à condição de monopólio existente atualmente” (CNI, 2014, p. 119), com recomendação de apoio às propostas previstas no PL nº 6.407/2013. Tais demandas evidenciam claramente como o capital industrial depende do Estado e de sua infraestrutura para garantir a produção.

O documento explicita também a necessidade de redução do custo de energia, principalmente em relação ao setor elétrico. Embora a redução tarifária como medida do governo em 2012¹⁵⁹ tenha sido exaltada, são realizadas diversas críticas ao aumento do preço da eletricidade em 2014. A CNI (2014, p. 111) afirma que isso decorre da capacidade estrutural de geração de energia estar menor do que o consumo, e por isso “seria necessário contratar 2.000 MW médios de nova capacidade para restaurar o equilíbrio entre oferta e demanda”. No entanto, “o governo não concorda com essa conclusão, usando como suporte simulações que

¹⁵⁹ “A iniciativa governamental, em setembro de 2012, com a edição da MP 579, de aproveitar o final das concessões de usinas hidrelétricas e sistemas de transmissão para reduzir as tarifas de energia elétrica, a partir de 2013, foi positiva para a indústria” (CNI, 2014, p. 109).

mostrariam tranquilidade de suprimento. Há evidências técnicas, porém, de que os modelos de simulação estariam com um viés otimista em relação à realidade operativa”. Nota-se que há uma discordância entre o setor industrial e a perspectiva do governo, referente às análises distintas da situação, bem como às suas resoluções, posto que, para a CNI, o governo trata de maneira diferenciada os segmentos de consumo regulado (ACR) e livre (ACL), transferindo os ganhos somente para o ACR.

Esse tratamento diferenciado não se justifica, pois os consumidores industriais que estão no ACL contribuíram, ao longo de muitas décadas, para a construção e a remuneração das usinas hidrelétricas exatamente da mesma maneira que os demais. Por essa razão, propõe-se que os benefícios da geração cuja concessão expira a partir de julho de 2015 sejam repartidos de maneira equitativa entre ambos os segmentos. O ambiente de livre contratação é um importante fator de competitividade para o mercado de energia e constitui uma conquista que não pode ser perdida. Nesse mercado estão as grandes indústrias que formam a base das cadeias produtivas nacionais. (CNI, 2014, p. 111-112).

A comercialização de energia é realizada em ambas as esferas de mercado, livre e regulada. A principal diferença reside na obrigatoriedade, para ACR, de licitação via leilão promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) nas operações de compra e venda de energia elétrica, enquanto na modalidade ACL as operações ocorrem por acordo livremente estabelecido entre as partes. O preço, da mesma forma, é estabelecido no leilão no primeiro caso, e acordado entre comprador e vendedor no segundo (CCEE, 2020). É relevante tratar do tema, posto que expõe a preferência da CNI por modalidades de contratação em que o Estado perde controle sobre a gestão, mas ainda arca com os riscos, como se observa no seguinte trecho do documento:

Embora a regulamentação permita que os consumidores livres negociem a construção de nova capacidade, na prática isso não ocorre pelas seguintes razões: (i) no caso da energia hidrelétrica convencional, que é uma concessão federal, a destinação é determinada pelo governo; (ii) a geração termelétrica a gás natural e carvão importado é *pouco atraente para os consumidores livres* porque, além de seu custo como um todo ser maior do que o da hidrelétrica, ele varia significativamente a cada ano devido a mudanças nos preços internacionais dos combustíveis e à duração do acionamento das termelétricas pelo ONS a cada ano (fator de despacho); (iii) a geração eólica e cogeração a biomassa têm características atraentes em termos de preço e tamanho. No entanto, sua produção de energia varia muito a cada mês e ao longo do ano. Essa variabilidade faz com que o contrato de suprimento que interessaria ao consumidor livre, no qual o gerador se compromete a fornecer uma quantidade fixa de energia por um preço também fixo, é *muito arriscado para o gerador*. Os consumidores regulados absorvem esse risco assinando um contrato especial (“por disponibilidade”) em que essas fontes não têm obrigação de produzir uma quantidade fixa de energia a cada mês. (CNI, 2014, p. 113, grifos nossos).

Frente a esse cenário, a CNI reivindica um aperfeiçoamento regulatório que torne possível maior produção, via ACL, de formas renováveis de energia como solar e eólica.

Tem destaque no documento o fortalecimento da política de biocombustíveis, no caso a cana de açúcar e seu derivado, o etanol. Em sintonia com as demandas apresentadas pela CNA, a CNI (2014, p. 106) afirma que “a política local de preços artificialmente baixos para a gasolina [é] um importante obstáculo para o etanol”, sendo necessário revertê-la com uma política de preços “mais realista para a gasolina”.

Com relação à pesquisa e inovação, destaca-se a reivindicação por mais recursos, bem como pela estabilidade e eliminação de restrições no uso dos recursos. As principais formas citadas pelo documento são parcerias com as universidades e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), além da subvenção econômica, a qual permite que “recursos não reembolsáveis se destinem às empresas para que estas desenvolvam inovações radicais e que, portanto, envolvem mais riscos” (CNI, 2014, p. 222). Isso quer dizer a entrega, em sentido literal, de recursos do fundo público para que as empresas financiem novas tecnologias lucrativas, posto que “a ênfase no crédito não é suficiente para viabilizar a inovação” (idem, p. 236). O documento demanda, ainda, que esses recursos também possam ser destinados para despesas de capital, pois atualmente estão limitados às despesas de custeio dos projetos de inovação. Por considerar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é insuficiente para suprir os objetivos exigidos, pois sujeito às demandas gerais do MCTI, o documento indica que a Agência Brasileira de Inovação (Finep) “deveria formalizar o seu status de instituição financeira e contar com um fundo estável de recursos para dar sustentabilidade às operações de crédito” (CNI, 2014, p. 234). São ressaltados o BNDES e a Finep como as principais fontes de recursos responsáveis por crédito com taxas de juros menores, subvenções econômicas ou financiamento não reembolsável e aportes de capital às empresas de forma direta ou via fundos.

São recomendadas alterações na Lei nº 11.196/2005, conhecida como “Lei do Bem”, que dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Uma das questões que mais se destaca é a ampliação dos abatimentos permitidos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação de 60% para 100%, bem como “legislação específica para isentar impostos na aquisição/importação de máquinas, insumos e peças de reposição de equipamentos destinados a P&D” (CNI, 2014, p. 231). Além disso, propõe-se que as decisões sobre inovação sejam tomadas no âmbito da Presidência da República, por ser o nível mais estratégico do governo. Segundo o documento, o Estado tem um papel importante nessa área, e deve “remover os

obstáculos ao desenvolvimento de fontes privadas de financiamento, aprimorar a efetividade de seus instrumentos de fomento e investimento e, principalmente, estabelecer um compromisso de longo prazo com a inovação empresarial” (CNI, 2014, p. 233).

Ainda no que se refere à inovação e desenvolvimento de tecnologias, o documento debate a propriedade intelectual, o papel do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e o baixo número de patentes e de examinadores de patentes do Instituto, com prejuízos à indústria. De acordo com a CNI (2014, p. 239), “essas deficiências são bem conhecidas pelo governo, e há anos também se conhecem caminhos para solucioná-las, mas não se tomou ainda a decisão política de fazê-lo”. Chama a atenção o destaque cedido à indústria farmacêutica ao tratar da autonomia e melhoria do INPI, fazendo com que este seja a “única autoridade no país responsável pela execução das normas de propriedade industrial (análise e concessão de direitos, inclusive na área farmacêutica), eliminando a intervenção de órgãos adicionais no processamento dos exames de patentes” (CNI, 2014, p. 240).

No mesmo sentido, destaca-se a demanda pelo aprimoramento do marco regulatório referente à pesquisa com biodiversidade. Em sintonia com reivindicações de outras entidades como a CNA em relação ao licenciamento ambiental, propõe-se que o novo marco legal não contemple autorização prévia para o desenvolvimento de pesquisas que utilizam a biodiversidade brasileira, mas que as notificações de produtos desenvolvidos sejam posteriormente divulgadas num sistema simples na internet. Também é demarcada a necessidade de uso do conhecimento tradicional associado, inclusive por empresas estrangeiras, evitando “percentuais elevados de repartição de benefícios”, a qual deve ser “negociada livre e diretamente com as comunidades que conservam a biodiversidade, inclusive por meio de projetos, sem a participação da União nos contratos nesta hipótese” (CNI, 2014, p. 243).

Ao tratar o comércio exterior a partir dos interesses da indústria, o documento ressalta os acordos comerciais e as agendas bilaterais com China, EUA e União Europeia, o que se associa com as demandas da CNA e da CNC. Apesar de explicitar o descontentamento com uma resistência do governo em aprofundar as parcerias comerciais com esses países, o documento recomenda também o reforço do multilateralismo, o que quer dizer acordos com diferentes países, a partir de interesses setoriais e geográficos diversificados. Nos termos da CNI (2014, p. 193), “o país não deve, portanto, tratar o avanço nas agendas bilaterais com seus três principais parceiros como ação excludente às demais ações em sua política econômica internacional”. São realizadas críticas à política externa com foco no Mercosul, pois o bloco “é

importante, mas não é capaz de fornecer todo o ambiente de comércio, investimentos e tecnologias necessário à indústria brasileira” (CNI, 2014, p. 12).

Com relação a questões mais específicas no tema do comércio exterior, os principais entraves citados pelo documento são burocracia alfandegária, questão cambial e tributária. O governo deveria, de acordo com os interesses da indústria, reduzir os riscos enfrentados por empresas brasileiras em seus investimentos no exterior, seja por meio de acordos, isenções ou com injeção de recursos via BNDES e Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Um aspecto curioso é o peso colocado sobre a redução do custo para importação de serviços, a exemplo da isenção do IOF-Câmbio “para operações de conversão monetária realizada para pagamento de bens importados às importações de serviços” (CNI, 2014, p. 205). Isso demonstra a ausência de uma política com soberania nacional, posto que serviços e bens importados com maior taxaço poderiam favorecer políticas internas de fomento do capital local. No entanto, como já amplamente discutido, a burguesia brasileira não tem apresenta vinculação a um projeto de desenvolvimento nacional, de fato.

Além do fortalecimento de instituições já existentes, como a Câmara de Comércio Exterior (Camex), a CNI indica a necessidade da criação de novas instituições, com destaque para varas especializadas de comércio exterior vinculadas ao Poder Judiciário. A justificativa é a “insegurança jurídica gerada pelo excesso de decisões com baixa qualidade técnica”, resultando em decisões prejudiciais para as empresas e para o próprio governo, segundo o documento (CNI, 2014, p. 183).

No escopo das relações de trabalho, o documento reivindica legislação moderna e flexível, com segurança jurídica para os empregadores, além da qualificação da mão-de-obra. De acordo com o documento, o marco legal brasileiro contribui para o aumento do custo do trabalho, prejudicando a competitividade. Como resposta aos problemas explicitados, as principais propostas giram em torno da terceirização e das negociações coletivas.

Nos termos da CNI (2014, p. 16), “em um mundo em que a terceirização é a forma dominante de organização da produção, proibir a terceirização é condenar a indústria brasileira à ineficiência”. O argumento central é que as cadeias produtivas são complexas e “poucas empresas conseguem fazer tudo sozinhas de forma eficiente e competitiva” (CNI, 2014, p. 69), gerando a necessidade de terceirizar parte das atividades, inclusive atividades-fim. Assim, de acordo com o documento, a regulamentação da terceirização é o único caminho para garantia de segurança jurídica, reivindicando os projetos de lei que tratam do tema.

Já as negociações coletivas são definidas como “instrumento que permite a realização de ajustes para as diferentes realidades produtivas e trabalhistas e acolhe os interesses de trabalhadores e empresas” (CNI, 2014, p. 20). Segundo o documento, os ajustes nas condições de trabalho devem ser realizados com agilidade, e por isso deveria ser aprovada PEC que “expressamente consigne que a negociação coletiva deve ser respeitada, nas realidades para a qual foi estabelecida, ainda que a legislação siga em sentido diverso” (CNI, 2014, p. 73).

Outros aspectos são apresentados no documento como limitantes à competitividade, como a carga fiscal sobre o trabalho, o reajuste do salário mínimo em conformidade com a inflação, rotatividade da mão de obra em função do seguro-desemprego, além da já mencionada baixa produtividade. Nesse sentido, são realizadas as seguintes recomendações:

- 1) Desonerar a carga fiscal sobre o trabalho;
- 2) Adotar políticas de reajuste salarial que busquem associar a evolução dos custos do trabalho aos ganhos de produtividade;
- 3) Aprovar um marco legal seguro para regulamentar a terceirização no país;
- 4) Revisar o Programa do Seguro-Desemprego, de modo a reduzir os incentivos à elevada rotatividade da mão de obra no país;
- 5) Realizar ajustes que permitam com segurança jurídica o estabelecimento de remuneração diferenciada e premiação por mérito em função dos níveis de produtividade do trabalhador;
- 6) Remover as dificuldades para a disseminação de jornadas de trabalho diferenciadas;
- 7) Consagrar o exercício de múltiplas funções pelo trabalhador;
- 8) Valorizar e fomentar, de forma efetiva, a negociação coletiva (CNI, 2014, p. 60).

As formas de flexibilização são demandas explícitas, e tendem a uma maior exploração sobre a classe trabalhadora, na medida em que buscam restringir direitos – como o acesso ao seguro-desemprego e reajuste do salário mínimo – e tornar o trabalhador mais produtivo por meio de mecanismos como remuneração diferenciada por mérito e o exercício resguardado em lei para instituir múltiplas funções para um mesmo empregado. Esses são valores condizentes com as teorias organizacionais que se consolidaram no neoliberalismo.

São levantadas ainda preocupações referentes às normas de segurança e saúde do trabalhador, as quais, segundo o documento (CNI, 2014, p. 62), são “complexas, difíceis de atender ou inexecutáveis, criando um ambiente de negócios desfavorável, burocrático, com insegurança jurídica e fomento dos conflitos judiciais”. Por essas razões, e com base na afirmação de que a premissa do conflito entre capital e trabalho é antiquada e não mais se sustenta, o documento propõe diversas recomendações para “modernizar e desburocratizar” a regulação do trabalho, dentre as quais simplificação para autorizar o trabalho em domingos e feriados, possibilidade de redução do tempo de alimentação, não inclusão em nenhuma hipótese do tempo de deslocamento na jornada, flexibilização do sistema de ponto, revisão dos mecanismos de concessão do seguro-desemprego.

Com relação ao saneamento, o documento ressalta ações para sua universalização no Brasil, destacando as oportunidades para a indústria de equipamentos. É interessante observar como são defendidos os interesses da indústria nesse quesito, pois afirma-se que “todos ganham com a expansão do saneamento: as pessoas, as empresas, as cidades, o país” (CNI, 2014, p. 122). Entretanto, a operacionalização dos serviços por parte de empresas que visam o lucro acaba por desequilibrar essa premissa, pois contratos sem lucratividade não tem adesão quando não desenvolvidos por empresas públicas. Nessa perspectiva, a lacuna da rede de saneamento básico pode ser corrigida com o fortalecimento das parcerias público-privadas, a partir das quais seria possível universalizar o serviço de saneamento no Brasil.

Em entrevista à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz, o professor do departamento de Engenharia Ambiental da UFBA, Luiz Roberto Moraes, afirma que a parceria público-privada é o pior formato de privatização, no que se refere ao abocanhamento do recurso público, porque funciona nos moldes do *capitalismo sem riscos*.

O tal parceiro é sempre parceiro entre aspas, porque o parceiro privado acaba usufruindo bastante dos recursos públicos, através de linhas de crédito a juros baixíssimos, apropriando-se desses recursos, e uma vez no exercício da operação e manutenção, ou seja, da exploração dos serviços públicos de água e esgoto, ele praticamente determina para onde é que vai expandir o serviço, para onde é que vai prestar. Daí a visão de que entre uma população de baixa renda na periferia que muitas vezes nem tem ainda o serviço de saneamento, ou tem de maneira inadequada, e uma população de renda média, ele prefere, óbvio, investir naqueles bairros com esse perfil de maior capacidade de pagamento, porque sabe que ali vai obter lucro sem risco nenhum. Enquanto lá na periferia ele pode não conseguir obter o retorno monetário desses recursos aplicados (EPSJV/Fiocruz, 2016).

Em 2016, o governo interino de Michel Temer instituiu o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e apresentou ao governo do Rio de Janeiro uma proposta de concessão do sistema de saneamento do estado à iniciativa privada.

[...] Na área de saneamento, como sempre aconteceu na história mais recente do Brasil, houve espaço para atuação da iniciativa privada, mas isso acontecia na fabricação de materiais e equipamentos necessários ao saneamento básico, elaboração de projetos de engenharia, as próprias obras de engenharia. Mas o capital quer mais. Ele quer o domínio integral, não só fabricar e executar as obras, mas também operar e manter os sistemas físicos de abastecimento e esgotamento. Para ficar mais claro, o saneamento básico é composto no mínimo por quatro componentes: o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem ou manejo das águas pluviais e a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. E desses quatro componentes, os que parecem ser mais atraentes ao capital são o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. Isso porque tradicionalmente no Brasil são serviços cobrados por meio de tarifas e isso é visto como uma oportunidade de negócio, um mercado excepcional para atuação. Então, a pressão do capital vai ser permanente nesse sentido, e quando encontra um governo como este que está aí colocado,

interino, abre-se a possibilidade de ampliar e acelerar a privatização. (EPSJV/Fiocruz, 2016).

Em resposta às demandas do capital, foi aprovada em 2018 a Medida Provisória (MP) nº 844/2018, que alteraria o marco legal do saneamento básico no Brasil, e abriria ainda mais espaço para privatização. No entanto, perdeu vigência no mesmo ano¹⁶⁰ (AGÊNCIA SENADO, 2018).

Com relação à educação, a CNI é a entidade que mais enfatiza essa política, conectando-a com a elevação da produtividade. Além disso, reivindica a reestruturação dos cursos de engenharia para adaptá-los às necessidades da indústria. A partir da concepção de capital humano, “pessoas talentosas e bem treinadas” agregam valor aos produtos e serviços. No entanto, o documento ressalta que a baixa escolaridade e baixa qualidade da educação brasileira dificultam a “capacidade dos trabalhadores de interagir com as novas tecnologias e métodos de produção” (CNI, 2014, p. 134). Nesse viés, a qualidade da educação é tomada como premissa para o aumento da competitividade e lucratividade das empresas. Essa qualidade é enquadrada, portanto, nos objetivos apontados pela CNI.

Embora necessárias, políticas convencionais de melhoria da educação não serão suficientes nem estão preparadas para dar conta dos novos desafios educacionais e tecnológicos que nos confrontam. Mais importante que mais recursos e melhores salários é a necessidade de se criar condições para que os professores e as escolas possam entregar aos alunos uma educação de qualidade. É preciso focar mais na qualidade da educação básica, adequar os currículos aos novos requerimentos do mercado de trabalho, monitorar professores, distribuir e alocar recursos com base em resultados e em meritocracia, melhorar a gestão dos recursos, introduzir as melhores práticas de gestão, governança e transparência nas unidades de ensino, imputar responsabilidades aos professores, diretores e profissionais de ensino e criar condições adequadas de trabalho para se atrair e reter os melhores e mais talentosos profissionais da área da educação (CNI, 2014, p. 135).

É possível observar que temas como adequação de currículos, monitoramento de professores e meritocracia são bastante centrais na retórica da entidade, inclusive se sobrepondo a mais recursos e melhores salários. Isso fica ainda mais evidente quando o documento afirma que “o Brasil precisa encontrar tecnologias que permitam educar e formar melhor, em larga escala, mais rapidamente e a baixo custo”, sendo a principal delas o *ensino a distância* (CNI, 2014, p. 136).

¹⁶⁰ Essa proposta vem sendo retomada no governo de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/empresas-publicas-de-saneamento-entram-na-mira-do-setor-privado/>. Acesso em 05/01/2020.

Outra questão que chama a atenção é a demanda por capacitação para “trabalhadores maduros” que queiram retornar ao mercado de trabalho, acompanhada de “reformas nas legislações trabalhista e previdenciária que estimulem as pessoas a permanecerem mais tempo no mercado de trabalho e que flexibilizem a jornada de trabalho” (CNI, 2014, p. 137). Esse elemento acaba por conectar diferentes reivindicações da indústria, vinculando um projeto educacional a um projeto mais amplo de hegemonia burguesa.

O documento apresenta uma série de recomendações, em especial vinculadas aos cursos de engenharia nas universidades. A demanda por cursos que respondam às necessidades produtivas das empresas é explícita e reiterada, por meio, por exemplo, da “introdução de aulas práticas e a realização de estágios ou projetos cooperativos com empresas” (CNI, 2014, p. 142). Temas como o baixo número de doutores nas indústrias desencadeiam interferências sobre os programas de pós-graduação que, segundo o documento, formam para a carreira acadêmica “com pouca experiência prática ligadas às atividades profissionais das empresas”. Além disso, menciona que “a qualificação e experiência profissional devem ser priorizadas na contratação do corpo docente em nossas escolas de Engenharia” (CNI, 2014, p. 141), numa interferência também nos quadros docentes dos cursos de graduação.

A reforma da previdência social tem destaque no documento. Algumas recomendações entram em contradição entre si, quando pensada a estratégia para a reforma da previdência. A “preservação do conceito de seguridade social” é afirmada como um princípio, ao passo em que “separação completa entre Assistência e Previdência” também (CNI, 2014, p. 151).

Outras propostas citadas no documento são alteração da regra de reajuste do salário mínimo; adoção de idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição; equiparação ou redução do diferencial do tempo de contribuição para mulheres e homens; equiparação das regras para aposentadoria dos professores em relação aos demais trabalhadores; e alterações nas regras para acesso à pensão por morte.

O balanço das 36 propostas apresentadas ao governo três anos antes para “ajudar o país a sair da crise” caracteriza o documento de 2018. De acordo com a CNI (2018), mais da metade das propostas foram realizadas, ainda que algumas de maneira parcial (19 de 36). Todavia, “entre as 17 não concluídas, 6 estão em discussão no Congresso (poderão ser concluídas no próximo ano e 2 tiveram sinalização positiva do Executivo. Em suma, apenas 9 das 36 propostas não apresentam avanço” (CNI, 2018, p. 9). Inclusive, o documento destaca que a área que apresentou melhores resultados foi “Relações de Trabalho”, pois das quatro propostas feitas todas foram efetivadas.

3.2 As frações burguesas e o Estado

A apresentação dos documentos realizada na seção anterior buscou aproximar o leitor do processo da pesquisa. Nesta seção, procura-se sistematizar o que fora exposto, verificando onde os interesses das frações se aproximam ou se afastam no que se refere às políticas estatais, bem como discutir alguns elementos centrais que auxiliam na compreensão sobre construção da hegemonia no período. De acordo com o que fora debatido no capítulo 1, o Estado subsoberano dependente participa do processo de acumulação procurando atender a burguesia, a qual, por sua vez, é subordinada ao imperialismo. O fundo público, então, é desfalcado pelas contínuas transferências de valor decorrentes do intercâmbio desigual e da financeirização, e o que resta dele é disputado pela burguesia brasileira e suas frações em função de seus interesses, como se observa nos documentos analisados.

A partir dos temas dispostos nos documentos, optou-se por organizá-los da seguinte maneira: como expressão da política econômica, encontram-se as seções sobre **política monetária (juros, crédito e inflação); política fiscal, política tributária e desonerações; comércio exterior e política cambial; tecnologia, pesquisa e inovação; infraestrutura e energia**. Já no que remete à política social, foram incluídas as seções sobre **trabalho; previdência social; educação; saúde e saneamento básico; acesso à terra e meio ambiente**. Embora as políticas econômica e social estejam imbricadas e muitos dos temas mencionados estejam relacionados, tal divisão facilita a sistematização aqui proposta.

Antes de adentrar em tais temas, ressalta-se um primeiro elemento que chama a atenção em todos os documentos analisados: a ênfase na burocracia e nas “recomendações” para uma governança eficiente por parte do Estado. A CNC (2010) apresenta uma seção sobre burocracia¹⁶¹, na qual a principal questão levantada é o “impressionante número de normas às quais as empresas estão submetidas”, e o conseqüente gasto com pessoal, sistemas e equipamentos para aplicação e acompanhamento da legislação. De acordo com a entidade (CNC, 2010, p. 45), “esse desvio de recursos humanos para exercer um papel meramente

¹⁶¹ Para um aprofundamento crítico do significado de burocracia, vide Poulantzas (1971) e Souza Filho (2006). Brevemente, importa ressaltar aqui que as entidades demonstram compartilhar de uma concepção de burocracia como excesso de procedimentos, compreensão distinta daquela de Souza Filho (2006) sobre a organização burocrático-estatal das relações de dominação. Poulantzas (1971, p. 171), ao “empreender um exame rigoroso do aparelho de Estado”, também observa que a burocracia como categoria social remete à organização política do Estado, enquanto o burocratismo representa um modo particular de organização e funcionamento do aparelho de Estado, por delegação de poder. Assim, “a burocracia e o burocratismo estão em relação com um tipo de Estado, o Estado capitalista, e com as formas concretas desse Estado” (POULANTZAS, 1971, p. 192).

burocrático, quando poderia ser produtivo, é uma das faces negativas do excesso de normas que regula o mercado. É um entrave à operação das empresas e, conseqüentemente, um obstáculo ao crescimento do País”. Todavia, “os protestos e críticas dos empreendedores têm surtido efeito” (CNC, 2010, p. 47), a partir do exemplo citado de que o tempo médio para abrir uma empresa caiu de cinco meses para três semanas, entre 2006 e 2010¹⁶². Ganha prioridade a demanda por acelerar licenças, bem como capacitar servidores públicos sobre temas como empreendedorismo e gestão empresarial. A busca por apresentar seus interesses com universais fica explícita quando o documento afirma que “é preciso desenvolver a visão de que o sucesso das empresas é também o do país e que a prioridade é a eficiência e o crescimento, e não o controle via burocracia” (CNC, 2010, p. 49).

Já a CNA publicou, em 2018, o documento “Desburocratizar para crescer”, cujo conteúdo caminha na mesma direção, com críticas à ineficiência do Estado e ao ambiente econômico “não amigável” imposto à iniciativa privada. Conforme apontado no documento, o tema da burocracia vem sendo discutido no Brasil, mas “nenhuma das medidas adotadas até então prosperaram a ponto de desburocratizar o País. Diante de um mundo cada vez mais conectado, é preciso incorporar mecanismos de coordenações ágeis e eficientes nas esferas governamentais” (CNA, 2018, p. 3). Também a CNI, ao tratar da organização do aparelho estatal, explicita a necessidade de maior foco nos resultados, ao invés dos “procedimentos burocráticos”. Tal compreensão se assemelha ao exposto por Bresser-Pereira no Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) (MARE, 1995). Com o objetivo de realizar a reforma gerencial da administração pública, tornando-a mais produtiva e eficiente, instituiu-se o PDRE, elaborado pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado e aprovado em 1995. Behring (2003, p. 181), ao descrevê-lo, afirma que o Plano promove críticas à Constituição de 1988 alegando que esta é um retrocesso ao passado burocrático, pois engessa o aparelho estatal, estimula a ineficiência, cria privilégios para o serviço público e prioriza as “normas e processos em detrimento dos resultados”.

Assim, para Behring (2003), a “reforma” do Estado representa uma escolha política e econômica que busca refuncionalizar o Estado de modo a reduzir custos, enquanto a política econômica destina-se a inserção subordinada à valorização financeira na ordem internacional. Como resultado, a economia brasileira passou a apresentar maior vulnerabilidade externa e desnacionalização do parque industrial, além das mudanças nas políticas sociais decorrentes da

¹⁶² Segundo ressaltado, tal melhora se deve em parte à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, “que traça diretrizes nacionais para que os Estados e Municípios revejam seus processos de liberação de licenças para o funcionamento de uma empresa” (CNC, 2010, p. 48).

privatização e focalização, especialmente com os ataques à seguridade social. Behring (2003) salienta que esse movimento se trata, portanto, de uma contrarreforma do Estado, ultrapassando o propagado discurso de reforma administrativa e que é por diversas vezes reproduzido nos documentos aqui analisados.

Souza Filho (2006, p. 302) destaca que “a principal determinação do gerencialismo é a identificação da administração pública com administração privada”. A reforma administrativa não reside apenas na esfera técnica, mas atende a objetivos políticos (reforma do Estado em seu conjunto) e econômicos (mudanças nas relações de produção – ofensiva contra o trabalho e reestruturação produtiva). No próprio gerenciamento de empresas a técnica não se encontra isolada das metas e missões estabelecidas pelos capitalistas, mas está sempre a elas subordinada.

Nesse sentido, se o projeto de “reforma” do Estado propunha a substituição da burocracia pelo gerencialismo, como se ambos representassem diferentes modelos de gestão – e conforme a proposta apresentada, o segundo sendo superior ao primeiro –, tal estratégia é carregada de ideologia, posto que a burocracia não é um simples modelo de gestão, e sim a organização de relações de dominação. Portanto, mesmo que haja flexibilização da burocracia, ainda se mantém a dominação como traço essencial (SOUZA FILHO, 2006).

3.2.1 A política econômica sob os trilhos do Plano Real

A partir do pressuposto de que a política econômica se refere às ações do Estado que garantem as condições para a produção, circulação, troca e consumo das mercadorias (OSORIO, 2012), todos os documentos analisados buscam indicar quais ações devem ser tomadas nas diversas áreas correspondentes à atuação estatal no campo econômico. Embora as entidades estejam focadas em dimensões nem sempre coincidentes, e nem todas tratem de todos os temas exatamente neste formato, a sistematização aqui proposta aglutina as demandas da seguinte forma: política monetária (juros, crédito e inflação); política fiscal, política tributária e desonerações; comércio exterior e política cambial; tecnologia, pesquisa e inovação; infraestrutura e energia.

É perceptível nos documentos que, de forma geral, há acordo entre as frações com relação à política econômica, sem grandes alterações no curso do que vem sendo implementado desde a década de 1990. A busca incessante pela “estabilidade da moeda” é o discurso que possibilita universalizar, por meio da construção da hegemonia, os interesses particulares da

acumulação de capital. Em acordo com Ouriques (2014a, p. 66), “todas as frações de classe que acumulam riqueza e poder no período posterior a 1994 são disciplinadas defensoras da ‘austeridade fiscal’, ou seja, defendem em uníssono que a dívida pública siga sua marcha meteórica enquanto penaliza as classes subalternas e parte da classe média”. A estabilidade desejada pelo conjunto da burguesia é, então, social, política e econômica, e o pacto de classes do Plano Real legitima os interesses da fração bancário-financeira, os quais são aceitos e tornados meta permanente para o conjunto da sociedade, demarcando o consenso entre as frações observados nos documentos analisados. Na pertinente síntese de Ouriques (2014a, p. 169-170),

O terreno da divergência em política econômica – tolerar mais inflação em nome de maior taxa de crescimento do PIB ou contê-la sacrificando o emprego – está garantido pelo fato de que a economia política já assegurou algo definitivo: o lugar de cada fração na condução do país. De fato, enquanto o latifúndio ganhou força durante estes anos, especialmente a partir do último ano do primeiro mandato do presidente Lula, a fração industrial, especialmente aquela produtora de máquinas e equipamentos, perde visivelmente vitalidade no interior do bloco dominante. O resultado do pacto de classes produz a ideologia da “desindustrialização”, grito da fração industrial destinada a arrancar do Estado compensações e benefícios diante de sua incapacidade de competir com os capitais internacionais em qualquer ramo da produção de mercadorias. É a astúcia de uma burguesia rapaz, incapaz de montar um projeto próprio de país, e sem qualquer disposição para enfrentar as potências dominantes e liderar um bloco latino-americano com independência nas relações internacionais. A burguesia comercial aproveita a “moeda forte”, ou seja, o câmbio sobrevalorizado, para comprar na China não somente máquinas e equipamentos, mas também todo o tipo de artigos de consumo destinado inclusive às classes populares e não somente ao consumo suntuário. Na crista da onda, o capital internacional avança poderosamente, garante ganhos de produtividade crescentes e alimenta uma transferência de valor importantíssima para o ciclo do capital em escala global, enquanto o capital financeiro acumula força política e econômica com a multiplicação da dívida pública, um valiosíssimo instrumento de acumulação de capital que, em consequência, impõe às classes populares uma austeridade fiscal permanente.

Para Ouriques (2014a), a política social, por sua vez, fica limitada em razão da prioridade estabelecida para o pagamento de juros da dívida que consomem grande parte do orçamento público, como já destacado por outros autores (SALVADOR, 2017; BRETTAS, 2017; BEHRING, 2018).

Política monetária (juros, crédito e inflação)

As entidades explicitam por diversas vezes a demanda por taxas de juros mais baixas e inflação reduzida, associada à política fiscal restritiva. A reivindicação por juros baixos é uma constante em especial para a fração industrial, historicamente. No entanto, o processo de financeirização trouxe maior complexidade para a análise do papel dos juros para o capital produtivo, uma vez que a entrada no mercado de capitais faz com que tenha ganhos tanto com a redução da taxa de juros e disponibilidade de crédito, como com a elevação da taxa e consequente remuneração de ativos, conforme debatido no capítulo 2 deste trabalho.

Os documentos da CNC (2010, 2016) também demandam juros baixos e inflação reduzida. Já as frações bancário-financeira e do agronegócio dão bastante ênfase para o papel do crédito, a primeira por sua função prestamista e a segunda em razão da necessidade de tomar empréstimos. Nenhum dos documentos analisados, contudo, demanda explicitamente juros altos, nem mesmo os relatórios da Febraban (2012, 2015, 2016, 2018). Ao contrário, esta entidade destaca a necessidade da “redução progressiva e sustentável das taxas de juros, objetivo compartilhado por todos” (FEBRABAN, 2015, p. 5).

Esse elemento é especialmente interessante, considerando o amplo debate público sobre redução dos juros em 2012. Entretanto, a peleja interna na burguesia sobre questões como taxa de juros, política de crédito e política fiscal, citada por Boito Jr. (2018, p. 325), não fica explícita nos documentos, embora de fato tenham sido publicadas inúmeras notícias na imprensa evidenciando essas disputas. Todos os documentos analisados convergem na direção da redução dos juros e redução dos *spreads*¹⁶³ bancários.

Embora possa ser apenas um elemento discursivo, nota-se que a lógica mobilizada pela Febraban se relaciona com a política fiscal, pois o Banco Central teria condições de baixar a taxa básica de juros quando há melhores resultados fiscais, evitando riscos. Logo, a redução da taxa de juros é condicionada à redução das despesas do Estado, numa espécie de chantagem promovida pelos bancos. Por isso, a Febraban afirma ser a favor dos juros baixos, embora isso pareça um contrassenso. No governo Temer, a taxa Selic começou a cair e, de acordo com a lógica da burguesia explicitada nos documentos, isso foi possível em razão da aprovação da EC 95/2016. São desconsiderados nesse discurso o aumento do desemprego e a redução da inflação como elementos que puxam para baixo a taxa de juros.

¹⁶³ Spread representa a diferença entre as taxas de juros de aplicação e captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito (FEBRABAN, 2012).

Essa relação da política de juros com a política fiscal é relevante, ainda, pois denota o objetivo implícito do interesse na diminuição das despesas no âmbito do fundo público, liberando mais recursos também para o pagamento de juros e amortização da dívida, em um estímulo direto à fração bancário-financeira. Ao defender o equilíbrio fiscal, a Febraban demonstra o interesse pela retomada do superávit primário que garante tranquilidade aos investidores financeiros e, portanto, a liberação de recursos do fundo público para atender as necessidades de acumulação dos seus associados. Nos termos de Brettas (2017, p. 66), na visão da classe dominante e seus aparelhos privados de hegemonia,

Os recursos públicos deveriam ter como prioridade o pagamento da dívida pública e a sinalização – para os grandes investidores, em especial os rentistas – de que a estabilidade econômica e a “responsabilidade fiscal” promoviam um ambiente seguro e atrativo para os negócios. A privatização, a austeridade fiscal e as mudanças na gestão orçamentária são ferramentas importantes para permitir a canalização de recursos públicos para o grande capital financeiro e, deste modo, atuar sobre os efeitos de uma propagada “crise fiscal” de modo a garantir a acumulação capitalista. Sendo assim, o fundo público ganha importância cada vez maior para sustentar as taxas de lucro do grande capital, reforçando seu lugar estrutural na dinâmica de acumulação.

Boito Jr. (2018, p. 313) comenta que, via de regra – o que implica momentos excepcionais – “banqueiro, diferentemente dos fazendeiros e dos industriais, que podem apresentar-se à população como ‘classe produtora’, sabe que sua imagem não permite ações abertas na cena pública em defesa de seus interesses. Agem nas sombras e com discrição”. De fato, os relatórios da Febraban são aparentemente mais técnicos e objetivos comparados com os demais, e essa fração, talvez por caráter extremamente concentrado do capital bancário no Brasil, explicita menos suas demandas que as frações industrial e agrária.

Um outro ponto consensual é oferta de créditos subsidiados via BNDES, desejados por todas as frações em seus documentos. Por fim, dos documentos posteriores a 2016 (CNC, 2016, 2018; CNI, 2018; CNA, 2018; FEBRABAN, 2016, 2018), somente a Febraban tece elogios explícitos ao governo Temer. O documento de 2016 afirma que Temer vinha se posicionando a favor da agenda estrutural proposta pela entidade, e que as medidas que estavam sendo tomadas já avançavam na direção da queda da inflação e do equilíbrio fiscal. As demais frações julgam positiva a troca de governo, mas também mencionam que há muito a avançar.

Todas as entidades reivindicam a redução das despesas primárias e dos *gastos com custeio* para reduzir as taxas de juros elevadas. Segundo essa lógica, a demonstração do esforço fiscal do governo para pagamento dos juros e amortização da dívida pode reduzir as taxas de juros internamente. Ao mesmo tempo, demandam aumento de investimentos, o que é uma contradição, posto que os investimentos exigem gastos de custeio para sua posterior manutenção. De acordo com Khair (2010, online), “os investimentos do poder público geram despesas de custeio permanentes, pois necessitam de manutenção e se depreciam com o tempo”. Assim, para o autor, opor despesas de custeio a despesas com investimentos é uma falsa questão, pois ambas são importantes para o desenvolvimento econômico e social. A redução de gastos em custeio implica reduzir empregos, congelar salários, reduzir despesas com materiais e serviços de manutenção de escolas e hospitais. Somada à demanda pelo equilíbrio das contas públicas que visa impor mecanismos de limitação ao gasto corrente do setor público, as reivindicações no geral explicitam o óbvio: visam atender ao capital e sua gana pelo fundo público, diminuindo as despesas com políticas sociais e alimentando o capital portador de juros e os investidores institucionais¹⁶⁴, com destaque para os fundos de pensão e os fundos de investimentos (SALVADOR, 2020, no prelo).

A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, foi uma resposta a essa demanda de todas as frações da burguesia. Os gastos referentes ao Orçamento Fiscal e ao Orçamento da Seguridade Social ficam limitados ao exercício anterior, atualizado pela inflação de doze meses, o que resulta em um congelamento das despesas primárias¹⁶⁵. Dessa forma, “os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população” (ROSSI et al, 2019, p. 10). É especialmente relevante que as despesas financeiras não tenham sido incluídas na Emenda, evidenciando as prioridades da burguesia mediadas pelo governo, conforme já tratado no segundo capítulo.

Salvador (2020, p. 387, grifo do autor, no prelo) elucida essa questão com a apresentação de dados especialmente relevantes:

¹⁶⁴ De acordo com Salvador (2020, p. 387, no prelo), os chamados investidores institucionais “englobam os fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, portanto, operam no sentido da captura do fundo público para uma fração da burguesia financeira”.

¹⁶⁵ Segundo Rossi et al (2019, p. 11) “a única matéria constitucional da EC95 foi a desvinculação das receitas destinadas à saúde e à educação. Ou seja, se não fosse o objetivo de desvincular esses gastos da arrecadação, não teria sido necessário que a mudança fiscal tramitasse como emenda constitucional. Nesse ponto, a EC95 estabelece um novo mínimo para os gastos da União com saúde e educação”. Segundo os autores, em 2019 já foi possível observar os impactos negativos da medida para a política de educação, em especial a implementação do PNE.

Enquanto o orçamento fiscal e da seguridade social apresentou um crescimento real de somente 2,6% acima do IPCA, no período de 2016 a 2019, *as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram 8,5 vezes mais.* [...] no orçamento de 2016, o pagamento de juros e encargos da dívida foi de 242,61 bilhões de reais, aumentando para 287,57 bilhões de reais, em 2019, um crescimento real de 22,57%. O pagamento efetivo das despesas com juros e amortização da dívida pública consomem um quarto do orçamento público.

Nesse sentido, tem relevância a afirmação da Febraban (2016, p. 70-71) de que havia um consenso em torno da ideia de que Temer tomara as providências certas ao aprovar a EC 95/2016, pois de fato as necessidades da burguesia de resolução da crise de acumulação unificou os interesses das diversas frações que compunham o bloco no poder. A exposição da CNI acerca da “regra fiscal flexível, ajustada ao ciclo econômico” reitera aquilo que fora constatado anteriormente, de que a burguesia faz e demanda o que é melhor para a acumulação em cada conjuntura, sem apego real por princípios liberais ou keynesianos.

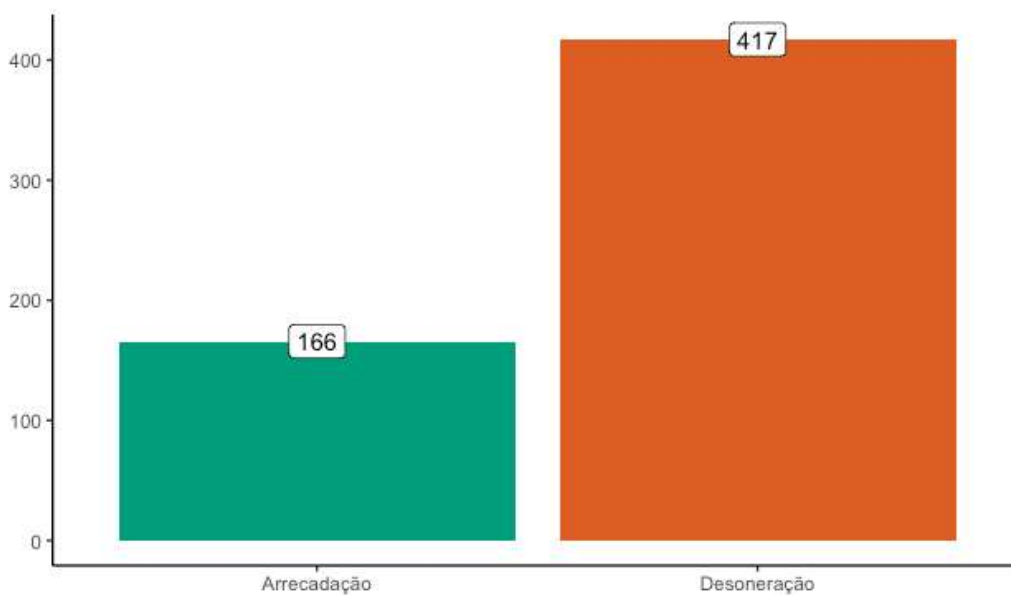
No que se refere à tributação, as principais questões consensuais nos documentos são a elevada carga tributária, cumulatividade, complexidade do sistema tributário, oneração das exportações e investimentos. As demandas referentes à política tributária são mais presentes nos documentos da CNC e da CNI, que reivindicam a efetivação de uma reforma tributária (CNC, 2010, 2016; CNI, 2014, 2018). A CNA e Febraban são mais pontuais e menos presentes nesse tema, por exemplo com a menção a uma política tributária permanente de desoneração dos investimentos (CNA, 2014) ou diminuição dos custos tributários associados à intermediação financeira (FEBRABAN, 2016). Todas as frações querem desoneração da folha de pagamentos e de bens de capital no plano imediato, embora a CNI e CNC sejam mais incisivas numa reforma tributária a longo prazo.

Já a política de desonerações tributárias é um aspecto a ser analisado para compreender a articulação da hegemonia burguesa no período recente, pois favoreceram diretamente o grande capital, em especial a grande burguesia interna. De acordo com documento da Receita Federal, as desonerações tributárias, as quais são conceitualmente chamadas de gastos tributários, indicam os gastos indiretos do governo que se realizam por meio do sistema tributário, e “são explicitados na norma que referencia o tributo, constituindo-se uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte” (RFB, 2016, p. 10). Podem ser de caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população dos serviços de sua responsabilidade – tais como gastos com educação e saúde, ou caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região. A Secretaria da

Receita Federal disponibiliza o volume das desonerações por meio do Demonstrativo de Gastos Tributários. Como delineado por Salvador (2015, p. 13), a análise das renúncias tributárias compreende o financiamento indireto da política social, e “torna possível identificar a transferência indireta e extraorçamentária de recursos para o setor privado”.

Apenas como ilustração, o gráfico 6 ¹⁶⁶ evidencia que as desonerações tiveram uma taxa de crescimento quase três vezes maior que a arrecadação entre 2003 e 2018.

Gráfico 6 - Crescimento real ⁽¹⁾ das desonerações e arrecadação entre 2003 e 2018, em %



Fonte: DGT/RFB (2020).

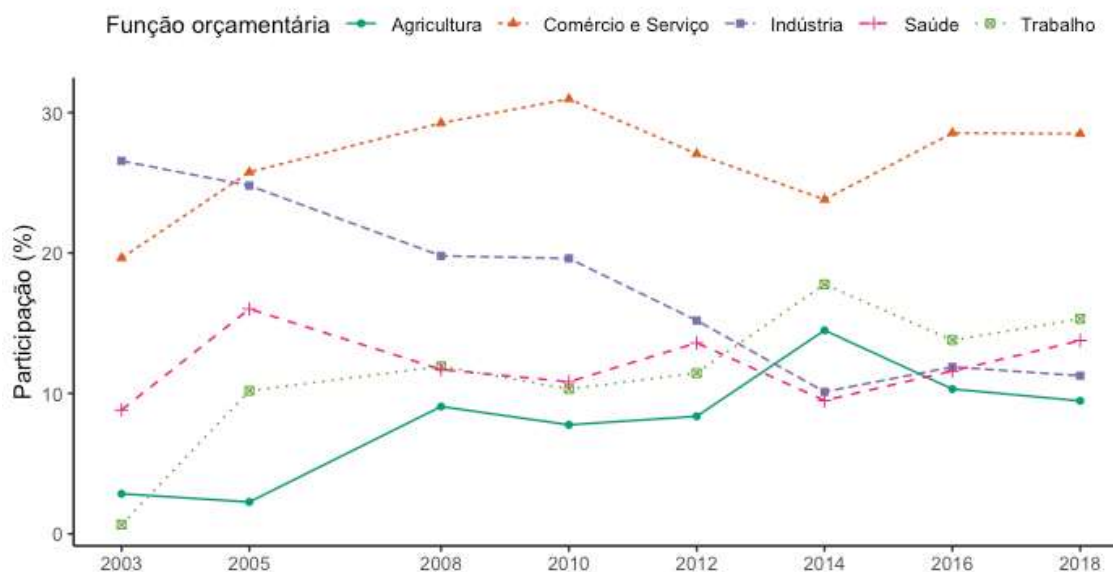
Elaboração própria

(1): Os valores reais foram deflacionados pelo IPCA para reais de 2018.

Quando desagregadas por função, conforme o gráfico 7, as cinco funções orçamentárias com maior participação nas desonerações tributárias são comércio e serviços, com volume de recursos bastante superior às demais durante a maior parte do período, que a partir de 2005 ultrapassa a indústria e se mantém estável na liderança; indústria, que apresenta a maior queda, embora na média do período se mantenha como a segunda maior no montante de recursos desonerados; saúde, cuja participação no total das desonerações é a mais estável; e trabalho e agricultura, ambas com crescimento relevante entre 2003 e 2018, apesar de uma pequena queda a partir de 2014.

¹⁶⁶ Para uma análise mais detalhada sobre as desonerações tributárias, vide Salvador (2015).

Gráfico 7 – Participação nos gastos tributários em anos selecionados, por função orçamentária



Fonte: DGT/RFB (2020).
Elaboração própria

Considerando que a demanda por desonerações é bastante presente nos documentos das frações industrial, agrária e comercial, é interessante observar a dinâmica das funções orçamentárias correspondentes ao longo do período analisado. O papel das entidades representativas da indústria no governo Dilma é complexo e multideterminado, como explicitado no segundo capítulo. Todavia, quando observada a queda brusca da participação da indústria nas desonerações a partir de 2010, é possível considerá-la como um dos determinantes da postura ofensiva da CNI e da Fiesp, primeiramente na proposição das medidas de estímulo à produção em razão da queda na taxa de lucro e no volume de desonerações para o setor, e posteriormente na campanha pelo impeachment de Dilma. Quando falhou a “nova matriz econômica” para recuperação diante da crise, a indústria se dedicou com prioridade à questão tributária, demonstrando sua importância para a burguesia e explicitando o que Mascaro (2018) mencionara, acerca do acirramento das disputas entre frações no momento de crise, disputas que se resolveram com o golpe e acúmulo de perdas e ganhos por partes das distintas frações burguesas. Conforme lembrado por Aruto (2019), com a crise a burguesia se utilizou das desonerações para recompor a margem de lucro, com ausência de recuperação dos investimentos. A diminuição das receitas e a diferença entre arrecadação e desonerações, evidentes no gráfico 6, foram responsáveis pelo déficit fiscal de 2014, e não o aumento de despesas como propagado pelo governo para promover o ajuste fiscal.

Comércio internacional e política cambial

Os documentos da CNA, CNC e CNI apresentam consenso em torno da necessidade de desvalorização do real, com vistas a fortalecer tanto a indústria nacional como os exportadores. Segundo essa lógica, a importação desestimula a produção interna e a geração de empregos reduzindo também o consumo, o que gera consequências para o comércio como um todo (BRESSER-PEREIRA, 2013). Para Bresser-Pereira (2013), Lula promoveu um populismo cambial com a valorização do real, o que enfraqueceu a produção industrial, política que começou a ser revertida por Dilma:

Uma série de medidas de política industrial vêm procurando contrabalançar a sobreapreciação cambial (a desoneração de encargos trabalhistas diversos setores industriais, o corte da tarifa de energia, a aceleração das concessões das obras de infraestrutura, a continuidade da política de redução do IPI, a continuidade da política de escolha de campeões nacionais pelo BNDES) mas elas são naturalmente incapazes de compensar o câmbio sobreapreciado (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 24).

Essas necessidades estão associadas à relação importação/exportação. O capital agrário, por exemplo, ganha com exportação de grãos, e para que as transações sejam mais vantajosas e os preços mais atrativos para os compradores estrangeiros, é melhor que o real esteja desvalorizado em relação ao dólar. Quando o real se valoriza, acaba favorecendo as importações, porque fica mais barato para os brasileiros consumirem em dólar. Isso também é criticado pelo capital industrial pois acaba enfraquecendo a indústria nacional. Em suma, existe um certo consenso na burguesia de que o câmbio desvalorizado é melhor, mas isso oscila de acordo com os preços e dinâmicas do mercado mundial. Daí decorre a defesa do câmbio flutuante, com menos centralidade para a regulação do Estado e com mais autonomia para o mercado.

No entanto, Ouriques (2014b, online) afirma que a taxa de câmbio sobrevalorizada denunciada especialmente pela fração industrial da burguesia “é a mesma que permite aos industriais lucros extraordinários e, obviamente, dólar abundante e barato para importação de máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade do trabalho e condenam o processo de industrialização que simulam defender”. Também a fração comercial se aproveita da valorização do real para comprar mercadorias do Sudeste Asiático e revender em território brasileiro, aprofundando a desnacionalização da economia (OURIQUES, 2014b).

Outros pontos consensuais nos documentos tratam da necessidade de redução da burocracia alfandegária e barreiras tarifárias, críticas ao Mercosul e reivindicação por acordos

comerciais e agendas bilaterais com EUA e União Europeia. A Febraban fala em regime cambial flexível e melhorias da legislação cambial para favorecer o fluxo de capitais, mas não se dedica muito ao tema.

Tecnologia, pesquisa e inovação

As demandas das entidades, especialmente CNA e CNI, giram em torno de recursos do fundo público para que as empresas financiem novas tecnologias lucrativas, isenções de impostos, pesquisa com biodiversidade, maior interação entre universidades públicas e o setor privado, inclusive com financiamento de laboratórios.

Chama atenção a reivindicação de uso do conhecimento tradicional associado, inclusive por empresas estrangeiras, sem interferência do Estado na negociação, o que remete ao avanço do imperialismo sobre a autodeterminação dos povos, mas também a apropriação do conhecimento para fins externos. A riqueza de recursos na América Latina não significa que as economias latino-americanas concentram tais recursos para seu progresso científico-técnico. Ao contrário, a América Latina

foi chamada a participar da era da Revolução Científico-Técnica na condição de periferia do sistema. A forma pela qual se inseriu, desde o início, no desenvolvimento do capitalismo em escala mundial estruturou sua economia e a correlata estrutura de classes, manifesta em uma burguesia incapaz de levar adiante as tarefas realizadas por suas congêneres nos países desenvolvidos. Tal incapacidade não deriva da ausência por parte do empresariado dos elementos culturais necessários à inventividade, mas de sua posição objetiva na Divisão Internacional do Trabalho. A dependência tecnológica nos países latino-americanos é, antes de mais nada, funcional à reprodução do capitalismo dependente! (BREDA, 2011, p. 76).

Ademais, os gastos com investigação e pesquisa compõem parte das funções indiretas do Estado, ressaltadas por Netto (2011b) e Salvador (2010), formas sob as quais o capital se apropria do fundo público.

Infraestrutura e energia

Este tema é relevante principalmente para CNA e CNI, embora também estejam presentes nos documentos da CNC demanda por mais investimentos para ferrovias, hidrovias e rodovias, ampliação das Parcerias Público-Privadas (PPP's) e exaltação às concessões, além dos elogios ao PAC, assim como nos documentos da CNI e CNA. As três entidades, assim

como a Febraban, destacam o licenciamento ambiental e as desapropriações como processos a serem aprimorados.

Tem destaque, ainda, a discussão sobre o fortalecimento da política de biocombustíveis, em especial o etanol. Em sintonia, tanto a CNA como a CNI criticam a política local de preços referente à gasolina, posto que se coloca como obstáculo para o etanol. Em 2015, ainda sob o governo Dilma, a política de controle dos preços foi abandonada, e os preços dispararam rapidamente (CARVALHO, 2018).

Para Osorio (2012, p. 73) “cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”. Assim, condizente com o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, ao qual o Brasil se associa,

É necessária uma infraestrutura (preferencialmente instalações ferroviárias e rodoviárias) que estabeleça a conexão entre os espaços produtivos e os portos, principal zona de saída das exportações e de chegada das importações, o que converte muitos deles em importantes centros comerciais, financeiros e populacionais. [...] O fato de ser um padrão com vocação exportadora (mas que requer, por sua vez, grandes quantidades de importações de bens de consumo, assim como meios de produção) exige uma forte infraestrutura em portos, aeroportos e rodovias (OSORIO, 2012, p. 74).

A infraestrutura teve papel bastante especial na conformação da hegemonia durante os governos Lula, principalmente após o lançamento do PAC. Filgueiras e Gonçalves (2007) constatam que o PAC teve o papel de investir em infraestrutura para consolidar a produção e exportação de produtos primários, fortalecendo o bloco dominante. E de fato, conforme balanços do programa realizados pela CBIC entre 2007 e 2010 (RIBEIRO, 2015), bem com os elogios presentes nos documentos anteriormente descritos, nota-se uma satisfação da burguesia brasileira, em especial a grande burguesia interna, com a implementação do PAC. Esse importante elemento de consolidação da hegemonia durante os governos do PT se esgotou com a ofensiva da crise econômica e o golpe. Em 2012, ainda que muitas obras estivessem em andamento, o programa recebia muitas críticas especialmente da fração industrial em razão da lentidão e da burocracia imposta para a realização das obras. Nesse contexto, Dilma lançara o Programa de Investimento em Logística (PIL), o qual, por sua vez, visava “estimular investimentos privados” por meio das concessões, com destaque para os maiores aeroportos brasileiros. Em 2016, após o golpe, com boa parte das obras do PAC paralisadas, e com a construção pesada já deslocada da boa posição que havia conquistado no bloco no poder, Temer

lança o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com vistas à desestatização declarada e maior abertura ao capital estrangeiro¹⁶⁷ em diversos setores de infraestrutura, inclusive 13 aeroportos (ANAC, 2020).

Fica clara a demanda por um Estado que garanta as condições de reprodução do capital, ao passo em que atua como um seguro, compartilhando riscos e prejuízos, como nos casos da comercialização de energia, em que o Estado perde controle sobre a gestão, mas ainda arca com os riscos. Como lembrado por Netto (2011b) e trabalhado no primeiro capítulo deste trabalho, as funções diretas desempenhadas pelo Estado remetem à subsídios às empresas e socialização das perdas, especialmente na administração das crises.

3.2.2 A política social desejada pela burguesia: mote de resolução da crise

Dando continuidade ao que fora exposto sobre como as frações burguesas se posicionam em relação às políticas estatais, esta seção visa explicitar as demandas direcionadas às políticas sociais, tomando por base os fundamentos e determinantes explicitados no capítulo primeiro. É importante ressaltar que os documentos não tratam a política social como tal, e as demandas são mais dispersas e difusas. Indubitavelmente, as questões trabalhistas e previdenciárias são as maiores prioridades para o conjunto da burguesia, posto que remetem mais diretamente à contradição capital e trabalho e aos nichos para ampliar a acumulação. Isso não quer dizer, contudo, que as demais políticas não sejam campos abertos às distintas frações, na medida em que permitem a ampliação das expropriações secundárias, nos termos de Fontes (2010).

Demier (2017, p. 47), em uma observação quase lúdica, destaca que “os parlamentos não votam a favor ou contra a ‘mais-valia’, ela simplesmente (economicamente) existe”. O autor ressalta, entretanto, que a intensidade dessa exploração pode ser debatida e até mesmo reduzida em razão das pressões dos movimentos da classe trabalhadora. No caso das políticas sociais, a disputa por sua existência e manutenção, como formas de salário indireto para a garantia da reprodução da força de trabalho, é uma luta constante da classe trabalhadora, ainda que sob a dependência existam limitações mais severas para efetivação dos direitos do que nos países centrais. O que se observa no período analisado nos documentos (2010-2018) é que suas demandas têm sido atendidas não somente no que concerne às políticas econômicas, mas também às políticas sociais. Até 2014, a conciliação de classes dos governos petistas permitiu alguns avanços na área social, embora entremeados por muitos aspectos que favoreceram a

¹⁶⁷ De acordo com PPI (2020), “Um estrangeiro poderá participar de uma proposta para estudos de Parceria e das licitações de um projeto? Sim, desde que não haja explicitamente alguma restrição no edital”.

burguesia em detrimento dos trabalhadores. Em cada uma das políticas é possível assinalar elementos da conciliação, com benefícios muito superiores ao capital, como elucidado por Möller (2013). No entanto, aqui o intuito não é debater as minúcias de cada política, mas destacar as demandas da burguesia no que se refere aos elementos que permeiam as políticas sociais. Assim, a partir das demandas e recomendações descritas nos documentos, foi feita uma sistematização que visa expor suas principais contradições e como atenderam ao objetivo de estabelecer e recompor a hegemonia.

Trabalho

As relações de trabalho têm papel central para todas as entidades, com menor peso para a Febraban. Os documentos das demais entidades apresentam reclamações acerca do custo da mão de obra e das exigências que “engessam” e “burocratizam” a regulação do trabalho (CNA, 2014, 2018; CNI, 2014, 2018; CNC, 2010, 2015, 2016). As recomendações como o trabalho em domingos e feriados, redução do tempo de alimentação, não inclusão em nenhuma hipótese do tempo de deslocamento na jornada, revisão dos mecanismos de concessão do seguro-desemprego (atendida por Dilma em 2015), dentre outras indicações visam explicitamente reduzir direitos trabalhistas. É um círculo vicioso da exploração, pois alegam que o excesso de legislações e regulações faz com que os empresários não as cumpram, o que penaliza os trabalhadores. Como solução, reivindicam novas leis que restringem os direitos ao ponto de tornarem legais as práticas penalizadoras. Nesse sentido, Linhares (2019, p. 50) defende que “a desregulamentação não necessariamente significa a eliminação de regulamentos e leis, podendo, ao contrário, traduzir-se em novas leis que objetivam reconhecer juridicamente diferentes tipos de contrato que rebaixam direitos anteriormente definidos”.

Como ilustração, a agenda legislativa da indústria é um instrumento onde a CNI apresenta o que está em pauta no Congresso e quais são os projetos com os quais converge ou diverge. A pauta mínima da agenda legislativa no ano de 2014 era conformada por 14 pontos prioritários. Desses, a CNI apresenta divergência com apenas dois: redução da jornada de trabalho e vedação à dispensa imotivada. O primeiro visava reduzir de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal de trabalho e aumentar a remuneração da hora extra de 50% para 75% do valor da hora normal. A posição da entidade para defender a não aprovação era de que “a medida eleva os custos da folha de pagamento, podendo impactar de forma drástica as micro e pequenas empresas, especialmente” (CNI, 2019, p. 14). O segundo projeto, de vedação à dispensa imotivada, propunha a obrigatoriedade de a empresa comunicar os motivos do

desligamento em casos de demissão sem justa causa, conforme Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT). A posição divergente da CNI (2019, p. 17) foi de que “caso seja adotada, a norma criará enorme rigidez no mercado de trabalho, estimulando a informalidade e criando dificuldades às negociações coletivas”. Com os outros 12 pontos a CNI apresentava convergência, dentre os quais destacam-se aprovação da terceirização irrestrita, extinção do adicional de 10% do FGTS, o Novo Código de Mineração para desburocratizar as concessões de alvarás e autorizações de pesquisa e exploração mineral, além da aprovação da tributação de lucros e dividendos de empresas brasileiras no exterior apenas pelo país de destino do investimento. Ou seja, os interesses são explícitos: o fundo público deve ser direcionado ao capital, ao passo em que os únicos projetos que visavam ampliar os direitos dos trabalhadores eram negados e combatidos. A CNC (2010) também menciona a rejeição da PEC 231, que propunha redução de jornada de 44 para 40 horas e não ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sintonia com as demandas da CNI.

A terceirização irrestrita, para atividades-meio e atividades-fim, é apresentada como prioridade em todos os documentos analisados, com exceção daqueles da Febraban. Enquanto a CNC (2015) chega a divulgar um documento exclusivo sobre o tema, a Febraban dedica apenas três linhas para comentar que “em 2017, a Febraban continuará a acompanhar a regulamentação da Lei de Terceirização, que modifica pontos importantes da legislação trabalhista no País, e suas implicações para o setor” (FEBRABAN, 2016, p. 54). Os relatórios anuais, com exceção do de 2016, não mencionam a terceirização, a não ser para se referir ao quantitativo de funcionários terceirizados na própria sede da entidade em São Paulo. Isso é interessante pois parece expressar que as relações de trabalho não são prioridade nas demandas dos bancos¹⁶⁸, uma vez que são remunerados pelos juros, parte resultante da mais-valia gerada em outros ramos de atividade do capital. Por outro lado, as demais frações, em especial o comércio que dispense maior parte de seus custos com salários, se engajaram ativamente na aprovação da contrarreforma trabalhista, com destaque para a terceirização. Em síntese, os setores que mais empregam, naturalmente possuem mais interesse na contrarreforma trabalhista.

É importante lembrar, ademais, que a demanda pela terceirização e a incapacidade de Dilma de aprovar essa pauta explica parte das razões da burguesia para a articulação do golpe, conforme elucidado no segundo capítulo deste trabalho.

¹⁶⁸ Obviamente, aprovada as medidas da contrarreforma, os bancos também se beneficiam nas relações de trabalho com seus empregados. Ainda assim, enquanto isso aparece como prioridade nos documentos das demais entidades, a Febraban não trata do tema.

Ainda com relação ao trabalho, chama a atenção o argumento bastante utilizado por todas as frações burguesas, que remete à “legislação antiquada, engessada, burocrática, complexa e que gera altas despesas na contratação do trabalho” (CNI, 2014, p. 61). De acordo com o documento da indústria, o mercado de trabalho evoluiu e a legislação trabalhista não acompanhou este processo, justificado essencialmente pelo fato de que “o Brasil agrário, da década de 1940, transformou-se na 7ª economia do mundo, de maioria urbana”.

A CLT de 1943, embora caracterizada como uma importante conquista no que se refere à regulação do trabalho, era voltada para os trabalhadores urbanos, formalizados e brancos, que naquela conjuntura eram uma pequena parcela da classe trabalhadora brasileira. Ou seja, se a legislação já era voltada para o espaço urbano, o argumento de que ela é antiquada porque o Brasil era predominantemente rural parece insuficiente. Todavia, é preciso reconhecer que de fato a relação entre população do campo e cidade se inverteu, e que a maior parte dos trabalhadores hoje são urbanos, e, portanto, deveria estar incluída na legislação trabalhista. Isso traz a responsabilidade para os empregadores de se adequarem às normas estabelecidas, que é justamente a tensão colocada por essa demanda de alteração da legislação. Dessa forma, a legislação deixa de atender aos interesses da burguesia não por ser antiquada, mas por restringir em algum nível a acumulação de capital.

Previdência social

A reforma da previdência é uma demanda pautada em todos os documentos das entidades, com exceção da CNA. Os argumentos consensuais são expansão do déficit da previdência¹⁶⁹ e a sustentabilidade dos benefícios no futuro; aumento da expectativa de vida e existência do regime próprio para servidores públicos, além de privilégios a determinados grupos, como problemas a serem resolvidos com a reforma. De acordo com a Febraban (2018, p. 13), a aprovação das reformas estruturais, especialmente da Previdência Social, é imperativa para alterar o cenário de recessão. Alguns documentos propõem claramente a substituição do atual modelo por um “sistema básico de capitalização”, como é o caso da CNC (2010)¹⁷⁰.

¹⁶⁹ O argumento do déficit previdenciário tem sido utilizado desde a década de 1990 como justificativa ideológica para as contrarreformas (SALVADOR, 2017). Também Silva (2018, p. 151) caminha na direção de desmistificar o déficit, explicando que “não existe um orçamento da Previdência, mas um orçamento da Seguridade Social [...], o qual tem sido superavitário, apesar das renúncias fiscais e dos desvios de recursos para outros fins”.

¹⁷⁰ Em 2018, contudo, outro documento da CNC indicou, após uma série de propostas sobre as alterações que julga necessárias, que “a reforma da Previdência Social é fundamental, devendo ser realizada, passo a passo sem a necessidade de uma mudança dramática do atual sistema de participação para outro de capitalização”. Nesse caso,

Já a Febraban (2018, p. 51), ao comentar o crédito consignado, destaca que a principal modalidade é a destinada aos trabalhadores do setor público (56,7% do saldo da carteira), seguida de aposentados e pensionistas da Previdência Social – INSS (37,5%) e de trabalhadores do setor privado (5,8%). Com isso, nota-se que a previdência pública via INSS, é um nicho importante de lucratividade para os bancos, para os quais a substituição integral do atual modelo por outro de capitalização não seria vantajosa, posto que podem lucrar com o crédito consignado ao mesmo tempo em que vendem planos de previdência privada complementar. Esse tema é tratado com afinco por Moura (2016), ao demonstrar como as contrarreformas da previdência foram utilizadas para aumentar a expropriação financeira¹⁷¹, incidindo também sobre os salários e legitimando a ação do Estado na expropriação das condições de vida dos trabalhadores pelo capital.

“Reformar” a previdência se tornou, para o capital, uma das principais medidas de seu ajuste, tendo em vista ser esta uma política que conta com um grande volume de arrecadação no âmbito do Estado. A proposta é, desse modo, reduzir a previdência pública e ampliar o espaço para os fundos de pensão, sob o mote da complementariedade da previdência privada. O crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS surge após a consolidação das duas fases da contrarreforma da previdência e se configura como nova faceta para canalizar o dinheiro das aposentadorias no mercado de capitais. Conecta-se a esse contexto por ser uma proposta que alia simultaneamente a ampliação do consumo, mesmo com rebaixamento do valor das aposentadorias, e sucção feita pelos bancos de uma parte considerável da aposentadoria para pagamento de juros (MOURA, 2016, p. 376).

Uma das possibilidades aventadas no capítulo 2 deste trabalho sobre as motivações da burguesia para o golpe era a incapacidade de Dilma para aprovar a contrarreforma trabalhista, o que não ocorria com a contrarreforma da previdência, já que o governo havia sinalizado que estaria disposto a aprová-la, em conformidade com a postura dos governos petistas desde 2003. Se à regulação do trabalho correspondem em grande medida as demandas das frações industrial, comercial e agrária, a previdência interessa especialmente aos bancos e ao capital financeiro em geral, interno e estrangeiro. Isso fica evidente na análise dos documentos da Febraban.

a afirmação parece remeter a busca por um consenso em torno da aprovação da reforma, visto que a proposta de Temer (PEC 287/2016) não chegou a ser aprovada.

¹⁷¹ Segundo Moura (2016, p. 382-384), “a expropriação financeira, própria do momento de maior protagonismo do capital portador de juros, apoia-se na criação de mecanismos de submissão dos trabalhadores ao sistema bancário e, para tanto, o crédito apresenta-se como fundamental. [...] Quando o juro é pago pelos trabalhadores significa que é o trabalho necessário que está remunerando o capital. Isto posto, podemos afirmar que a rentabilidade do capital portador de juros depende tanto da exploração do trabalho, ou seja, do trabalho excedente, quanto da apropriação do trabalho necessário”.

Curiosamente, a demanda pela reforma da previdência está completamente ausente das reivindicações da CNA¹⁷², a qual, por sua vez, dá bastante peso às questões trabalhistas. Esse fato não significa que a entidade não tenha tido interesse pela aprovação da contrarreforma, mas que esta não é prioridade dentre suas necessidades imediatas, tal qual outras questões mencionadas nos documentos.

Educação

Todas as entidades, com exceção da Febraban, mencionam a relevância da educação em termos mais genéricos. A CNI (2014) prioriza ações educativas para o mundo do trabalho e elevação da produtividade, como a demanda ao governo pela opção do ensino médio articulado com a educação profissional. A CNA (2014) ressalta a necessidade de destinação de recursos e estabelecimento de políticas educacionais para o campo, destacando a precariedade das escolas rurais e a dificuldade de acesso dos jovens aos cursos de formação profissional, técnico ou superior. Já a CNC (2010) se remete mais diretamente à política nacional de educação, realçando a parceria entre o Governo e a iniciativa privada. A entidade salienta seu engajamento na elaboração da proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) – cuja meta era atingir 10% do PIB para a educação.

A presença de uma meta maior de investimentos para educação como demanda da fração comercial está associada à necessidade de reprodução do capital que oferta serviços privados educacionais. Notam-se as limitações da pauta dos movimentos sociais de 10% do PIB para a educação, na medida em que tais recursos podem ser destinados também para a educação privada. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a época bastante vinculada ao governo federal, atestava a defesa dos 10% do PIB para educação no PNE (UNE, 2012). Entretanto, a oposição de esquerda ao governo buscou articular a campanha em torno da educação pública (SINDPPD/RS, 2011). Sobre essa questão, destaca-se o trabalho de Mancebo e Vale (2013), o qual informa como as instituições privadas de educação superior¹⁷³ conquistaram espaço no mercado a partir da década de 1990, oportunizando investimentos de alto rendimento para o capital financeiro. Políticas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) explicitam o direcionamento dos gastos públicos ao segmento privado, ampliando as frentes de acumulação para o grande

¹⁷² É importante lembrar que a agroindústria tem desoneração tributária da contribuição previdenciária. Vide Lei nº 8.212/1991.

¹⁷³ O trabalho citado analisa o caso da Universidade Estácio de Sá (UNESA) para ilustrar o argumento.

capital. Assim, infere-se que o crescimento das universidades privadas e conglomerados educacionais favoreceram as frações comercial e bancário-financeira da burguesia, contribuindo para a consolidação da hegemonia no período analisado.

Ademais, o principal consenso entre todas as frações da burguesia e documentos é a articulação com as universidades. Reivindicações como a reestruturação dos cursos de engenharia para adaptá-los às necessidades da indústria¹⁷⁴ (CNI, 2014), a construção de laboratórios nas universidades para atender às exigências das empresas (CNA, 2014), ou mesmo a instituição da Febraban como maior patrocinador privado do Programa Ciência sem Fronteiras (FEBRABAN, 2012) são ilustrações de como a burguesia se apropria do fundo público pela via da educação para o mercado e produção de ciência e tecnologia nas universidades. De acordo com Breda (2011, p. 43),

Os Estados organizarão, assim, um sistema de ensino capaz de formar os cientistas e técnicos necessários à pesquisa básica e aplicada; absorverão as etapas da pesquisa mais custosas e arriscadas, principalmente a pesquisa básica; financiarão direta e indiretamente a pesquisa aplicada das empresas, através de linhas de crédito, subsídios, utilização de estruturas universitárias, parcerias governo-empresa, etc.

É possível observar que temas como adequação de currículos, monitoramento de professores e meritocracia – os quais podem ser considerados instrumentos de conformação da hegemonia por meio dos aparelhos privados de hegemonia – são bastante centrais especialmente para a CNI, se sobrepondo a mais recursos e melhores salários. Isso fica ainda mais evidente quando o documento dessa entidade afirma que “o Brasil precisa encontrar tecnologias que permitam educar e formar melhor, em larga escala, mais rapidamente e a baixo custo”, sendo a principal delas o *ensino a distância* (CNI, 2014, p. 136). Tais demandas de formação com baixo custo se sintonizam com a política fiscal restritiva reivindicada pela entidade.

Por fim, os documentos destacam consensualmente o papel das entidades ligadas ao Sistema S (Sesc-Senac, Senai, Senar), e a Febraban coloca a atuação do Instituto Febraban de Educação (Infi) com centralidade em seus documentos. A CNA (2014) chega a mencionar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como importante iniciativa do governo em 2011, e reivindica a parceria do Programa com o Senar para ampliação de vagas em cursos de profissionalização no “Brasil rural”. As iniciativas são mais direcionadas a profissionalização e educação corporativa, e estiveram em harmonia com as políticas de

¹⁷⁴ Sobre esse tema, vide Seki (2014), “O Capital e as universidades federais no Governo Lula: o que querem os Industriais?”

conciliação implementadas pelo PT, como a grande ampliação de vagas no ensino técnico (BOITO JR., 2018).

Saúde e saneamento básico

A saúde, em seu caráter de política social pública, aparece com prioridade apenas no documento da CNC. A CNA não menciona em nenhum dos documentos analisados (CNA, 2014, 2018), e a Febraban comenta apenas aspectos da saúde e segurança no trabalho em um dos relatórios analisados (FEBRABAN, 2015). Nos documentos da CNI, a saúde aparece primeiramente associada ao saneamento – este sim de interesse maior da indústria –, ao mencionar que “ampliar o atendimento dos serviços de água e saneamento no país representa ganhos diretos em termos de [condições de] saúde” (CNI, 2014, p. 122). A saúde como política social aparece no último item do documento, sobre desenvolvimento regional, onde observa-se a recomendação de “garantir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a elevação dos recursos públicos para saúde, educação e saneamento, por meio da fixação de percentuais mínimos a serem destinados às regiões deprimidas, em consonância com o art. 165 da Constituição Federal” (CNI, 2014, p. 265).

Parece contraditório que a CNC (2010) e a CNI (2014) “defendam” o fortalecimento do SUS ou a elevação de recursos públicos para a saúde, ao passo em que reivindicam e elogiam a EC 95 e as “reformas estruturais”, medidas que inviabilizam o fortalecimento ou ampliação dessa política. Ainda assim, é interessante vislumbrar porque isso ocorre do ponto de vista da acumulação, para além da retórica ideológica. A fração comercial da burguesia é justamente a que mais tem a ganhar com os serviços de saúde privados, seja pela via dos hospitais, laboratórios e comercialização de equipamentos hospitalares. Assim, a saúde acaba por se tornar um nicho de acumulação, o que pode favorecer o interesse da entidade por esse tema.

Cislaghi (2018) debate a categoria “serviços” com base em Marx¹⁷⁵, e verifica que, mesmo oferecidos pelo Estado, os serviços sociais estão inseridos no circuito do capital. Contudo, “quando o excedente de capital necessita de novos espaços de valorização e os trabalhadores não conseguem reagir evitando a retirada ou redução desses direitos [...], os serviços passam de auxiliares indiretos para diretamente espaços de valorização do capital” (CISLAGHI, 2018, p. 121). A autora destaca inclusive os subsídios do fundo público para essa

¹⁷⁵ Cislaghi (2018, p. 130) afirma que a teoria de Marx “não limita a produção de riqueza à materialidade da produção, sua potencialidade está exatamente em perceber a produção do valor e da mais-valia como parte de uma relação social histórica e não de uma relação de produção de coisas”.

valorização no que se refere aos serviços de saúde privados, a partir dos mecanismos como o consumo estatal de medicamentos, equipamentos e serviços de saúde, as desonerações tributárias para o setor – como demonstrado na seção anterior com a estabilidade das desonerações para a saúde mesmo em períodos de crise –, o repasse do orçamento público para entidades sem fins lucrativos e o caso peculiar das empresas públicas e sociedades de economia mista (CISLAGHI, 2015).

É possível tratar o interesse da CNI pela política de saneamento sob a mesma ótica, posto que as empresas de infraestrutura representadas pela entidade têm interesse na operacionalização e cobrança desse serviço, conforme destacado pelo documento (CNI, 2014) e abordado na seção anterior.

Luza e Simionatto (2019, p. 139) chamam atenção para a privatização da política de saúde por meio dos “novos modelos de gestão” que “passaram a compor a nova estrutura político-jurídica de operacionalização das políticas sociais”, substituindo serviços que antes eram de responsabilidade do SUS. Destacam-se as Organizações Sociais (OSs), as Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Associam-se a esse quadro, as medidas de subvenções e isenções fiscais, a utilização do fundo público como nova forma de garantia de acumulação de capital e o fortalecimento das regras de mercado para a área, que tem na exploração da doença a sua principal fonte de lucros. No governo Temer, ganhou força o projeto privatista de saúde e os ajustes fiscais denotaram a nítida defesa dos interesses elitistas, em prejuízo aos da classe trabalhadora, ainda mais explorada mediante as graves mudanças ocorridas através da Emenda Constitucional 95/2016, das alterações na legislação trabalhista e de outras medidas que incidem na perda de inúmeros direitos (LUZA, SIMIONATTO, 2019, p. 139).

Tais medidas de fortalecimento dos “novos modelos de gestão” e, portanto, de enfraquecimento do SUS, foram aprofundadas e consolidadas pelos governos petistas, contribuindo para a convivência da burguesia para com eles. A aprovação da EBSERH se deu por meio de violenta repressão em boa parte das universidades brasileiras entre 2012 e 2013. Fernandes (2017) discute os efeitos da implantação da EBSERH inclusive nas condições de trabalho, posto que os espaços ocupacionais passaram a congregiar servidores e celetistas, com diferenças salariais e de controle sobre a força de trabalho, criando diversos problemas laborais. Segundo a autora, a gestão pela empresa tem tido efeitos negativos para os trabalhadores dos hospitais e para a população usuária, em uma demonstração da política de saúde condicionada pelo direcionamento do fundo público ao capital. Em seus termos,

Das mais variadas formas os destinos dos recursos provenientes do fundo público não encontram seu fim no atendimento às demandas do proletariado, mas no incremento dos interesses burgueses. Os efeitos das escolhas político-econômicas de nosso tempo tem sido, portanto, dramáticos para a única política social de fato universal, que progressivamente tem se tornado esfera de valorização do capital com repercussões irremediáveis na vida dos usuários e nas relações de trabalho ali engendradas (FERNANDES, 2017, p. 77).

Nota-se, assim, aquilo que fora tratado no capítulo 1 deste trabalho, acerca das limitações para a universalização das políticas sociais no capitalismo dependente. Se nos países imperialistas isso foi possível em algum grau em determinados momentos históricos, sob a dependência fica evidente sua impossibilidade, demonstrando que o projeto democrático-popular não poderia obter sucesso em nenhum cenário, exceto na ruptura com o capitalismo.

Acesso à terra e meio ambiente

O Novo Código Florestal foi uma demanda de todas as frações, ao qual tecem elogios após sua aprovação, em 2012. O “aperfeiçoamento” do licenciamento ambiental se mantém como uma demanda em grande parte dos documentos, até mesmo da Febraban (2016). Observa-se que, nesse caso, a suposta agilidade esconde a necessidade de expansão irrestrita das atividades capitalistas, sem a devida responsabilidade com a preservação do meio ambiente. A “segurança jurídica” reivindicada pelas entidades significa a proteção do Estado para garantir as condições de exploração, fazendo-se pertinentes as afirmações de Mascaro (2018) acerca do caráter de classe do direito no capitalismo. As flexibilizações da legislação ambiental, em especial a reforma do Código Florestal, bem como a legalização das posses das terras na Amazônia via o programa Terra Legal, são acentuadas por Teixeira (2013) como exemplos de estratégias estruturais que passaram a ser implementadas para atender aos interesses da acumulação de capitais do agronegócio.

É notável que a CNA apresenta maior prioridade com relação a questão da terra. A contrariedade da fração agrária com relação à demarcação de terras indígenas e seus embates com a Funai são elementos que se destacam nos documentos (CNA, 2014, 2018). Também se incomodam com a criação de unidades de conservação, demandam maior rapidez na regularização das terras na Amazônia e na criminalização dos movimentos sociais do campo, além de regularização para aquisição de terras por estrangeiros.

Se destacam, ainda, as “preocupações” da Febraban com relação à responsabilidade ambiental, demonstrando sua imbricação ao agronegócio e ao interesse por realização de

empréstimos ao setor. Esse fenômeno expressa também a profunda capilaridade da financeirização na agricultura e sua relação com o Estado, no que Delgado (2013) caracteriza como a economia do agronegócio.

Teixeira (2013) aponta que as políticas estatais desenvolvidas desde 2003 intensificaram o apoio financeiro do Estado para o agronegócio, estabelecendo um conjunto de estratégias para consolidar a hegemonia do setor, com destaque para o monopólio do capital internacional de base primário-exportadora. Com isso, “cada vez mais a pauta de produtos do agronegócio tem ficado restrita a um pequeno grupo de produtos, fundamentalmente ditados pelo mercado externo. Em contrapartida, vê-se configurada a ameaça ao abastecimento interno dos alimentos que integram a dieta básica da população” (TEIXEIRA, 2013, p. 26). Esse aspecto remete ao que fora tratado por Marini (2011) e explicitado no capítulo 1 deste trabalho, acerca das características da dependência e da ruptura entre produção e necessidades das massas na América Latina.

Na mesma direção, Delgado (2013) observa que a pauta primário-exportadora exige cada vez mais terras para a expansão da produção de *commodities*, com intensiva e extensiva exploração de recursos naturais e do meio ambiente, reforçando a já histórica concentração fundiária. Segundo o autor, as consequências ambientais não são incluídas na conta dos empresários, mas podem ser detectadas na conta da sociedade: desmatamentos e queimadas, contribuindo para o efeito-estufa; crescimento da utilização de agrotóxicos; contaminações de solos, águas, alimentos e, principalmente, pessoas. Esse processo não é transcrito sem resistências; ao contrário, a classe trabalhadora do campo se organiza em movimentos sociais importantes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros. Entretanto, políticas e programas como o Pronaf – direcionado à agricultura familiar e brevemente apontado no capítulo 2, não conseguem fazer frente a força do agronegócio, que é muito mais favorecido com os recursos do fundo público. Soma-se a isso a diminuição da força da luta pela reforma agrária, em razão das políticas compensatórias estabelecidas no período dos governos petistas, bem como do fortalecimento da produção primário-exportadora e a hegemonia construída em torno de sua importância para o crescimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo deste trabalho é a hegemonia: o que é, como ela se constitui, se consolida e se reconfigura atravessada pela dependência. Nesse viés, o fundo público e as políticas econômica e social são elementos que contribuem para a constituição da hegemonia burguesa, utilizados para assegurar a dominação e direção da burguesia sobre o conjunto da sociedade. As propostas da burguesia acerca desses elementos constitutivos são elaboradas no âmbito da sociedade civil, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, e condensadas no Estado, como lugar e organização da unidade política das diversas frações que compõem o bloco no poder, incluindo suas disputas pela hegemonia. Dessa forma, os elementos utilizados pela burguesia para conformar a hegemonia se expressam na composição do bloco no poder. Num movimento de reciprocidade, as frações beneficiadas pelo Estado por meio da apropriação do fundo público demandam e efetivam políticas econômicas e sociais que as favoreçam.

Buscou-se caracterizar a burguesia dependente, desde sua conformação aos delineamentos que apresenta na atualidade. Essa burguesia subordinada ao imperialismo tem necessidade de um Estado forte capaz de garantir mecanismos de sustentação da transferência internacional de valor e da superexploração da força de trabalho, por meio das políticas estatais. As demandas apresentadas publicamente pelas distintas frações burguesas não são calcadas em princípios econômicos ou de modelos de desenvolvimento; o que importa é a ampliação crescente da lucratividade a partir da superexploração e a atuação do Estado para reverter as tendências de queda da taxa de lucro, conforme indicaram os documentos da CNI, CNC, CNA e Febraban, no período 2010 a 2018, analisados nesta tese.

O fundo público, além daquelas funções cumpridas em qualquer sociedade capitalista monopolista e financeirizada, deve dar conta, ainda, de atender as necessidades de compensação de perdas da burguesia dependente em sua inserção subordinada no mercado mundial. O pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, as metas de superávit primário, a não limitação de remessa de lucros, a transferência de recursos para empresas estrangeiras, a apropriação dos conhecimentos tradicionais, as isenções e desonerações tributárias e a abertura comercial cada vez mais adequada aos interesses do imperialismo são formas de participação do Estado na manutenção da dependência, e por consequência de sustentação da lumpenburguesia citada por Frank (1978). Isso ficou evidente ao identificar que nenhuma das frações burguesas demanda grandes alterações ou mudanças no rumo da política econômica do Plano Real, posto que as políticas monetária, tributária, cambial e fiscal historicamente atendem aos seus interesses, ainda que com eventuais oscilações e disputas conjunturais entre as frações.

Essa burguesia dependente sem projeto nacional, que visa se apropriar do trabalho excedente e do trabalho necessário da classe trabalhadora brasileira, divide-se em frações segundo os ramos de atividade do capital e à organização política em dados momentos históricos. Tais frações compõem o bloco no poder, mas com diferentes graus de favorecimento conforme a conjuntura, e segundo a capacidade dirigente de cada uma delas. As tentativas de apresentar seus interesses como universais constituem movimentos de conformação da hegemonia tanto internamente no bloco no poder, como perante toda a sociedade.

Entre 2003 e 2018 esse processo foi bastante complexo, posto que a ascensão do PT ao governo federal trouxe novas contradições e possibilidades para a constituição da hegemonia burguesa. A imagem de um presidente operário com nítida vinculação à cultura das classes subalternas e com passado de lutas relevantes para o movimento sindical brasileiro permitiu ampliar o consenso, ainda que passivo, em torno da hegemonia burguesa, no que Coutinho (2010b) tratara como hegemonia da pequena política, ou mesmo Oliveira (2010) denominara hegemonia às avessas, uma vez que o PT chega ao poder, mas governa de acordo com o projeto hegemônico das classes dominantes. O aspecto simbólico-ideológico, entretanto, não seria suficiente para arraigar o consenso. As políticas de conciliação entre burguesia e classe trabalhadora permitidas pela conjuntura econômica favorável foram utilizadas como discurso e prática política, embora com destinação de recursos bastante diferenciada.

O que teve foco no decorrer do trabalho, todavia, foram as políticas de conciliação no interior da própria burguesia, com relação às frações que compõem o bloco no poder e que foram beneficiadas pelas políticas econômicas e sociais no período. A conjuntura internacional e o sopro positivo na balança de pagamentos – com base na exportação de *commodities* e em uma centralidade do setor primário-exportador – permitiu a manutenção da hegemonia política do capital internacional financeirizado, ao passo em que melhorou também as condições de acumulação para a burguesia brasileira, com destaque para sua fração interna. Mas determinada pela dinâmica do capitalismo e da dependência, tais mudanças não poderiam ter vida longa. O governo de Dilma Rousseff se inicia com boa aprovação, que passa a decair na medida em que as condições de lucratividade para a burguesia e de reprodução da vida para a classe trabalhadora se deterioram. A partir de 2011, a conjuntura paulatinamente deixa de permitir a sustentação das políticas heterodoxas na economia e mesmo das políticas sociais de ampliação do consumo e valorização do salário mínimo. Sem condições de manter a conciliação de classes, a burguesia passa a buscar recompor a hegemonia em seus termos, especialmente a

partir de 2013. O bloco no poder e mesmo as frações se reconfiguram, homogeneizando algumas das disputas que tiveram destaque no período imediatamente anterior (2003-2013).

Com uma insatisfação especialmente da fração bancário-financeira nos primeiros anos do governo Dilma em razão da chamada “nova matriz econômica”, se estendendo às demais frações cujas massa de mais-valia apropriada decaíam, junho de 2013 irrompe como o início de uma crise de hegemonia tanto em sentido restrito como amplo, como demonstrado no capítulo 2. Para a burguesia, o PT já não cumpria sua função de garantir a reprodução ampliada do capital com estabilidade política, e a classe trabalhadora, incluídas suas frações médias, passa a não reconhecer no petismo sua representação. Mesmo com a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, foi possível verificar que desde 2013 o governo passa a assumir uma postura cambaleante perante as frações burguesas. Frente a crise de hegemonia, o bloco no poder se reconfigura e a burguesia, por meio de suas entidades, busca resoluções para a crise. Ainda que sem a conformação de uma frente única burguesa, os interesses das frações agrária, bancário-financeira, industrial e comercial se unificam em torno da necessidade das contrarreformas, e são as políticas sociais que sofrem maiores alterações, conforme demandas expressas nos documentos de todas as entidades pesquisadas.

Os governos petistas foram responsáveis por parte importante das alterações nas políticas sociais, como as medidas inseridas na contrarreforma da previdência, as alterações no seguro desemprego, aprovação do Novo Código Florestal que afeta o acesso a terra, dentre inúmeras outras citadas no segundo capítulo deste trabalho. Embora Dilma tenha sinalizado que estaria disposta a ceder para medidas ainda mais ofensivas na direção do atendimento à burguesia, demonstrava desconforto e resistência com a aprovação da contrarreforma trabalhista reivindicada por todas frações da burguesia, conforme os documentos analisados. Essa foi uma das razões pelas quais a saída burguesa para a crise brasileira exigia a deposição da presidente, naquele momento tanto uma crise de representação como uma crise de acumulação. As expropriações sobre os direitos, com a recomposição das políticas sociais, mostram-se essenciais para a reprodução do capitalismo, e de fato foi possível observar o retorno do crescimento da massa de mais-valia a partir de 2017. A crise de hegemonia no interior do bloco no poder foi resolvida, posto que a burguesia e suas frações foram representadas e tiveram suas demandas atendidas por Temer. A hegemonia ampla, entretanto, não havia sido plenamente consolidada até 2018. De 2003 a 2013, o PT foi capaz de assegurar a hegemonia burguesa em condições ótimas, e essa retomada não ocorreu entre 2013 e 2018.

Em síntese, foi possível para o governo conciliar interesses em função da conjuntura econômica internacional favorável entre 2003 e 2010, processo que foi revertido após 2011, demonstrando a impossibilidade estrutural da conciliação sob o capitalismo dependente, como tratado ao longo do trabalho. A crise de hegemonia estava em processo desde 2013, e a coalizão liderada pelo PT não mais apresentava capacidade de representar nenhuma das classes fundamentais e suas frações. O bloco no poder se reconfigurou, com o enfraquecimento da grande burguesia interna. Na analogia esboçada na introdução e desenvolvida ao longo do trabalho, o PT foi o muro de arrimo da crise de hegemonia política dos anos 1990, mas o desgaste próprio do capitalismo leva ao desabamento do muro de contenção, sem com isso soterrar todo o terreno, posto que o bloco no poder se reconfigurou.

Nesse sentido, os objetivos traçados inicialmente para esta tese foram alcançados, na medida em que foi possível, por meio da pesquisa realizada, apreender como a burguesia brasileira se movimentou para a construção e reconfiguração da hegemonia, entre 2003 e 2018. Foram observadas as principais demandas das frações burguesas que compõem o bloco no poder, e como as próprias frações ganharam e perderam no período, evidenciando a apropriação do fundo público e a configuração das políticas econômicas e sociais a partir de suas necessidades em cada conjuntura. Temos consciência de que as maiores perdas, todavia, foram dos trabalhadores.

A metodologia utilizada foi capaz de explicitar as demandas das frações agrária, bancário-financeira, industrial e comercial, evidenciando a absorção de suas demandas por parte do Estado. Assim, os documentos das entidades são meios de apreender suas principais demandas, ainda que a maneira como se movimentam na conjuntura e os interesses imediatos nem sempre fiquem perceptíveis com a análise dos documentos. As informações disponíveis na imprensa ajudam, e exigiria um método mais rigoroso para o levantamento das notícias por período, tema e em jornais específicos, com exposição dos critérios e justificativa das escolhas. Ademais, a seção 3.2 buscou apresentar a síntese crítica das principais demandas visualizadas nos documentos para as políticas econômicas e sociais, sistematizadas por eixos.

Algumas questões esboçadas no projeto de qualificação não puderam ser tratadas em razão do tempo e do escopo do trabalho, como o panorama das políticas sociais a partir dos dados do orçamento público. Não bastaria uma aproximação por função ou mesmo subfunção orçamentária para identificar à quais frações e setores da burguesia correspondem cada uma das políticas sociais; para isso, seria necessário um aprofundamento por programas e ações. Esta tarefa fica indicada, então, como pesquisas a serem desenvolvidas futuramente, possivelmente

no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS)¹⁷⁶, onde o estudo pode contar com divisão das frações e políticas entre maior número de pesquisadores.

Por estar e desfrutar da universidade pública, pela qual seguimos lutando, cresce a responsabilidade de buscar respostas aos desafios do tempo presente, seja na produção de conhecimento, seja na militância cotidiana. Como boa parte da esquerda no Brasil, as surpresas e angústias com a conjuntura foram desafios para a elaboração da tese, que foi desenvolvida entre 2016 e 2020. O golpe, as lutas e ataques durante o governo Temer, as eleições presidenciais de 2018 e o governo de Bolsonaro a partir de 2019 com a irrupção de absurdos cotidianos foram elementos que, sem dúvidas, impactaram a escrita da tese e redefiniram o próprio objeto (no caso do golpe). Em meio a trágicas notícias e inúmeras manifestações, algumas delas com repressão sem antecedentes na história recente brasileira, a construção de debates em espaços coletivos foi um alento. Somou-se isso a pandemia por conta do Covid-19, que acarretou a finalização da tese num período de isolamento social mundial.

Tais observações remetem a um aspecto não trabalhado aqui: as resistências das classes subalternas. Como demarcado na introdução, o objeto desta tese é a burguesia e sua capacidade de conformar a hegemonia. Embora essa tenha sido a escolha de direcionamento para a pesquisa, é importante demarcar que existem resistências e exaltar as iniciativas de pesquisas sobre elas. A luta de classes é cíclica, e se não acreditamos na máxima positivista do progresso linear obtido com a garantia da ordem, devemos compreender os ciclos e intervir neles com a noção de que nada está determinado a priori. A luta pelo socialismo se manteve em conjunturas as mais diversas, e continua neste momento. Entender as formas de organização burguesa e defender uma reforma intelectual e moral, nos termos de Gramsci, auxiliam na criação de formas criativas e combativas de resistência. Em alguma medida, essa foi a motivação para, em meio a tantos ataques e retrocessos, prosseguir a pesquisa e não perder a esperança.

A eleição de Bolsonaro foge ao escopo deste trabalho, mas estudos futuros podem buscar apreender se esse fato seria ou não uma resolução da crise de hegemonia aberta em 2013. O que foi possível observar, em uma análise que cessa em 2018, é que o bloco no poder reestabeleceu a hegemonia interna, com a unidade para resolução da crise de acumulação e diminuição do poder de parte da grande burguesia interna, a qual havia ascendido durante os governos petistas. Com tais manobras, o pacto de classes do Plano Real se mantém, bem como a hegemonia do capital financeiro e o aprofundamento da dependência; como mencionado por

¹⁷⁶ O FOHPS é coordenado pelo professor Dr. Evilasio da Silva Salvador, orientador desta tese.

Mascaro (2018), tudo se move para que não se altere o essencial. As relações entre as frações da burguesia não estão imóveis, ao contrário, permanecem num constante movimento contraditório, assim como suas relações com as classes subalternas. As políticas econômicas e sociais com certeza compõem pesos nessa balança, e auxiliam nas reconfigurações do bloco no poder e na conformação da hegemonia e na apropriação de parcelas importantes do fundo público, ao passo em que também são redirecionadas de acordo com cada composição, como se procurou evidenciar neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL [2015]. Governo vai reduzir R\$ 4,8 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida. Publicado por Luciano Nascimento em 14/09/2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/governo-vai-reduzir-r-48-bilhoes-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em 20/12/2019.
- AGÊNCIA SENADO [2018]. MP do saneamento básico perde vigência. Publicado em 21/11/2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/21/mp-do-saneamento-basico-perde-vigencia>. Acesso em 05/01/2020.
- AGUIAR, Larissa Carvalho. Conformação da burguesia e o avanço neoliberal no Brasil sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMIM, Samir. *El eurocentrismo: crítica de una ideología*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- ANAC. Concessões. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes>. Acesso em 20/05/2020.
- ARUTO, Pietro Caldeirini. Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais. *Tese de doutorado* – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2019.
- AZEVEDO, Tiago Mateus de. Pacto de classes do Plano Real. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ciudad Universitaria, 1977.
- BANCO CENTRAL. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 04/11/2019.
- BANCO DO BRASIL. Investidores. Disponível em http://www.bb.com.br/portalbb/page51,136,3696,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=7695&codigoMenu=0&codigoRet=5589&bread=4_1. Acesso em 20/05/2018.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989.

BBC Brasil [2010]. Governo aumenta participação na Petrobras; entenda a capitalização. Publicado por Fabrícia Peixoto, em 24/09/2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100924_petrobras_entenda_fp. Acesso em 08/05/2018.

BBC Brasil [2011]. Dúvida sobre ajuste fiscal domina início da Era Dilma na economia. Publicado por Rafael Spuldar, em 08/04/2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110408_dilma_economia_rp. Acesso em 22/12/2019.

BBC Brasil [2013]. Leilão de Libra foi um sucesso? Publicado por Pablo Uchoa, em 22/10/2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131021_pre_sal_brasil_mm_pu. Acesso em 10/05/2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra Reforma*. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. [et al] (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-180.

BEHRING, Elaine Rossetti. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, p. 7-52, mar. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 39-72.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. *Revista Outubro*, n. 28, abril de 2017.

BICHIR, Máira Machado. A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2017.

BNDES [2018]. BNDES e Tesouro Nacional. Publicado em 30/10/2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/divida-tesouro>. Acesso em 19/10/2019.

BNDES. Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat>. Acesso em 04/06/2020.

BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 21, n. 47, p. 31-38, Sept. 2013.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORREA, Hugo Figueira. Desenvolvimento sem “ismos”: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*, 2009. p. 553-574.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BREDA, Diógenes Moura. *Revolução científico-técnica e divisão internacional do trabalho: elementos para a análise da dependência tecnológica na América Latina*. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 21-29, Set. 2013.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. In: MATTEI, Lauro (Org). *A América Latina no limiar do século XXI: temas em debate*. Florianópolis: Insular, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo [2017]. In: FACHIN, Patricia. "A alternativa ao neoliberalismo é... romper com o neoliberalismo!" Entrevista especial com Marcelo Carcanholo. Publicado em 03 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/570236-a-alternativa-para-a-economia-brasileira-e-romper-com-o-neoliberalismo-entrevista-especial-com-marcelo-carcanholo>. Acesso em 15/04/2020.

CARCANHOLO, Marcelo. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio [et al.] (Orgs.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: Ed. UECE; Bauru: Canal 6, 2018. p. 23-55.

CARCANHOLO, Reinaldo. NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias de acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 31-60.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012a.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012b.

CBIC. Construção: cenário e perspectivas [Balanço 2007] (2007). Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/balanco-nacional-da-industria-da-construcao>>.

CCEE. Ambiente livre e ambiente regulado. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/como-participar/ambiente-livre-ambiente-regulado?_afLoop=570713003293894&_adf.ctrl-state=19nad7lgbn_18#!%40%40%3F_afLoop%3D570713003293894%26_adf.ctrl-state%3D19nad7lgbn_22. Acesso em 03/01/2020.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil: parcerias público-provadas e valorização do capital. *Tese de doutorado* – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A categoria “serviços” na tradição marxista e o debate sobre os serviços na atualidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 113-132.

CNA [2014]. *O que esperamos do próximo presidente 2015-2018*. / Sistema CNA – Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/encontro-cna-confirma-propostas-apresentadas-pelos-presidenciaveis-para-agronegocio-8894>.

CNA [2018]. Desburocratizar para crescer. O agronegócio nacional e os seus aspectos burocráticos: desafios para promoção da competitividade. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/documentos-tecnicos/desburocratizar-para-crescer>

CNA. Quem somos. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/quem-somos-cna>. Acesso em 08/03/2020.

CNC [2010]. A CNC e os desafios do Brasil. Rio de Janeiro: CNC, 2010. 82p. Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/livros/cnc-e-os-desafios-do-brasil>.

CNC [2015]. Terceirização: considerações sobre a terceirização na sociedade contemporânea / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Brasília: CNC, 2015. 18 p. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/temas-de-interesse-do-comercio>.

CNC [2016]. Artigo do Presidente [471A]: A CNC e o novo governo. Publicado em 27/04/2016. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/sumario-economico-1444>.

CNC [2018]. Artigo do Presidente [495A]: Aviso aos navegantes. Publicado em 09/10/2018. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/politica/artigos/aviso-aos-navegantes>.

CNC. Educação profissional. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/temas-de-interesse-do-comercio>. Acesso em 27/08/2019.

CNC. História. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sobre/historia>. Acesso em 08/03/2020.

CNF. Entidades associadas. Disponível em: <https://cnf.org.br/entidades-associadas/>. Acesso em 28/10/2019.

CNI. Guia III: *lobby*. Maximização do impacto do *lobby* empresarial: elaboração e implementação de uma estratégia de *lobby* bem-sucedida – Organização Internacional do Trabalho; tradução, Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2007.

CNI [2012]. Confederação Nacional da Indústria. 101 propostas para modernização trabalhista/ Emerson Casali (Coord.). Brasília: CNI, 2012. 136 p. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>.

CNI [2014]. Propostas da indústria para as eleições 2014. – Brasília: CNI, 2014. 276 p. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/11/propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014/#propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014-caderno-42-desenvolvimento-regional-agenda-e-prioridades%20>.

CNI [2018]. Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018: balanço final das propostas/ Confederação Nacional da Indústria –Brasília: CNI, 2018. 62 p. Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018>.

CNI. Pauta Mínima da Indústria. <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2014-pauta-minima%20>. Acesso em 27/11/2019.

CNI. Institucional. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sindicatos-por-estado/>. Acesso em 08/03/2020.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 35-61.

CODATO, Adriano. Poulantzas 1, 2 e 3. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 93-125.

COLBARI, Antonia de Lourdes. Educação e trabalho na retórica empresarial: a atualização do ethos fordista. Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 553-572, dez. 2012.

CORRÊA, Daniel. Economia política da crise brasileira. Palestra em Ciclo Nacional de Formação pela Revolução Brasileira. Brasília, 2019.

COSTA, Carolina Rodrigues; SIMIONATTO, Ivete. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

COSTA, Carolina Rodrigues. Políticas públicas e lutas sociais no meio rural: dilemas e contradições do Pronaf. *Dissertação de mestrado* – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

COSTA, Arland Tássio de Bruchard. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013). Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

COSTA, Paulo Roberto Neves. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 452-469, nov. 2012.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 47-57, dez. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 29-43.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, edição especial, julho de 2013.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIEESE. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 01/03/2020.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*. Volume 9, Nº 17, p. 101-139, outubro de 2010.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, June 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Vozes, 1983.

DOS SANTOS, Theotonio. *O conceito de classes sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo ou fascismo*. Florianópolis: Insular, 2018.

DUSSEL, Enrique [2005]. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em 14/09/2019.

DUSSEL, Enrique. *20 tesis de política*. Colección Alfredo Maneiro. República Bolivariana de Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2008.

EL PAÍS. Governo Bolsonaro manobra para travar a demarcação de terras indígenas no Brasil. Publicado por Beatriz Jucá, em 04/02/2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-04/governo-bolsonaro-manobra-para-travar-a-demarcacao-de-terras-indigenas-no-brasil.html>. Acesso em 05/06/2020.

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 17-32.

EPSJV/Fiocruz [2016]. Entrevista: Luiz Roberto Moraes. Publicado em 17/08/2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-saneamento-basico-passou-a-ser-um-novo-ambiente-de-negocios> Acesso em 05/01/2020.

ESTADÃO [2009]. Investidor estrangeiro poderá ter até 20% das ações do BB. Publicado por Ana Paula Ribeiro e Beatriz Abreu, em 18/09/2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,investidor-estrangeiro-podera-ter-ate-20-das-acoes-do-bb,436921> . Acesso em 20/05/2018.

ESTADÃO [2013]. Capital estrangeiro no Banco do Brasil. Publicado em 06/11/2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,capital-estrangeiro-no-banco-do-brasil-imp-,1093683> . Acesso em 20/05/2018.

FAGNANI, Eduardo; VAZ, Flávio Tonelli; CASTRO, Jorge Abrahão de; MOREIRA, Juliana. Reforma tributária e financiamento da política social. In: FAGNANI, Eduardo (org.). *A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas*. Brasília: ANFIP: FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. p. 173-211.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Revista Crítica Marxista*, n.28, p.81-98, 2009.

FEBRABAN [2012]. Relatório Anual 2012. Disponível em: https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Febraban_RA2012_11.pdf.

FEBRABAN [2015]. Relatório Anual 2015. Disponível em: <https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/download/Febraban-RAO-2015.pdf>.

FEBRABAN [2016]. Relatório Anual 2016. Disponível em: <https://relatorioanual2016.febraban.org.br/pt/index.htm>.

FEBRABAN [2018]. Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://relatorioanual2018.febraban.org.br/pt/index.html>.

FEBRABAN. A Febraban. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/pt-br/institucional>. Acesso em 08/03/2020.

FENACON [2017]. Terceirização irrestrita deve entrar na pauta da Câmara para votação. Publicado por Abnor Gondim, em 03/03/2017. Disponível em:

<http://www.fenacon.org.br/noticias/terceirizacao-irrestrita-deve-entrar-na-pauta-da-camara-para-votacao-1580/>. Acesso em 11/05/2020.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 43. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Rafaela Bezerra. *Da conquista ao desmonte: um estudo sobre os (des)caminhos da política de saúde em tempos de EBSERH*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FOLHA DE S. PAULO [2010]. Dilma se destacou no governo Lula como a 'mãe do PAC'. Publicado em 31/10/2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/817529-dilma-se-destacou-no-governo-lula-como-a-mae-do-pac.shtml> . Acesso em 13/04/2020.

FOLHA DE S. PAULO [2013]. Projeto estratégico de Dilma não está claro, diz economista. Publicado por Eleonora de Lucena, em 08/06/2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/06/1291714-projeto-estrategico-de-dilma-nao-esta-claro-diz-economista.shtml>. Acesso em 30/03/2020.

FOLHA DE S. PAULO [2018]. Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha. Publicado em 27/12/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em 15/05/2020.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 207-236.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A "Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.

FRANCO, Moreira [2016]. O projeto é Crescer. Publicado em 12/09/2016. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/o-projeto-e-crescer>. Acesso em 18/05/2020.

FRANK, Andre Gunder. *Lumpenburoesia: lumpendesarollo*. 3ª ed. México: Serie Popular Era, 1978.

G1 [2015]. Dilma sanciona lei que altera regras do seguro-desemprego com vetos. Publicado por Alexandro Martello em 17/06/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/dilma-sanciona-lei-que-altera-regras-do-seguro-desemprego-com-vetos.html>. Acesso em 17/12/2018.

G1. Reforma da Previdência: entenda a proposta aprovada, ponto a ponto. Publicado em 22/10/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml>. Acesso em 13/12/2019.

G1. Lucro dos maiores bancos do Brasil cresce 18% em 2019 e soma R\$ 81,5 bilhões. Publicado em 13/02/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/13/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-18percent-em-2019-e-soma-r-815-bilhoes.ghtml>. Acesso em 20/04/2020.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Posfácio à 46ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*, vol. 2. Antonio Gramsci; organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1986.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Jr., 2017.

IBGE. Estatísticas do Século XX. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/trabalho>. Acesso em 05/02/2020.

INDEX MUNDI. Minério de ferro Preço Mensal. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180>. Acesso em 10/05/2020.

INSPER [2014]. Economistas abrem versão de ‘Casa das Garças’ em SP. Publicado em 23/09/2014. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/economistas-abrem-versao-de-casa-das-garcas-em-sp/>. Acesso em 05/06/2020.

INSS. Breve histórico. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico/> Acesso em 21/09/2019.

IPEA. *Perspectivas da Política Social no Brasil*. Livro 8. Brasília: IPEA, 2010. p. 57-108.

IPEADATA. Produto interno bruto (PIB) real. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414> Acesso em 10/05/2020.

KEYNES, J. M. (1937). A teoria geral do emprego. In: LUCAS, F. *Economia e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

KHAIR, Amir [2010]. Investimento x custeio. Publicado em 25/04/2010. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-x-custeio,542628>. Acesso em 30/10/2019.

LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo (1917)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVY, Joaquim Vieira Ferreira. Robustez fiscal e qualidade do gasto como ferramentas para o crescimento. In: *Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil*. São Paulo: CDPP, 2014. p. 51-65.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINHARES, Marília Carvalho. As implicações da contrarreforma trabalhista na relação capital e trabalho no Brasil. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2013.

LUZA, Edinaura; SIMIONATTO, Ivete. Lutas sociais e resistência face às contrarreformas na política de saúde. *Argumentum*, Vitória, v. 11, n. 2, p. 138-150, maio/ago. 2019.

MACEDO, Isaias de Carvalho (organizador). *A Energia da Cana-de-Açúcar – Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia: UNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2005.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, Mar. 2013.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MANTEGA, Guido [2012]. O primeiro ano da nova matriz econômica. Publicado em 19/12/2012, Valor Econômico. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/19/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica.ghtml>. Acesso em 13/04/2020.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 78-104.

MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1995.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. 3ª ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012a.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARINI, Ruy Mauro. Estado de contrainsurgência. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12 n. 3, 2018.
- MARQUES, Morena Gomes. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais Valia*, vol. II. São Paulo: Difel, 1983.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: O processo global de produção capitalista. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha: comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró [2016]. O ponto a que chegamos: sobre a luta de classes na conjuntura do golpe de 2016. Publicado em 6 de setembro de 2016. Disponível em:

<http://blogjunho.com.br/o-ponto-a-que-chegamos-sobre-a-luta-de-classes-na-conjuntura-do-golpe-de-2016/> Acesso em 17/04/2020.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MDIC. Índices de Preços e Quantum. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/balanca/indice/anual/totais/totais_ano.html. Acesso em 08/05/2020.

MELO, Alessandro de. A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29-46, mar. 2012.

MELO, Alessandro de et al. Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 333-348, dez. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Dominação burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 175-206.

MERCADANTE OLIVA, Aloizio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado – IE, UNICAMP, Campinas, 2010.

MIGALHAS [2017]. Governo altera regras de trabalho escravo e restringe divulgação da 'lista suja'. Publicado em 17/10/2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/quentes/267245/governo-altera-regras-de-trabalho-escravo-e-restringe-divulgacao-da-lista-suja> . Acesso em 05/06/2020.

MINELLA, Ary Cesar. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. *Civitas*, v. 3, n° 2, jul-dez. 2003, p. 245-272.

MINELLA, Ary Cesar. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 28, p. 31-56, jun. 2007.

MÖLLER, Daniela. Brasil, um país de todos? o projeto neodesenvolvimentista e a tônica dos programas de inserção social na agenda do governo federal (2003-2013). *Dissertação de mestrado* – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

MOLLO, M. L. R. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Rivânia. Crédito Consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. *SER Social*, Brasília, v. 18, n. 39, p. 374-390, jul.-dez./2016.

MTE. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo*. Brasília: MTE, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I. [et al] (Orgs.). *Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004, p. 61-83.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010.

O GLOBO [2017]. Brasil tem a mais alta taxa de juro entre 40 países. Publicado em 12/04/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-mais-alta-taxa-de-juro-entre-40-paises-21200968>. Acesso em 16/09/2019.

OLIVEIRA, Elizabeth Moura Germano. *A economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia*. Salvador, 2017.

OREIRO, José Luís [2011]. Origem, causas e impacto da crise. Publicado em 13/09/2011. Disponível em: <https://valor.globo.com/wall->

[concurrency/?next=https://valor.globo.com/opinia0/noticia/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-cri-se.ghtml](https://valor.globo.com/opinia0/noticia/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-cri-se.ghtml). Acesso em 20/05/2019.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014a.

OURIQUES, Nildo. Plano Real: o mito da estabilidade e do crescimento. Publicado em 04/08/2014b, *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em <https://diplomatique.org.br/plano-real-o-mito-da-estabilidade-e-do-crescimento/>.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Rev. SER Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Fransico; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134.

PAULANI, Leda. Financeirização e o projeto de redução das desigualdades nos governos petistas. In: Fundação Perseu Abramo (org.). *A grande sociedade - qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro? Caderno de debate econômico*. São Paulo: FPA, 2017.

PETROBRAS. *Capital social*. Disponível em <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/capital-social>. Acesso em 20/05/2018.

PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PNAD. Tabela 4097 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4097>. Acesso em 05/02/2020a.

PNAD. Tabela 1860 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e Valor do rendimento médio mensal, por sexo, situação e classes de rendimento mensal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1860>. Acesso em 20/04/2020b.

PNBE. Histórico. Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/historico.html>. Acesso em 14/05/2020.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLESE, Pablo. As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 123-142, abr. 2017.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Volume 2. Porto: Portucalense Editora, 1971.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POULANTZAS, Nicos. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Revista Crítica Marxista*, n.27, p.105-127, 2008.

PPI. Perguntas frequentes. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em 20/05/2020.

PREBISH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, n. 1, Santiago do Chile, 1962. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

PROCÓPIO, Ana Paula. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. *Tese de doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). *Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários)*. Secretaria da Receita Federal, 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). *Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA*. Secretaria da Receita Federal, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. Meio ambiente perde com efetivação do novo Código Florestal, diz especialista. Publicado em 01/03/2018. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/03/meio-ambiente-sai-perdedor-com-o-novo-codigo-florestal-diz-especialista/>. Acesso em 11/09/2019.

REVISTA GLOBO RURAL. *Entenda o que está em jogo na nova lei dos agrotóxicos*. Publicado em 20 de junho de 2018, por Karina Campos com edição de Cassiano Ribeiro. Disponível em:

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/06/entenda-o-que-esta-em-jogo-na-nova-lei-dos-agrotoxicos.html>. Acesso em 11/09/2019.

RIBEIRO, Isabela Ramos. As lutas urbanas e o papel dos partidos políticos. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 75-96, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, Isabela Ramos. Os interesses da indústria da construção civil para a política urbana brasileira e a consolidação da hegemonia burguesa entre 2003 e 2013. *Dissertação de mestrado* – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

ROCHA, Mirella. Capitalismo dependente e Serviço Social. Crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. *Tese de Doutorado* – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, Mirella. Crítica de uma morte anunciada: contribuições da TMD à análise da estratégia nacio-nal-democrática e democrática-popular. *REBELA*, v.9, n.3. set./dez. 2019.

ROCHA, Mirella; PAIVA, Beatriz Augusto de. Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do século XXI. 2011. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos; IPEA/CODE 2011 - Área Temática: Serviço social e Desenvolvimento*. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo4.pdf>>. Acesso em 10/11/2014.

ROCHA, Danilo. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 22, n. 51, p. 77-96, set. 2014.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0223456, 2019.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALLUM JR., Brasílio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, Dec. 2016.

SALVADOR, Evilasio da Silva. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan/jun 2012.

SALVADOR, Evilasio da Silva. As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 19, ano 03, maio de 2015. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista_19.pdf.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 426-446, dez. 2017.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *Brasil: Estado de bem-estar social?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 371-392. No prelo.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. *Opin. Publica*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-59, abr. 2015.

SANTOS, Anna Clara Nunes dos. Dialética das políticas sociais no Brasil atual: do abstrato ao concreto. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

SENADO. Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>. Acesso em 05/06/2020.

SEKI, Allan Kenji. O Capital e as universidades federais no Governo Lula: o que querem os Industriais? *Dissertação de mestrado*; orientadora, Olinda Evangelista. UFSC, Florianópolis, 2014.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Washington DC, EUA: Center for Economic and Policy Research, 2015.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando. MICHEL, Renaut. (orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: UFSC, São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, contrarreformas e conjuntura brasileira. *Socied. em Deb.* (Pelotas), v. 24, n. 3, 04-12, set./dez. 2018.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jun. 2014.

SINDPPD/RS [2011]. Campanha 10% do PIB para a Educação Pública. Participe! Publicado em 10/11/2011. Disponível em: <http://www.sindppd-rs.org.br/campanha-10-do-pib-para-a-educacao-publica-participe/>. Acesso em 15/09/2019.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 88, p. 89-111, dez. 2010.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Angelita Matos. Geisel and Dilma governments: The power of finance. *Cuad. Econ.*, Bogotá, v. 34, n. spe66, p. 545-567, Dec. 2015.

SOUZA, Giselle. BNDES e Fundo Público no Brasil: o papel estratégico do Banco no novo padrão de reprodução do capital. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira. Rio de Janeiro, *Tese de doutorado*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, 2006.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. *Revista de Economia Política*, vol. 13, n. 1 (49), janeiro-março 1993.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, edição especial, julho de 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 909-941, dez. 2012.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Cap. 1 – Peculiaridades do Desenvolvimento da Rússia.

TROTSKI, Leon. *Programa de Transição* (1938). Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=121. Acesso em 10/07/2016.

UNE [2012]. Vitória para a educação brasileira: Câmara aprova 10% do PIB para educação. Publicado em 17/10/2012. Disponível em: <https://une.org.br/2012/10/vitoria-para-a-educacao-brasileira-camara-aprova-10-do-pib-para-educacao/>. Acesso em 15/09/2019.

VALEC. Competências. Disponível em <http://www.valec.gov.br/a-valec/institucional/competencias>. Acesso em 03/01/2020.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.